



# IDENTIDADE E ESPAÇO VIRTUAL


múltiplos olhares

Evandra Grigoletto  
Fabiele S. De Nardi

Orgs.

Inara Ribeiro Gomes  
Ricardo Postal



Coleção  Letras

Publicada em 2010

edições eletrônicas

# IDENTIDADE E ESPAÇO VIRTUAL

múltiplos olhares

Evandra Grigoletto  
Fabiele S. De Nardi

Orgs.

Inara Ribeiro Gomes  
Ricardo Postal

Copyright © Os autores  
Reservados todos os direitos desta coleção. Reprodução proibida, mesmo parcialmente, sem autorização expressa do(s) autor(es).

## CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Carolina Leal Pires

## ILUSTRAÇÃO DA CAPA

The three faces of the Hobbit  
Copyright © Tony Karp  
<http://www.ti-journal.com/ti-journal-0342.htm>  
(gentilmente cedida)

## REVISÃO

Os organizadores

## EDIÇÃO

Editora  
Universitária  UFPE

### CATALOGAÇÃO NA FONTE:

*Biblioteca Josely de Barros Gonçalves, CRB4-1748*

---

119 Identidade e espaço virtual : múltiplos olhares [recurso eletrônico] / [organizadores] : Evandra Grigoletto, Fabiele S. de Nardi, Inara Ribeiro Gomes, Ricardo Postal. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2013.

(Coleção Letras. Edições eletrônicas).

Inclui referências.

ISBN 978-85-415-0328-0 (online)

1. Realidade virtual. 2. Identidade (Conceito filosófico). 3. Comunicação e tecnologia. 4. Interação homem-máquina. I. Grigoletto, Evandra (Org.). II. Nardi, Fabiele Stockmans de (Org.). III. Gomes, Inara Ribeiro (Org.). IV. Postal, Ricardo (Org.).

006.8

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2013-189)

---

RECIFE  
2013

### **Organizadores**

Evandra Grigoletto (UFPE)  
Fabiele Stockmans De Nardi (UFPE)

### **Conselho Editorial**

Alfredo Cordiviola (UFPE)  
Benedito Bezerra (UIPE)  
Denize Elena Garcia da Silva (UNB)  
Julio César Araújo (UFC)  
Maria Antónia Coutinho (Universidade de Nova Lisboa)  
Maria Aparecida Ribeiro (Univ. de Coimbra)  
Maria Augusta Reinaldo (UFMG)  
Regina Lúcia Peret Dell'Isola (UFMG)  
Sandra Helena Dias Melo (UFRPE)  
Sandra Luna (UFPB)  
Saulo Neiva Coelho (Univ. Blaise-Pascal - Clermont-Ferrand II)  
Sebastião Alves Teixeira Lopes (UFPI)

## SUMÁRIO

- 8** Os organizadores  
APRESENTAÇÃO: IDENTIDADES VIRTUAIS - VIRTUALIDADES  
IDENTITÁRIAS
- 14** Marisa Grigoletto  
IDENTIDADE E ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUA ESTRANGEIRA:  
ESPAÇOS IMAGINÁRIOS E PROCESSOS SIMBÓLICOS
- 29** Joice Armani Galli  
LETRAMENTO DIGITAL NO ENSINO A DISTÂNCIA DE LÍNGUA FRANCESA  
NA UFPE: IDENTIDADES (IN)VISÍVEIS
- 48** Evandra Grigoletto  
O DISCURSO DOS AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM NO ESPAÇO  
VIRTUAL: UMA REFLEXÃO SOBRE AS FORMAS DE SILENCIAMENTO
- 61** Dilma Tavares Luciano  
A ATIVIDADE DISCURSIVA NA CONSTRUÇÃO DA SOCIABILIDADE NO  
ESPAÇO VIRTUAL
- 73** Silmara Dela Silva  
OS “NOVOS” ESPAÇOS PARA OS SUJEITOS E(M) SEUS PROCESSOS DE  
(CONTRA-)IDENTIFICAÇÃO COM O DISCURSO MIDIÁTICO
- 93** Helson Flávio da Silva Sobrinho  
OS TRABALHADORES NA REDE DO DISCURSO INFORMACIONAL:  
FELICIDADE VIRTUAL E/OU EXPLORAÇÃO REAL?
- 112** Roland Walter  
IDENTIDADE-IDENTIDADES: TECENDO ESTÓRIAS E TEORIAS
- 125** Solange Mittmann  
ENTRE CERCAS E LAÇOS, UMA IDENTIDADE PLURAL DE RESISTÊNCIA

- 137** Fabiele Stockmans De Nardi  
Carne Regina Schons  
O ESPAÇO QUE HABITO: PENSANDO A SOCIEDADE E A CULTURA
- 153** Daniel Conte  
DA PERMEABILIDADE DA PALAVRA: BRASIL E ANGOLA
- 168** Darío de Js. Gómez Sánchez  
LITERATURA E PRECONCEITO HOMOSSEXUAL
- 184** Andrea Czarnobay Perrot  
LIMA BARRETO E A FICÇÃO DOS EXCLUÍDOS
- 192** Inara Ribeiro Gomes  
FUNDAMENTOS HISTÓRICO-POÉTICOS DA INTERIORIDADE NA TEORIA  
DO ROMANCE DE BAKHTIN
- 208** Ricardo Postal  
VERSAR O OUTRO, CONVERTENDO-ME: NOVE DECISIVAS NOITES

Evandra Grigoletto  
Fabiele Stockmans De Nardi  
Inara Ribeiro Gomes  
Ricardo Postal

APRESENTAÇÃO





## APRESENTAÇÃO

### Identities virtuais - virtualidades identitárias

*Na maneira moderna de ver, a realidade é antes de tudo aparência – a qual está sempre mudando. Uma foto registra a aparência. O registro da fotografia é o registro da mudança, da destruição do passado. Como somos modernos (e se temos o hábito de olhar fotos, somos modernos por definição), compreendemos que todas as identidades são construções. A única realidade irrefutável – e nossa melhor pista para a identidade – é a aparência que as pessoas têm.*  
(SONTAG, Susan 2008)

O título e a epígrafe que escolhemos para abrir esta apresentação trazem à tona questões acerca das noções que permeiam os trabalhos desta coletânea: identidade e espaço virtual. As identidades são sempre construções e, como tais, (con)fundem-se com a realidade, produzindo virtualidades. Aparentes, portanto, são as intenções de subjetividade que os sujeitos se propõem a trocar em suas práticas de linguagem. E ilusória, a identidade una, transparente. Os processos de constituição identitária, que cabem ser investigados e teorizados, como aqui se propõe, são sempre opacos, heterogêneos, virtuais.

Os artigos aqui reunidos constituem uma amostra dos trabalhos apresentados durante o I SEPLEV - Seminário de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual - cujo tema foi “Identidade e espaço virtual: múltiplos olhares”, organizado pelo Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV – UFPE). O encontro foi promovido com o intuito de reunir pesquisadores cujos trabalhos estivessem voltados às discussões relacionadas aos processos de construção de identidade(s) que se produzem em diferentes espaços sociais, como a escola, o espaço virtual, o cenário político, o campo da produção literária, entre outros.

De caráter multidisciplinar, esta coletânea é composta de quatorze artigos, nos quais pesquisadores de diversas instituições de ensino superior do Brasil, a partir de referenciais teóricos diversos, se ocupam de questões relacionadas às práticas de linguagem enquanto lugares de constituição identitária para os sujeitos.

A relação entre os processos identitários e o ensino-aprendizagem de línguas é a questão que permeia a reflexão apresentada por Marisa Grigoletto em seu artigo **Identidade e ensino-aprendizagem de língua estrangeira: espaços imaginários e processos simbólicos**. A autora analisa, de modo particular, os discursos que, em nosso país, constroem o imaginário sobre a língua inglesa e sua hegemonia, bem como sobre sua condição enquanto língua de trabalho, de mercado. Tais discursos circulam produzindo efeitos tanto sobre o modo como se posiciona o brasileiro com relação às “outras” línguas, quanto sobre o processo identificatório dos sujeitos com a(s) língua(s) estrangeira(s) que ensinam ou aprendem.

Do ensino de línguas também se ocupa Joice Armani Galli que, em seu artigo **Letramento no ensino a distância de língua francesa na UFPE: identidades (in)visíveis**, traça um panorama da história das metodologias de ensino de língua francesa para pensar o lugar da imagem no processo de ensino-aprendizagem de LE. Ao analisar a força identitária das imagens e seu papel nas relações sociais da atualidade, a autora nos propõe uma reflexão sobre o letramento crítico em língua francesa, a partir de uma perspectiva sócio-interativa de leitura.

Em **O discurso dos ambientes virtuais de aprendizagem no espaço virtual: uma reflexão sobre as formas de silenciamento**, Evandra Grigoletto nos convida a observar as formas de silenciamento presentes no discurso dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs). A autora inicia seu trabalho propondo uma discussão sobre o próprio conceito de espaço virtual, e, ancorada nos pressupostos da análise do discurso pecheuxtiana, em especial nos trabalhos que sobre o silêncio desenvolveu Eni Orlandi, analisa os tipos de funcionamento que marcam o discurso dos alunos nos AVAs. Mediante suas análises, leva-nos a olhar para dois tipos de silêncio: um que se instaura pela saturação, pela obrigatoriedade de escrever para se dizer sujeito nesse espaço; e outro que se produz pela recusa em dizer, tratado como um gesto de resistência desse sujeito que cala quando chamado a dizer.

Dilma Tavares Luciano, em **A atividade discursiva na construção da sociabilidade no espaço virtual**, ao tomar o espaço virtual como lugar de metamorfoses e de ambivalências, reflete sobre o comportamento verbal em comunidades virtuais abertas, as quais revelam estar na contramão do movimento de preservação das faces, postulado por Goffman como sendo o padrão regular de comportamento. Analisa exemplos de violências verbais produzidas no site “pérolas.com”, concluindo que, na interação mediada pelo computador, a habilidade da consideração pelo outro deve também existir, superando o

desejo de fazer das ambivalências do mundo virtual um espaço de ofensa e agressão direta ao outro.

Questionando-se sobre um “novo” espaço criado na rede, Silmara Dela Silva, em **Os “novos” espaços para os sujeitos e(m) seus processos de (contra-) identificação com o discurso midiático**, discute o funcionamento ideológico dos comentários, analisando se a escrita dos sujeitos neste espaço produz deslocamentos em relação aos dizeres de uma publicação impressa. Mais especificamente, a autora observa os comentários de leitores da página criada pela *Superinteressante* no Facebook, em substituição à Carta dos Leitores. Conclui que, embora a maioria dos comentários reproduzam uma prática já corrente em seções como Cartas de Leitores, nos quais os sujeitos se (contra-)identificam com os dizeres da revista, há a possibilidade de o sujeito desidentificar-se com esse dizer.

Também analisando discursos que circula(ra)m no espaço virtual, Helson Flávio da Silva Sobrinho, em **Os trabalhadores na rede do discurso informacional: felicidade virtual e/ou exploração real?** debruça-se sobre dizeres acerca do dia 1º de maio, dia do Trabalhador, mostrando o trabalho da ideologia na produção das evidências dos sentidos, num jogo entre a transparência e a opacidade. A partir das análises realizadas, o autor nos mostra como os discursos que circularam na rede nesse dia reproduzem um sentido para 1º de maio: um dia festivo, comemorativo, um feriadão, apagando as contradições que constituem o trabalho alienado e alienante e fazendo parecer que todos os trabalhadores são/estão “felizes” com seu trabalho.

O texto de Roland Walter, **Identidade-identidades: tecendo estórias e teorias**, problematiza a questão das identidades, discutindo como a enganosa noção de diferença promove um apagamento dos vínculos existentes entre culturas limítrofes que, em diálogo constante, vão formando negociações identitárias sempre novas, não excluindo o diverso, mas incorporando o meio circundante nas percepções de si mesmo e dos outros. Desse modo, praticam-se novas cidadanias através das identidades múltiplas que se embatem contra o pensamento hegemônico. A geografia e a movência vão ter papéis fundamentais nesse processo, propondo desafios críticos a todos nós que nos debruçamos sobre o tema da subjetivação e da formação identitária.

Uma “identidade plural, sustentada por alicerces de resistência, que se situa na parte meridional do continente americano” é a questão sobre a qual Solange Mittmann se debruça em seu artigo **Entre laços e cercas, uma identidade plural de resistência**. A autora inicia seu trabalho lembrando-nos dos enfrentamentos que caracterizam, desde o período

pré-colonial, as fronteiras desse espaço, convidando-nos a olhar para uma fronteira em que se está diante de um *outro* que se faz imagem no espelho e inimigo ao mesmo tempo. Trata-se, em suas palavras, “de um jogo de estranheza familiar”, discussão que Mittmann traz à tona ao nos propor uma reflexão sobre a construção histórica dessa forma identitária fronteiriça, que se (re)produz na tensão entre fixidez e movênciã. Entre a tradição e os conflitos, a autora percebe que as cercas são permeáveis, permitindo entrever a (re)descoberta dos laços que unem esses sujeitos de fronteira. Nesse processo, entre outros aspectos, emerge o que também nessa(s) identidade(s) latinoamericana(s) é imposição do mercado, movimento que não se faz sem produzir, como o seu avesso, espaços de resistência.

Discutindo a relação inclusão-exclusão na rede, Fabiele Stockmans De Nardi e Carme Regina Schons, em **O espaço que habito: pensando a sociedade e a cultura**, analisam o documentário “O buraco no muro”, bem como comentários que acerca dele circularam na rede. Ao trabalhar com as contradições que atravessam esses discursos, discutem o efeito produzido por esses “buracos” que, apesar da prometida inclusão, colocam à mostra o universo de excluídos que pelo muro são deixados do lado de fora. O que está em jogo nesse dizer sobre o muro e seus buracos é, portanto, uma relação tensa entre pertencimento e singularidade, produzida pelos efeitos da cultura da inclusão digital.

Partindo das entranhas da maquinaria colonial, Daniel Conte, com **Da permeabilidade da palavra: Brasil e Angola**, apresenta-nos as relações complexas das identidades brasileira e angolana em relação à cultura lusa de que somos partícipes, mas não coadunantes. A importância do Brasil para a construção de um imaginário independente em Angola é o mote de um diálogo constante, na literatura, entre oprimidos que trocam experiências de formação identitária depois da dominação.

Da uniformidade percebida pela sociedade no que tange a identidades de gênero, ou seja, a heteronormatividade, surgem as dissipações dessa regularidade, demonstradas pela existência de identidades homo, bi, trans sexuais e afetivas. A crítica cultural expôs essa multiplicidade e acabou por exigir, para si mesma, a pluralidade, que promove olhares discordantes sobre como personagens e obras que refletem indivíduos não-heterossexuais dialogam entre si. Esse é o caso do ensaio de Dario Sanchez, **Literatura e preconceito homossexual**, que faz um histórico de personagens identificados como homossexuais na literatura latino-americana, ao mesmo tempo que traça os caminhos dos estudos de gênero ligados à homossexualidade.

Em **Lima Barreto e a ficção dos excluídos**, de Andrea Czarnobay Perrot, observamos o contexto sociocultural em que um escritor mestiço e pobre procura afirmar seu universo de ficção, exercendo a literatura como uma missão para revelar e transformar essa realidade. No período em que o Brasil tentava se alinhar com a modernidade ocidental, o pensamento social brasileiro, embora assumindo, de certa forma, a mestiçagem como marca do caráter nacional, apostava no branqueamento da população. De sua posição de excluído, voz dissonante, Lima Barreto mostra as profundas contradições dessa modernização.

Com **Fundamentos histórico-poéticos da interioridade na teoria do romance de Bakhtin**, Inara Ribeiro Gomes recupera as discussões do teórico russo sobre a gênese e evolução da individualidade na literatura. Perpassando o histórico da representação do sujeito e da vida privada desde a literatura grega, Bakhtin revela os processos pelos quais a vida interior vem a tornar-se peça básica no romance. Uma nova posição autoral, imersa na atualidade de sua matéria e sem lugar enunciativo estabilizado, cria uma fratura no próprio discurso, por onde surge uma subjetividade independente e não finalizável pelo autor.

O deslizamento de subjetividades que se transmudam e habitam mundos incompatíveis parece ser uma das marcas da literatura de ficção de Bernardo Carvalho. Isso põe as personagens em movimento perpétuo, em busca de uma identidade que se torna mais e mais impalpável. Em **Versar o outro, convertendo-me: nove decisivas noites**, Ricardo Postal tenta capturar, no romance *Nove noites*, esse deslocamento incessante em direção ao outro. Partindo de um modelo baseado nas variáveis VERSAR e VERTER, Postal demonstra que a emergência precária do sujeito, no seu encontro com a alteridade, aparece como CONVERSÃO, no sentido de verter junto, num processo espelhado.

Como acabamos de descrever, os artigos que compõem esta coletânea mobilizam, cada um a seu modo, diferentes movimentos do sujeito, que constroem maneiras de ser, de ver e se ver, de se subjetivar e resistir pela linguagem. Então, entre as identidades virtuais e as virtualidades identitárias, encontram-se os sujeitos - divididos, clivados - porém sempre interligados pelas identidades que partilham e que os transformam.

Marisa Grigoletto

IDENTIDADE E ENSINO-APRENDIZAGEM DE  
LÍNGUA ESTRANGEIRA: ESPAÇOS IMAGINÁRIOS  
E PROCESSOS SIMBÓLICOS



## IDENTIDADE E ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUA ESTRANGEIRA: ESPAÇOS IMAGINÁRIOS E PROCESSOS SIMBÓLICOS<sup>2</sup>

*Il y a plusieurs degrés dans l'étrangeté ou l'étrangéité.  
La langue étrangère c'est celle qui peut faire bord.<sup>3</sup>  
Régine Robin Le deuil de l'origine*

### Introdução

Meu objetivo neste texto é pontuar alguns aspectos da relação entre processos identitários e ensino ou aprendizagem de língua estrangeira, com foco nos espaços imaginários em que os sujeitos se veem envolvidos, pensando, sobretudo, em professores e aprendizes, e sobre as imagens de língua estrangeira (com ênfase no inglês) que são projetadas a partir de diversos discursos que incidem sobre os sujeitos.

O título resume os três aspectos focalizados no texto: primeiramente, uma exposição breve sobre o conceito de identidade e de identificação e o papel dos discursos na construção de matrizes identificatórias; como segundo ponto, algumas considerações sobre a relação língua e sujeito, com foco tanto na língua materna quanto em línguas estrangeiras; e, terceiro ponto, os espaços imaginários ocupados por línguas estrangeiras no Brasil atual, com ênfase no inglês, e alguns possíveis reflexos dessas construções imaginárias para os processos identificatórios imaginários e simbólicos dos aprendizes. Embora o foco seja o espaço das identificações na relação de sujeitos com línguas estrangeiras em geral, sofremos a injunção de levar em conta o lugar imaginário da língua inglesa no campo do ensino de línguas estrangeiras no Brasil, pelo papel hegemônico que o inglês detém nesse campo.

---

<sup>1</sup> Departamento de Letras Modernas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas, estágio de pós-doutorado na Universidade Paris III, Sorbonne Nouvelle. Autora de *A resistência das palavras – discurso e colonização britânica na Índia*, Editora da Unicamp, 2002.

<sup>2</sup> Este texto retoma um texto anterior ("Imagens de língua estrangeira e identificações"), apresentado em mesa-redonda no XIV Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol em 2011 e incluído em livro resultante de trabalhos do congresso (publicação no prelo). A estrutura argumentativa do texto anterior foi mantida parcialmente, com alguns desdobramentos e com algumas alterações nos fatos analíticos.

<sup>3</sup> Há muitos graus na estranheza ou na estrangeiridade. A língua estrangeira é aquela que pode fazer borda. (minha tradução)

## **Identidade e identificação: breves apontamentos**

Para traçar um esboço da conceituação sobre identidade e identificação, observo que, quando se fala em identidade, no senso comum, toma-se identidade como uma unidade: a identidade de fulano, a identidade do brasileiro e assim por diante. No entanto, teoricamente, da perspectiva dos Estudos Culturais de inspiração pós-estruturalista, por exemplo, a concepção essencialista de identidade, como unidade fixa e perene, é rejeitada, em favor de uma concepção que enfatiza a fragmentação e a pluralidade, o movimento, a historicização radical da identidade (cf., HALL, 1997, 2000; BHABHA, 1994; entre outros). Em suma, a identidade é entendida como *produção* levada a cabo por múltiplos discursos e práticas culturais historicamente situados e que podem até mesmo se cruzar por antagonismo. A identidade assim concebida está em constante processo de mudança e transformação. Nesse enfoque, privilegia-se a referência a identidades que são projetadas e desempenhadas nas práticas discursivas e não-discursivas que realizamos, em vez da referência à identidade que um indivíduo *tem*.

Robin (2003, p. 13), refletindo sobre identidades culturais em contextos multilíngues, observa que “toda constituição de identidade é um processo dinâmico aberto, [...] nunca dado, nunca definido” (minha tradução). O dinamismo e a indefinição característicos do processo de constituição de identidades são, para a autora, resultantes das não-coincidências que lançam o indivíduo em espaços simbólicos nunca definidos por fronteiras estanques: a não-coincidência da língua consigo mesma (ou seja, o espaço sempre deslizante da significação), a não-coincidência entre a língua e a cultura, entre a cultura e a Cultura como patrimônio idealizado, entre outras não-coincidências.

Essa característica de processo está presente no conceito de *identificação* para a perspectiva psicanalítica. Em vez de identidade, a psicanálise pensa a identificação, ou melhor, identificações de diferentes ordens (imaginária, simbólica, fantasística, na classificação de Lacan); estas indicam algo sempre “em processo”, nunca completo ou terminado, já que a identificação é o processo inconsciente de preenchimento de uma falta estrutural no sujeito psíquico. Recebemos imagens e traços do Outro, que podem dar lugar a matrizes identificatórias, processadas na dimensão do inconsciente.<sup>4</sup>

A identidade nada mais é, então, que um feixe de identificações inconscientes – imaginárias ou simbólicas – que vão dar a cada um de nós a ilusão de termos *uma*

---

<sup>4</sup> Nasio (1989, p. 101-2) explica que, “para Lacan, a identificação é o nome que serve para designar o nascimento de uma nova instância psíquica, a produção de um novo sujeito”. [...] A identificação é o “processo psíquico de constituição do eu, ou, numa formulação mais correta, [é o] processo de causalção do sujeito do inconsciente”.



identidade. Aquilo que nos parece a nossa identidade são as ficções ou invenções de nós mesmos que a nossa consciência, afetada pela força das construções sociais, produz para mantermos a ilusão de sermos um. Essas construções sociais são, em grande parte, concretizadas em discursos que nos constituem e que pavimentam parcialmente os caminhos que trilhamos em nossas tentativas inconscientes de preenchimento da falta.

## **A relação entre língua e sujeito**

O segundo aspecto esboçado neste texto são algumas considerações sobre língua e sujeito, cujo objetivo é apontar para visões de língua que interferem na relação dos aprendizes de línguas estrangeiras.

Começemos pelas ilusões. Uma ilusão bastante presente no imaginário de aprendizes de línguas estrangeiras é a de que uma língua pode ser apreendida (e, teoricamente, aprendida) em sua totalidade e unidade; uma gramática e um dicionário “completos” seriam, por exemplo, o retrato da língua toda, descrita nas supostas homogeneidade e unidade ideais de uma língua sem variantes. Outra ilusão sobre a constituição das línguas toma a forma imaginária de uma língua perfeita, sem equívocos de nenhum tipo (ambiguidades, indefinições, variações, erros), ideal que, hipoteticamente, toda língua real deveria poder atingir. Também presentes no imaginário dos falantes em geral estão as ilusões de que a principal função da língua é a comunicação e de que a língua nos dá a possibilidade de “significação livre de fricção”.<sup>5</sup> Essas imagens sobre as línguas desembocam na noção também ilusória de que é, ou seria, possível existir uma comunicação sem falhas (sem fricções) por meio de uma língua sem equívocos.

Para além dessas ilusões, porém, é preciso sempre lembrar que toda relação de um sujeito com uma língua, mesmo com a sua língua materna, implica estranhamento. O estranhamento assoma porque, entre outras dificuldades, esbarramos nos equívocos da língua (“o demasiado de sentido”, no dizer de Robin, 2003, p. 24), na nossa impossibilidade de impedir que o inconsciente ‘nos traia’ e faça surgir outros sentidos no que dizemos e que desestabilizam o dizer, na impossibilidade de tudo dizer (porque há interditos). Na teorização arguta de Authier-Revuz (1998), a língua nos apresenta *não-coincidências*. Por meio dos comentários metaenunciativos, o dizer se representa como heterogêneo,

---

<sup>5</sup> Estou apropriando-me da imagem criada por Catanzaro (2005, p. 76), para se referir à “fantasia tecnológica” de uma comunicação “sem fricções”, fundada na presumida liberação da matéria (elemento que criaria obstáculo a esse ideal de transparência) no nível do espaço virtual, e na fantasia ideológica das sociedades capitalistas contemporâneas de um “pluralismo” redutível ao um.

desdobrado em quatro campos de “não-coincidência”, dos quais interessa aqui ressaltar a “não-coincidência das palavras consigo mesmas, afetadas por outros sentidos, por outras palavras, pelo jogo da polissemia, da homonímia etc.” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 21). Portanto, a língua não é uma, ela não faz *um* consigo mesma.

Derrida (2001) fala da ilusão da língua-mãe, dessa língua imaginada na sua totalidade e unidade. O autor reflete sobre a sua própria relação com a língua francesa, que, apesar de ser sua língua materna, pois que não tinha outra, não era sua. O francês era, irremediavelmente, a língua do outro (o colonizador francês), dada a sua condição de judeu franco-argelino, comunidade da qual a cidadania francesa foi suprimida durante o período do governo de Vichy na Segunda Guerra. Ora, pergunta-se o filósofo, se os judeus franco-argelinos puderam ter sua nacionalidade francesa suprimida, como se poderia considerar a língua francesa, na qual se subjetivaram ao nascer, como a *sua* língua? Suas reflexões se estendem à conclusão de que uma língua é sempre também a língua do outro, portanto, “*uma* língua não existe” (DERRIDA, 2001, p. 97), no sentido de língua de pertença a alguém. Em uma língua sempre há falta (porque há sempre equívocos ou interditos); tampouco é possível a alguém se apropriar totalmente de uma língua, já que há “uma espécie de ‘alienação’ originária que institui toda a língua como língua do outro” (DERRIDA, 2001, p. 96). Não se pode, portanto, habitar uma língua sem estranhamentos.

Atienza (2003), refletindo a partir da perspectiva psicanalítica sobre a emergência do inconsciente na aprendizagem de línguas estrangeiras, postula que a aprendizagem de uma língua estrangeira representa uma experiência mobilizadora de realidades muito profundas, do real do sujeito, num processo que convoca o aprendiz a remanejar sua estrutura psíquica. O autor aproxima a sua proposta da reflexão de Christine Revuz (1998), lembrando que esse processo de alguma forma desarranja o que está inscrito no sujeito aprendiz em sua língua primeira, bem como, também, em outras línguas que eventualmente ele venha a aprender.

Diz o mesmo autor que, para o recém-nascido, a única forma de existência humana é existir fora de si, se alienar no discurso do outro, “ex-istir”. Seguindo a esteira dessa reflexão, creio podermos dizer que, para a aquisição de uma língua outra (estrangeira), também é necessário que um sujeito empreenda a aventura de “ex-istir”, de modo a tornar possível a sua inscrição em discursividades da outra língua. Essa é condição para a aquisição de uma língua, em contextos de imersão. A aprendizagem em contextos formais pode não convocar o sujeito com tanta ênfase ou determinação, mas uma aprendizagem bem-sucedida implica sempre um deslocamento; deslocamento em direção ao outro da outra

língua, a outros modos de nomear e significar as coisas do mundo, a outras memórias discursivas e históricas, a outro real da língua.

Na aprendizagem de línguas estrangeiras, Atienza propõe incluir o inconsciente na sala de aula, por meio de uma didática que se situe entre o corpo e o código, de modo que a relação com a língua outra se dê na confluência da voz, do corpo e da palavra. Somente em situações de experimentação variada e rica com a língua é que a emergência do desejo nos sujeitos aprendizes e as transferências positivas poderão vir a ocorrer, ainda que não se tenha garantia de que esses fenômenos emergirão em todos os aprendizes.

Por fim, sobre a questão da relação do sujeito com as línguas, vale observar que um certo fascínio é talvez necessário para o aprendizado de línguas estrangeiras, na reflexão que faz Tavares (2011), como medida de que se estabeleceu uma transferência positiva. Mas o que fazer quando o fascínio deixa o aprendiz preso em projeções imaginárias de um eu ideal (na figura de um falante ideal) que fala aquela língua, posição que ele não se sente capaz de jamais atingir, e de uma língua ideal para a comunicação perfeita? Não seria essa a imagem que se faz presente na projeção imaginária da língua inglesa como língua objetiva, direta, simples (com pouca gramática) e que seria, portanto, 'naturalmente' adequada como língua veicular para o mundo globalizado? Tais projeções podem bloquear modos de inscrição mais consequentes e consistentes do sujeito na língua estrangeira, ou seja, uma inscrição subjetiva por parte do aprendiz que implica o assujeitamento a outros modos de dizer, ou, como afirma Celada (2010), o assujeitamento ao funcionamento de outra memória do dizer.

### **Línguas estrangeiras e espaços imaginários no Brasil: o caso do inglês**

A terceira e última questão abordada neste texto trata de pensar o inglês em relação às outras línguas estrangeiras no Brasil atual. Não é novidade dizer que há um lugar imaginário que o inglês ocupa no Brasil e nos discursos sobre ensino e aprendizagem de língua estrangeira (não só nos discursos político-educacional e pedagógico, mas também em outros discursos, dos quais o discurso da mídia é um forte exemplo) que postula o inglês como “a língua estrangeira que todos devem saber”. E “saber” quase invariavelmente nesse caso quer dizer “falar” a língua. Essa posição imaginária hegemônica concedida ao inglês frequentemente tem consequência nas posições imaginárias construídas para as outras línguas estrangeiras em contextos formais de aprendizagem. As demais línguas têm de se ver com essa representação do inglês como língua hegemônica e são posicionadas

imaginariamente na relação (e no confronto) com o inglês. Por exemplo, há um enunciado circulante em vários discursos que diz que o inglês é a primeira língua estrangeira que o brasileiro deve aprender se desejar fazer parte do mundo globalizado (“Você, cidadão do mundo”, dizia a propaganda de uma escola de inglês). A partir dessas representações, outras línguas vão se posicionando, nesse imaginário social, como mais ou menos necessárias para o trabalho, para os negócios, para a inserção no mundo globalizado, para a fruição de artefatos culturais.

Outra língua que tem ocupado lugar de destaque no rol de línguas estrangeiras passíveis de serem incluídas nas grades curriculares da rede de educação básica é o espanhol. A entrada forte dessa língua no currículo escolar brasileiro deu-se após a criação do Mercosul e, em decorrência desse acontecimento, mais recentemente, a partir de 2005, com a obrigatoriedade de oferta do espanhol no ensino médio. Mas, em certa medida, o espanhol assume uma posição também a partir desse imaginário sobre o inglês: o espanhol, como o inglês, passou a ser representado como língua que os brasileiros devem saber, em função da localização do país na América Latina e das relações comerciais e culturais com os demais países do subcontinente; é também uma língua de negócios – a segunda língua de negócios, de acordo com a compreensão de Sousa (2010); mas, segundo a mesma pesquisa, diferentemente do inglês, projetada como língua internacional e, por isso, imaginada como língua sem riqueza cultural, o espanhol é também projetado no imaginário como língua de cultura, sentido que parece ganhar força no modo como esse idioma afeta o aprendiz de língua estrangeira no sistema formal de educação.

Assim, pode-se sugerir que a posição de uma língua (isto é, a posição que ocupa no imaginário social em discursos sobre o valor ou a utilidade da língua) em uma determinada sociedade e um dado momento histórico vai produzir imagens dessa língua, que podem incidir sobre o processo identificatório dos sujeitos (especialmente, aprendizes e professores). No universo do ensino de línguas estrangeiras, em particular no que diz respeito ao inglês, ainda se faz muito presente o mito do falante nativo, mito esse que constrói imaginariamente o falante nativo de inglês como o indivíduo que tem pleno “domínio”<sup>6</sup> de sua língua, que não comete erros linguísticos e que conhece a língua (uma ficção imaginária) na sua totalidade (isto é, sabe tudo sobre sua língua nativa). Esse mito vem sendo desconstruído por vários expoentes da linguística aplicada do mundo anglo-saxão nos últimos quinze ou vinte anos (cf. PENNYCOOK, 1994; RAMPTON, 1990; COOK, 1999,

---

<sup>6</sup> No discurso pedagógico de ensino e aprendizagem de línguas, utiliza-se com frequência o termo “domínio”, termo que cria a ilusão de que seria dada aos falantes (nativos) de uma língua a condição de se apropriar de sua língua e dominá-la.

entre outros) com o objetivo de questionamento da construção de um ideal inatingível para o aprendizado de línguas estrangeiras; entretanto, o falante nativo continua sendo o modelo ideal – e perseguido como ideal – no discurso de materiais didáticos e de professores de inglês.

O ideal de plena apropriação de uma língua, capacidade que os falantes nativos teriam, nesse imaginário, pode “assombrar” o aprendiz de língua estrangeira, no sentido de interpelá-lo a partir de um lugar inatingível. Inatingível porque *uma* língua una e total não existe, conforme pontua Derrida, e, por consequência, o falante nativo de uma dada língua não pode se apropriar de uma ficção. Inatingível também porque, na condição de aprendiz de língua estrangeira, a esse sujeito é impossível ocupar o lugar do falante nativo dessa língua; ser estrangeiro na língua é o seu real.

Mas esse ideal resiste no imaginário, conforme indícios em dizeres de sujeitos aprendizes de língua estrangeira. Por exemplo, este dizer, de uma aluna de Letras que cursa a habilitação de Inglês, permite entrever, no fio do discurso, duas posições identificatórias: uma posição de identificação ao aprendiz estrangeiro; a outra, ao falante nativo de inglês.

**AI:** é / eu sou meio perfeccionista [risos] é:: é:: há um tempo atrás eu tinha aquela ilusão de que eu queria falar como um nativo / agora eu perdi isso né / isso é impossível / e além disso e além disso eu vou estar perdendo a minha identidade cultural [...] eu tinha essa visão uns três / quatro anos atrás / aí eu comecei a fazer aula com um professor nativo / ele falou / esquece isso que você vai só se frustrar / é bobagem / você não precisa disso

A enunciação do risco de perda da identidade cultural de brasileira indicia a identificação com a posição de aprendiz estrangeiro (brasileiro, neste caso) de inglês. Já a formulação de que o sujeito perdeu a ilusão de querer falar como um nativo é “completada” por uma sequência que irrompe com valor de argumento ou de motivo para a perda da ilusão: *isso é impossível*. Na enunciação da impossibilidade de ocupar o lugar do nativo pode estar a manifestação do desejo inconsciente de ocupação justamente desse lugar, na negativa (*im-possível*) com características de denegação: o *querer falar como um nativo* confronta-se com o real da impossibilidade, mas, ao negar, o sujeito enuncia o seu desejo: o desejo de *falar como um nativo*.

Embora com outros efeitos de sentido, o mesmo ideal de competência plena na língua nativa encontra ecos neste outro dizer, também de aluna de Letras-Inglês:

**E:** E o que que significa pra você saber bem inglês?

**A2:** é / eu acho que quando a pessoa tem conhecimento / é como por exemplo / português / é / a gente fala português / mas na verdade a gente não sabe bem / a gramática:: normativa / ou falar culto / eu acho que o saber bem seria você dominar é::: tanto a gramática normativa quanto o que as pessoas falam na rua / eu acho que isso seria saber bem / você conhecer as diferenças / né? / os diferentes níveis linguísticos / o que eu acho que é impossível né? / (pra) você saber bem uma língua você precisa conhecer / por exemplo / o inglês / pra você saber bem / você precisa conhecer o inglês americano / o inglês britânico / o que é falado na Jamaica / na Nova Zelândia / Austrália / e é difícil né?

O mesmo significante *impossível* surge no fio do discurso produzindo como efeito de sentido a impossibilidade de que qualquer falante de uma língua venha a conhecer todas as variantes da língua e apontando para uma contradição no dizer: saber bem uma língua seria conhecer a língua na sua “totalidade”<sup>7</sup>, mas dada a impossibilidade de que essa condição se realize, nenhum falante seria bom conhecedor de sua língua. Nessa idealização do conhecimento “total” de uma língua, parece já se delinear o seu reverso: a condição faltosa de todo e qualquer sujeito em sua língua, a quem a língua na sua plenitude sempre falta.

O discurso da falta é com frequência o contraponto do discurso de idealização da competência na língua, em especial, em dizeres de aprendizes de inglês como língua estrangeira. A idealização de “domínio” pleno do falante nativo é contrastada com a insuficiência de conhecimento e desempenho na língua estrangeira por parte do aprendiz. O discurso da falta pode ser também sintoma de uma identificação com o lugar do falante nativo. Como se trata de um lugar inatingível para o aprendiz – estrangeiro naquela língua –, o aprendiz está sempre em falta na língua.

A presença forte desse discurso da falta em enunciações de aprendizes ou professores em formação foi observada em outras pesquisas<sup>8</sup>. Na sequência discursiva a seguir, vê-se, mais uma vez, a idealização do nativo como aquele que “domina” a sua língua, que sempre sabe *o que está certo ou errado*<sup>9</sup>.

**E:** Por que você se sente assim [intimidada] falando com nativos?

<sup>7</sup> As aspas sinalizam que a “totalidade” de uma língua é uma condição imaginária irrealizável, conforme a posição teórica já explanada neste texto.

<sup>8</sup> Cf. Baghin-Spinelli (2002), Grigoletto (2003), Palma (2011).

<sup>9</sup> O excerto faz parte do corpus de análise da dissertação defendida por minha orientanda Ana Maria Balboni Palma em 2011. A pesquisadora entrevistou alunos adultos de escolas de idiomas, aprendizes de inglês, que já tivessem tido contato profissional com falantes nativos e não-nativos de inglês.

**A3:** Porque eu tenho certeza que eles sabem o que tá certo e o que tá errado.

**E:** Você acha que...

**A3:** Que ele vai me corrigir a qualquer minuto... (...) Com eles [nativos], sim. Com os outros [não-nativos] não tanto, que a maioria fala tão errado quanto eu, então eu tenho mais facilidade para lidar com essas pessoas...agora com nativo é mais complicado falar, com certeza. (p. 40-41)

Esse “sujeito da falta”, se assim podemos denominá-lo, é confrontado, como vimos, pelo fantasma da completude, no sentido de que há uma possível matriz identificatória com o ideal de total domínio de uma língua, ideal que também perpassa o depoimento escrito reproduzido abaixo, de outro aluno de Letras-Inglês, em resposta à pergunta da entrevistadora sobre o que significa saber bem inglês.

**A4:** [Saber bem inglês é] saber o funcionamento da língua, sua construção, seu uso, para poder ler, escrever e falar com total domínio – até sonhando nela.

Na enunciação de A4, nota-se, no plano lexical, o emprego do significante *total* como forma de predicar sobre o que significa saber bem uma língua estrangeira. Chama a atenção o sentido de *totalidade* conferido por esse significante, que atribui à língua as características de ser finita e delimitada por um espaço imaginário de contextos ou situações de uso. Em consequência, atribui-se à língua, que é qualificada dessa forma, a possibilidade de ser abarcada e apreendida por inteiro. Uma língua que se domina, ou que se pode ou se deve vir a dominar.

Retomando a questão dos sentidos da língua inglesa no imaginário social brasileiro, o estatuto do inglês como a língua do trabalho e dos negócios no mundo globalizado define a importância e a grande utilidade da língua nesse imaginário. Mas há ainda uma especificidade relacionada à expansão do inglês, que é única dessa língua: como hoje, segundo os sociolinguistas, o número de falantes não-nativos de inglês já superou o número de falantes nativos, vários linguistas aplicados no contexto anglo-saxão passaram a postular a existência de um inglês internacional (ou mundial)<sup>10</sup>. Esse inglês internacional seria a variante do inglês falada pelos não-nativos em seus contatos com outros não-nativos ou com nativos. Ou seja, postula-se a existência de uma variante do inglês não demarcada por fronteiras geográficas,

<sup>10</sup> Cf., por exemplo, Rajagopalan, 2005.

com todas as implicações que essa condição acarreta, de uma língua sem ideologia, não atrelada a uma cultura e a uma história específicas.

O discurso do inglês internacional funda a possibilidade de identificação com o ideal de uma língua neutra, perfeita, sem ideologia, e que seria, por isso mesmo, um instrumento de comunicação perfeito. Nesse imaginário, a língua refletiria o ideal da comunicação linguística: uma língua tornada objeto de uma comunicação sem falhas, sem equívocos, que se apresentaria como mero instrumento. Obviamente, não se pode apagar a complexidade das línguas, todas perpassadas por processos histórico-ideológicos de constituição de seus sentidos e pela condição inescapável dos equívocos que atravessam a sua materialidade; porém, a imagem do inglês internacional produz, como efeito, um deslocamento nessa condição.

Outra imagem de língua estrangeira em discursos sobre ensino e aprendizagem de línguas no Brasil, e provavelmente não só em relação ao inglês, provém da ênfase na oralidade, que projeta a imagem de uma língua que se *fala* e do ideal de aprendiz como um *falante* da língua, que se apropria desse instrumental linguístico para a comunicação oral. Essa é a ênfase em cursos de escolas de idiomas e também nas representações que a mídia brasileira veicula sobre a utilidade e a necessidade do aprendizado de línguas estrangeiras no Brasil. A ênfase na oralidade nos discursos sobre línguas tem consequências no processo identificatório de brasileiros, aprendizes e professores de línguas estrangeiras.

Tanto professores quanto aprendizes tendem a se identificar com a imagem do indivíduo que *fala* a língua como definição de pessoa conhecedora da língua estrangeira; nesse imaginário, nenhuma outra habilidade (leitura ou escrita) serviria para definir um conhecedor da língua. Essa identificação entra em conflito com um enunciado, já bastante estabilizado, sobre ensino e aprendizagem de língua estrangeira no âmbito da escola básica pública, que funciona como um pré-construído e repercute em outros discursos. Esse enunciado pode ser assim formulado: não se aprende língua estrangeira na escola pública. Cabe observar que o inglês tende a ser a língua circunscrita por esse enunciado, fazendo supor que o imaginário sobre o ensino de outras línguas estrangeiras na escola pública possa ser diferente.

As seqüências discursivas a seguir, recortadas de um corpus de depoimentos de alunos do terceiro ano do ensino médio de uma escola pública da Grande São Paulo<sup>11</sup>, contêm

---

<sup>11</sup> As seqüências foram extraídas da dissertação de mestrado de minha orientanda Andreia Cristina Alves de Oliveira Silva, defendida em 2010. A pesquisadora estudou as representações de alunos do ensino fundamental e médio de escolas públicas em São Paulo sobre o ensino e o aprendizado de inglês na escola básica pública, por meio da análise de seus dizeres em entrevistas.



indícios da identificação desses alunos com a imagem de que não se aprende língua estrangeira na escola pública.

**E:** por que [você não gosta de inglês]?

**A5:** porque eu acho que é difícil... apesar que nada é difícil né?... só basta você querer... mas assim eu acho que tem mui::ta/ é muito complicado .. não sei porque eu não tive oportunidade de aprender:... né? não sei porque minha mãe não teve condição de pagar... assim... um curso melhor pra mim... mas acho que vai do esforço né? se eu quisesse... se eu gostasse mesmo eu correria atrás... (p. 86)

**E:** onde você pretende usar[o inglês]?... para quê?

**A6:** onde?... é que eu pretendo ...como eu quero fazer medicina ou se eu não for fazer medicina eu pretendo fazer administração ou comércio exterior... então eu pretendo ir para fora fazer pelo menos...é um sonho fazer de fazer uma MBA... quem não tem?... ent/mas eu pretendo viajar fora...e se eu for viajar fora eu preciso pelo menos do inglês ...é uma coisa que eu... que eu quero aprender...a falar mesmo para... se possivelmente eu for ... eu for embora daqui...que eu pretendo:: ir para outro país...fazer o inglês para estar me ajudando... (p. 53)

Ao final do ensino médio e, portanto, após vários anos de estudo de inglês na escola, encontram-se, nos dizeres desses alunos, formulações deste teor: *não sei porque eu não tive oportunidade de aprender:... né? não sei porque minha mãe não teve condição de pagar... assim... um curso melhor pra mim... (A5)*; e *se eu for viajar fora eu preciso pelo menos do inglês ...é uma coisa que eu... que eu quero aprender...a falar mesmo (A6)*, em que o aprendizado da língua inglesa é predicado como algo por se fazer, uma empreitada futura, e em que se explicita o foco no aprendizado da habilidade de fala, na formulação de A6. Com isso, sinaliza-se que o aprendizado da língua inglesa dentro da escola não aconteceu (efeito de sentido do dizer de A5), ou, no dizer de A6, não aconteceu como deveria, com o desenvolvimento da expressão oral.

O enunciado de que não se aprende inglês na escola básica pública pode ser fruto do processo de gramaticalização a que o ensino de inglês foi submetido, como propõe Celada (2008), processo esse de redução do aprendizado da língua a um conjunto de regras gramaticais. Mas esse enunciado também faz sentido pelo confronto imaginário estabelecido entre o ensino de inglês na escola e dois ideais: o ideal de aprendiz como aquele que se tornou falante da língua e o ideal de língua como mero instrumento de comunicação.

## **Considerações finais**

Trazendo essas questões das imagens das línguas e de suas possíveis incidências nos processos identificatórios de sujeitos para a esfera do ensino de línguas estrangeiras, penso que devemos refletir sobre como essas imagens podem se traduzir em formas de distanciar o aluno-aprendiz de um processo de inscrição significativa na língua estrangeira (inscrição significativa se o sujeito puder estabelecer uma relação singular com a língua, mas que será sempre um processo de subjetivação a essa língua). O aprendiz corre o risco de ter dificultada a sua inscrição singular na língua estrangeira se: 1) buscar como meta ideal ocupar o lugar – impossível – do falante nativo; 2) se ele se apoiar no imaginário da possível neutralidade de uma língua, no sentido de que uma língua pode ser aprendida e apreendida sem a sua historicidade, como uma língua neutra, sem ideologia e sem história, na qual supostamente todos se entendem (não nos esqueçamos de que hoje a língua inglesa é projetada imaginariamente, pela sua condição de língua internacional da globalização, como um idioma próximo do ideal de língua sem contornos ideológicos); 3) e, sobretudo talvez, se o ensino permanecer pautado na instrumentalização da relação com a língua, seja por meio da excessiva gramaticalização, seja por meio do ensino de fórmulas (expoentes de funções comunicativas, muitas vezes) que supostamente devem levar à comunicação eficaz, principalmente no que toca ao desenvolvimento da oralidade.

É preciso que o sujeito aprendiz tenha a oportunidade de realizar uma inscrição subjetiva na língua estrangeira. Tal concepção de aprendizagem de línguas tem como pressuposto que a relação com a língua estrangeira se dá na imbricação entre projeções imaginárias, o real da língua e processos simbólicos de subjetivação que vão inscrever o sujeito na língua.

O ensino de língua estrangeira deve ser capaz de propiciar condições para que o aprendiz instaure o espaço da diferença, marcando essas diferenças não só na relação entre as discursividades da sua língua com as da língua estrangeira, mas no retorno do olhar para as não-coincidências dentro da sua própria língua. Em suma, o ensino de língua estrangeira deve ser capaz de propiciar ao aprendiz condições de “penetrar na discursividade [da outra] língua” (CORACINI, 2011, p. 16), para que o aprendiz não permaneça preso apenas a projeções imaginárias que podem se cristalizar e engessar a sua relação com a língua estrangeira.

## Referências

- ATIENZA, José Luis. L'émergence de l'inconscient dans l'appropriation des langues étrangères. **Études de linguistique appliquée**, nº 131, 2003, p. 305-28.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- BAGHIN-SPINELLI, Débora C.M. **Ser professor (brasileiro) de língua inglesa**: um estudo dos processos identitários nas práticas de ensino. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, 2002.
- BHABHA, Homi K. **The location of culture**. London: Routledge, 1994.
- CATANZARO, Gisela. Materia e identidade: el objeto perdido. In: Arfuch, L. (comp.) **Identities, sujetos y subjetividades**. 2ª ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005, p. 59-87.
- CELADA, María Teresa. O que quer, o que pode uma língua? Língua estrangeira, memória discursiva, subjetividade. **Letras**, nº 37, v.18/n. 2, 2008, p. 145-68.
- CELADA, María Teresa. Una metáfora de cómo puede fundarse el proceso de enseñanza/aprendizaje de lengua extranjera. **Letr@ Viv@**, v. 10, nº 1, 2010, p. 189-203.
- COOK, Vivian. Going beyond the native speaker in language teaching. **TESOL Quarterly**, v. 33, issue 2, 1999, p. 185-209.
- CORACINI, Maria José. Prefácio. In: Uyeno, E. Y.; Cavallari, J. S. (orgs.) **Bilinguismo: subjetivação e identificações nas/pelas línguas maternas e estrangeiras**. Campinas: Pontes, 2011, p. 9-17.
- DERRIDA, Jacques (1996). **O monolinguismo do outro ou a prótese de origem**. Porto: Campo das Letras, 2001.
- GRIGOLETTO, Marisa. Um dizer entre fronteiras: o discurso de professores e futuros professores sobre a língua inglesa. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, nº 41, 2003, p. 39-50.
- HALL, Stuart (1992). **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.
- HALL, Stuart (1996). Quem precisa da Identidade? In: Silva, T. Tadeu da (org.) **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-33.
- NASIO, Juan-David (1988). **Lições sobre os 7 conceitos cruciais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- PALMA, Ana Maria B. **Representações de falantes nativos e não-nativos de inglês no discurso de alunos brasileiros**: (des)construindo oposições binárias. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, USP, 2011.
- PENNYCOOK, Alastair. **The cultural politics of English as an international language**. London: Longman, 1994.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. A geopolítica da língua inglesa e seus reflexos no Brasil. In: Lacoste, Y. (org.); Rajagopalan, K. **A geopolítica do inglês**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 135-59.
- RAMPTON, M. B. H. Displacing the 'native speaker': expertise, affiliation and inheritance. **ELT Journal**, v. 44, issue 2, 1990, p. 97-101.

REVUZ, Christine (1996). A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: I. Signorini (org.) **Língua(gem) e identidade**. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 213-30.

ROBIN, Régine. **Le deuil de l'origine**. Paris: Éditions Kimé, 2003.

SILVA, Andreia C. A. de O. **Representações do aprender inglês no Ensino Fundamental e Médio**. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, USP, 2010.

SOUSA, Greice de N. Espanhol: “língua de cultura”, mas qual não é? O aprendiz brasileiro entre as línguas: espanhol e inglês”. In: Celada, M. T.; Fanjul, A. P.; Nothstein, S. (coords.) **Lenguas en un espacio de integración: acontecimientos, acciones, representaciones**. Buenos Aires: Biblos, 2010, p. 67-84.

TAVARES, Carla N. V. Traços derradeiros de sedução na constituição do professor de língua estrangeira. In: Coracini, M. J.; Ghiraldelo, C. M. (orgs.) **Nas malhas do discurso: memória, imaginário e subjetividade**. Campinas: Pontes, 2011, p. 139-66.

Joice Armani Galli

LETRAMENTO DIGITAL NO ENSINO A  
DISTÂNCIA DE LÍNGUA FRANCESA NA UFPE:  
IDENTIDADES (IN)VISÍVEIS



## LETRAMENTO DIGITAL NO ENSINO A DISTÂNCIA DE LÍNGUA FRANCESA NA UFPE: IDENTIDADES (IN)VISÍVEIS

### Apresentação

A inserção do FLE (Francês Língua Estrangeira) na presente publicação tem por objetivo apresentar a experiência da Língua Francesa na Coordenação de Ensino a Distância - CEAD - da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Ao abordar o ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira (LE) nos remetemos necessariamente para a abordagem das culturas a ela relacionadas. Nesse sentido, a francofonia<sup>2</sup> foi a cultura identitária eleita por privilegiar não somente uma determinada concepção de língua e cultura, mas por sua diversidade inclusiva. Entende-se francofonia, pela vasta esfera educativa que ela encerra, como valores democráticos decorrentes de políticas integradoras culturais e linguísticas e dos desafios propostos pelo desenvolvimento sustentável e pela solidariedade (ROY, 2010, p. 163)<sup>3</sup>. Dessa forma, busca-se oportunizar o desenvolvimento da autonomia, perspectivando o letramento no processo de ensino aprendizagem do FLE, para formação de estudantes críticos, plurais e engajados.

O presente artigo será desenvolvido sob três grandes eixos, um primeiro panorâmico, resgatando o papel das imagens na história das metodologias de ensino de línguas através da obra de Christian Puren (1988) e algumas representações identitárias visíveis e invisíveis então sugeridas a exemplo dos clichês. Tais representações permitirão seguir a trajetória dos modelos de leitura em LE sob uma perspectiva dialógica de letramento. Nesse sentido, cabe registrar que o título da disciplina *Francês Instrumental* (FI) remete para uma dinâmica de ensino do FLE já suplantada na Europa, mas ainda em desenvolvimento na América do Sul e particularmente no Brasil (GALLI, 2004). O levantamento panorâmico converge para finalmente relatarmos a *mise en place* do FI no CEAD da Federal de Pernambuco, considerando perspectivas teóricas da francofonia de Jean-Louis Roy (2010) e da pesquisa

---

<sup>1</sup> Professora de Língua Francesa no Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco CAC/UFPE, Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS e Mestre em Teoria da Literatura Francesa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/ PUCRS. Pesquisadora do NEPLEV e NEHTE através do projeto LENUFLE – Lettrisme Numérique dans le Français Langue Étrangère e colaboradora do NIG – Núcleo de Investigações sobre Gêneros Textuais.

<sup>2</sup> O termo tem duas concepções: francofonia (com a inicial minúscula), usada para referir-se ao emprego linguístico do francês, e Francofonia (com a inicial maiúscula), usada para designar o conjunto de países ou de instâncias oficiais que têm em comum o uso do francês.

<sup>3</sup> A abordagem do conceito de francofonia estabelece uma interface com o dialogismo bakhtiniano (1999), já que permite que se ensaie um processo de aquisição para além dos estereótipos, para além da mera decodificação ou reprodução da língua. A *TVS Monde*, cujo slogan é UMA LÍNGUA, VÁRIAS VOZES, é conhecida pela expressão plural que divulga, compartilhando a diversidade das culturas e das opiniões da comunidade francófona.

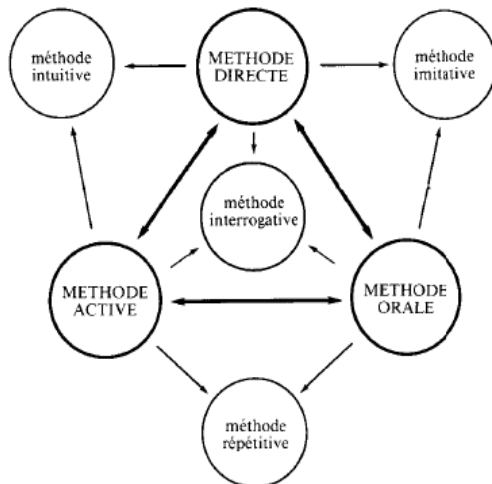
em FLE concernente à obra *Guide pour la recherche en didactique des langues et des cultures: approches contextualisées* (2011), organizada por Philippe Blanchet e Patrick Charadenet.

### Um olhar sobre o papel das imagens na história do ensino de FLE

Segundo Puren, em sua obra *Histoires des méthodologies de l'enseignement des langues* (1988), os quatro primeiros grandes movimentos na constituição da epistemologia para o ensino de FLE foram marcados por ciclos alternados no que tange à abordagem escrita e oral, repercutindo na ausência ou no emprego de imagens. Assim, na Metodologia Tradicional (MT), desenvolvida ao longo de três séculos (XVII, XVIII e XIX), a ênfase centrava-se na abordagem escrita da língua em seus textos, sobretudo literários, dispensando o recurso à imagem e à oralidade. Em seguida, a Metodologia Direta (MD), iniciada em 1902 que, por seu caráter autoritário, tornou-se conhecida como o 'Coup d'état pédagogique', sobrevalorizou a oralidade e o emprego de imagens. Apesar de sua breve duração, não mais que dez anos, a MD é considerada a matriz histórica das técnicas, procedimentos e métodos para o ensino de uma LE. Data desse período a elaboração de cartazes, cuja abordagem deveria discorrer sobre uma única temática 'La leçon de choses'. Na indicação direta da imagem evitava-se passar pelo intermédio da Língua Materna (LM), concebida então como a vilã no desenvolvimento de uma aula de LE, inaugurando-se o uso conjunto da imagem e do som humanos.

A Metodologia Ativa (MA) desenvolvida entre as décadas de 1910 a 1960 tinha como marca o ecletismo, por pretender somar os aspectos positivos de ambas as metodologias precedentes. Nomeada igualmente como a metodologia 'mista ou eclética', reunia os métodos preconizados pela MD.

No esquema sugerido por Puren, na página 121 e reproduzido a seguir, há relações recíprocas entre o método ativo,



direto e oral, correspondendo-se igualmente com os métodos intuitivo, imitativo, interrogativo e repetitivo próprios desse período.

Porém, certamente nenhuma dessas três metodologias foi mais rica na abordagem das imagens do que a Metodologia Audio-Oral-Visual (MAOV), para os fundamentos linguísticos da cultura americana (distribucional e behaviorista) e, Metodologia Estrutural-Global-Audio-Visual (MSGAV), nos estudos do Círculo de Praga e, portanto, para o arcabouço teórico europeu particularmente para os temas relativos à enunciação.

A recorrência ao recurso das imagens instaura uma nova época para os estudos didáticos no ensino de línguas, fazendo nascer uma nova DLE, *Didactique de langues étrangères*, redimensionando este saber com a criação de organismos franceses, tais como o CREDIF, *Centre de recherche et d'études pour la diffusion du français*, o CLAB, *Centre de linguistique appliquée de Besançon* e o BELC, *Bureau pour l'enseignement de la langue et de la civilisation françaises* do CIEP – *Centre international d'études pédagogiques*. Atestando tal inserção dos estudos na forte atribuição do valor das imagens, elabora-se a primeira edição experimental, em 1958, de *Voix et Images de France* (VIF), no CREDIF em Saint-Cloud, Paris. A inflação pela realização conjunta do áudio e do visual permite que a MSGAV francesa seja caracterizada por três grandes períodos:

- 1960, VIF, integração didática máxima em torno do suporte visual;
- 1970, DVV (*De Vive Voix*), reprodução de imagens a partir de filmes, os diapositivos;
- 1980, *Archipel, Sans Frontières, Reflets e Tempo*, anunciando novos encadeamentos didáticos através de noções e funções comunicativas.

Nesse período, as ciências da linguagem ganham novo espaço no cenário internacional, uma vez que migram do estudo da língua para o estudo do discurso. Não meramente as palavras são pertinentes, mas sua representação em um 'acte de parole', bem como reconhecer-se que não é somente a frase que comunica, mas o enunciado, daí o surgimento das Teorias de Referências, tais como a Psicolinguística, a Semântica, a Sociolinguística, a Análise do Discurso dentre muitos outros saberes acerca da linguagem.

Cabe ressaltar a importância da série 'A traição das imagens' do artista surrealista belga René Magritte, que tão bem soube ilustrar o período imagético, a exemplo da representação a seguir:





Desnecessário discorrer sobre o crescimento então das imagens até a atualidade, mergulhados que estamos em uma sociedade cujo visual é determinante, a exemplo da publicidade que sabe sobremaneira explorá-la em prol de campanhas de consumo. Tal constatação faz com que continuemos o percurso histórico nos estudos do FLE, passando para a ruptura de metodologias e adotando uma nova terminologia.

A partir da década de 70, a Abordagem Comunicativa (AC) consolida-se nos estudos linguísticos por aclimatar o conceito de comunicação anteriormente ao de conhecimento linguístico e gramatical. Acrescente-se o fato de que o emprego de ‘abordagem’ torna mais flexível e menos pretensioso o uso dos elementos que constituem um período histórico na epistemologia do conhecimento didático-linguístico. Tal conceito é ampliado nos anos 90 através da Abordagem Acional (AA) preconizada pelo Cadre – Cadre européen commun de référence pour les langues (CECRL). Agir com o outro em LE, concebendo a língua e, portanto, toda e qualquer imagem identitária por ela carregada sob uma perspectiva de **interação social** é o que sugere o Cadre (2005) no tocante ao plurilinguismo.

De fato, ao migrarmos no século XX de uma Sociedade de Consumo para uma Sociedade de Informação as imagens não tiveram senão uma consagração quanto à importância de seu papel. Assim, as TICE (Tecnologias da informação e comunicação para o ensino) e toda tecnologia oportunizada pela Internet obriga-nos forçosamente a entendermos a Abordagem Sociodidática (AS), sugerida por Philippe Blanchet e Patrick ChardeNET na obra organizada sob o título de ‘Pesquisa contextualizada’ (2011) como marcador temporal desta trajetória da história das metodologias e abordagens do ensino de LE. Vale, portanto, que se desmistifiquem imagens até então estereotipadas sobre a Língua Francesa, concebida outrora de forma elitista, através da desconstrução dos clichês franceses ilustrados em um vídeo<sup>4</sup>, em que a ideia de que a França seja tão unicamente Paris e de que todos os franceses tenham vista para a Torre Eiffel, dentre outras, é ironicamente desfeita<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> [http://www.youtube.com/watch?v=GsfSmG18\\_6I](http://www.youtube.com/watch?v=GsfSmG18_6I).

<sup>5</sup> Segundo Roy, a francofonia foge absolutamente deste referencial, já que critica aqueles que sonham com um amplo movimento de promoção da língua francesa, uma espécie de reconquista dos territórios perdidos, lembrando com nostalgia o tempo em que o

## Modelos de leitura em LE e Letramento

Considerando o fato de que o ensino de Língua Francesa na plataforma do CEAD da UFPE aconteça pelo viés da leitura, por meio do Francês Instrumental (FI), o percurso histórico justifica nossa escolha metodológica, uma vez que nos permite entender o porquê de um momento do ensino do FLE repercutir ainda no sistema brasileiro de educação. Atualmente, o FI foi suplantado pelo FOS ou pelo FOU, *Français à des objectifs scientifiques* ou *Français à des objectifs universitaires* respectivamente. Em poucas palavras, o ensino dessas variedades da língua francesa contempla as cinco competências defendidas pelo CECRL, as compreensões oral (CO) e escrita (CE) e as produções (nomeadas expressões em francês) igualmente oral e escrita (EO)/(EE) e a competência intercultural, ainda que especificamente para uma determinada área de interesse.

Partindo-se do pressuposto de que ler em uma LE é condição essencial para a formação acadêmica, a tese de Galli (2004) sobre os exames de proficiência em francês permite que se justifique a razão pela qual ainda seja realizado o FI no contexto nacional. Solicitação formal do governo brasileiro desde 1969, a normativa oficial Número 77 do Conselho Federal de Educação (CFE) exige o exame de proficiência (mais correto seria dizer suficiência) em leitura de LE para os candidatos aos cursos de pós-graduação, em uma LE para o mestrado e em duas para o doutorado.

Assim a Ementa do programa de FI EAD da UFPE corresponde a uma aplicação das estratégias de leitura e a uma introdução elementar ao FLE, tendo por objetivo levar de maneira progressiva o aluno à compreensão de textos curtos. Tal ementa remete-nos mais uma vez para a história das metodologias do ensino de línguas de Puren (1988, p. 289). A MAOV americana, nascida no contexto da II Grande guerra, incitou os Estados Unidos a criarem uma terminologia concebida por linguistas e não mais por professores, uma vez que entendia como uma conquista de território a aquisição de uma LE. Assim, o ASTP (Army Specialised Training Program), cujo objetivo era formar rapidamente um número suficiente de militares para atuar nos cenários estrangeiros de suas expedições, consagra termos bélicos tais que ‘as estratégias de leitura’ como recursos válidos para o processo de ensino e aprendizagem da suficiência em leitura.

Nesse sentido, Galli (2004) discorre sobre quatro modelos de leitura os quais vislumbram o caminho metodológico seguido pelo ensino de FI no CEAD/UFPE. Paralelamente aos modelos pedagógicos de ensino de línguas, a competência leitora e, por

---

francês não precisava se compor com a pluralidade do mundo, pois dominava a diplomacia, o direito, a matemática e... as colônias. Essa fuga ao passado deve ser enxergada como o que é realmente: uma perigosa mistificação. (ROY: 2010, p. 104)

consequente, a leitura, como referencial de base nos estudos acadêmico-científicos é caracterizada nos anos 50 pelo modelo designado de *Bottom-up*, ou seja, modelo 'ascendente', já que entende que toda informação está presente no texto, cabendo ao leitor apenas identificá-la. Depende-se deste período os exames de leitura e interpretação de textos em que se demanda a localização precisa de informações textuais.

Como nos movimentos das metodologias do ensino de línguas, os períodos relativos ao histórico dos modelos de leitura alternam-se igualmente de forma cíclica. Assim, o modelo seguinte, difundido, sobretudo, na década de 60 e início dos anos 70, reconhecerá no leitor a fonte de informação máxima e não mais no texto, daí o nome *Top-down*, isto é, modelo 'descendente', partindo-se de cima para baixo.

Os anos 80 serão marcados pela tentativa de equilíbrio, dessa forma, menos que o produto da leitura e mais que seu processo, a interação será responsável por determiná-la. É neste contexto de gerenciamento do sentido que temos a marca nuclear que caracteriza o modelo *Interativo*.

Na contemporaneidade, além dos princípios preconizados pelo modelo interativo de leitura é preciso compreendê-la a partir do contexto que a encerra, assim o modelo *Socio-interativo* consiste na implicação recíproca de todos os elementos no ato da leitura em LE (GALLI, 2004: 29). Acrescente-se o fato de que o modelo Socio-interativo é caracteristicamente um parâmetro precursor para os estudos de leitura, pois inova no conceito da pesquisa, situada em relação ao contexto histórico, político e de poder. Sendo igualmente inovador na concepção de ensino com imagens e particularmente no ensino a distância para a área de conhecimento das LE, por fim, inova na prática social da língua por engendrar o que denominamos aqui de 'letramento digital', já que reúne os preceitos do letramento em LE ao ensino a distância.

## **O desenvolvimento do FLE/FI no E-Letras/UFPE**

Conforme o panorama traçado até o presente momento, o histórico relativo ao emprego crescente do recurso às imagens é indiscutível. Sendo assim, as imagens e sua relação identitária passaram por uma verdadeira revolução, visto que seu papel é de suma importância nas relações sociais da atualidade e determinante no ensino a distância ao ponto de serem nomeadas 'imagens digitais', conforme pesquisa de Ferraz-Sailler:

*Si d'une part on peut dire que cliquer sur une image n'est pas un gage d'apprentissage réussi, il n'est pas moins vrai, d'autre part, qu'une image peut déclencher une charge sémantique importante qui aidera l'apprenant dans sa quête de sens, dans la mesure où il se trouve plongé dans une logique narrative et aussi dans une posture active. En effet, les scènes ne se succèdent que s'il participe au récit par ses actions... (2008, p. 75)*

Se podemos por um lado afirmar que clicar em uma imagem não é uma garantia de aprendizagem, não é menos verdadeiro, por outro lado, que uma imagem desencadeie uma carga semântica importante que auxiliará o aprendiz em sua busca de sentido, na medida em que ele se encontra mergulhado em uma lógica narrativa e também em uma postura ativa. Com efeito, as cenas não têm sentido se não forem acompanhadas em sua narrativa por suas ações... (2008, p. 75 tradução nossa)

Sob tal perspectiva, é preciso ter em mente que as 'imagens digitais' não são fixas, sobretudo, nos sites de navegação em que se desenvolveu este estudo. Assim, orientados pela pesquisa de natureza contextualizada e pelo modelo de leitura de cunho sócio-interativo apresentaremos algumas atividades de FI desenvolvidas com um grupo de francês, em que letramento digital e imagens virtuais relacionam-se não meramente como suporte, mas como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem do FLE e, portanto, de aquisição desta língua e cultura.

### **Uma viagem virtual aos 'Jardins de Monet'**

Durante o I semestre de 2011, a partir do conteúdo disponível na plataforma Moodle<sup>6</sup>, foram trabalhadas quatro atividades e um exame final para atribuição de nota. Inicialmente vislumbraram-se reflexões acerca do que seja ler e especialmente o que se entendia por leitura, fosse a leitura em LM, fosse a leitura em LE, partindo-se para as abordagens passíveis de serem realizadas e suas estratégias, além dos gêneros textuais que seriam trabalhados.

No tocante aos aspectos gramaticais, previstos para um nível 'débutant', correspondente a A1/A2 do CECRL, além de algumas noções de fonética, privilegiou-se o conhecimento dos artigos, dos números, de algumas preposições, dos pronomes

---

<sup>6</sup> <http://www.ufpe.br/cead/moodle/>.

possessivos e demonstrativos. Gramaticalmente os adjetivos desempenharam papel preponderante na leitura dos textos, bem como o conhecimento dos verbos de base como 'Être et Avoir' e os demais do I grupo do Presente do Indicativo, a negação em francês e a distinção no uso dos pronomes pessoais 'vous' e 'tu'. Perspectivados sob o princípio da língua como discurso e das frases como enunciados ou 'actes de parole', pode-se afirmar que houve aquisição desses conhecimentos, como é possível verificar no índice de aprovação de 80% dos alunos.

O funcionamento das aulas desenvolve-se a qualquer momento na plataforma, além das informações de base, os alunos dispõem de uma carga horária semanal com a professora da disciplina, bem como com um monitor presente ao longo de todo o tempo. Além disso, o formato do curso prevê a realização de duas webconferências por semestre, momento em que é possível conhecer *vis à vis*, professores e alunos. Nesses encontros semipresenciais, já que contam com o suporte técnico disponibilizado pela e na UFPE, é possível que outras dúvidas sejam dirimidas durante a conversa entre professor e aluno. Em uma mesma tela, a professora munida de microfone e filmadora aparece nas telas dos diferentes polos, visualizando todos os *campi* com os quais está prevista a webconferência. Trata-se de um momento muito rico, tanto em termos de pesquisa quanto em termos de ensino para os estudos da aquisição e aprendizagem das LE.

O público deste contexto são estudantes provenientes do Curso E-Letras distribuídos em 6 Polos: Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Limoeiro, Pesqueira, Recife, e PARFOR. Após as discussões preliminares da disciplina, os alunos são sensibilizados ao conceito do que seja franconfonia sob a perspectiva do diálogo das culturas e da cultura ao diálogo, já que o vínculo entre a dimensão política da Francofonia e a promoção da língua francesa não é marginal, mas capital segundo Roy (2010, p. 107). A promoção da língua francesa através dessa dimensão política da cultura amplia as expectativas dos alunos, os quais não estarão mais restritos ao código linguístico, mas convidados a perspectivar a língua francesa sob o viés da cultura dialógica da francofonia. Parafraseando Roy (2010), convidamos os alunos a visitarem, navegando e explorando imagens do mapa da francofonia no mundo, para, a seguir, entrarmos na França por meio de regiões que não fossem unicamente centrais, como Paris. Através do site Villages de France<sup>7</sup>, cuja página de entrada disponibilizamos a seguir, iniciamos efetivamente o exercício da atividade.

---

<sup>7</sup> [http://www.villagesdefrance.fr/page\\_france](http://www.villagesdefrance.fr/page_france).

A atividade proposta discorria inicialmente sobre uma abordagem mais *Bottom-up* do texto ‘La carte des villages de France’. A partir da orientação inicial de copiar e colá-lo em uma página Word, algumas solicitações pontuais foram pedidas, tais como, atribuir, segundo as cores indicadas, os aspectos gramaticais no texto:



- Bleu/les articles indéfinis;
- Rouge/les articles définis et ses contractions avec la préposition à et avec la préposition de;
- Fazer uma lista de 10 palavras transparentes, colocando sua tradução, sem recorrer ao dicionário, a fim de permitir a ativação das estratégias de leitura como a inferência;
- Escolher a resposta correta: No título ‘La carte...’ significa: A carta ( ); O mapa ( ); O cardápio ( ).

Ou ainda desenvolver respostas frente às questões:

- O texto nos conduz às cidadezinhas mais ou menos conhecidas, justifique sua resposta.
- A palavra ‘village’ é do gênero masculino ou feminino? Justifique sua resposta a partir de exemplos tirados do próprio texto.

Essa primeira ação em relação ao texto/imagem permitiu que os alunos tivessem o confronto com um texto todo redigido na língua alvo, no caso, a Língua Francesa. Tal atitude atesta a capacidade leitora através da realização de exercícios pontuais no tocante à gramática para incitá-los a seguirem na perspectiva de uma abordagem mais ‘Top-down’ na etapa seguinte. Recursos como a ativação da inferência como estratégia leitora, o

reconhecimento de palavras transparentes e de falsos cognatos foram procedimentos estudados ao longo do semestre.

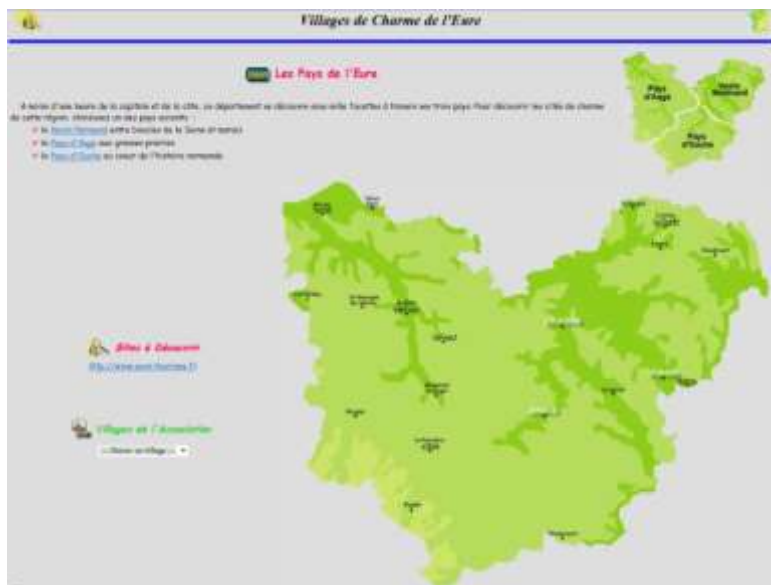
Acrescente-se ainda que o simples fato de reconhecer que a organização político-geográfica da França é diferente da do Brasil oportunizou uma abordagem Sócio-interativa no tocante aos modelos de leitura, bem como um ingresso à pesquisa contextualizada *in loco* no site francês, já que é possível reconhecer igualmente o acesso às regiões através de seus números, o que gera as placas dos veículos e os códigos postais das cidades. Da mesma forma, a identificação de que a palavra ‘village’ contrariamente às de nossa LM, ou seja, a língua portuguesa que terminem com ‘age’ serem todas do gênero feminino levou-os à descoberta de que este vocábulo tem exatamente o gênero contrário nesta LE.

A segunda grande ação foi explorar a imagem para conhecer um desses vilarejos anunciados pelo texto. A orientação era então de clicarem sobre a região da Normandia<sup>8</sup>, na qual o leitor é direcionado para um espaço com três opções, sendo orientado a clicar em ‘Villages de Charme’, na região correspondente ao número 27, intitulada ‘L’Eure’, conforme imagem a seguir.



<sup>8</sup> [http://www.villagesdefrance.fr/page\\_normandie.htm](http://www.villagesdefrance.fr/page_normandie.htm).

Nesse terceiro encaminhamento, o leitor/navegador é direcionado para um espaço com três outras regiões menores, devendo clicar sobre 'Vexin Normand'<sup>9</sup>. Chegamos assim à quarta página da trajetória destas atividades, atingindo nosso objetivo principal: o de conhecer a cidadezinha que acolheu 'Claude Monet', em Giverny<sup>10</sup>.



Nessa quarta página, temos a apresentação de cinco<sup>11</sup> vilarejos todos ilustrados por uma imagem seguida de um texto explicativo (por motivos óbvios, apresentamos aqui somente o primeiro deles, Giverny). É nesse momento que temos a oportunidade de atribuir um tratamento mais global à leitura, a fim de contemplar nossa abordagem sócio-interativa, conforme a atividade que foi proposta, disponibilizada neste momento a fim de ilustrar o processo leitor:

<sup>9</sup> [http://www.villagesdefrance.fr/dept/page\\_eure.htm](http://www.villagesdefrance.fr/dept/page_eure.htm).

<sup>10</sup> [http://www.villagesdefrance.free.fr/dept/page27\\_vexinnormand.htm](http://www.villagesdefrance.free.fr/dept/page27_vexinnormand.htm).

<sup>11</sup> Consideramos pertinente informar que os dados destas páginas são relativos aos acessos realizados durante os anos de 2011 e 2012, período durante o qual eram seis os vilarejos disponíveis: Giverny, Les Andelys, Lyons la Forêt, Vascoeuil, Heudicourt e Lisors. Porém, no acesso em 2013, constatou-se que o segundo vilarejo, cujo texto iniciava por *longeant la Seine, le promeneur será enchanté*, fonte de nossa primeira pergunta do exercício em questão foi retirado, o que não diminui absolutamente o valor do site e dos recursos didáticos ainda pertinentes.



I - Após leitura de todo o documento e visualização de suas fotos, responda às seguintes perguntas, justificando textualmente suas respostas;

a) Qual dos textos faz com que o leitor se sinta um caminhante, passeando pela cidadezinha. Justifique sua resposta com a palavra que identifica a ideia de passeio;

Resp.: **Les Andelys** – “le **promeneur** sera enchanté de découvrir le port de plaisance de la cité”.

b) Qual delas tem um belíssimo castelo de tijolos e de pedra?

Resp.: **Heudicourt** – “Sur un long plateau de terre brune, une immense allée ombragée conduit au château de brique et de pierre.”

c) Em qual dos ‘villages’ morou um dos maiores pintores impressionistas;

Resp.: **Giverny** – “Giverny est essentiellement connu et visité pour avoir abrité pendant 43 ans le peintre Claude Monet et sa famille.”

d) Traduza a frase: ‘Ce qui est resté intact séduit au premier coup d’oeil’

Resp. : « O que ficou intacto seduz logo ao primeiro olhar »

e) Qual dentre essas cidades é considerada uma das mais belas e porquê?

Resp.: **Lyons la Forêt** – “ce paisible village classé au rang des **plus beaux villages de France** est niché au coeur de la forêt domaniale de Lyons”.

Após realização desta segunda grande etapa, os alunos foram orientados a prosseguirem no processo de conhecimento da língua e culturas francesas, sendo convidados a realizarem uma visita guiada à Fundação Monet, no interior da Normandia. Giverny é uma dentre as cinco cidadezinhas do passeio virtual, acessando o link: <http://www.fondation-monet.fr/fr/>, os alunos são convidados a responderem às perguntas a seguir. Sob o prisma da leitura Socio-interativa e da pesquisa contextualizada, os alunos são igualmente incitados a descobrirem e conhecerem mais um site francês:

I) Por estarmos em hemisférios opostos, as estações na Europa são o contrário das que temos no Brasil. Indique o período em que a ‘Maison’ e os ‘Jardins’ de Monet estão abertos ao público e porquê. Navegue no site e descubra.

**Resposta:** De 1 de abril a 1 de novembro, porque essa época abrange a primavera, o verão e o outono no hemisfério norte, as três estações favoráveis à visitação de um jardim.

A partir deste item, todas as perguntas foram feitas com base no texto de abertura do site indicado, o mesmo está disponível a seguir:



Claude Monet a vécu de 1883 à 1926, soit quarante-trois ans, dans sa maison de Giverny. Passionné par le jardinage autant que par les couleurs, il a conçu son jardin de fleurs et son jardin d'eau comme de véritables œuvres. En se promenant dans son jardin et dans sa maison, les visiteurs ressentent toujours l'atmosphère qui régnait chez le maître de l'impressionnisme et s'immergent devant les compositions de fleurs et devant les nymphéas qui ont été ses sources d'inspiration les plus fécondes.

La Fondation Claude Monet est ouverte tous les jours de 10h00 au 18h00 (dernière admission 17h30)

2) Encontre no texto uma palavra terminada por 'age' (como 'village', que também é do gênero masculino) e traduza a frase em que ela se encontra;

Resp: Jardinage. Tradução: Apaixonado pela jardinagem tanto quanto pelas cores, ele concebeu seu jardim de flores e seu jardim aquático como verdadeiras obras (de arte).

3) Nas frases 'Claude Monet a vécu de 1883 à 1926',... e 'Il a conçu son jardin de fleurs et son jardin d'eau comme de véritables oeuvres', indique o tempo verbal empregado respectivamente para os verbos 'viver' e 'conceber': presente, passado ou futuro?

Resp: Passado.

4) Na atividade 2, conhecemos o emprego de 'promeneur', 'alguém que passeia'. Em nossa webconferência falamos do gerúndio, tempo verbal que encontramos em uma frase desse texto. Destaque a frase com gerúndio e a traduza. Depois, diga qual é o sujeito da frase em questão.

Resp: En se **promenant** dans son jardin et dans sa maison, les visiteurs ressentent toujours l'atmosphère qui régnait chez le maître de l'impressionnisme. Tradução: **Passeando por seu jardim e por sua casa, os visitantes sentem a atmosfera que reinava na casa do mestre do impressionismo.** O sujeito é: **les visiteurs (os visitantes).**

5) De acordo com o texto, quais foram as duas fontes de inspiração mais fecundas para o pai do impressionismo.

Resp: **As flores e as nymphéas** (espécie de lírio aquático).

Para conhecer mais sobre Monet indicamos o link de imagens e sons a seguir <http://www.impressionniste.net/monet.htm>, além dos demais recursos como Powerpoint sobre este pintor, disponibilizados em nossa plataforma.

Pensamos que o entusiasmo que caracterizou a vida deste artista possa ser um pouco traduzido na frase de sua autoria *Je dois peut-être aux fleurs d'avoir été peintre* (Devo talvez às flores o fato de ter me tornado pintor/tradução nossa). Esperamos que tal engajamento e compromisso possam colaborar na constituição identitária de estudantes protagonistas e autores de sua história.

### **Considerações Finais sobre um Ensaio para Letramento Digital do FLE**

A relação entre imagem e texto nos leva a pensar em uma *e-didática* para o ensino de LE e particularmente para o ensino de FLE nas circunstâncias de uma abordagem contextualizada do FI a distância, pois segundo Blanchet (2011, p. 10):

*Produire une connaissance, c'est, pour les humains, chercher à comprendre leur environnement (naturel et socioculturel), à se comprendre eux-mêmes (en tant qu'individus et qu'êtres sociaux – c'est-à-dire interagissant entre eux) et à comprendre leurs relations avec leur environnement et réciproquement...et que le sens que nous attribuons au monde nous permette d'agir sur ce monde.*

Produzir conhecimento é, para os humanos, tentar compreender seu contexto (natural e sociocultural), é tentar compreender a si próprio (enquanto indivíduos e enquanto seres sociais – isto é, interagindo sobre eles mesmos) e é tentar compreender suas relações com o contexto de forma recíproca...e que o sentido que atribuímos ao mundo, permite-nos agir sobre este mundo. (tradução nossa)

Necessariamente, tem-se de proceder à escolha de temas oportunos, já que se inscreve em um terreno de prática eminentemente social, daí o emprego do termo 'letramento digital'. Converge nessa perspectiva o entendimento quanto à adequação de gêneros textuais, conforme preconizado por Bakhtin (2006). A adequação do gênero textual está diretamente relacionada ao propósito do trabalho de letramento em FLE. Some-se a este fato o contexto de produção do saber no qual estamos inseridos, ou seja, em uma época em que as TICE representam uma ferramenta fundamental para o EAD, particularmente no tocante à abordagem de imagens e leitura de textos, a adequação de

gêneros textuais é decisiva para o processo efetivo de ensino e aprendizagem do FLE. O CECRL, partindo da concepção de implicar o estudante/aprendiz no seu processo de aprendizagem autônomo, princípio igualmente sustentado pela diversidade cultural que privilegia não somente uma identidade, mas a pluralidade cultural e linguística que podemos ver reconhecida no exercício da francofonia, permite orientar o ensino de FLE conforme os modelos de ensino aqui apresentados.

Nesse sentido, o letramento digital vai ao encontro da noção de políticas públicas linguísticas, sustentada por Galli (2011) ao afirmar que

O viés da gestão educacional pela linguagem e especialmente pelas LE deve conceber prioritariamente o entendimento da comunidade escolar no processo de ensino-aprendizagem da LE a que se destina, a fim de permitir a elaboração de projetos político-pedagógicos que contemplem a comunidade na qual esteja inserido. (p. 32)

Assim entende-se letramento sob o prisma da pesquisa contextualizada e do modelo sócio-interativo, permitindo-nos estudar a língua francesa para além de seu código, desvelando-a em seu caráter plurilíngue e francófono. Tal proposta encontra eco em premissas tais como (...) *a promoção da Língua Francesa e da diversidade cultural e linguística; a defesa da paz, da democracia e de outros direitos humanos; o apoio à educação, à formação, ao ensino superior e à pesquisa e o desenvolvimento sustentável e a solidariedade* (ROY, 2010, p. 15, adaptação nossa), conforme é sugerido por esse autor na obra intitulada *Qual o futuro da língua francesa?* em que vemos convergir as três grandes noções anunciadas no início deste trabalho: epistemologia do conhecimento de ensino de línguas sustentado em uma vertente contextualizada, perspectivada pelo modelo sócio-interativo de leitura que foram vivenciados pelo ensino de FI no CEAD da UFPE.

Nossa experiência leva-nos à reflexão de que este tema deva ser mais explorado, gerando a criação do grupo de pesquisa 'Lettrisme Numérique dans le Français Langue Étrangère' (LENUFLE), cujas professoras de francês da UFPE fazem parte. Tal grupo está relacionado ao NEPLEV – Núcleo de Pesquisa em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual, e ao NEHTE – Núcleo de Estudos de Hipertexto e Tecnologia Educacional, a fim de desenvolver trabalhos relativos a essa área da educação linguística, pois

O lugar que as LE ocupam no pensamento comum está proporcionalmente relacionado ao lugar que ocupam no processo de ensino-aprendizagem das LE no espaço público, o qual deveria estar para além do mero preenchimento de carga horária. Há outros equívocos que corroboram esta relação assimétrica quanto

ao entendimento de que se deveria aprender LE pelo viés da reciprocidade, transversalizado que deveria estar em nossa formação como cidadãos. (GALLI, 2011, p. 17)

O espaço, portanto, de reflexão que o estudo referente às LE desempenha na sociedade civil está relacionado ao campo da pesquisa em que se desenvolve, assim, essa e outras invisibilidades atravessam ainda nossos currículos. Sendo o ensino a distância uma área em plena expansão é possível vislumbrar identidades mais visíveis ao trabalhar-se língua e cultura estrangeiras. Toda e qualquer identidade deve ser plena de diversidade e não meramente exclusiva de um ou outro grupo, noção sustentada pelos preceitos francófonos, a fim de arrebatar a ideia de nos tornarmos reféns de uma ou outra forma do pensar.

A ideia de gueto linguístico e cultural amplamente disseminada nos anos 50, período de eclosão da era Moderna, foi responsável por criar uma herança da qual a contemporaneidade vem buscando libertar-se: a da lógica binária de língua x cultura, linguística x literatura, teoria x prática, processo x produto, ensino x aprendizagem. O ensino de uma LE é forçosamente o ensino de uma cultura, em que várias linguagens são expressas seja pela literatura, pela prática pedagógica, pelo ensino e aprendizagem de teorias na constituição do letramento, já que, como seres da linguagem, somos adição e...e, não redução, tampouco exclusão.

## Referências

BAKTHIN, M. O problema dos gêneros no discurso. In: Bakhtin, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BLANCHET, Philippe ; CHARDENET, Patrick (Org.). **Guide pour la recherche en didactique des langues et des cultures**: Approches contextualisées. Editora : Editions des Archives contemporaines, Université de Rennes et Agence Universitaire de la Francophonie (AUF), 2011.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº77/69 de 11 de fev. 1969. Relator: Newton Sucupira. Normas para o credenciamento dos cursos de pós-graduação. **Documenta**, Rio de Janeiro (98): 128-132. 14 p.

FERRAZ-SAILLER, Maria do Rosário. L'image interactive dans l'enseignement du FLE. In: **La francophonie** : littératures d'expression française et traductions littéraires. COIMET, Yarcylda (org.). Recife : Editora Universitária da UFPE, 2008.

GALLI, Joice Armani. **Línguas que botam a boca no mundo**: reflexões sobre teorias e práticas de línguas. Recife: EDUFPE, 2011.

\_\_\_\_\_. **O sistema de avaliação de proficiência em leitura em francês como língua estrangeira, em três universidades do Rio Grande do Sul:** a prova, os candidatos e o produto de leitura. Porto Alegre, 2004. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PUREN, Christian. **Histoires des Méthodologies de l'Enseignement des Langues.** Editora CLE International – Paris: Nathan, 1988.

ROY, Jean-Louis. **Qual o futuro da língua francesa? Francofonia e concorrência cultural no século XXI.** Tradução de Patrícia Galindo da Fonseca. Porto Alegre: Ed. Sulinas, 2010.

<http://www.ufpe.br/cead/moodle/> ( **todo o ano de 2011** ).

[http://www.villagesdefrance.free.fr/page\\_france.htm](http://www.villagesdefrance.free.fr/page_france.htm). (março e abril 2011 e 2012).

<http://www.fondation-monet.fr/fr/> (acesso abril, maio e junho 2011 e 2012).

<http://www.impressionniste.net/monet.htm> (acesso maio, junho e julho 2011 e 2012).

[http://www.coe.int/t/dg4/linguistic/cadre\\_fr.asp](http://www.coe.int/t/dg4/linguistic/cadre_fr.asp). (acesso 4 de junho 2011).

<http://www.edufle.net/La-perspective-actionnelle>. ( 4 junho 2011 ).

<http://flecampus.ning.com/profiles/blogs/cpuren-histoire-des> (3 março 2011).

<http://www.christianpuren.com>. (03 março 2011).

### **Obras consultadas:**

BÉRARD, Evelyne. **L'approche communicative** – théorie et pratiques - . Paris: CLE International, 1991.

CICUREL, Francine. **Lectures interactives en langues étrangères.** Paris : Hachette, 1991.

\_\_\_\_\_. Práticas lectorais et situation d'enseignement. Conférence présentée au XII SEDIFRALE – Congresso latino-americano de professores de francês **Mondialisation et humanisme: les enjeux du français.** Rio de Janeiro, 03 a 07 de junho de 2001.

GALLI, Joice Armani. Letramento – cultura e diversidade em políticas de ensino de LEs. In: KURTZ dos SANTOS, Sílvia Costa; MOZZILLO, Isabella. **Cultura e Diversidade na Sala de Aula de Língua Estrangeira.** UFPEL, 2008. p. 182-191.

\_\_\_\_\_. Sobre políticas públicas de ensino de línguas estrangeiras: um estudo sobre a formação leitora em língua francesa no Rio Grande do Sul, relações entre ensino fundamental e médio. In: **Tecendo aprendizagens com a Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. Porto Alegre:** SMED, 2006. (Conversações Pedagógicas na Cidade que Aprende, v. 2). p. 331-336.

PUREN, Christian. **La formation en questions.** Editora CLE International –Paris: Nathan, 1999.

\_\_\_\_\_. **L'évolution historique des approches en didactique des langues-cultures, ou comment faire l'unité des «unités didactiques».** Disponible à l'adresse: <http://www.tesolfrance.org/articles/Colloque05/Puren05.pdf>. (consultado em 5 de junho de 2011).

\_\_\_\_\_. **Explication de textes et perspective actionnelle : la littérature entre le dire scolaire et le faire social.** Disponible à l'adresse: <http://www.aplv-languesmodernes.org/spip.php?article389>. (4 de junho 2011).

REVUZ, Christine. A língua estrangeira: entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: SIGNORINI, Inês (Org.). **Língua(gem) e identidade**. São Paulo: Mercado de Letras, 1998. p. 213-230.

SIGNORINI, Inês. A questão da língua legítima na sociedade democrática: um desafio para a linguística aplicada contemporânea. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (Org). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. p. 169-189.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SZEWCZYK, S. Ensino de língua estrangeira: entraves e possibilidades. In: FILIPOUSKI, A. M. R. (org.) **Teoria e fazeres na escola em mudança**. NUIE: UFRGS. 2005. p. 183-189.

TAGLIANTE Ch. **La classe de langue**. Paris: CLE International, 1994.

Evandra Grigoletto

O DISCURSO DOS AMBIENTES VIRTUAIS DE  
APRENDIZAGEM NO ESPAÇO VIRTUAL:  
UMA REFLEXÃO SOBRE AS FORMAS DE  
SILENCIAMENTO





## O DISCURSO DOS AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM NO ESPAÇO VIRTUAL: UMA REFLEXÃO SOBRE AS FORMAS DE SILENCIAMENTO

O presente artigo tem como objetivo principal refletir sobre as formas de silenciamento presentes no discurso dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs). E, para iniciar essa reflexão, retomo uma noção que julgo essencial para incursão nas discursividades em rede, não só a dos AVAs, mas de tantas outras discursividades que estão presentes e constituem a trama complexa e interminável, cheia de nós e furos, que constitui hoje as materialidades presentes na internet. Estou me referindo aqui à noção de espaço virtual.

Para pensar nessa noção, parti da discussão apresentada por Lévy sobre o virtual, em seu livro “O que é virtual”, bem como da reflexão que empreendi na minha tese de doutorado para pensar o espaço empírico e o espaço discursivo, a qual me ajudou a distinguir o lugar social do lugar discursivo<sup>2</sup>, deslocando o meu olhar para o terreno da Análise do Discurso para pensar a constituição do **espaço virtual**.

Assim, estou tomando o virtual “como um espaço que emerge no entremeio do empírico e do discursivo, já que carrega traços tanto do primeiro, quanto do segundo. Isso porque o virtual configura-se como um espaço onde se materializam diferentes discursividades, desde uma sala de bate-papo até situações mais formais onde há uma individualização do sujeito pelo Estado através de serviços, como os bancários, que hoje realizamos pela internet.” (GRIGOLETTO, 2011a, p. 51) Os AVAs, objeto de estudo deste artigo e uma das materialidades hoje presentes no espaço virtual, “não se constituem em sites institucionais, mas são espaços da/na rede fortemente controlados pelas relações de poder institucional, no caso, a Universidade. Então, o espaço virtual ao mesmo tempo em que abriga diferentes discursividades, ele próprio se constitui num espaço de discursividade, mas não sem a determinação da prática social.” (GRIGOLETTO, Op. Cit)

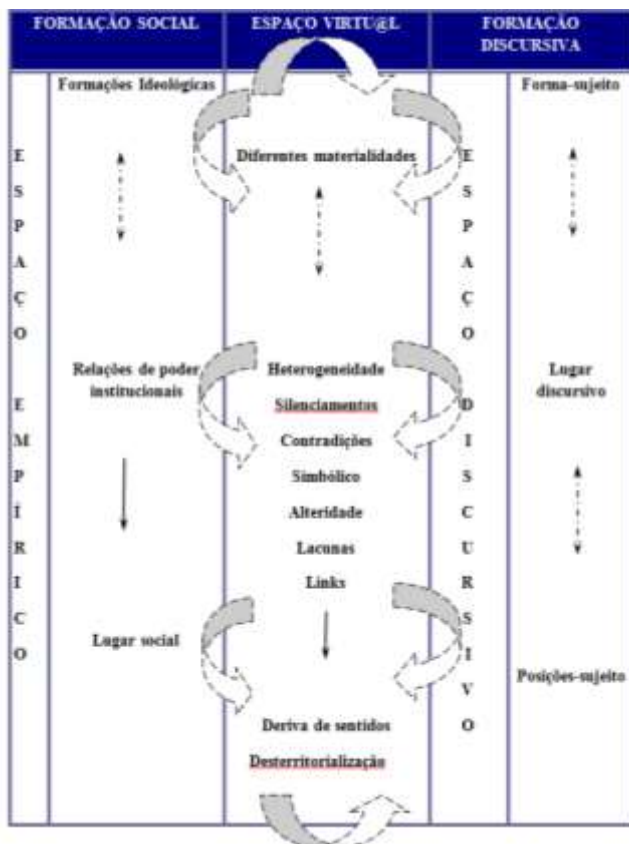
---

<sup>1</sup> Doutora em Teorias do Texto e do Discurso pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Adjunto II da Universidade Federal de Pernambuco, onde atua na Graduação presencial e a distância e na Pós-Graduação em Letras. Lídera o Núcleo de Pesquisa em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual – NEPLEV.

<sup>2</sup> Não vou retomar aqui a discussão empreendida por Lévy (1996) sobre o virtual, tampouco a reflexão empreendida na minha tese de doutorado sobre espaço empírico e espaço discursivo (2005), por já ter tratado disso no artigo *O discurso nos ambientes virtuais de aprendizagem: entre a interação e a interlocução* (GRIGOLETTO, 2011). Estou aqui apenas retomando a reflexão já empreendida, no texto mencionado, sobre o espaço virtual, por entender que ela é fundamental para pensarmos o funcionamento dos AVAs.

O espaço virtual constitui-se assim num espaço próprio, diferente dos espaços empírico e discursivo, mas a eles entrelaçado e por eles determinado. Logo, um espaço intervalar, constitutivamente heterogêneo, marcado por contradições, por silenciamentos, por alteridades, múltiplas vozes (algumas anônimas, outras não) que se (con)fundem numa rede, apontando para a desterritorialização, para a deriva de sentidos.

Como forma de visualizar o modo como estou refletindo sobre a noção de espaço virtual, retomo aqui um quadro-resumo que apresentei no texto já citado (GRIGOLETTO, 2011a, p. 54). Nesse quadro, apresentado abaixo, podemos observar “a caracterização desse espaço outro, o virtual, que se constitui como um espaço intervalar, cujas fronteiras, representadas pelas flechas que nunca se fecham e remetem à ideia de movimento, são reguladas tanto pelas características do espaço empírico quanto pelas do espaço discursivo.” (Op. Cit)



Apresentada a discussão sobre o espaço virtual, retomo a reflexão sobre as formas de silenciamento presentes nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem<sup>3</sup>, tomando esses ambientes como uma nova discursividade que se inscreve no espaço virtual. E inicio essa reflexão por uma citação de Pêcheux, que diz tanto sobre o espaço virtual como sobre o silêncio nos AVAs, ambos *estranhos à univocidade lógica*.

(...) um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos. (PÊCHEUX, 1997, p. 43)

Pêcheux (1997), no seu texto *Discurso: estrutura ou acontecimento*, ao contrapor os universos logicamente estabilizados e os não logicamente estabilizados, afirma que “interrogar-se sobre a existência de um real próprio às disciplinas de interpretação exige que o não logicamente estável não seja considerado a priori como um defeito, um simples furo no real.” (PÊCHEUX, 1997, p. 43). Isso supõe que diferentes tipos de saberes, não só os logicamente estáveis, e um outro tipo de real, descritos na citação acima, devam ser considerados quando trabalhamos com Análise do Discurso.

Podemos, assim, relacionar o silêncio a esse saber que Pêcheux descreve. Trata-se de um silêncio que não se transmite, não se aprende, nem se apreende, não se ensina, mas que permanece sempre presente, atravessa todo e qualquer dizer (ou calar) no discurso dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem, produzindo efeitos, (des)estabilizando sentidos nesse espaço logicamente estabilizado. Embora os AVAs se inscrevam no espaço virtual, o qual é marcado pela incompletude e pelo não logicamente estabilizado, quando direcionamos nosso olhar para o funcionamento discursivo desses ambientes, observamos aí características que são próprias dos espaços logicamente estabilizados, do *funcionamento discursivo interno* desses espaços, como a proibição de determinadas interpretações, o caráter instrutivo do discurso pedagógico, a obrigatoriedade do cumprimento de determinadas tarefas, a qual acarreta a obrigatoriedade da escrita etc.

Assim, é nesse espaço de tensão entre o logicamente e o não logicamente estabilizado, que se situam, hoje, os ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs). E pensar no funcionamento do discurso que aí circula supõe necessariamente trabalhar com as formas de manifestação do silêncio nesses ambientes.

---

<sup>3</sup> Uma reflexão preliminar sobre essa questão está disponível no texto *Entre a obrigatoriedade e a ausência da escrita: uma análise sobre as formas de silenciamento no discurso dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem*, de minha autoria, disponível em Disponível em: <<http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead5.html>>

Diferentemente da sala de aula presencial, na sala de aula virtual, o sujeito-aluno só ocupa essa posição, discursivizando seu dizer pela escrita. Ou seja, ele é obrigado a dizer para se constituir aluno. Tem-me chamado a atenção, no entanto, que esse dizer - ou melhor, a escrita produzida pelo sujeito-aluno -, muitas vezes, remete a um discurso “vazio”, da ordem do *non sens*<sup>4</sup>. Trata-se de um dizer que produz a saturação da escrita. E é justamente essa saturação da escrita que, no meu entendimento, acaba por produzir uma das formas de silenciamento nos AVAs. A outra é produzida, não pela saturação da escrita, mas pela sua ausência, que é caracterizada pelo movimento do sujeito de não responder ao outro, de não instaurar a interlocução, remetendo ao “puro” silêncio, ao não-dito. Em ambas as formas, o silêncio instala pontos de impossível no discurso, rompendo com o universo logicamente estabilizado desses ambientes e, por sua vez, produzindo diferentes efeitos de sentido. O impossível de sentido instaurado pela escrita, mas também o impossível de se dizer pela escrita, o não-dito.

As análises, apresentadas a seguir, partirão da discussão feita por Eni Orlandi (1997) sobre as formas do silêncio no discurso e buscarão identificar como funcionam e quais as diferentes formas de silenciamento que aparecem no discurso de alunos nessas salas de aula. Para a autora, não podemos pensar o silêncio como *falta*, mas a linguagem como excesso. “O silêncio não fala. O silêncio é. Ele *significa*.” (ORLANDI, 1997, p. 33).

Orlandi trata de duas formas de silêncio: o silêncio fundador e a política do silêncio, a qual ela divide em silêncio constitutivo e silêncio local. O silêncio fundador é condição, princípio de toda significação, permitindo a todo e qualquer discurso a produção de sentido. Com tais características, essa forma de silêncio atravessa a linguagem, não estando visível para o sujeito sua presença. Já a política do silêncio estabelece uma relação com o *poder-dizer*, isto é, há sentidos que são controlados, interditados no discurso. Assim, a diferença entre o silêncio fundador e a política do silêncio, “é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo” (ORLANDI, 1997, p. 75). E, nesse recorte entre o que se diz e não se diz, estabelece-se uma diferença entre dizer X para não (deixar) dizer Y (silêncio constitutivo) e o dizer que é interditado, proibido (silêncio local).

Partindo dessa teorização de Orlandi, vamos refletir sobre as formas de silenciamento que se instauram nos AVAs. Conforme já mencionado, o silêncio se manifesta de duas formas nesses ambientes: pelo excesso, pela saturação da escrita, produzida pela

---

<sup>4</sup> *Non sens* entendido aqui como o não-sentido, o sem-sentido.

obrigatoriedade do dizer; ou pela ausência da escrita, que remete ao “puro” silêncio, ao ato de não responder ao outro. Assim, parece-me que, de modo diverso do funcionamento das formas de silêncio propostas por Orlandi, no primeiro caso, o silêncio local (con)funde-se com o silêncio constitutivo, não se instaurando pela interdição, mas sim pela obrigatoriedade do dizer, a qual acaba por funcionar como uma forma de coerção; já, no segundo caso, diante de questionamentos para os quais o sujeito não possui resposta, ou simplesmente não quer responder, ele se cala, silencia, instaurando a interdição do dizer nessa relação de interlocução com o outro.

Observamos, a partir de trabalhos anteriores (GRIGOLETTO, 2011b), que o funcionamento do discurso pedagógico nos AVAS abre espaço para a interlocução, para que a reversibilidade se instale. No entanto, o que ocorre, de forma representativa, é que o aluno não responde ao chamado, aos questionamentos do professor, instaurando o silêncio do segundo tipo; ou então ele responde instaurando a saturação da escrita e produzindo o silêncio do primeiro tipo<sup>5</sup>. Esse tipo de funcionamento reforça o enquadramento do discurso pedagógico como do tipo autoritário, no qual os papéis de professor como aquele que sabe, que detém o conhecimento, e de aluno como aquele que não sabe, que está na condição de aprendiz, mantêm-se inalterados.

As seqüências discursivas que passo a analisar provêm de atividades realizadas pelos alunos do Curso de Licenciatura em Letras a distância da UFPE, seja em provas presenciais ou em atividades realizadas no ambiente moodle. Vejamos as seqüências (SDs) selecionadas para analisarmos o silêncio do primeiro tipo:

**SDI:** Nesta atividade, vamos observar se você entendeu a diferença entre texto na teoria da enunciação e na teoria do discurso. Após pontuar as principais distinções entre texto nessas duas perspectivas teóricas, procure resumir, com poucas palavras, o que é texto para a AD (Análise do Discurso).

R= A diferença é que: Na teoria da Enunciação apresenta uma análise enunciativa, processos interativos de sala de aula .

*O tratamento enunciativo, ou<sup>6</sup> com base na teoria do discurso, até onde sabemos são existentes na literatura . Tem sido discurso mais de uma perspectiva da aprendizagem que de uma perspectiva discursiva.*

<sup>5</sup> Evidentemente, há outros tipos de funcionamento do discurso do sujeito-aluno nesses ambientes, mas o funcionamento dessas duas formas de silêncio é bastante representativa.

<sup>6</sup> Os destaques servem para indicar marcas linguísticas que vão remeter a um determinado funcionamento discursivo, trabalhado durante as análises das SDs.

Nesse sentido é que se fez necessário, numa análise que pretenda iluminar a construção do discurso e do conhecimento a partir das trocas linguísticas em sala de aula. Tendo como próprio fluxo de discurso na interação, o que implica adotar uma visão da aprendizagem, mas tendo uma visão *discursiva ou enunciativa da linguagem em curso na sala de aula.*

**SD2:** Boa noite! Professora, realmente é um texto bem enriquecido que a professora E. colocou para que possamos pesquisar e saber que é de fato *diferenciar a Linguagem. Linguística é uma expressão verbal, a linguagem é o dialeto ou seja tudo que falamos e a língua é o órgão responsável pela reprodução da linguagem.* As **variações linguísticas** é uma diversidade de "línguas" são ricas e expressivas que atendem a todas as necessidades dos grupos sociais que as utilizam. Apesar que existe muita discriminação de uma língua ou de um **variante** que chamamos essa discriminação de **preconceito linguístico**. e é um erro pensar que todos falam da mesma forma. No nosso dia a dia, percebemos isso claramente, mudamos a nossa maneira de nos expressarmos o tempo inteiro. Então a maneira como nos expressamos formal ou informalmente, depende portanto da situação. Devemos procurar falar ou escrever sempre de acordo com o **contexto**.

**SD3:** Os estudos linguístico abrange diversas áreas dentro do seu **contexto**. Na área da Linguística vem se destacando correntes de estudo como **formalismo** e **funcionalismo** como objeto de estudo a língua. O *funcionalismo analisa gramaticalmente função da língua, sistema de signo* a comunicação forma pela qual nos socializamos, ou seja nos comunicamos. Dentre as idéias nesse mesmo contexto, temos a idéia comunicacional toma **o homem como ser social** capaz de se comunicar. Portanto temos esses estudos ou correntes que são formas de estudar a **estrutura da língua**.

Em SD1, temos, na primeira parte da sequência, o enunciado da professora explicando a atividade, bem como os seus objetivos. Essa parte foi mantida aqui, pois também estava mantida na resposta do aluno. Trata-se, no meu gesto de interpretação, de uma tentativa do sujeito-aluno de não fugir à proposta da atividade. Daí a reprodução, na resposta do aluno, do dizer da professora, já inscrito e repetido em outros espaços da sala de aula virtual. Esse movimento do aluno também reforça o caráter autoritário do discurso pedagógico que aí se instaura. No entanto, observamos, ao ler a resposta dada pelo aluno, que a repetição do dizer do professor não produziu efeitos em seu discurso. Há um excesso de escrita, que produz uma saturação de palavras sem sentido no discurso desse sujeito-aluno. Excesso esse instaurado pela obrigatoriedade do dizer, condição para que ele ocupe a posição de aluno. Assim, já que ele é obrigado a dizer, diz qualquer coisa. Observamos várias

contradições, presentes em SD1, como “o tratamento enunciativo, ou com base na teoria do discurso”, “Tem sido discurso mais de uma perspectiva da aprendizagem que de uma perspectiva discursiva”, (...) “tendo uma visão discursiva ou enunciativa da linguagem em curso na sala de aula”, que remetem a um discurso vazio, da ordem do sem-sentido. Tomado pela ilusão de completude, de que seu dizer vai ao encontro do solicitado pelo professor, o aluno pensa que, usando os termos *tratamento enunciativo, teoria do discurso, visão discursiva, visão enunciativa*, ligadas pelo articulador OU, ele dá conta de explicar a diferença entre a concepção de texto na teoria da enunciação e na teoria do discurso. No entanto, ao contrário do que “pretende”, ele produz, pela saturação da escrita, uma forma de silenciamento às avessas, isto é, o silêncio local é produzido pelo dito e NÃO pelo não-dito, por aquilo que é proibido se dizer. Assim, a forma de coerção<sup>7</sup> não está na interdição e sim na obrigatoriedade do dizer.

Como sabemos, em AD, sujeito e sentido se constituem mutuamente e ambos são atravessados pela incompletude. No entanto, como observamos nas sequências em análise, o sujeito é tomado pela ilusão de completude, de evidência dos sentidos. É nesse intervalo entre a incompletude e o desejo de completude que trabalha o silêncio. Nas palavras de Orlandi (1997, p. 80), “o sujeito tende a ser completo e, em sua demanda de completude, é o silêncio significativo que trabalha sua relação com as diferentes formações discursivas, tornando mais visível a sua contradição constitutiva.”

Em SD2, seguindo o mesmo padrão da SD1, o sujeito-aluno também inicia sua intervenção retomando o dizer da professora, apontando para um funcionamento que é regular no discurso do sujeito-aluno nos AVAs: o atravessamento de um imaginário do professor como aquele que sabe; portanto, para também assumir ou se projetar nesse lugar de saber, o sujeito-aluno reproduz, repete o dizer do professor no seu discurso. Mas, ao invés de produzir efeitos de sentido semelhantes, ao tentar parafrasear o dizer do professor, o discurso desse sujeito, atravessado pela contradição que lhe é constitutiva, instaura uma forma de silenciamento, produzindo efeitos da ordem do não-sentido. Um não-sentido, no entanto, que produz sentido em termos de funcionamento discursivo.

Observamos, na SD em análise, dizeres equivocados, como “(...)Linguística é uma expressão verbal, a linguagem é o dialeto ou seja tudo que falamos e alíngua é o órgão responsável pela reprodução da linguagem.” Tais afirmações, do ponto de vista da ciência linguística, são impossíveis de serem ditas; não produzem, portanto, sentido. É interessante,

---

<sup>7</sup> Podemos aproximar aqui essa forma de coerção com a censura, trabalhada por Orlandi (1997).

no entanto, notar que esse aluno recorta palavras do dizer da ciência, como *variações linguísticas, variante, preconceito linguístico, contexto*, entre outras, linearizando-as em seu dizer. Mas como esse discurso não faz sentido para ele, ou seja, ele não se identifica com esses dizeres, porque ainda se inscreve numa FD escolar<sup>8</sup>, a sua leitura não ultrapassa o nível do *inteligível*<sup>9</sup> (cf. ORLANDI, 1998).

A SD3 é uma resposta dada por um aluno em uma prova, cuja questão solicitava outros olhares possíveis sobre a estrutura da língua, considerando a perspectiva dos estudos linguísticos. A questão partia de duas citações presentes no material conteudístico da disciplina, nas quais os autores apontavam para essas outras possibilidades de olhares sobre a estrutura da língua. Estranhamente, o aluno menciona os estudos formalistas e funcionalistas, correntes não discutidas na disciplina em questão. Confunde funcionalismo com gramática, ao afirmar que “o funcionalismo analisa gramaticalmente função da língua”. Satura o seu dizer pela escrita, recortando palavras da ciência linguística, como *formalismo, funcionalismo, contexto, sistema de signo, comunicação, homem como ser social, estrutura da língua*. Palavras essas, no entanto, que remetem a um lugar vazio, produzindo um efeito de silenciamento, já que, nessa SD, são vazias de sentido. Afetado pela ilusão do controle dos sentidos e da transparência da linguagem, o sujeito-aluno, coagido a dizer, já que precisa responder à questão, produz um discurso no qual ele tenta impressionar o professor, utilizando palavras do campo semântico dos estudos linguísticos. Atravessado ainda por um imaginário do professor como aquele que sabe, o sujeito-aluno, como já vimos na SD anterior, tenta projetar-se nesse lugar de saber, (re)produzindo, repetindo o dizer do professor no seu discurso. Trata-se de um discurso que “transborda” os sentidos, porque sua materialidade é oca, saturada, “sem sentido”.

Esse movimento do sujeito-aluno de tentar preencher o lugar vazio, do não-saber com muitas palavras, produz a saturação da escrita em seu dizer, o muito cheio, o que acaba por estabelecer essa forma de silenciamento que estamos mostrando, qual seja, o silêncio local, cuja forma de coerção não é a proibição, mas sim a obrigatoriedade do dizer. Assim, o muito cheio, ao contrário do que pode parecer, remete à ordem do *non sens*, sendo possível a produção de sentido somente pelo viés do silêncio. Partindo da afirmação de Orlandi (1997, p. 71) de que “A busca da completude da linguagem - o que implicaria a

---

<sup>8</sup> Tal afirmação está baseada em análises já realizadas, no âmbito de dois projetos de Iniciação Científica que orientei, cujo objeto também era o discurso dos alunos em AVAs.

<sup>9</sup> Para a autora, o nível de relação do sujeito com o texto se inscreve no inteligível quando este, ao ler, “atribui sentido atomizadamente (codificação)”. Ou seja, o nível do inteligível não demanda nenhum movimento do sujeito com a historicidade e com as condições de produção do texto: repete-se o nível formal, em um movimento de silenciamento dos sentidos, uma vez que o sujeito somente repete um dizer que foi produzido em outras condições de produção, inscritos em outra Formação Discursiva.



ausência do silêncio - leva à falta de sentido pelo muito cheio”, eu diria que o muito cheio, a saturação da escrita levam não só à falta de sentido, mas produzem também uma forma de silenciamento, de certo modo às avessas.

Assim, como já referido anteriormente, no funcionamento discursivo dos AVAs, o silêncio local (con)funde-se com o silêncio constitutivo. Pelo silêncio constitutivo, segundo Orlandi (1997, p. 76), instala-se “o mecanismo que põe em funcionamento o conjunto do que é preciso não dizer para poder dizer”. No caso em análise, diria que o silêncio constitutivo, que atravessa o silêncio local, põe em funcionamento o conjunto do que é preciso dizer para NÃO dizer, para produzir o efeito do sem-sentido, instalado pela saturação da escrita. A escrita produzida pelo sujeito-aluno, nesses ambientes, pode ser comparada à *língua-de-espuma*, trabalhada por Orlandi (1997, p. 102). É “uma língua “vazia”, prática, de uso imediato, em que os sentidos não ecoam. (...) Na língua de espuma os sentido se calam.” Por tais aspectos, essa língua “trabalha o poder de silenciar.” Assim também funciona a escrita nas SDs analisadas. É uma escrita prática, criada para preencher linhas e cumprir uma tarefa, obrigatória para o sujeito ocupar a posição de aluno; produz, assim, um discurso “vazio”, onde os sentidos se inscrevem na ordem do sem-sentido, instaurando, por sua vez, o silêncio.

Se, nessa primeira forma de silenciamento, o silêncio é instaurado pelo excesso da escrita, na segunda, o silêncio se manifesta pela sua ausência. Ou seja, o sujeito-aluno simplesmente não responde ao professor, nem estabelece diálogo com os demais colegas de turma. Instala-se, assim, um silêncio da ordem do não-dito. Não há palavras, não há escrita, não há discurso. Ele diz, se significa pelo silêncio, pois, embora não produza discurso, o gesto de silenciar significa, produz sentido, e muito.

É interessante observar, antes de analisarmos as sequências selecionadas para observarmos esse funcionamento, que, normalmente, essa forma de silenciamento se instaura em momentos em que a obrigatoriedade da escrita, como cumprimento de determinadas tarefas, não está presente. Vejamos as SDs selecionadas:

**SD4:**



**SD5:**



Optei por mostrar recortes nos quais pudéssemos visualizar a dinâmica da própria sala de aula virtual. Tanto em SD4 quanto em SD5, as professoras instigam os alunos a dialogar, a promover o debate para além da tarefa obrigatória solicitada, como podemos visualizar nos seguintes enunciados: "Reflitam sobre esses aspectos e voltem à resposta dada por vocês e aos apontamentos feitos no powerpoint, disponível no fórum de notícias. Depois,

tragam para esse fórum novas reflexões.” (SD4); “Pessoal, começamos nosso debate!!!! A partir de agora, vocês têm três coisas a fazer: 1) postar sua tabela; 2) participar do debate; 3) refazer sua tabela como solicitado e aprendido no diálogo com os outros” (SD5).

A resposta a ambos os chamados foi o silêncio dos alunos. Nenhum aluno postou sua contribuição. Podemos ler esse silêncio como uma forma de resistência do sujeito-aluno. Ou seja, como, em outros momentos, ele é obrigado a dizer para ocupar a posição de aluno, aqui, já ocupando essa posição, quando o dizer não é uma obrigação e sim um incentivo, a escolha é pelo silêncio. O sujeito-aluno pode tanto calar por não saber responder ao solicitado como por não desejar dizer. Instala-se, assim, na relação de interlocução com o outro, uma espécie de interdição do dizer, já que saberes dissidentes (do professor e do aluno) podem entrar em conflito. Daí o silenciamento, o calar diante de tantos questionamentos. Em outras palavras, uma forma de resistir.

Segundo Orlandi (1997, p. 105), “o silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor mas impedi-lo de sustentar outro discurso”. Parece-me, no entanto, que, no caso dessa forma de silenciamento que estamos analisando e que se instaura nos AVAs, o silêncio, pelo contrário, se dá sim pela ausência da escrita, ao mesmo tempo em que se impõe ao aluno a partir da escrita do professor. Mas essa ausência da escrita aí não é inocente, apontando para deslocamentos, pontos de impossível nos processos discursivos de produção de sentidos. Como nos diz Orlandi (1997, p. 11), “há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido”, ou no sem-sentido.

Observamos, portanto, dois tipos de silenciamento funcionando no discurso dos alunos, presentes no AVAs. Quais sejam: 1) aquele que se instaura a partir da obrigatoriedade da escrita, quando o sujeito DIZ e, nesse gesto, silencia, produz um dizer cujos sentidos escapam. Trata-se de uma escrita saturada que, pelo muito cheio, produz um esvaziamento dos sentidos, materializado num discurso da ordem do *non sens*; 2) aquele que se instaura a partir do gesto de calar, de silenciar do aluno, a partir de questionamentos feito pelo professor em fóruns de discussão, cuja participação não é obrigatória. Podemos interpretar esse segundo tipo de silenciamento como um gesto de resistência, de não identificação com o dizer do professor, ou ainda, como um “vazio” semelhante à primeira forma de silêncio observada, mas dessa vez sem palavras. Assim, concluímos que ambas as formas de silenciamento, de alguma forma, apontam para a resistência: no primeiro caso, produz-se um discurso que “cala nas palavras” e, nesse gesto, o sujeito resiste, vai de

encontro ao sentido que lhe é imposto; no segundo caso, por não haver a obrigação, o sujeito resiste no próprio calar, no silêncio propriamente dito.

## Referências

GRIGOLETTO, E. O discurso nos ambientes virtuais de aprendizagem: entre a interação e a interlocução. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F.S.; SCHONS, C.R. (Orgs.). **Discursos em rede: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço**. Recife: Editora Universitária - UFPE, 2011a, p. 47 – 78.

\_\_\_\_\_. O ensino a distância e as novas tecnologias: o funcionamento do discurso pedagógico nos ambientes virtuais de aprendizagem. **Eutomia**, Recife, ano 4, nº1, p. 254 - 271, julho de 2011b.

\_\_\_\_\_. Entre a obrigatoriedade e a ausência da escrita: uma análise sobre as formas de silenciamento no discurso dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem. In: MITTMANN, S.; LASSEN, D.B.M (Orgs.). **Anais do V SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso [recurso eletrônico]** – Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2011c. Disponível em: <http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead5.html>

LÉVY, P. **O que é virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 4ª Ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Leitura**. 4a. Ed., São Paulo: Cortez, 1998.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni P. Orlandi, 2ª Ed., Campinas, SP: Pontes, 1997.

Dilma Tavares Luciano

A ATIVIDADE DISCURSIVA NA  
CONSTRUÇÃO DA SOCIABILIDADE  
NO ESPAÇO VIRTUAL



## A ATIVIDADE DISCURSIVA NA CONSTRUÇÃO DA SOCIABILIDADE NO ESPAÇO VIRTUAL

A virtualização das relações sociais decorrente do desenvolvimento da telemática vem chamando a atenção de pesquisadores de diversas áreas à busca de compreensão dos aspectos imbricados na capacidade humana de construir mundos/espacos virtuais singularmente constituídos com base na pluralidade cultural e na geração de laços sociais.

Nesse universo singular, ao observarmos as comunidades virtuais como espaços de encontro social, sugerimos haver uma nova forma de sociabilidade resultante, em parte, da interatividade própria do ciberespaço, fazendo eclodir práticas sócio-discursivas também singulares e aumentando a distância entre a escrita acadêmica e a escrita no espaço virtual.

Na comunicação científica, despe-se a escrita de marcas de envolvimento com o outro (cf. CHAFE, 1981; LUCIANO, 2000), afastando a possibilidade do encontro com o dito se vestir de sociabilidade para assegurar a necessária credibilidade àquele que diz, como dita a tradição.

Rubem Alves (2005, p. 11-12) afirma que:

O mundo acadêmico é algo aterrorizador. Escrever é uma coisa que produz medo. E todos tratam de se proteger pelo estilo rebuscado e excessivamente técnico, na esperança de que leitores tomem águas barrentas por águas profundas. De fato, o ideal de um texto científico é algo tão perfeitamente tecido, tão provado e comprovado, que o leitor fique mudo, só lhe restando o silêncio.

Na comunicação por meio das mídias interativas, por sua vez, e de modo especial a interação nas comunidades virtuais abertas, a escrita apresenta como traço mais marcante o envolvimento com o outro, permitindo que seja levantada a hipótese de que o comportamento verbal em algumas comunidades no ciberespaço apresenta uma nova forma de sociabilidade, com conseqüências sobre o fenômeno da preservação das faces, postulado por Goffman (1986 e 2008), tornando peculiar a natureza do encontro social que

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Letras, UFPE, com doutorado em Linguística pela mesma universidade. Integra o NEPLEV, Núcleo de Pesquisa em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual, (coordenado pela professora Doutora Evandra Grigoletto), desenvolvendo pesquisa sobre a interação virtual em educação a distância. Também colabora com os estudos desenvolvidos pelo grupo de estudos em Ciência Cognitiva e Tecnologia Educacional, coordenado pelo professor Doutor Alex Sandro Gomes, do Centro de Informática da mesma instituição.

se dá a distância. Ali, também o silêncio encontra espaço diante da liberdade acintosa de expressão.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo refletir sobre o comportamento verbal em comunidades virtuais abertas, as quais revelam estar na contramão do movimento de preservação das faces, postulado por Goffman como sendo o padrão regular de comportamento. Pretende, assim, focalizar algumas evidências de transformações no modo de sociabilidade, à luz da Teoria das Faces. Em sentido *lato*, objetiva contribuir para a compreensão da produção de sentido no jogo interacional no ciberespaço, com o intuito de colaborar para as discussões acerca da natureza dos encontros sociais gerados pelo enraizamento social dos artefatos tecnológicos comunicacionais.

Parte-se do princípio de que também na comunicação mediada por computador o “respeito ao próximo” deve imperar como máxima interacional, alçando as regras sociais para um lugar de prestígio, porque colaborando para a ordem social como uma engrenagem saudável, não como poder de polícia.

Desse modo, a sociabilidade é preservada quando a interação assegura a dialogicidade como via de mão dupla e de preservação das individualidades. No entanto, a comunicação mediada por computador sugere uma hipertrofia da individualidade, em detrimento do outro no jogo interacional.

É para refletir sobre estas questões que o presente trabalho analisa trocas verbais no espaço virtual em comunidades abertas, com sujeitos em diferentes níveis de envolvimento, as quais foram alvo de ameaça à face dos protagonistas e transformadas no gênero piada, reunidas em um site denominado “pérolas.com”, no endereço <http://perolas.com/page/2/?s=odeio>.

### **Espaço virtual: lugar de ambivalências**

A desterritorialização característica do espaço virtual transfere a comunicação para uma dimensão planetária, reorganizando os fluxos de informação e de procedimentos comunicacionais.

Como lugar de ambivalências, o espaço virtual consubstancia metamorfoses do eu e do outro, do sentimento de pertença e ao mesmo tempo de desenraizamento, do ser que pode produzir conhecimento em escala global, mas que também se transforma em consumidor contumaz de informação/conhecimento.

Assim, como lugar de metamorfoses e de ambivalências, no espaço virtual, novo espaço antropológico que é, os encontros entre os sujeitos interactantes revelam identidades e laços sociais que suscitam novas práticas culturais. Cultura aqui entendida como resposta oferecida pelos grupos humanos ao desafio da existência, a qual se manifesta em termos de conhecimento (*logos*), paixão (*pathos*) e comportamento (*ethos*).

O ciberespaço dá surgimento a uma existência que nada tem a ver com proximidade geográfica, mas, sim, com a proximidade representacional que promove a ideia de comunidade.

Palácios (1998) enumera cinco elementos constituintes do sentido de comunidade, quais sejam: o sentimento de pertencimento, a territorialidade, a permanência, o vínculo entre o sentimento de comunidade, o caráter corporativo e a emergência de um projeto comum e, por fim, a existência de formas próprias de comunicação. Destacamos este último como sendo o aspecto mais complexo e relevante na busca de compreensão dessa nova ordem social da relação intersubjetiva, vindo a caracterizar a interatividade na dimensão do paradigma da comunicabilidade (cf. LUCIANO, 2010).

A sociabilidade, entendida como a capacidade humana de estabelecer redes através das quais as unidades de atividades, individuais ou coletivas, fazem circular as informações que exprimem seus interesses, gestos, opiniões etc. (cf SILVA, 2001), depende/resulta do lugar de enquadramento interativo dos interactantes, implicando as convenções sociais assumidas no jogo interacional. Assim, os comportamentos verbais não estão livres de regras sociais de interação, sobre as quais destaca-se o fenômeno da preservação das faces, dado o encontro ser social, por natureza.

De modo geral, é possível enquadrar as diversas formas de interação social em três tipos, consoante a natureza da presença dos interactantes, quais sejam: interação face a face, quase-mediada e a mediada. Na interação face a face, a relação intersubjetiva é presencial sem a mediação de artefatos tecnológicos comunicacionais e é dialógica, propiciada pela partilha do mesmo contexto espaço-temporal. Nela, colaboram para a construção de sentido os gestos, o sorriso, a expressão facial e os recursos prosódicos, estes decisivos à intencionalidade. Face a face, os interactantes precisam se manter atentos à cultura que os acolhe sob-risco de ruptura do encontro. Na interação quase-mediada, no entanto, a partilha se dá apenas na passividade do receptor, que se submete ao controle da relação social pelos meios de comunicação por meio do “consumo” de seus “produtos midiáticos”. Na interação mediada por artefatos tecnológicos, mais especificamente por



computador, mesmo a distância e na assincronia dos pensamentos, há um lugar de enquadramento interativo que consolida a existência e o exercício do encontro.

### **Sociabilidade e jogo das faces**

Na relação social, a adaptação dos sujeitos ao enquadramento interativo revela o conhecimento partilhado sobre o próprio jogo interacional, fenômeno sócio-comunicativo a respeito do qual Goffman propõe o conceito de “faces”, como padrão verbal e não-verbal de comportamento, por meio do qual o indivíduo expressa seu ponto de vista sobre a situação e, através dele, manifesta uma avaliação do outro e de si mesmo. A face é, portanto, uma autoimagem em termos de atributos socialmente favoráveis, construída na e/ou por meio da atividade discursiva.

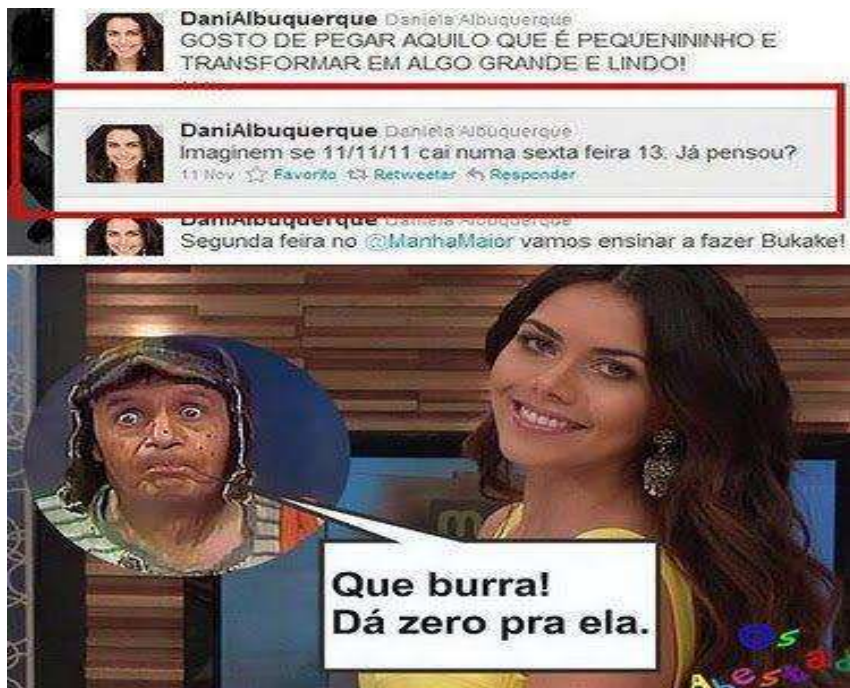
Para Goffman, o comportamento verbal segue apenas duas regras básicas para manutenção da sociabilidade dos encontros sociais: a regra do “respeito próprio” e a regra da “consideração”<sup>2</sup>. É, ainda, possível perceber duas perspectivas de manifestação das faces, a orientação defensiva da própria face do falante e a orientação protecionista da face do interlocutor. Mantidas essas orientações em equilíbrio, assegura-se a sociabilidade necessária ao fluxo da comunicação.

Curiosamente contrárias a esse equilíbrio no jogo das faces encontram-se diversas trocas verbais em comunidades virtuais, sugerindo uma (dis)posição à violação da regra da consideração de forma a posicionar os interactantes em uma exposição singular, qual gladiadores em uma arena, logo, de uma atividade discursiva que investe no uso agressivo do jogo das faces, passando a assumir o perfil de um lugar de ameaças.

Observe o exemplo a seguir:

---

<sup>2</sup> A noção de regra, aqui, é entendida não no sentido impeditivo, coercitivo do dizer, mas norteador, indicativo, uma “linha” para o procedimento verbal, também motivada pelo conhecimento prévio do outro e da situação de comunicação dos envolvidos na interação.



Exemplo 1

O exemplo 1, acima, ilustra o movimento de ameaça pública à face de uma artista de televisão, que postou um comentário incoerente em seu próprio *twitter*. O locutor da “fala” no balão vale-se do anonimato, representando-se na fala do personagem de um programa televisivo – Chaves –, para atingir a face da artista. O distanciamento entre os interlocutores aplaca a força de sua ofensa, além de que não foi feita diretamente. Ainda que o texto tenha sido produzido para ser postado no “pérolas.com”, não invalida o fato de estar colaborando para esse tipo de comportamento verbal, em que não há o exercício da regra de consideração, o que levaria o interlocutor a não realçar a incoerência revelada.

Os exemplos 2 e 3, a seguir, dizem respeito à ameaça à face de indivíduos que revelam desconhecer o significado de determinado item lexical, um, referente a uma sigla, e outro, à língua inglesa. Destacamos que se referem à atividade discursiva em uma comunidade, logo, onde seus membros são interactantes que se dispõem ao encontro. Os destaques em vermelho, feitos com a intenção de “preparar” o texto para a postagem no “pérolas.com”

como texto humorístico, chama a atenção para o fato de que os destaques só corroboram o efeito negativo sobre de ameaça à face daquele que diz, que livremente se expressa publicamente na comunidade de que faz parte. Observe:

The image shows a Facebook post from the community 'UFOLÓGIA' (25,829 members). The post is by a user named 'O.N.V.I.' and is dated 24 Nov (2 dias atrás). The post text is:
   
Objeto Não Voador Identificado!
   
Rapaziada queria esclarecer uma dúvidas com vcs!!!!
   
Orni's, num é disco VOADOR, se é voador entaum pkê na abreviação fala "não voador"????
   
Não sou bom com essas coisa de ET. Mas eu sempre me pergunto pkê um erro tão estúpido desse aí, eles ainda não corrigiram o Nome da Abreviação?????
   
Valew Pessoa!!!
   
Three replies are visible, each marked with a red arrow:
   
1. User 'Jah-vã' (24 Nov (2 dias atrás)): 'Até onde eu sei se escreve O.V.N.I. que significa Objeto Voador Nao Identificado'
   
2. User 'Marco Fontes' (24 Nov (2 dias atrás)): 'q meu filho???? vc usou algum tóxico hj??? É OVNI!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!! ""Objeto voador naum identificado"" http://img511.imageshack.us/img511/269/kölerue7.gif'
   
3. User 'Filipe O\_o' (24 Nov (2 dias atrás)): 'Eu não li isso...'

Exemplo 2

O exemplo 2, acima, apresenta os interactantes de uma comunidade virtual sobre ufologia, numa situação em que um participante da comunidade expõe seu desconhecimento da sigla O.V.N.I., ao propor uma correção para a sigla. Nos três comentários marcados com uma seta, podemos observar três diferentes alinhamentos de faces. No primeiro deles, o interactante alinha-se ao locutor preservando-lhe a face ao dar uma explicação para o termo marcando sua humildade – “até onde eu sei”- de modo a realçar a ideia de que ninguém sabe de tudo, logo, aplicando a regra da consideração. No segundo comentário, no entanto, o interactante explicitamente atinge a face do locutor com um ato de fala diretivo por meio da pergunta “você usou algum tóxico hj??”, reforçado pelo uso repetido do sinal de exclamação – “É OVNI!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!”. Já o terceiro interactante não



Mais uma vez, chama a atenção nesse terceiro exemplo o fato de que, contrariamente ao que diz Goffman sobre o jogo das faces e seu equilíbrio, não há nenhum sinal de polidez para desfazer o equívoco do indivíduo, o que seria uma aplicação do que o sociólogo e linguista identifica como movimento natural onde há aplicação das regras de respeito próprio e de consideração, o que gera respeito mútuo nos encontros sociais.<sup>3</sup> Há quem defenda que, por ter a declaração do indivíduo duplo valor, um, de que ele desconhece a palavra, e, dois, mais grave ainda, desconhece o significado que dá existência à comunidade, justificam-se os ataques a sua face, pois assume o papel de invasor do ambiente, um intruso. Como não sabemos se era um indivíduo conhecido dos demais integrantes, podemos questionar em que medida aquela é a única forma de ajuste de sua participação. Mais uma vez, assumimos a polidez como um comportamento verbal necessário à preservação da sociabilidade e único caminho no sentido oposto à violência, que muito frequentemente tem início na palavra.

O exemplo 4, a seguir, também coletado no “pérolas.com”, é um recorte de fala de facebook, e, nesse caso, o que mais surpreende no jogo das faces é o nível de envolvimento do indivíduo que ataca a face de uma interactante. Observe:

**Caroline**  
Em sao paulo. Amanha show da katy perry!  
Curtir · Comentar · Compartilhar · 24 de setembro às 20:49 via Samsung Mobile

Leticia e Laura curtiram isso.

Exibir todos os 7 comentários

**Caroline** odasjoiajdoaidjaoiid curtii muitooo galeraa melhor show da minha vida!  
segunda às 17:41 · Curtir · 1 pessoa

**Leticia** IHIIIII  
há 23 horas · Curtr

**Nikolas** VIAJANDO INDO EM SHOW E ME DEVENDO !  
há 2 segundos · Curtir

**PÉROLAS.COM**

Exemplo 4

<sup>3</sup> Goffman afirma que o movimento de neutralização do embate de faces é a aplicação natural de um veneno (*poison*) necessário à vida social.

A inclusão do comentário fora do tópico em andamento, pelo Nikolas, no exemplo 4, acima, surpreende pela exposição pública da face da interactante como estando em débito financeiro com ele. Culturalmente, o comportamento verbal legítimo para cobrança é um em que se deve evitar o constrangimento daquele que deve, sendo esse aspecto juridicamente regulamentado. Violando a regra da consideração, o Nikolas viola também uma regra social que pode lhe trazer prejuízo real. A interactante alvo de seu ataque pode vir a fazer uso de sua troca verbal em que é exposta moralmente como prova material do ataque a sua face, publicamente, já que é possível imprimir os diálogos para apreciação judicial.

Por fim, vejamos o exemplo 5, a seguir, em que há um embate de faces não só entre os indivíduos envolvidos na troca verbal, mas também e principalmente um embate de faces de gêneros. Observe:

Bruno Arnoud Pereira comentou o link de Denis Pavin.

Mulheres, troquem a foto do seu perfil por uma foto sua sem camisa até o dia 27/12 (Dia Nacional de Luta Contra o Câncer de Mama). Uma manifestação contra o CÂNCER DE MAMA.

Fotos do mural  
Vamos garotas, adiram a campanha!  
De: @APIada  
há 8 minutos

2 pessoas curtiram isto.

Thaís Lauricella E enfiar o dedo no rabo pra fazer uma manifestação contra o câncer de próstata vc não quer, né? kkk  
há 17 minutos

Exemplo 5

O exemplo 5, acima, apresenta a composição intertextual do interactante, com o uso da imagem fotográfica de uma campanha publicitária para o alerta ao combate ao câncer de

mama, para fazer uma provocação geral pelo desvio do foco à campanha e declaração do desejo de ver fotos de perfil do facebook de meninas com os seios à mostra. A resposta dada por uma menina é um ataque direto à face do provocador, igualmente abordando a esfera íntima dos homens; seu movimento submete o interactante ao mesmo tipo de constrangimento e mais ainda, pois refere-se ao exame médico em que há preconceito dos próprios homens em fazê-lo.

A igualdade no nível de violência verbal dos interactantes vem a neutralizar o comportamento descrito por Goffman como regular, no qual, mesmo diante de uma provocação acintosa do argumento, o contra-argumento deveria buscar equilibrar o jogo com resgate da sociabilidade, o que permitiria a continuação da atividade discursiva entre os interactantes. No exemplo 5, no entanto, o revide funciona como um ponto final definitivo, com a desmoralização do sujeito que foi infeliz em seu ato de fala, pela vulgarização da figura da mulher.

## Palavras finais

Acreditamos, com Goffman, que a habilidade de preservação das faces pelo exercício das duas regras do jogo interacional – do respeito próprio e da consideração – representa uma marca de socialização capaz de evitar situações desastrosas para a sociedade, cuja função comunicativa é a de guiar e de organizar o fluxo das mensagens, em diversas culturas.

Na interação mediada pelo computador, essa habilidade deve também existir para superar as ambivalências do mundo virtual em defesa de uma vida em comunidade que seja capaz de construir e preservar relações sociocomunicativas perenes e de qualidade. Afinal, na palavra escrita, “O texto tem de abrigar o desejo, sugerir o fascínio dessa fala que pode virar pele, casa, bandeira, horizonte, altar...” (Rubem Alves, 2005, p. 12).

## Referências

ALVES, Rubem. **Variações sobre a vida e a morte ou o feitiço erótico-herético da teologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

CHAFE, Wallace. Integration and involvement in speaking, writing, and oral Literature. In: D. TANNEN (Ed) **Spoken and written language**: exploring orality and literacy. Norwood, N.J.: Ablex, 1981.

GOFFMAN, Erving (2008). **Interaction Ritual**: essays in face-to-face behavior. With a new introduction by Joel Best. New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers.

\_\_\_\_\_(1986). **Frame analysis**. An Essay on the Organization of Experience. With a New Foreword by Bennet Berger. Boston, Massachusetts

LUCIANO, Dilma Tavares. **Prosódia e envolvimento na compreensão do telejornal**. Tese de Doutorado defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Departamento de Letras, UFPE, 2000. 294 páginas

LUCIANO, Dilma Tavares. **O cyberprofessor: novas perspectivas para o profissional das Letras**. In: MOURA, V.; DAMIANOVIC, M. C.; LEAL, V. (Orgs.), **O ensino de línguas: concepções e práticas universitárias**. Recife: Ed Universitária da UFPE, 2010, p.279-291.

PALÁCIOS, Marcos. **Cotidiano e sociabilidade no cyberspaço: apontamentos para discussão**. Online em [HTTP://facom/ufba/br/pesq/cyber/palacios/cotidiano.html](http://facom/ufba/br/pesq/cyber/palacios/cotidiano.html) (19/11/1998). Acessado em 01/05/2012.

SILVA, Lídia J. Oliveira Loureiro da. **A Internet – a geração de um novo espaço antropológico**, 2001. Online em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-lidia-oliveira-Internet-espaco-antropologico.pdf>

Imagens:

<http://perolas.com/> Acessado em 21/04/2012



Silmara Dela Silva

OS “NOVOS” ESPAÇOS PARA OS  
SUJEITOS E(M) SEUS PROCESSOS DE  
(CONTRA-)IDENTIFICAÇÃO COM O  
DISCURSO MUDIÁTICO



## OS “NOVOS” ESPAÇOS PARA OS SUJEITOS E(M) SEUS PROCESSOS DE (CONTRA-)IDENTIFICAÇÃO COM O DISCURSO MIDIÁTICO

### Introdução

*Enquanto gênero jornalístico, carta é a manifestação opinativa, reivindicatória, cultural ou emocional do leitor. Enquanto prática jornalística, no processo industrial de comunicação, carta é uma concessão ao leitor, administrada em proveito do jornal, em cujas mensagens o leitor só acidentalmente interfere.*  
(Manuel Chaparro, 1992, p. 63)

Pode parecer estranha a escolha de iniciar este texto, que tem como propósito analisar discursivamente os comentários de sujeitos leitores feitos na página de uma revista no *Facebook*, trazendo como epígrafe as duas definições iniciais de Chaparro (1992), um estudioso das Ciências da Comunicação, acerca da carta como um gênero jornalístico. Mas entendemos que falar de comentários nas redes sociais, este “novo” espaço para a escrita dos sujeitos em resposta aos dizeres em circulação nas mídias, sob a perspectiva teórica da Análise de Discurso iniciada por Michel Pêcheux, somente é possível pensando a relação entre esse “novo” espaço e os outros espaços tradicionalmente disponíveis aos leitores, aqueles que o antecederam e que, ainda que pela sua negação, o constituem. Como afirma Orlandi (2007), para que algo faça sentido, é necessário que o sentido lá já se inscreva pela relação com o interdiscurso, com o já-dito constitutivo de todo dizer.

Como único espaço de manifestação dos leitores nos impressos (as mídias mais tradicionais), as cartas de leitores e o seu modo de se constituir como um lugar dedicado à escrita do sujeito leitor em resposta aos dizeres da/na mídia não deixam de produzir os seus efeitos quando esse mesmo espaço é ampliado (e em alguns casos “deslocado”) do papel para o virtual. Primeiramente vieram os espaços para comentários de leitores nos próprios sites de últimas notícias; com o desenvolvimento das redes sociais, aparecem também esses

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta da UFF, no Departamento de Ciências da Linguagem, do Instituto de Letras, e pesquisadora do Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS). É docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Instituto de Letras da UFF, e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano, Instituto de Arte e Comunicação Social, na mesma instituição. Possui graduação em Comunicação Social-Jornalismo, pela UNESP-Bauru, mestrado em Estudos Linguísticos pela UNESP-São José do Rio Preto, e doutorado em Linguística pela UNICAMP. Desenvolve pesquisas na área de Análise de Discurso, com foco na análise dos discursos da/sobre a mídia.

espaços que aqui nos interessam mais diretamente: os comentários aos *posts* das publicações em suas páginas nas redes sociais, que funcionam imaginariamente como extensões dos impressos na rede eletrônica.

No caso da revista *Superinteressante*, aqui escolhida como objeto de análise, tais comentários ganham ainda mais relevância na medida em que se transformaram em um dos únicos espaços destinados à escrita dos leitores em resposta às publicações da revista. Isto porque desde julho de 2011, em sua edição de número 293, a revista deixou de publicar uma seção de cartas de leitores, substituindo-a por um espaço editorial nomeado “MundoSuper”, apresentado pela publicação como destinado a publicar um resumo das manifestações de leitores nas redes sociais, no próprio *site* da revista e em *microblogs*, como o *Twitter* (Cf.: GWERCMAN, 2011).

Se seguimos a leitura proposta pela epígrafe de Manuel Chaparro (1992), podemos dizer que a *Superinteressante* é a primeira revista a deixar de fazer esta “concessão ao leitor”, ao extinguir o espaço para as cartas em sua versão impressa. Mas, para seguirmos tal leitura, seríamos levados a refletir sobre as cartas como um gênero jornalístico e a pensar as suas semelhanças e diferenças em relação ao gênero comentário... e forçosamente seríamos impelidos a discutir a mudança que os comentários na rede eletrônica operam no próprio gênero jornalístico comentário.

Isso porque os comentários tradicionalmente compareciam na mídia como espaços destinados aos dizeres de “alguém cuja opinião seja respeitada e que conte com dados privilegiados, que não estejam normalmente ao alcance do leitor do periódico ou dos espectadores da emissora”, como afirma Coelho (1992, p. 75), para passar a um espaço destinado a qualquer sujeito leitor internauta, nesta extensão das mídias na(s) rede(s).<sup>2</sup> Reconhecemos que tais mudanças fazem parte das condições de produção do discurso que aqui nos propomos a analisar, mas pensar os comentários em sua relação com os gêneros jornalísticos não é o nosso propósito.

Da epígrafe de Chaparro (1992), interessa-nos a sua afirmação final, que destaca o caráter “acidental” de uma possível interferência do leitor nas práticas jornalísticas, a partir de suas manifestações endereçadas aos impressos. Da perspectiva discursiva, deslocamo-nos em relação a esta visão corrente entre os comunicadores que considera os dizeres em circulação na mídia como “mensagens transmitidas ao público-leitor”. Pensamos, como

---

<sup>2</sup> Empregamos a marca de plural como uma possibilidade, neste caso, para nos referirmos aos espaços para os sujeitos leitores internautas na rede eletrônica, de um modo geral, e nas redes sociais, mais particularmente.

Orlandi (2001), que as práticas jornalísticas e midiáticas constituem discursos (e não mensagens), compreendidos como processos de produção de sentidos "por/para os sujeitos" (Cf.: ORLANDI, 2011, p. 17). E pensamos que é possível analisar os espaços destinados aos sujeitos leitores nas publicações discursivamente, com foco nas possibilidades que os sujeitos leitores têm de trazer para as suas respostas outros dizeres que escapam àqueles em circulação na mídia.

Questionamos, deste modo, a possibilidade deste leitor de interferir "só acidentalmente" nos dizeres da/na mídia, como afirmado por Chaparro (1992) em nossa epígrafe, para pensar esta possibilidade como própria do funcionamento da ideologia, já que como nos afirma Pêcheux (1997 [1975]), a ideologia é um ritual e "não há ritual sem falhas" (idem, p. 301).

O espaço dos comentários nas redes sociais, cuja formação imaginária (Cf. PÊCHEUX, 1997a [1969]) constitui-se sob o efeito da evidência de "liberdade do dizer" para os sujeitos nos discursos da/sobre a mídia, parece-nos um espaço privilegiado para observar em que medida, ao manifestar-se neste espaço onde imaginariamente "tudo se pode dizer", "sem limites de espaço" e "com circulação imediata", os sujeitos leitores internautas conseguem colocar em circulação outros dizeres, deslocando-se, assim, ao ecoar dos sentidos privilegiados pela mídia.

Propomos, assim, iniciar uma análise do funcionamento ideológico dos comentários, este "novo" espaço para os sujeitos na mídia proporcionado pela migração dos impressos para a rede eletrônica, e analisar se a escrita dos sujeitos neste "novo" espaço consegue, em algum momento, deslocar-se em relação aos dizeres de uma publicação; se eles conseguem proporcionar a emergência de novos sentidos e não apenas a repetição do já-dito em circulação na mídia.<sup>3</sup>

É com este propósito que organizamos este artigo em duas partes, apresentando primeiramente algumas considerações teórico-analíticas na seção a seguir, que intitulamos "Dispositivo teórico-analítico", e trazendo, na sequência, uma apresentação do *corpus* discursivo e algumas considerações de análise. Esperamos, deste modo, iniciar uma reflexão discursiva sobre os comentários deixados pelos sujeitos leitores internautas às publicações

---

<sup>3</sup> A proposta de analisar discursivamente os comentários dos sujeitos leitores internautas, em suas diversas instâncias na rede eletrônica, integra um novo eixo de discussões que propomos, no âmbito do projeto de pesquisa docente "*Mídia, sujeito e sentidos: o discurso midiático na constituição do sujeito urbano brasileiro*", em andamento junto do Departamento de Ciências da Linguagem, da UFF, e que recebeu apoio FAPERJ via Edital Auxílio Instalação 2011/2. A este novo eixo do projeto temos chamado "*Cartas, comentários, efeitos: uma análise discursiva dos espaços para o sujeito na mídia*".

mediáticas em suas páginas no *Facebook*, buscando contribuir assim para a desnaturalização dos sentidos das redes sociais como espaços do livre dizer.<sup>4</sup>

Sabemos, com os teóricos da Análise de Discurso, que os sentidos se constituem por filiações a sentidos já dados, a partir de condições de produção específicas. Como afirma Orlandi (2001, p. 50): “O dizer tem história. Os sentidos não se esgotam no imediato. Tanto é assim que fazem efeitos diferentes para diferentes interlocutores. Não temos controle sobre isso. Mas tentamos.” E é dessa maneira que compreendemos a contradição constitutiva dos sentidos e do sujeito: sentidos que “não são conteúdos”, sujeito que “(se) diz” na linguagem, “não transparente”, “incompleta”, como nos diz Orlandi (*idem*, p. 53-54).

Se, ainda conforme Orlandi, “a condição da linguagem é a incompletude”, tudo não se pode dizer, uma vez que: “Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento.” (*idem, ibidem*). Entretanto, é também pela impossibilidade de tudo dizer que (muito e/ou pouco) o sujeito pode dizer. E é justamente essa possibilidade do dizer e aquilo que se pode ou não dizer nesses “novos” espaços para o sujeito na mídia que aqui buscamos analisar.

## Dispositivo teórico-analítico

*Podemos resumir o que precede dizendo que, sob a evidência de que “eu sou realmente eu” (com meu nome, minha família, meus amigos, minhas lembranças, minhas “idéias”, minhas intenções, meus compromissos), há o processo da interpelação-identificação que produz o sujeito no lugar deixado vazio...*  
(Michel Pêcheux, 1997 [1975], p. 159)

Para apresentar o dispositivo analítico que constituímos para a análise dos comentários nas redes sociais, à luz da Análise de Discurso, recorreremos a esta citação de Pêcheux, em seu livro “Semântica e discurso”, porque ela nos permite compreender uma das noções essenciais à teoria do discurso e igualmente essencial para a continuidade das reflexões que aqui propomos: o processo de interpelação do indivíduo em sujeito do discurso. Ao afirmar

---

<sup>4</sup> Como afirma Romão (2011), ao questionar-se sobre a relação entre o político e as técnicas de gestão e gerenciamento de arquivos na rede eletrônica: “... há uma instância de controle e comando na rede eletrônica que permite ao sujeito apenas navegar pelas águas autorizadas na info-maré, isto é, o navegador pode, sim, criar arquivos e tagarelar à vontade, desde que as vozes de comando da internet o permitam. O caminho, aparentemente de livre acesso, está negado e põe em funcionamento outro saber e poder sobre os arquivos e a circulação deles...” (ROMÃO, 2011, p. 147).

a existência de um "processo de interpelação-identificação" como constitutivo do sujeito, definindo assim a noção de forma-sujeito do discurso, Pêcheux (1997 [1975]) aponta o deslocamento da teoria que propõe em relação às concepções pragmáticas de linguagem, que concebem o sujeito no centro do saber e do dizer.

O sujeito que concerne ao quadro teórico da Análise de Discurso consiste em uma forma de existência histórica, um modo de ser sujeito em um momento histórico dado, determinado pela ideologia, que antecede a evidência de que "eu sou realmente eu", como nos afirma Pêcheux (1997 [1975]). Para além do indivíduo, daquele que tem a sua família, os seus amigos, as suas intenções, as suas verdades, há a possibilidade de ser sujeito, determinada historicamente. E é esta forma-sujeito, que se produz pela interpelação ideológica, que interessa ao estudo do discurso.

Deslocado da condição de centro do saber, entendemos que o sujeito produz o seu dizer por filiação a regiões do interdiscurso, a formações discursivas, com as quais se identifica e a partir das quais é chamado a ocupar posições. Por formações discursivas, compreendemos, conforme Pêcheux (1997 [1975]) em sua definição mais clássica, "aquilo que, numa formação ideológica dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que *pode e deve ser dito...*" (idem, p. 160, grifos do autor). E prossegue Pêcheux: "diremos que os indivíduos são 'interpelados' em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam 'na linguagem' as formações ideológicas que lhes são correspondentes" (idem, *ibidem*), afirmando assim que os sentidos das "palavras, expressões, proposições etc" não estão dados na língua e tampouco têm a sua origem no sujeito, mas se constituem nas formações discursivas, que representam no discurso as formações ideológicas.

Embora a interpelação ideológica seja comum a todos os indivíduos, posto que se trata da condição para ser sujeito do discurso, ela não se dá de um mesmo modo para todos os sujeitos. Ou seja, os sujeitos são chamados de diferentes modos a se identificar ou não com uma formação discursiva, isto é, com um conjunto de dizeres possíveis, com "o que pode e deve ser dito" e, do mesmo modo, com aquilo que não pode e não deve ser dito em determinadas condições de produção. É deste modo que podemos compreender os processos de identificação, contra-identificação e desidentificação do sujeito com a forma sujeito de uma formação discursiva, e que nos parecem bastante produtivos para a constituição de nosso dispositivo analítico direcionado à análise dos comentários dos sujeitos na(s) rede(s).

Identificação, contra-identificação e desidentificação são, segundo Pêcheux (1997 [1975]), modalidades da tomada de posição do sujeito em relação às formações discursivas e aos sentidos possíveis que se constituem a partir delas. Na primeira modalidade, da identificação, há uma “identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD que afeta o sujeito do discurso”, o que caracteriza o “bom sujeito”, como afirma Indursky (2008, p. 12), ao revisitar a noção de sujeito na teoria de Pêcheux. Na identificação, o sujeito reproduz os saberes de uma formação discursiva.

Ao rever os seus escritos, o próprio Pêcheux irá nos dizer da inexistência de uma identificação plena, uma vez que ao sujeito é dada a condição de ser sujeito do discurso, de lidar com os saberes dados em uma formação discursiva. Deste modo, o bom sujeito é aquele que se identifica a certos dizeres, a certos sentidos e, assim, reproduz a forma sujeito de uma formação discursiva.

Se há a possibilidade de ser um bom sujeito, podemos facilmente inferir que o seu oposto é igualmente possível. O mau sujeito caracteriza-se, assim, pela contra-identificação aos saberes de uma formação discursiva, nos termos de Pêcheux (1997 [1975], p. 215), uma “‘tomada de posição’ que consiste desta vez, em uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...)” em relação a uma formação discursiva. Conforme Indursky (2008, p. 13), é essa segunda modalidade, em que o sujeito do discurso se contra-identifica com “a forma-sujeito da formação discursiva que o afeta”, que permite ao sujeito “duvidar, questionar os saberes e não simplesmente reduplicá-los, como ocorre na primeira modalidade.” (idem, *ibidem*).

Por fim, ao sujeito do discurso ainda é dada a possibilidade da desidentificação, de romper com os saberes de uma formação discursiva, em um “*trabalho* (transformação-deslocamento) *da forma-sujeito*”, conforme afirma Pêcheux (1997 [1975], p. 217, grifos do autor). Nos termos de Indursky (2008, p. 15): “Desidentificar-se implica não mais estar identificado com uma determinada formação discursiva porque, de fato, este mesmo sujeito já identificou-se com uma outra formação discursiva”. A desidentificação, como insiste Indursky (2008), “não representa a liberdade do sujeito do discurso”, mas uma “brecha”, “uma certa margem de movimentação” que possibilita ao sujeito identificar-se a outros domínios do saber (*idem*, p. 15).

É esta possibilidade dada ao sujeito de identificar-se ou não aos sentidos constituídos no/pelo discurso em circulação na mídia que aqui buscamos analisar. Entendemos que, se podemos falar em um discurso da mídia, é porque a mídia, ao enunciar, o faz a partir de

domínios de saber específicos, constituindo o seu dizer de uma posição dada, em determinadas condições de produção. Deste modo, é possível afirmarmos que, ao dizer, a mídia o faz identificando-se a uma dada forma sujeito do discurso.

Pela epígrafe de Chaparro (1992), que trouxemos no início deste artigo, é fácil inferirmos que, tradicionalmente, para ocupar os espaços dedicados aos sujeitos leitores nos impressos mais tradicionais, como as seções de cartas de leitores, os sujeitos precisam se identificar em alguma medida aos sentidos em circulação na mídia, reproduzindo assim os dizeres correntes neste domínio de saber. Ou, no máximo para se manter a formação imaginária da pluralidade de opiniões que a imprensa costumeiramente busca constituir para si,<sup>5</sup> ao sujeito é dada a possibilidade de contra-identificar-se a esses dizeres, marcando uma posição contrária ou levantando questionamentos, mas sem de fato romper com as possibilidades dadas pelas formações discursivas em questão.

Diante desses novos espaços proporcionados aos sujeitos, agora internautas, nas redes sociais, questionamos essas possibilidades de dizer. A nossa questão central é se é possível ao sujeito desidentificar-se em relação aos dizeres da/na mídia e marcar essa sua desidentificação em seus dizeres na própria mídia, ainda que seja nesta extensão das mídias, que são as suas páginas nas redes sociais.

É com este foco que passamos a algumas considerações a partir da análise de um *corpus* composto por comentários de sujeitos leitores internautas em resposta a um *post* da revista *Superinteressante* em sua página no *Facebook*, na próxima seção.

### **Corpus discursivo e considerações analíticas**

*Na realidade, não há um sentido (conteúdo),  
só há funcionamento da linguagem.  
(Eni Orlandi, 2001a, p. 22)*

Para esta breve reflexão sobre os processos de identificação e também de contra-identificação do sujeito leitor internauta com os dizeres em circulação na mídia, por meio da análise de seus comentários em redes sociais, constituímos o nosso *corpus* a partir de comentários de sujeitos leitores internautas deixados na página da revista *Superinteressante* no *Facebook*. O nosso interesse pela revista, como já dissemos, é decorrente de sua opção

---

<sup>5</sup> Como afirma Mariani (1998, p. 63), ao dizer do funcionamento do discurso jornalístico, é característico da prática jornalística a busca por "organizar e ordenar cotidianamente os acontecimentos, de modo a mostrar que pode haver mais de uma opinião/explicação para o fato em questão, mas nunca um fato diferente do que foi relatado."



por centralizar as manifestações de seus leitores na rede eletrônica, ao deixar de publicar uma seção de cartas de leitores em suas edições impressas, desde julho de 2011.<sup>6</sup> Tem sido uma prática da revista, no entanto, trazer para a seção MundoSuper os comentários de um ou dois leitores, apontando a sua origem nas redes sociais, ou apresentar uma espécie de balanço das manifestações dos leitores sobre um dado assunto nesses espaços.

Para a composição de nosso *corpus*, adotamos duas diretrizes: a) a escolha de um *post* que tivesse gerado vários comentários de sujeitos leitores, de modo a potencializar a possibilidade de circulação de outros dizeres que não somente aqueles já dados no dizer da publicação; b) os comentários referentes a edições anteriores da revista, o que nos permitirá observar também o relato (e/ou a seleção) desses comentários na edição seguinte da publicação, como faremos ao final deste trabalho.

Assim, escolhemos para análise o primeiro *post* da revista sobre a sua edição do mês de fevereiro de 2012, descrito na sequência discursiva (1):

**SD(1) Revista Superinteressante**

26 de Janeiro

Olha só a capa da SUPER de fevereiro ("Como fazer um superbebê"). A partir de amanhã nas bancas. Curtiu?

O *post* sobre a publicação da nova edição recebeu 122 comentários de sujeitos leitores, o último registrado em 22 de abril de 2012, e é acompanhado da exibição da imagem da capa, que traz a figura de um bebê em *close*, seguida das seguintes manchete e linha fina:<sup>7</sup>

**SD(2) Como fazer um superbebê**

Eles serão projetados por cientistas, terão imunidade contra doenças e a aparência que os pais escolherem. Conheça os bebês de laboratório – porque um dia você vai ter um. E eles já começaram a nascer.

<sup>6</sup> Fazemos uma breve análise do fim da seção de cartas de leitores na revista Superinteressante e da sua substituição por uma nova seção, chamada MundoSuper, em um trabalho que apresetamos durante o 60º Seminário do GEL, realizado em São Paulo, em julho de 2012, com o título *Das cartas de leitores às redes sociais: o espaço para o sujeito na revista Superinteressante* (DELA-SILVA, no prelo).

<sup>7</sup> A imagem da capa desta edição da revista, bem como os comentários de sujeitos leitores internautas mencionados neste artigo, podem ser visualizados no Facebook, no link: <http://www.facebook.com/photo.php?fbid=10150555335072580&set=a.430014212579.206900.80591352579&type=1>. Acesso em: 03 setembro 2012.

Na SD(2), podemos observar que a linha fina que acompanha a manchete “Como fazer um superbebê” traz uma espécie de enunciado definidor do que seria o “superbebê” anunciado pela revista, que podemos dividir em três pontos:

1. “projetados por cientistas”;
2. imunes a doenças (“imunidade contra doenças”);
3. com a “aparência que os pais escolherem”.

O primeiro ponto é retomado na sequência da própria linha fina pela expressão “bebês de laboratório”, sentido que é reafirmado nas condições de produção do discurso pela formação imaginária que a revista *Superinteressante* faz de si mesma, ao incluir a “ciência” como um dos assuntos privilegiados em suas páginas.<sup>8</sup>

O segundo ponto, “imunidade contra doenças”, é destacado por meio de uma seta indicativa que parte de um dos olhos do bebê retratado, com a expressão “imune à miopia”. Pelas condições de produção do discurso, podemos analisar ainda o dizer “resistente à obesidade”, que decorre de uma seta com origem em uma das bochechas do bebê, como que reafirmando esse mesmo sentido expresso no segundo ponto. Na atualidade, a obesidade tem sido apontada pelo discurso médico como uma causa de doenças, o que faz com que esta expressão também nos encaminhe para a visualização, no bebê, da “imunidade a doenças”, em destaque no enunciado definidor expresso na SD(2).

O terceiro ponto, por sua vez, “aparência que os pais escolherem”, embora não seja retomado no verbal, pode ser interpretado como reafirmado na imagem de bebê escolhida para compor o texto da capa. Trata-se de um bebê branco, de olhos azuis, e não de outras imagens de bebês possíveis. É neste ponto que pensamos que a formação discursiva da ciência, priorizada na capa da revista, entrelaça-se ao discurso do dia a dia, do cotidiano de seus sujeitos leitores: este “você” que é interpelado pelo dizer da revista sobre o “superbebê”.

É com base na visualização desse texto de capa e do *post* da revista que anuncia a nova edição nas bancas a partir do dia seguinte, que os sujeitos leitores internautas são chamados a deixarem os seus comentários no *Facebook*, uma vez que a reportagem somente poderia

---

<sup>8</sup> De acordo com o perfil da revista no site da Editora Abril destinado a buscar novos assinantes para as suas publicações, a *Superinteressante* tem como proposta abordar “grande diversidade de assuntos, como comportamento, saúde, tecnologia, futuro, história, aventura, ciência”, de um modo “dinâmico” e “bem-humorado”. Texto disponível em: <<http://www.assine.abril.com.br/assinar/revista-superinteressante/origem=sr/ba/sj>>. Acesso em: 08 maio 2011.

ser conhecida após a leitura da revista. Mesmo sem o acompanhamento da íntegra da reportagem, compreendemos que o texto da capa em questão produz efeitos de sentido, colocando em circulação certos dizeres e não outros, dado que a capa é o espaço mais privilegiado de uma publicação, aquele que nos diz o que de mais importante há a saber dentre os acontecimentos jornalísticos (DELA-SILVA, 2011) selecionados para compor uma edição de um impresso.

Diante dos sentidos em circulação nessa capa da revista *Superinteressante*, compreendemos que os sujeitos leitores internautas que deixaram os seus comentários no Facebook, de algum modo, se sentiram interpelados a dizer, a responder à publicação, servindo-se para isto do espaço de comentários (ainda que tivessem sido chamados, a princípio, apenas a “curtir” a nova edição, como marcado na expressão “Curtiu?”, com a qual a revista finaliza o seu *post* sobre a capa, expresso na SD1).

São esses comentários dos sujeitos leitores internautas, em seus processos de (contra-)identificação com os sentidos em circulação na revista que agora passamos a analisar. De um modo geral, as manifestações dos leitores internautas seguem dois caminhos: 1) comentam a disponibilidade e as características da revista; 2) comentam o conteúdo da capa de diversos modos.

No primeiro caso, são comentários de leitores assinantes que ainda não receberam os seus exemplares e que não compareceriam em um espaço editorial de manifestações de leitores na mídia, posto que seriam direcionados ao serviço de atendimento ao assinante. São comentários como os que listamos na SD(3)<sup>9</sup>, em um dos casos, acompanhado da resposta dada pela publicação:

**SD(3)** I.M.: A minha ainda não chegou? Atrasada???

26 de janeiro às 20:08

G.C.A.: A minha SUPER de janeiro não chegou

27 de janeiro às 14:55

Revista Superinteressante: G.C.A. para solicitar a edição de janeiro, escreva para [superleitor@abril.com.br](mailto:superleitor@abril.com.br)

27 de janeiro às 15:50

K.K.A.L.: Achei muito pouca a quantidade de páginas da revista. 82 pgs? Acho que a SUPER deixou a desejar este mês de fevereiro em

<sup>9</sup> Na SD(3), bem como nas que apresentaremos na sequência deste artigo, contendo dizeres de leitores internautas, optamos por reproduzir os *posts* deixados na página da revista no Facebook do modo como aparecem, substituindo apenas os nomes ou *nicknames* dos leitores por suas iniciais.

algumas matérias e no quesito gráfico. Tô sentindo falta dos belos infográficos na revista, o que nessa não veio nenhum.

7 de fevereiro às 23:13

J.M.: quase 1/3 das páginas só de propaganda

8 de fevereiro às 7:37

Entendemos que comentários como esses que reunimos na sequência discursiva (3) são muito significativos para compreendermos a formação imaginária dos comentários na rede eletrônica como um espaço onde imaginariamente “tudo se pode dizer”, uma vez que o leitor-internauta se aproveita de uma espécie de propaganda da revista, ao anunciar mais uma de suas edições nas bancas, para mostrar a falha nos serviços prestados aos sujeitos assinantes e, em outros casos, a sua insatisfação com o número de páginas e a qualidade geral da publicação.

Essa mudança, que abre no espaço dos comentários um lugar para a reclamação, para a manifestação do desapontamento do leitor com os serviços prestados pela revista enquanto um produto editorial, a nosso ver, já inscreve outros dizeres que aqueles possíveis nas tradicionais seções de cartas de leitores. Não responder ao chamado da revista sobre a sua capa e utilizar o espaço disponível como um serviço de atendimento ao leitor marca a posição sujeito do consumidor e não a do leitor, como pressupõe a revista. Marca, em nosso entendimento, um primeiro modo de desidentificação com os sentidos postos pela revista, em relação à posição do leitor chamado a “curtir” a capa da nova edição, nesse espaço para os sujeitos na rede social.

Contudo, gostaríamos de tomar como foco também o segundo tipo de comentário, que chamamos de comentários que incidem sobre os conteúdos da capa, e que pensamos que também podem ser produtivos para pensarmos os processos de identificação e contra-identificação dos leitores-internautas com os dizeres em circulação na revista.

Deste segundo tipo, recortamos as sequências discursivas (4), (5) e (6), que nos parecem exemplares de um dado funcionamento dos comentários:

**SD(4)** K.M.: Admirável mundo novo

26 de janeiro às 20:39

**SD(5)** K.R.: Eu quero esse bebê pra mim.....

26 de janeiro às 21:13

**SD(6)** J.V.S.: Adorei, a Edição 301-Fevereiro de 2012, interessei-me pela capa e reportagem do SUPERBEBÊ. A capa simbolizou a Ciência sendo avançada e a Tecnologia sendo melhorada com o passar dos Dias, Meses, Anos, Séculos.

5 de fevereiro às 15:13

Como podemos observar, nas sequências (4), (5) e (6), os sujeitos leitores atendem ao chamado da revista para a apreciação da capa de sua nova edição. A aprovação à imagem do bebê na SD(5) e a expressão “adorei”, que inicia a SD(6), são marcas da resposta positiva desses sujeitos leitores internautas aos dizeres trazidos pela revista. Mais que isso, pensamos que essas três SDs são exemplares do processo de identificação desses sujeitos com o discurso privilegiado pela revista em sua filiação à formação discursiva da ciência, em sua posição de divulgadora. Essa inscrição da revista na formação discursiva da ciência se marca no texto da capa pela expressão “porque um dia você vai ter um”, que apresenta o desenvolvimento científico relacionado à gestação de humanos como irreversível e, igualmente, como uma presença na atualidade, em: “E eles já começaram a nascer”.

No fio do discurso das três sequências discursivas, a expressão “admirável mundo novo”, na SD(4), e a qualificação da ciência e da tecnologia, expressa nos termos “avançada” e “melhorada”, na SD(6), reafirmam a identificação do sujeito leitor internauta que se surpreende e apoia as novidades prometidas e/ou viabilizadas pela ciência, postas em evidência na capa da *Superinteressante*. Os sujeitos, nesses comentários, reafirmam os saberes da formação discursiva da ciência, priorizados na capa da publicação.

Contudo, na multiplicidade dos comentários postados por sujeitos internautas em resposta à nova capa da revista *Superinteressante* não são todos que expressam identificação aos dizeres que ressoam na revista sobre a ciência e as suas inovações. Alguns comentários trazem questionamentos, colocam dúvidas em relação aos sentidos privilegiados pela revista, questionam os limites do fazer científico. São exemplares assim que trazemos nas sequências discursivas (7), (8) e (9), que apresentamos a seguir:

**SD(7)** M.F.: Definitivamente não concordo com isso. Se trata de mutação genética? Poxa vida... na minha opinião nossos filhos devem vir ao mundo tal como mandam os gens, por exemplo, alguém amaria menos seu filho por ele ser portador de alguma especialidade? Eu não.

27 de janeiro às 11:13

**SD(8)** T.B.: Alterar a espontaneidade proporcionada pela natureza e pela própria essência que a gestação confere, torna-se um ato por demais exagerado. É sabido que o nível de mortalidade, bem como as chances da criação vir a desenvolver alguma disfunção orgânica, reduzem significativamente. Porém, o princípio de evolução das espécies seria descartado, uma vez que todos os bebês nasceriam perfeitos... Às vezes, para que algo seja criado, é preciso haver um estímulo ou falha observada no ambiente. Em suma, os humanos precisam sentir certas mazelas a fim de garantir a evolução de sua espécie, de modo natural, e não mediante uma manipulação genética... Nesse quesito, a ciência deveria se restringir um pouco e interferir bem menos!

*17 de fevereiro às 17:27*

**SD(9)** A.O.: Que coisa ridícula! Agora irá ser possível escolher como irão ser os filhos? Estou a imaginar: serão todos branquinhos, de olhos azuis e cabelo loiro e os pais nem assim são! A diversidade vai deixar de existir e a homogeneização está cada vez mais perto. Aí é que as pessoas vão ser todas iguais. Não só a nível físico, como mental e cognitivo. Serão todos muito inteligentes e tudo isto se tornará insuportável e ingovernável! Acho que uma das maiores graças é só conhecermos os nossos filhos quando eles nascem, agora já saberão como irão ser. Onde estará o fator surpresa? Se for preciso nem terão nada em comum com os seus progenitores... A partir do momento em que isto acontecer já não se tem filhos mas brinquedos!...

*26 de janeiro às 19:10*

No caso das sequências (7), (8) e (9), notamos que os sujeitos atualizam em seus dizeres sentidos de oposição à formação discursiva da ciência em que se inscreve a revista ao enunciar. A crítica à ciência, marcada na formulação do dizer em expressões como: "mutação genética" [SD(7)]; "manipulação genética" em oposição à "evolução da sua espécie de modo natural" [SD(8)]; pela menção à "espontaneidade proporcionada pela natureza" [SD(8)]; e pela oposição entre "filhos" e "brinquedos" [SD(9)], é feita do interior da própria formação discursiva da ciência, como mostra, por exemplo, a menção à "evolução das espécies", na SD(8), e ao papel dos genes ("gens"), na definição das características humanas, na SD(7).

Como nas sequências discursivas anteriores [SDs (4), (5) e (6)], notamos que os sujeitos leitores internautas são interpelados pela formação discursiva da ciência, privilegiada na constituição dos sentidos em circulação na revista, mas se posicionam de um outro modo em relação a eles, questionando-os, como é próprio da modalidade de contra-identificação.

Nesses dizeres, os sujeitos internautas comentam os possíveis prejuízos trazidos pela ciência, questionando os limites das práticas científicas, anunciadas de modo positivo pela revista.

De fato, a constatação da possibilidade de identificação e de contra-identificação dos sujeitos leitores internautas com os dizeres da/na mídia, como mostramos até aqui com as nossas considerações analíticas sobre os conjuntos de sequências discursivas (4), (5) e (6), por um lado, e (7), (8) e (9), por outro, não se constitui como uma particularidade desse outro espaço para o dizer que são os comentários nas redes sociais e, em particular, no Facebook. Mostrar a possibilidade da contra-identificação, como já dissemos, é uma prática corrente mesmo em seções de cartas de leitores.

Em uma breve análise que realizamos da última seção de cartas de leitores publicada pela própria revista *Superinteressante*, em sua edição nº 292, de junho de 2011 (DELA-SILVA, no prelo), mostramos exatamente essa tendência a se resumir as opiniões possíveis sobre os assuntos postos em circulação na edição anterior da revista, com a escolha para publicação de cartas marcadas pelo “contra” e pelo “a favor de” um determinado assunto. Também Soares (2006), em um artigo em que analisa cartas de leitores que circularam nas revistas *Veja* e *Isto é*, na década de 1980, já apontava para essa polissemia contida que tradicionalmente pauta as seções de cartas de leitores, que sempre privilegiam os discursos hegemônicos, pela incorporação de outras vozes ao seu dizer.

O que nos chama a atenção no funcionamento dos comentários no Facebook, em particular neste nosso *corpus* de análise, é a presença de um terceiro tipo de comentário que, igualmente, destina-se a comentar o conteúdo da capa, mas o faz de um modo bem particular. Trata-se de um outro funcionamento do dizer, como esperamos mostrar nas sequências (10), (11), (12) e (13):

**SD(10)** I.B.: É Superinteressante... que decepção... não curti esse “super bebê” BRANCO porque hein? Será que era tão difícil ter colocado várias crianças com características diferentes na capa? Superinteressante Supertendenciosa!!! ;(

26 de janeiro às 20:45

**SD(11)** L.V.N.: Parabéns Superinteressante! O projeto eugênico do superbebê da revista é BRANCO e de olhos AZUIS! A cara da revista! (você tiraram o perfil de algum panfleto nazista?)

5 de fevereiro às 17:00

**SD(12)** R.C.A.: Eu ia comentar isso que a Elisabeth falou... engraçado como a revista associou SUPER BEBÊ (um bebê humano "superior") com os olhos claros e a pele branca. E não é só na capa dessa revista, é em 90% das revistas, 90% das propagandas, maioria das novelas... e ainda há os imbecis que acham que o racismo no Brasil é algo escondido. Precisamos de um Malcom-X pra escancarar as coisas por aqui.

*26 de fevereiro às 18:06*

**SD(13)** M.D.: Um bebê feito em laboratório, e claro, branco, porque segundo o maldito pensamento coletivo formado pela mídia, só os brancos podem ser super... Super! Dessa vez eu não curti

*26 de janeiro às 18:17*

No caso das quatro seqüências discursivas que agora trazemos, podemos observar que os dizeres dos sujeitos internautas não questionam a posição da ciência, da qual fala a *Superinteressante*, ou a ela se filiam de modo positivo ou negativo. Os comentários questionam a interpretação da revista ao modelo de superbebê, que se manifesta na capa pela imagem de um bebê da raça branca e de olhos claros, em meio a outras interpretações possíveis.

Nas seqüências (10) e (11), a grafia da palavra "BRANCO" em letras maiúsculas, a menção a um "projeto eugênico" e a "panfleto nazista" como condição de circulação para a interpretação da revista sobre o superbebê mostram que, para esses leitores, o dizer da revista se inscreve em uma outra formação discursiva, a que podemos chamar de formação discursiva racista, com a qual esses leitores não se identificam de nenhum modo.

Nas seqüências (12) e (13), de modo semelhante, pela menção explícita a Malcom X, defensor dos direitos dos negros nos Estados Unidos, e ao predomínio de imagens de brancos na mídia, em suas diferentes instâncias, notamos que os dizeres desses sujeitos leitores internautas deslocam-se totalmente da posição de divulgadora da ciência que a revista busca constituir para si. São outros os sentidos que comparecem porque esses leitores enunciam de um outro lugar, de uma outra posição igualmente possível que aquela assumida pela revista.

Como no caso da seqüência discursiva (3), que analisamos inicialmente, e que trazia as reclamações dos leitores assinantes da revista, pensamos que essas últimas quatro seqüências trazem consigo uma singularidade: a possibilidade de comparecimento de



dizeres outros nesses “novos” espaços para os sujeitos na mídia, que são os comentários em páginas das publicações no *Facebook*, proporcionados pelo processo de desidentificação dos sujeitos em relação aos dizeres privilegiados pela mídia. Processo de desidentificação que, se estamos sendo bem compreendidos, possibilita aos sujeitos uma movência com relação aos dizeres privilegiados pela mídia, mas nunca uma liberdade ao “seu” dizer.

## Considerações finais

*Entre o dizer e o não dizer desenrola-se todo um espaço de interpretação no qual o sujeito se move.*

(Eni Orlandi, 2001, p. 85)

Neste artigo, buscamos contribuir para as reflexões sobre sujeito e mídia na atualidade, analisando discursivamente os comentários de sujeitos leitores internautas na página de uma revista, a *Superinteressante*, na rede social *Facebook*.

Em nossas análises, para as quais mobilizamos como dispositivo analítico sobretudo as noções de formações discursivas, forma sujeito do discurso e posição sujeito, conforme Pêcheux (1997 [1975]), pensando as modalidades de tomadas de posição do sujeito em sua relação com as formações discursivas, mostramos que os comentários no *Facebook*, em grande medida, reproduzem uma prática já corrente nos espaços costumeiramente destinados aos sujeitos na mídia, como as seções de cartas de leitores: a possibilidade de identificação e de contra-identificação dos sujeitos leitores com os dizeres em circulação na mídia. Como efeito, tem-se a constituição da formação imaginária da mídia como um espaço para a pluralidade de opiniões, para a apresentação dos famosos “dois” lados da notícia, como é de praxe no discurso jornalístico.

Para além disso, e mais importante, pensamos que conseguimos apontar para um funcionamento que, a princípio, parece-nos a peculiaridade desses “novos” espaços para os comentários: a possibilidade dada ao sujeito de desidentificar-se, de dizer a partir de uma outra posição, que não aquela assumida pela publicação, em seus dizeres na/sobre a mídia. E isso percebemos em nosso *corpus* em dois momentos: i) quando os sujeitos leitores internautas falam da posição de sujeito leitor assinante da revista, uma posição de sujeito consumidor de um produto editorial, ao reclamar da qualidade do produto ou de seu não recebimento no prazo acordado, mesmo tendo sido chamado a permanecer na posição de sujeito leitor internauta; ii) quando, ao responder ao conteúdo proposto pela revista, os

sujeitos leitores internautas apontam para sentidos outros produzidos pelo dizer em circulação, o que, em nosso *corpus*, marcou-se pela atribuição do dizer da revista como filiado a uma formação discursiva racista.

Para reafirmar o que estamos dizendo acerca da peculiaridade desse último tipo de comentário, fechamos essas nossas considerações trazendo, como já havíamos mencionado ao descrevermos o nosso *corpus* de análise, o resumo das manifestações dos sujeitos leitores internautas sobre a capa desta edição, publicado pela revista na seção MundoSuper de sua edição seguinte. Das dezenas de comentários gerados sobre a capa somente no Facebook, a revista seleciona apenas dois que comparecem em seu resumo sobre o tema na edição do mês de março de 2012, que descrevemos nas seqüências discursivas (14) e (15) que seguem:

**SD(14)** “Desse jeito até eu vou querer ter um filho.” (O.M.)

(MundoSuper, março 2012)

**SD(15)** O SUPERBEBÊ

“Tenho um filho de 2 anos, o L., e ele está na fase de adorar revistas! Deixei a minha SUPER no sofá e me depare com ele encantado com a capa, folheando, interessado.” (K.N.)

*Só falta dizer que ele já lê. Aí sim!*

(MundoSuper, março 2012)

O comentário expresso na SD(14), que comparece entre aspas e em destaque junto à reprodução da capa em miniatura da edição anterior, é bem representativo dos comentários que espelham a identificação do sujeito leitor com os dizeres em circulação na revista. Já a SD(15), por sua vez, é uma foto-legenda, que traz a imagem de um bebê moreninho e com cabelos escuros folheando a edição anterior da revista. A expressão em destaque (“O SUPERBEBÊ”), no início da foto-legenda, pela presença do artigo definido “o”, desloca o sentido do superbêbe projetado pela ciência, presente na capa da edição anterior, para um bebê real que, coincidentemente ou não, não possui o mesmo padrão de aparência do bebê escolhido para a capa da edição anterior. O relato da mãe da criança, a leitora, ganha uma resposta bem-humorada da publicação, em que a expressão “Aí sim!”, na materialidade linguística, retrabalha os sentidos possíveis em superbêbe. Mas também neste caso observamos o processo de identificação do leitor, que compartilha o interesse do seu bebê pela revista.

Assim, compreendemos que as sequências discursivas (14) e (15) não são sequer minimamente representativas do debate proporcionado pela capa da edição nas redes sociais, como se presume pela proposta da seção MundoSuper. De fato, elas apagam os dizeres que se multiplicaram na rede eletrônica, e em especial todos aqueles que não se identificaram aos sentidos privilegiados pela publicação... apagam, por que não dizer, a singularidade do funcionamento do “novo” e “amplo” espaço destinado aos sujeitos leitores internautas na(s) rede(s).

Ao final deste percurso, pensamos que muitas análises ainda podem ser realizadas sobre os novos espaços proporcionados ao sujeito pelas novas tecnologias e, em especial, pela rede eletrônica em suas diferentes instâncias. E é nosso objetivo dar andamento a tais reflexões, como já apontamos com o nosso projeto de pesquisa docente em vigência. Por hora, encerramos retomando a epígrafe de Manuel Chaparro (1992), com a qual iniciamos esta nossa reflexão, levados a afirmar que, como as seções de cartas, os “novos” espaços para o sujeito na mídia, em suas extensões na rede eletrônica, não deixam de ser uma “concessão ao leitor”... mas, do mesmo modo que sabemos que tudo não se pode dizer, sabemos que dizer é possível, e é no jogo do dizer que os sentidos se atualizam, deslizam e podem se tornar outros.

## Referências

- CHAPARRO, M.C.C. Carta. In: MARQUES DE MELO, J. (Org.). **Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo**. São Paulo: FTD, 1992. p. 63-74.
- COELHO, M.F.S. Comentário. In: MARQUES DE MELO, J. (Org.). **Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo**. São Paulo: FTD, 1992. p. 75-81.
- DELA-SILVA, S.C. A televisão na imprensa: sujeito e sentido entre os acontecimentos histórico, jornalístico e discursivo. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; LEANDRO-FERREIRA, M.C. (Orgs.). **Memória e história na/da Análise do Discurso**. I ed. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2011, v.1, p. 287-306.
- DELA-SILVA, S.C. Das cartas de leitores às redes sociais: o espaço para o sujeito na revista *Superinteressante*. Artigo submetido à publicação em periódico. No prelo.
- INDURSKY, F. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E.A. **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre-RS: Nova Prova, 2008. p. 9-33.
- GWERCIMAN, S. A última carta. **Superinteressante**, edição 293, p. 10, julho 2011. Disponível em: <http://super.abril.com.br/cotidiano/ultima-carta-634604.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2012.
- MARIANI, B.S.C. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

MUNDOSUPER. **Superinteressante**, edição 302, p. 10, março 2012.

ORLANDI, E.P. **Interpretação**. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5 ed. Campinas-SP: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso**: Princípios e procedimentos. 3 ed. Campinas-SP: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto**. Formulação e circulação dos sentidos. Campinas-SP: Pontes, 2001a.

PÊCHEUX, M. (1975) **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi [et al.]. 3 ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. Análise automática do discurso (AAD-69). (1969). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a.

ROMÃO, L.M.S. O fora da rede: (co-mando de) arquivos no arquivo. In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V.; DELA-SILVA, S. (Orgs.). **Discurso, arquivo e....** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011. p. 141-149.

SOARES, A.S.F. Cartas: a teatralização do eu? **Revista Trama**, v. 2, n. 3, p. 11-26, 2006.

Helson Flávio da Silva Sobrinho  
OS TRABALHADORES NAS REDES  
DO DISCURSO INFORMACIONAL:  
FELICIDADE VIRTUAL E/OU  
EXPLORAÇÃO REAL?



## OS TRABALHADORES NAS REDES DO DISCURSO INFORMACIONAL: FELICIDADE VIRTUAL E/OU EXPLORAÇÃO REAL?

### O início: pelas evidências, buscando o caráter material do sentido

“a ‘evidência’ da identidade esconde o fato de que ela é o resultado de uma identificação-interpelação do sujeito, cuja origem externa, não obstante, é-lhe ‘estranhamente familiar’.” (PÊCHEUX, 1997a, p. 150)

Iniciarei a presente reflexão através de uma escrita que se assemelha a um relato pessoal. Talvez, quem sabe, trata-se de algo semelhante à escrita de um diário. Por isso é imprescindível dizer que o início deste texto se dá na manhã do dia 1º de maio de 2012. “Evidentemente”, trata-se de um “feriado/ão”, o “Dia do Trabalhador e/ou o Dia do Trabalho”. A partir dessa marca espaço-temporal, sobretudo, um marco sócio-histórico, questiono: quem se lembraria que hoje é o Dia do Trabalhador, se este dia não fosse tido como um “feriado/ão”? Deixarei essa questão por ora em suspenso para retomá-la com mais consistência um pouco à frente.

É preciso dizer também que antes de escrever este texto, eu já havia escolhido outro material de análise para apresentar na mesa-redonda proposta para o I Seminário de Estudos em Prática da Linguagem e Espaço Virtual (Seplev)<sup>2</sup>. Confesso que o percurso seria feito por caminhos diferentes, através de outras materialidades que me possibilitassem falar de linguagem, identidade e exclusão. No entanto, como início esta reflexão efetivamente no “Dia do Trabalho”, sinto-me interpelado por vários sentidos que me constituem enquanto sujeito da/na linguagem; e, sobretudo, como um ser social radicalmente histórico fundado pelo trabalho<sup>3</sup>. Assim, fui tomado inicialmente pelos efeitos de “evidências” do “Dia do

<sup>1</sup> Helson Flávio da Silva Sobrinho é doutor em Letras e Linguística na linha de pesquisa Discurso: sujeito, história e ideologia. Professor e pesquisador da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), atuando na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Letras – Ufal. Vice-líder do Grupo Discurso e Ontologia – Gedon (UFAL) e também membro do Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual – Neplev (UFPE).

<sup>2</sup> Agradeço imensamente as professoras Evandra Grigoletto e Fabiele Stockmans De Nardi pelo convite para participar deste importante evento que possibilitou a interlocução com estudiosas da Análise do Discurso, entre elas, as próprias organizadoras do evento e as convidadas Carme Schons, Solange Mittmann, Silmara Dela Silva e Marisa Grigoletto.

<sup>3</sup> Estamos nos referindo ao trabalho no sentido ontológico: “o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza (...). Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele, e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (MARX, 1985, p. 149). Ver também Lukács (1978).

Trabalhador” e efetivamente resolvi refletir sobre esse dia, “acessar” a internet e me deixar lançar nos percursos dos dizeres. Ao mesmo tempo, deixei-me “familiarizar” e “estranhar” no movimento de sentidos, ou seja, nas práticas discursivas que respondem ao e interferem no real, nesse caso, nos ambientes virtuais.

De início, na manhã de 1º de maio, visualizei no *Google* uma imagem do trabalhador que retomava memórias... discursos... réplicas... polêmicas e contra-discursos... sentidos... conflitos? Então pensei: conflitos!? Parece que não. Hesitei um pouco neste primeiro olhar sobre a superfície da materialidade discursiva, por conta das dúvidas sobre os efeitos de evidência.

“Desconfiado”, observei que o *Google* prestava um tipo de “homenagem”, ou mesmo, “rememorava/comemorava”<sup>4</sup> o Dia do Trabalhador por meio de um *doodles*<sup>5</sup>:



Visualizando, temos a imagem de um trabalhador (operário), vestido de macacão, usando capacete de segurança (do trabalho). A seu lado, há uma caixa de ferramentas. O sujeito (operário) sustenta, ou mesmo, levanta a logomarca do *Google*, aparentemente uma construção de metal (material). Voltei a perguntar: quais os sentidos possíveis para esse dia? Festas, celebrações, comemorações, rememorações, protestos, manifestações, reivindicações, lutas, revoltas?

Numa pesquisa rápida, dessas que “comumente” praticamos via internet (*Wikipédia*, enciclopédia livre), visualizei algumas relações de sentidos, a meu ver, curiosas, que possibilitaram mobilizar o início dessa análise. Segundo a *Wikipédia*:

1. “Um *Doodle* é um tipo de esboço de algum desenho realizado quando uma pessoa está distraída ou ocupada. *Doodles* são desenhos

---

<sup>4</sup> Sobre o funcionamento do discurso de rememoração/comemoração, ver o relevante trabalho de Venturini (2009), que toma a rememoração como discurso **de** e a comemoração como discurso **sobre**.

<sup>5</sup> Os *doodles* são desenhos, figuras, animações produzidos pelo *Google* e visualizados em sua página na *Web* para fazer “homenagens” a pessoas e datas comemorativas de acontecimentos ligados ao calendário e à “ordem” do social.

simples que podem ter significado concreto de representação ou simplesmente representar formas abstratas”.

2. Etimologia: “A palavra americana *doodle* surgiu por volta do século XVII para significar um tolo ou simplório”; “O que significa ‘tolo, simplório’. Consta do título da canção ‘Yankee Doodle’, originalmente cantada por tropas coloniais britânicas antes da Guerra Revolucionária Americana. Esta é também a origem do verbo em inglês com o mesmo nome, no início do século XVIII: *doodle*, que significa ‘fazer de bobo’. O significado moderno surgiu na década de 1930, a partir deste significado ou a partir do vocábulo ‘ociosidade’, que desde o século XVII teve o significado de ‘perder tempo ou de ser preguiçoso’.”

3. Efeitos na memória: “De acordo com um estudo publicado pelo Applied Cognitive Psychology, criar *doodles* ajuda a memória de uma pessoa de forma significativa. O estudo foi feito pelo professor Jackie Andrade, da Faculdade de Psicologia da Universidade de Plymouth”.

Ao ler essas explicações no site (um *Doodle* é: “esboço, desenho realizado quando uma pessoa está distraída ou ocupada”/ “a palavra surgiu para significar um tolo ou simplório”/ “fazer de bobo”/ “perder tempo ou de ser preguiçoso”/ criar *doodles* ajuda a memória”), recordei-me do texto **Papel da Memória**, quando Pêcheux – este professor-filósofo-cientista-militante, ao tecer comentários sobre a fala de Pierre Achard, que havia citado o provérbio chinês “quando lhe mostramos a lua, o imbecil olha o dedo” –, aproveitando a deixa, indagou: “com, efeito, por que não?”.

Desse modo, aproveite também esse questionamento de Pêcheux (1999a) para olhar para a concretude sócio-histórica e buscar compreender como a ideologia se manifesta em “rede” e no discurso “informacional”, pois tomo a internet como ponto de encontro, paradoxal, entre materialidades significantes e a ideologia no discurso (SILVA SOBRINHO, 2011).

Para Pêcheux, o analista de discurso precisa se colocar como um “imbecil”. Trata-se de um gesto que polemiza com o “fazer ciência”. Uma vez, por exemplo, ao dizer isso em sala de aula – “fazer-se como imbecil” –, provoquei um mal-estar geral, pois os alunos, afetados por discursos racionalistas/formalistas/empiricistas, não admitiam pensar por outro viés, ou seja, o da crítica e o da desconfiância do óbvio. Ao contrário, pareciam “aceitar” e “queriam” manter-se no efeito de transparência da prática científica, ou melhor, efeito da busca “positivista” pela “neutralidade” do conhecimento (como se este estivesse fora da política), e também pelo “conforto” que a ciência, nesse caso a Linguística, lhes oferecia.



Mas, como “é absolutamente impossível encontrar um puro ‘discurso científico’ sem ligação com alguma ideologia” (PÊCHEUX, 1997a, p. 198), insisto em caminhar inicialmente pelas “evidências” para questioná-las, fazendo-me como um “imbecil”, visando o caráter material do sentido. Por isso, retomo o pensamento de Pêcheux quando este afirma: “a ‘evidência’ da identidade esconde o fato de que ela é o resultado de uma identificação-interpelação do sujeito, cuja origem externa, não obstante, é-lhe ‘estranhamente familiar’.” (1997a, p. 150). Essa citação nos dá pistas para responder à questão colocada no início da presente reflexão: dia 1º de maio, “evidentemente”, “feriado/ão”, “Dia do Trabalho e/ou do Trabalhador”. Mas, quem se lembrará disso?

Com as “evidências” aqui já apresentadas, é possível iniciar os encaminhamentos da resposta: a “Galáxia da internet”, os “ambientes/espacos virtuais”, a “rede de comunicação” e “informação”; ou seja, os “ciberespacos” também nos “lembram” e sobretudo nos “familiarizam” e, paradoxalmente, nos provocam “estranhamentos” ao dizer e fazer circular que esse dia é um “feriado/ão”, dia “festivo”. Esse efeito do dizer produz uma sobredeterminação dos sentidos deste dia que foram gestados no fim do século XIX, na luta pela redução da jornada de trabalho, que teve como consequência a morte (assassinato) de trabalhadores.

Assim, já percebemos estar diante de um processo complexo de interpelação-identificação-estranhamento que, conjugado ao paradoxal mundo do trabalho do sistema capitalista, se materializa no “mundo virtual”, nas “redes” do discurso informacional. É a partir desse movimento complexo de dizeres dispersos e, ao mesmo tempo, contraditoriamente agrupados; caóticos e também, ao mesmo tempo, contraditoriamente organizados, que faremos o nosso percurso teórico-político filiado à perspectiva da Análise do Discurso (doravante, AD). Trata-se de um gesto teórico-analítico e político no qual análise e práxis social se articulam nos estudos do/sobre o discurso, nas e pelas práticas dos sujeitos históricos.

### **“Redes” de sentidos nas relações materiais e ideológicas de classes**

A fim de dar consistência teórico-política a esta reflexão, tomaremos a noção de rede como aparece no texto de Pêcheux (2002), intitulado “Discurso, estrutura ou acontecimento”. Quando o autor fala de redes de memória, ele destaca que:

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por

sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem-sucedida, isto é, ligação sócio-histórica, que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma 'infelicidade' no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um 'erro de pessoa', isto é, sobre o outro, objeto da identificação. (p. 56/57).

Reterei, neste ponto, a concepção de discurso adotada nas redes de memória e trajetos sociais, para pensá-lo como movimento tenso (contraditório) e conflituoso, quando se levam em consideração as condições de sua produção. Por isso, para este momento, gostaria de pensar sobre as redes de memórias como lugares que permitem direcionar o olhar “imbecil” (“tolo”) para o “dedo”, ou seja, volver o olhar para as relações materiais e ideológicas de classes da sociedade capitalista, como sustentadoras desse dizer.

Quando colocamos esta questão, estamos retomando a especificidade da AD, que é articular o dizer e as condições de produção desse dizer<sup>6</sup>. Ou seja, trata-se de remeter o discurso a seu processo, no movimento dinâmico e contraditório de reprodução/transformação das relações de produção<sup>7</sup>. Isso nos exige levar em consideração a categoria história – forças produtivas e relações de produção, tomada do materialismo histórico – para compreender as práticas linguageiras (ordinárias) em uma formação social dada, em um estágio determinado pela luta de classes.

Insisto nessa questão porque o discurso se inscreve em relações ideológicas de classes<sup>8</sup>; por isso, não há como efetivamente compreendê-lo sem considerar as lutas ideológicas gestadas no processo do fazer-se histórico dos sujeitos em sociedade. Esse encaminhamento teórico-político possibilita compreender que todo discurso, em suas redes

---

<sup>6</sup> Esse encaminhamento é afirmado por Pêcheux em “Semântica e discurso”, na seguinte formulação: “As modalidades histórico-materiais sob as quais a necessidade-real determina as formas contraditórias de existência do pensamento são constituídas pelo conjunto complexo e dominante das formações discursivas, ou interdiscurso, intrincado no conjunto das formações ideológicas que caracterizam uma formação social dada em um momento dado do desenvolvimento da luta de classes que a atravessa” (PÊCHEUX, 1997a, p. 257).

<sup>7</sup> “E o fato de que exista assim o outro interno em toda memória é, a meu ver, a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior” (PÊCHEUX, 1999a, p. 56).

<sup>8</sup> “Todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (PÊCHEUX, 1997a, p. 92).

de trajetórias sociais de sentidos, é, contraditoriamente, **efeito e trabalho** nas relações sócio-históricas de produção. Eis a dialética do discurso<sup>9</sup>.

Dito isso, pensemos sobre as relações materiais da sociedade capitalista. Referimo-nos à base material de uma sociedade, seu caráter dominante, ou seja, ao desenvolvimento material (forças produtivas, máquinas, equipamentos, tecnologias, força de trabalho) e às relações de produção (compra e venda da força de trabalho, exploração de trabalho, expropriação da mais-valia), tudo isso subordinado à totalidade da lógica, como diz Mézáros (2002), lógica destrutiva do Capital.

Quando falamos das relações materiais de uma sociedade, estamos falando também dos lugares sociais e das posições ideológicas que os sujeitos ocupam e/ou são levados a ocupar para realizar determinadas funções na divisão social do trabalho<sup>10</sup>. Esses lugares e/ou posições objetivas e subjetivas de classes (capital *versus* trabalho) fazem mover a sociedade capitalista em todos os seus princípios e fins. Nesse sentido, Marx & Engels (2001) afirmam:

a história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta. (2001, p. 45/46).

É importante atentar para o fato de que vivenciamos um modelo econômico neoliberal em crise mundial, e que as formas de produção têm cada vez mais adquirido um caráter toyotista (produção flexível) e, por consequência, reproduzem a precarização nas condições de trabalho. Estas, por sua vez, têm implicações na precarização das condições de existência de vida do trabalhador. Como nos lembra Antunes:

Privatização, desregulamentação, fluxo livre de capitais, financeirização, terceirização e precarização do trabalho, desemprego estrutural, trabalho temporário, parcial, aumento da miserabilidade, todas essas prerrogativas da barbárie neoliberal e de sua reestruturação produtiva passaram a caracterizar o cotidiano do mundo do trabalho. Com um processo de tal intensidade, não foram poucas as consequências nefastas para a classe trabalhadora, que sofreu inúmeras mutações e metamorfoses. (ANTUNES, 2011, p. 39).

---

<sup>9</sup> Ver (SILVA SOBRINHO, 2007).

<sup>10</sup> Vale lembrar que essas divisões também são atravessadas por (outras) divisões assentadas no gênero, em traços raciais e também na categoria de idade (geracional), sendo todas essas determinadas, em última instância, pelas relações/conflitos de classes.

Assim, dessa concretude material (base econômica) temos desdobramentos nas práticas dos sujeitos em seu fazer, pensar e dizer. Para funcionar no seu movimento de reprodução/transformação, a sociedade capitalista necessita de ideologias eficazes que a façam mover<sup>11</sup>, ou seja, necessita, sobretudo, de “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras” (HAROCHE, PÊCHEUX, HENRY, 2011, p. 27). A isso Pêcheux chamou de Formações ideológicas.

As práticas que se apresentam em formas de gerenciamento e controle da produção mediadas pela exigência do aumento do ritmo de produtividade e de incentivo à “criatividade” acabam por intensificar as relações de exploração do trabalho. Apesar disso, essas práticas produzem, ideologicamente, a ilusão do trabalhador como um sujeito “autoempregado”. Na WEB isso não é diferente, pois o “cibertariado”, ou seja, o trabalhador, em uma linguagem informatizada (digital), também pensa ser o “seu” próprio patrão, ou mesmo, que patrões e empregados “não existem” mais “realmente”.

Os efeitos do antagonismo estão lá funcionando e, quando acessamos as “redes”, como “imbecis” para desconfiar do “óbvio”, compreendemos que a divisão do trabalho continua em seu processo de relações de exploração dos sujeitos. Trabalho alienado e alienante que “celebra” o mundo como “sociedade da informação”, onde todos parecem ter voz e vez, bastando que se conectem à internet. Desse modo, “simplesmente” “incluídos digitalmente”, todos são tidos como “felizes”, e o trabalhador “vai ao paraíso”<sup>12</sup>.

Na sociedade capitalista atual, e no Brasil, particularmente, os sentidos de trabalho significam diferentemente. É inegável que temos uma memória histórica marcada pelo sofrimento causado pela exploração do trabalho – quer seja nas relações do Brasil Colônia e/ou Império, fundadas nas relações escravistas; quer seja no Brasil República, com a exploração de homens e mulheres “livres” e “submissas” às relações tidas como “igualitárias”, de compra e venda da força de trabalho. Foi assim que as relações de produção no Brasil sempre coisificaram o sujeito trabalhador. No entanto, o discurso dominante tem insistido em dizer que somos/estamos “felizes”.

---

<sup>11</sup> Esse fato é fruto das próprias relações sociais capitalistas em seu processo dinâmico e contraditório. A sociedade capitalista precisa “revolucionar” ininterruptamente os meios de produção e suas relações sociais de produção para se manter dominante.

<sup>12</sup> Faço referência aqui ao filme “A classe operária vai ao paraíso”, 1971, de Elio Petri.

Neste momento trago outra materialidade discursiva que também circulou na internet, nesse mesmo dia tido como “rememorativo/comemorativo”. A matéria noticiava resultados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha:

01/05/2012 - 07h30

## Três em cada quatro brasileiros se sentem felizes com o trabalho

Pesquisa realizada pelo Datafolha mostra que, a despeito da renda modesta e da conjuntura de calmaria econômica, o contentamento com o trabalho é generalizado e superior ao declarado no início da década passada.

Os números evidenciam (...) que a distribuição da felicidade é muito menos desigual que a da renda.



Essa notícia não é uma mera informação “dada” no Dia do Trabalhador. A notícia faz circular sentidos de que tudo “anda bem”, numa “calmaria econômica” e “em paz com o trabalho”. Penso que “bem” até demais, pois “esquecemos” as mazelas da sociedade brasileira e a miserabilidade dos trabalhadores e deixamos de recuperar a memória histórica do “continente do labor” (ANTUNES, 2011). Será que os sentidos do trabalho, fundados na exploração, já não existem mais entre nós?

Quando aprofundamos o olhar “imbecil”, compreendemos tratar-se de um discurso da sociedade moderna em crise, insistindo em dizer que tudo está/anda bem e que o trabalhador no dia 1º de maio deve “aproveitar” o “feriado/ão”. Para a “felicidade” da sociedade capitalista, o Dia do Trabalhador é “comemorado” com festa. “Estranhamente” parece não haver nenhuma novidade que agite efetivamente as redes de sentido do mundo “semanticamente normal” e “feliz”. Alguns poucos “protestos” são mostrados na rede, é claro, porque a internet, afinal, precisa noticiar/informar os fatos/acometimentos a “todos” os internautas.

Essas questões revelam o funcionamento contraditório, desigual e subordinado da ideologia dominante da sociedade capitalista por meio dos seus Aparelhos ideológicos.

Estes, segundo Pêcheux, “contribuem desigualmente para o desenvolvimento da luta ideológica entre as duas classes antagonistas, intervindo desigualmente na reprodução ou na transformação das condições de produção (PÊCHEUX, 2011, p. 190). Assim, ao articular as redes e os processos históricos (materiais e ideológicos), estamos retomando Pêcheux (2002, 1997) para dizer que o discurso é um processo dialético: **efeito** e **trabalho** nas condições sócio-históricas de reprodução/transformação das relações de produção.

### **A condição do trabalhador e a produção da subjetividade: o ordinário do sentido em sua contraditoriedade**

Confirmamos com Braga (2009, p. 65) a importante necessidade de ir às raízes das questões, pois “a força ideológica presente na utopia da sociedade da informação radica exatamente na promessa de uma inserção social emancipada no e pelo trabalho”. Assim, como vimos, a identificação se dá como uma ligação sócio-histórica (PÊCHEUX, 2002, p. 56), e essas materialidades complexas continuam a produzir seus efeitos no virtual e com sérias implicações no real sócio-histórico, ou seja, nas relações de exploração do trabalho.

Diante da “rede” de enunciados a circular/circularem na internet sobre o Dia do Trabalhador que, por efeito, atribuíram sentidos aos acontecimentos, retomo agora os comentários postados naquele suporte. Noticiava-se que “Três em cada quatro brasileiros se sentem felizes com o trabalho”.

Nosso objetivo é analisar os efeitos do discurso em rede enquanto efeitos da luta de classes. Uma análise a partir da materialidade discursiva, sobre sua eficácia na rede (*Web*), exige compreender que a divulgação dessa pesquisa (*Datafolha*) nas redes sociais de informação (*online*) busca cumprir uma função: submeter o sujeito (trabalhador) às relações de mando, simulando sentidos de passividade nas relações sociais de dominação/resistência/revolta. Ou seja, esse discurso coloca os trabalhadores na “rede” do discurso informacional. Trata-se de uma forma de classificar o trabalhador (“em paz com o trabalho”), conferindo sentidos à forma de ser dos trabalhadores brasileiros (“satisfeitos e mais felizes no trabalho”).

Iremos circular, ou melhor, trabalhar, como diria Pêcheux (2002, p. 51), realizando “um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações”. Retomo a citação anterior de Pêcheux (2002, p. 56): “não há identificação plenamente bem-sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma

maneira ou de outra, por uma ‘infelicidade’”, e justifico essa retomada porque irei focar o olhar (“imbecil”) dirigido ao discurso da “felicidade” no/com o trabalho.

Há uma série de comentários, postados na rede, que acompanhei durante todo o dia. Ao final do “feriado”, pude contabilizar o registro de 281 comentários. Para mobilizar a análise desse material, dividi os comentários em quatro blocos de possíveis direcionamentos dos efeitos de sentido. O **primeiro** questiona a instituição de pesquisa e reclama pela necessidade de confrontar a informação (dados) com a realidade brasileira. O **segundo** revela a existência de mecanismos discursivo-ideológicos eficazes que produzem efeitos nos dizeres atribuídos ao trabalho e ao trabalhador tido como “feliz” e “grato” por estar empregado. O **terceiro** bloco define “felicidade” pela sua impossibilidade/ negação. E o **quarto**, e último, bloco considera o brasileiro como sendo “uma besta”, retomando memórias relativamente cristalizadas, pré-construídos, lugares-comuns, agitando as filiações de sentido, trazendo as “evidências” para, “ironicamente”, subvertê-las e, assim, “estranhar” esses sentidos dominantes<sup>13</sup>.

Foi nesse movimento da análise que observamos a existência de um jogo de forças contraditórias que busca, ao mesmo tempo, manter a regularização do dizer, absorvendo e dissolvendo o acontecimento, bem como outras forças que visam perturbar os sentidos na (des)ordem do discurso.

(!) Ah! Erraram a data da pesquisa: não é 1. de maio, MAS 1. de abril!!!!

A Datafolha precisa tomar cuidado com a publicação dessas pesquisas porque senão perde a credibilidade. O resultado informado não bate com a realidade.

É simplesmente impossível acreditar nesses dados aí... fizeram onde essa pesquisa? Só se for em Brasília, naquele antro... venha perguntar isso onde trabalho. Fala sério!

Será que a pesquisa traduz a realidade? Não acredito, que uma pessoa, que passa a maior parte do tempo, dentro de onibus, metro, trem lotados, sendo espremidos e depois, tem que camelar, para ter um salário de sobrevivência, esteja tão feliz assim. Eu não participei da pesquisa! Será que o texto não seria "TRÊS EM CADA QUATRO BRASILEIROS, SE SENTEM INFELIZES COM O TRABALHO".

<sup>13</sup> “É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados” (PÉCHEUX, 1997a, 160).

Pode parar!! Essa pesquisa tá mais furada que peneira. Não se trata de felicidade mas de conformismo. Com o salário que ganha a média dos brasileiros não há como ser feliz.

O cara poderia sentir-se feliz se pelo menos tivesse uma educação, saúde, moradia, segurança e saneamento básico de qualidade. Mas como essas prioridades básicas inexistem, na verdade o trabalhador pode considerar-se mais um equilibrista ou um palhaço para manter-se vivo, nada mais que isso.

Isso não é pesquisa, é enganação.

Em face dos comentários, observamos que os internautas assumem a posição sujeito de trabalhadores, resistem e questionam a veracidade da informação dos dados. “O resultado informado não bate com a realidade”/ “É simplesmente impossível acreditar nesses dados aí”/ “Fala sério!”/ “Pode parar!! Essa pesquisa tá mais furada que peneira”/ “Isso não é pesquisa, é enganação”. Esse traço de questionamento – a contestação – quebra a evidência de sentido (palavra e coisa, linguagem e mundo), pois o dizer não coincide e, por sua vez, as condições de produção se confrontam no dizer a partir de perspectivas (posições sujeitos) opostas e antagônicas. Esse “desentendimento” entre diferentes saberes, informados na pesquisa e divulgados na rede, revela que sujeitos (trabalhadores) desconfiam desses dizeres (dados informativos), já que suas condições de trabalho não coincidem com as desse discurso. Isso revela o confronto de sentidos que questiona a “real” “felicidade” do trabalhador<sup>14</sup>.

Na esteira desse questionamento sobre a “veracidade” da pesquisa, também surge uma possibilidade de interpretação que nos leva a pensar sobre os efeitos da ideologia dominante.

**(2)** É bem capaz que isso seja verdade. A essência do capitalismo é a pessoa pensar que é livre. Sucesso total.

Atualmente trabalho em uma empresa onde ganho apenas para sobreviver, devido ao fato de ter ficado 10 anos fora do mercado de trabalho, porém estou feliz, a empresa onde trabalho é uma multinacional francesa com grandes oportunidades e crescente, portanto sou muito grata, estou me atualizando, e desejo que essa empresa cresça e gere mais empregos, e seja exemplo de administração, (o presidente é brasileiro), para a América do Sul.

---

<sup>14</sup> “O primado do real sobre o pensamento não está ligado, de modo algum, a puras propriedades lingüísticas, mas depende de um ‘exterior’ bem diferente, que é o conjunto dos efeitos, na ‘esfera da ideologia’, da luta de classes sob suas diversas formas: econômicas, políticas e ideológicas” (PÉCHEUX, 1997a, p. 258).



Nesse processo de identificação, processo histórico, o sujeito se constitui através do discurso do outro. Trata-se daquele “outro” que ainda não apareceu “visivelmente” na análise dessas materialidades discursivas, a saber: o proprietário dos meios de produção (multinacional). Vimos que o sujeito trabalhador assume, reproduzindo sua posição e a do outro (“desejo que essa empresa cresça e gere mais empregos, e seja exemplo de administração, (o presidente é brasileiro), para a América do Sul”), manifestando “felicidade” e “gratidão”, processo esse que resulta do fato de que “o trabalho que estrutura o capital gera uma subjetividade inautêntica, alienada/estranhada no próprio ato de trabalho” (ANTUNES, 2011, p. 78).

Nos dizeres acima é possível perceber que se fala do trabalho e, ao mesmo tempo, se silencia (ORLANDI, 2002) a atuação da posição sujeito do proprietário dos meios de produção. A evidência do sentido “estou feliz”, “sou muito grata”, mascara o caráter material do sentido “ganho apenas para sobreviver”<sup>15</sup>.

Como não existe ritual sem falhas, o discurso continua seu processo tenso e contraditório que questiona essa “felicidade”. Também encontramos dizeres perturbadores da memória, pois estão imbricados nas relações concretas dos sujeitos, nas lutas e conflitos material-ideológicos que afetam o interpretar e o dizer sobre a “felicidade” na totalidade das práticas sociais.

### (3) Decretaram a felicidade dos brasileiros, obrigado governo!

O Brasil é o primeiro país do mundo a virar primeiro mundo por decreto. Por isso três em cada quatro brasileiros estão satisfeitos no trabalho. Três são políticos e o quarto deve estar de quatro trabalhando igual a um cavalo para sustentar esses três.

Eu me sinto muito feliz e realizado com meu trabalho. Sou professor, trabalho das sete horas da manhã até as dez e trinta da noite, em dois lugares (um de 20 horas e outro de 40 horas), tenho que acordar às cinco e nunca vou dormir antes da meia-noite mas me sinto feliz, contente e estimulado a estudar e me aprimorar cada vez mais. Por conta disso, acho que deveria ganhar dez vezes mais do que ganho. A insatisfação é essa: ver a conta no início do mês e ter aquela m. que eles chamam de salário.

É, a felicidade é cortar cana em Pernambuco. O povo do Datafôia deveria experimentar.

<sup>15</sup> “a evidência diz: as palavras têm um sentido porque têm um sentido, e os sujeitos são sujeitos porque são sujeitos: mas, sob essa evidência, há o absurdo de um círculo pelo qual a gente parece subir aos ares se puxando pelos próprios cabelos” (PÊCHEUX, 1997a, p. 31).

Podemos considerar que a “galáxia da internet” é uma unidade dividida, heterogênea e, sobretudo, contraditória. No entanto, ela é capaz de se mostrar como se fosse uma rede que se auto-organiza em sua heterogeneidade através das conexões “possíveis” das “tecnologias da informação”, tomadas como espaço “democrático” (onde tudo parece poder ser dito, mostrado e informado). Como se pode observar na própria escrita desse internauta: “Parece que os poucos infelizes com o Brasil... são os comentaristas desse blog”<sup>16</sup>.

Nessa análise, é pelo questionamento da “evidência” da “felicidade” que se opera a contraidentificação com a interpelação da ideologia burguesa. Pela ironia, pelo humor<sup>17</sup>, pela crítica, a felicidade é dita, mas é, sobretudo, negada. Sem ou com sentidos absurdos, a consistência da “felicidade” se dilui, uma vez que esse outro (de fora) exige que o trabalhador seja “feliz” na “infelicidade” da exploração do trabalho. Os dizeres do absurdo dos processos sócio-históricos se intensificam, retomando memórias: “trabalhando igual a um cavalo para sustentar esses três” / “tenho que acordar às cinco e nunca vou dormir antes da meia-noite mas me sinto feliz” / “É, a felicidade é cortar cana em Pernambuco”. Em tom de chiste ou de dito espirituoso, os sujeitos bem ou mal-humorados falam nas e pelas contradições, tomando consciência feliz e infeliz do mundo e de suas práticas, revelando posições distintas para falar e significar a (in)felicidade.

Há também, diante dessa confluência contraditória de dizeres de contentamento/descontentamento, uma ressignificação do brasileiro, daquele “homem” tido como “cordial”<sup>18</sup>, percebida por meio de comparações pouco “gentis” nos processos identitários.

#### (4) BRASILEIRO É IGUAL HIENA.

O povo é feliz comendo ovo frito, sem imaginar que poderia comer filé.

Ovo frito pra quem comia rapadura e farinha, eh filet!!!

Brasileiro é uma besta mesmo. Como pode ser feliz ganhando mal e pagando estes impostos extorsivos?. Um povo que é feliz sem água

<sup>16</sup> Trago aqui uma reflexão de Antunes sobre os sentidos do trabalho: “uma vida cheia de sentido *fora* do trabalho supõe uma vida dotada de sentido *dentro* do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho *assalariado, fetichizado e estranhado* com *tempo verdadeiramente livre*. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é *incompatível* com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Em alguma medida, a esfera fora do trabalho estará *maculada* pela *desejetivação* que se dá no interior da vida laborativa” (ANTUNES, 2011, p. 75).

<sup>17</sup> “o humor e o traço poético não são o domingo do pensamento” (PÊCHEUX, 1999b, p. 26).

<sup>18</sup> Sobre o “homem cordial”, ver o texto de Sérgio Buarque de Holanda, “Raízes do Brasil”.

tratada, sem esgoto, sem estradas, sem saúde, com as piores escolas do mundo. realmente, Brasileiro é um povo besta!

Só bastaria olhar a quantidade de Shows, churrascadas e cervejadas país a fora para comemorar o dia do trabalho; bem cantava o poeta: "vida de gado, povo marcado, povo FELIZ"...

Isto aqui, ô ô  
É um pouquinho de Brasil iá iá  
Deste Brasil que canta e é feliz,  
Feliz, feliz,

Nesses dizeres também se manifestam as questões identitárias, a revelar os processos ideológicos de identificação e contraidentificação dos sujeitos trabalhadores brasileiros: "BRASILEIRO É IGUAL HIENA"/ "O povo é feliz comendo ovo frito"/ "Brasileiro é uma besta mesmo"/ "Brasileiro é um povo besta!". Esse ordinário do sentido também quebra as evidências de "povo brasileiro" e atualiza o discurso e sua práxis que denuncia o escândalo do mundo do trabalho. Essa clivagem dos sentidos (feliz e infeliz) é escrita e reescrita também com a desconstrução dos sentidos atribuídos ao Brasil "que canta e é feliz, feliz, feliz", embora contraditoriamente seu "povo" tenha uma "vida de gado"<sup>19</sup>.

Esse Brasil – fruto do labor, da superexploração, do desemprego/subemprego, da divisão social e desigual do trabalho, da pobreza e da alta concentração de riqueza, do preconceito, da exclusão social e cultural, dos possuidores e dos despossuídos dos meios de produção, da felicidade e infelicidade, por fim, da barbárie capitalista – fala em rede, produzindo sentidos no confronto em que se materializa a luta antagonista entre capital e trabalho. Essas são as causas que nos determinam.

Antes de encaminhar este texto para a conclusão, convido todos/as a fazerem um mais um pequeno giro na "rede", em torno do discurso informacional que diz e silencia o real do trabalho no mundo. Vejamos alguns recortes retirados do site notícias UOL: "Dia do Trabalho pelo mundo":

---

<sup>19</sup> Ver Música "Isto Aqui, o que é?": "Isto aqui, ô ô/ É um pouquinho de Brasil iá iá/ Deste Brasil que canta e é feliz,/ Feliz, feliz/ É também um pouco de uma raça/ Que não tem medo de fumaça ai, ai/ E não se entrega não/ Olha o jeito nas 'cadeira' que ela sabe dar/ Olha só o remelexo que ela sabe dar/ Morena boa, que me faz penar/ Bota a sandália de prata/ E vem pro samba sambar". Ver também a música "Admirável Gado Novo", de Zé Ramalho: "Vocês que fazem parte dessa massa/ Que passa nos projetos, do futuro/ É duro tanto ter que caminhar/ E dar muito mais do que receber/ E ter que demonstrar sua coragem/ À margem do que possa aparecer/ E ver que toda essa, engrenagem/ Já sente a ferrugem, lhe comer./ Eh, ôô, vida de gado/ Povo marcado, é/ Povo feliz/ Eh, ôô, vida de gado/ Povo marcado, é/ Povo feliz".



**Imagem 8/38:** “Trabalhadores marcham em frente ao palácio presidencial em Jacarta, na Indonésia, durante protesto de 1º de Maio. Centenas de indonésios participam de passeata pacífica para pedir melhores salários e o fim da terceirização de empreiteiras.



**Imagem 11/38:** “Policiais do Timor Leste reprimem manifestantes que protestam durante o Dia do Trabalho, em Dili, nesta terça-feira (1º)”.



**Imagem 14/38:** “Pessoas participam de protesto em Barcelona, na Espanha, durante o Dia do Trabalho. Uma das principais reivindicações é a preservação de direitos trabalhistas, sob revisão nos últimos meses no país devido à crise econômica espanhola”.



**Imagem 18/38:** “Cerca de 10 mil trabalhadores tunisianos fizeram protesto por melhores condições laborais no centro da capital do país africano, Túnis”.



**Imagem 24/38:** “O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (PSD), participa ao lado do presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Adir dos Santos Lima, das celebrações do 1º de Maio, Dia do Trabalho, realizadas pela central sindical no Vale do Anhangabaú, centro da capital paulista”.



**Imagem 27/38:** “As celebrações do 1º de Maio, Dia do Trabalho, realizadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) atraí trabalhadores ao Vale do Anhangabaú, centro da capital paulista. A previsão é de que os eventos da central sindical e da Força Sindical reúnam cerca de 1 milhão de pessoas”.



**Imagem 32/38:** “Mulheres ficam de peito nu durante manifestação no Dia do Trabalho em Bogotá, na Colômbia”.



**Imagem 33/38:** “Policiais detêm ativista de esquerda durante manifestações em Berlim pelo Dia do Trabalho”.



**Imagem 38/38:** “Policiais observam manifestantes reunidos no centro de Los Angeles, na Califórnia (EUA), durante protesto de 1º de Maio”.

Compreendemos que nesse Dia do Trabalhador, “feriadão”, se dá o enfrentamento da classe-que-vive-do-trabalho com aquela que vive da exploração do trabalho. Confronto este que ocorre também mediante fotos, imagens e enunciados no/pelo discurso *online*/virtual (na “rede informacional”), mas que tem seus pés fincados nas relações sócio-históricas reais.

### **O final: pelo caráter material do sentido, buscando a transformação do real**

Seguindo esse trajeto um tanto labiríntico, confesso que passei o dia 1º de maio navegando pela internet em busca de “distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta” (PÊCHEUX, 1997a, p. 215); em busca, sobretudo, de algo que pudesse quebrar as “evidências” postas nesse dia e que se mostraram “logicamente estabilizadas” como mais um “bom feriado (feriadão) pra vc” (como falou o repórter de um jornal televisivo de grande audiência nacional, 1º/5/2012).

Nesse jogo de transparência e opacidade, paradoxalmente, busquei pistas que mostrassem a reprodução da ideologia da “felicidade” do/no trabalho e as falhas nesse ritual

de exploração do/no trabalho. Vimos que a Web materializa estratégias discursivas que, lamentavelmente, enredam (capturam) o sujeito na “rede do discurso informacional”, fazendo-o pensar que o dia 1º de maio é, tão somente, mais um “feriado/ão”, dia “festivo”, “comemorativo”.

É nesse jogo metafórico que os sentidos de luta deslizam, movidos pela ideologia da classe dominante em confronto explícito/implícito com sua classe antagonica, pois estão em luta. O acontecimento da luta é sobredeterminado pela evidência dos “dados” que dizem sobre o estado de “felicidade” (virtual) do trabalhador, enquanto a exploração feroz, mordaz, continua real. Como toda formulação é irremediavelmente equívoca, e, como sabemos, não há identificação plenamente bem-sucedida, as falhas finalmente apareceram. Isso fez afastar a estranha e/ou familiar “sensação” de que eu havia passado o dia “apenas” sonhando, ocupado com a “desidentificação”, ou seja, com a possível tomada de posição “que conduz ao trabalho de transformação-deslocamento da forma-sujeito” (PÊCHEUX, 1997a, p. 217).

Desejo que este sonho que navegou pela rede, no campo paradoxal da (in)felicidade no/pelo trabalho, se desdobre em práxis material, sobretudo em outros gestos que vislumbrem outro mundo realmente possível, pois este é um desejo de transformação radical das relações sociais que, bem longe de se limitar ao virtual, pode e precisa ser real. Quero, por fim, retomar e dizer junto com Pêcheux (1997b) que “não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’” (p. 304).

## Referências

- ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BRAGA, Ruy. A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo. In: ANTUNES, R. & BRAGA, R. (orgs.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F.; SCHONS, C. (Org.). **Discursos em rede**: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço. Recife: EDUFPE, 2011.
- HAROCHE, C. PÊCHEUX, M. HENRY, P. A Semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto (Org.). **Análise de Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. 2ª Edição. São Carlos : Pedro & João Editores, 2011.
- HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Revista Temas**. São Paulo, ciências humanas, nº 4, 1978.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. 2ª ed, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a.

\_\_\_\_\_. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1997b.

\_\_\_\_\_. O papel da memória. In: **O papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999a.

\_\_\_\_\_. Sobre a desconstrução das teorias lingüísticas. **Língua e instrumentos lingüísticos**. Campinas, n. 4/5, p. 7-32, 1999b.

\_\_\_\_\_. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. São Paulo: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. Remontemos de Foucault a Spinoza. In : BARONAS, Roberto (Org.). **Análise de Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. 2ª Edição. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

SILVA SOBRINHO, Helson. **Discurso, velhice e classes sociais**. Maceió: Edufal, 2007.

SILVA SOBRINHO, Helson. Redes de sentidos e raciocínios antagonistas: a Internet na interface do discurso. In GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F.; SCHONS, C. (Org.). **Discursos em rede**: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço. Recife: Edufpe, 2011.

VENTURINI, M.<sup>a</sup> Cleci. **Imaginário urbano**: espaço de rememoração/comemoração. Passo Fundo: Editora da UPF, 2009.

Roland Walter

IDENTIDADE-IDENTIDADES:  
TECENDO ESTÓRIAS E TEORIAS





## IDENTIDADE-IDENTIDADES: TECENDO ESTÓRIAS E TEORIAS

Gostaria de introduzir este ensaio com duas observações que, de certa forma, constituem a base da minha argumentação:

- a) A diversidade das identidades que constituem a pluralidade das culturas do mundo nos deve ser contada e narrada, mas isso não acontece – pelo menos na maioria dos discursos e historiografias oficiais.
- b) Devido às mudanças tecnológicas e, em consequência, éticas que vivemos, novos tipos de identidade constituídos de novas maneiras de se identificar configuram novas modalidades de cidadania.

Segundo James Clifford (1997, p. 1), estamos vivendo numa “nova ordem mundial de mobilidade, de histórias sem raízes”. O movimento entre e dentro de comunidades, regiões, nações e continentes não é uma novidade. O que é novo nos nossos tempos de globalização neoliberal é o aumento da mobilidade cibernética e geográfica: milhões de pessoas se comunicam via o *World Wide Web* e/ou viajam/migram em busca de trabalho, bem-estar ou divertimento entre mercados globais dinâmicos. Ademais, como Arjun Appadurai (1996, p. 33-36, 43) problematizou de maneira sagaz, os nossos tempos são caracterizados por crescentes fluxos de objetos, idéias, ideologias, mensagens, imagens e produtos – fluxos estes constituindo e constituídos por uma complexa rede de relações conjuntivas, rede essa que ele vê como sendo composta de cinco panoramas, a saber: etnopanorama (“*ethnoscape*”), tecnopanorama (“*technoscape*”), ideopanorama (“*ideoscape*”), finançopanorama (“*finanscape*”) e midiapanorama (“*mediascape*”). Este estado pós-/transnacional do mundo, caracterizado por migração, estadias efêmeras, exílio e diáspora – *comunidades imaginadas* além de origens comuns, tradições locais e fronteiras geográficas e linguísticas – cria novas formas de pertença, “formas culturais moldadas de maneira fractal”, que minam noções fixas da nação e do sujeito autossuficiente. As recentes

---

<sup>1</sup> Roland Walter é professor do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Pernambuco e Pesquisador do CNPq. É autor de três livros — *Magical Realism in Contemporary Chicano Fiction* (Vervuert, 1993; p. 155), *Narrative Identities: (Inter)Cultural In-Betweenness in the Americas* (Peter Lang, 2003; 397p.) e *Alfo-América: Diálogos Literários na Diáspora Negra das Américas* (Bagaço, 2009. 300p.) —, editou o CD-ROM intitulado “As Américas: Encruzilhadas Glocais” (2007, 437 p. de ensaios científicos), coeditou *Narrações da Violência Biótica* (Recife: Ed. UFPE, 2010. 340p.) e publicou numerosos artigos e capítulos de livro no Brasil, na Argentina, em Cuba, no Canadá, nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Alemanha e na Holanda. Além de ser parecerista e fazer parte do conselho editorial de várias revistas científicas nacionais, Roland Walter era Editor Associado da revista *MELUS* (Multi-Ethnic Literature of the United States, University of Connecticut, USA) entre 1996 e 2006 e é Pesquisador Associado do Groupe Interdisciplinaire de Recherche sur les Amériques (GIRA), Montréal. E-mail: [walter\\_roland@hotmail.com](mailto:walter_roland@hotmail.com)

migrações, portanto, criam novos fluxos desterritorializantes, novas diásporas que deslocam fronteiras fixas e abrem novos espaços fronteiriços entre pessoas, povos, culturas e civilizações. O conceito da diáspora, portanto, oferece uma crítica dos discursos de origens fixas enquanto leva em conta diversas formas de mobilidade pós-/transnacional. Esta mobilidade entre lugares e culturas, escolhida ou imposta, está imbuída de ambiguidade e ambivalência epistêmica, no sentido de que a passagem entre a origem e a chegada parece, muitas vezes, não ter fim: entre a raiz da origem fragmentada e a raiz da chegada desejada – e muitas vezes diferida — surge a rota enquanto estado contínuo.

Mudanças nas práticas materiais, nos meios de comunicação, bem como um aumento significativo de migração e de outras formas de mobilidade entre regiões, nações, continentes e culturas provocam transformações na consciência e no imaginário de pessoas e povos no mundo inteiro. A proliferação de identidades em processo e espaços fronteiriços permeáveis suplementa as características essenciais de identidades e fronteiras fixas. A figura emblemática destas zonas entre regiões, nações e continentes é o migrante, exilado e/ou viajante cosmopolita. Em outras palavras, esta nova ordem mundial tem um impacto sobre a nossa maneira de ver a nós mesmos (ethos) e o mundo (cosmovisão) e sobre como nos relacionamos com os outros – humanos e não humanos. Se antes o mundo era o lugar (ou alguns poucos lugares) e agora é o espaço, ou melhor, o lugar-espaço, então isto determina tanto a identidade individual como a identidade coletiva: qual a relação entre a identidade nacional e a identidade diaspórica? Se uma vida entre lugares implica em mudança de episteme cultural, então qual o papel da memória (que tipo de memória?) nesta tradução intercultural? Nas idéias que seguem gostaria de elaborar alguns aspectos deste cenário caracterizado por, nas palavras de Avtar Brah (1996, p.208), “myriad processes of cultural fissure and fusion that underwrite contemporary forms of transcultural identities”.<sup>2</sup>

Identidades culturais são determinadas pela cosmologia e cosmogonia de um povo-nação/grupo étnico dentro de um processo histórico. Assim, a posição do sujeito é “designada” (FOUCAULT, 1972, p. 96) dentro da rede de relações de poder e ideologia. Esta designação identitária, porém, fixa a identidade num lugar de maneira meramente temporária. Primeiro, porque a inter-relação entre as forças, práticas e os elementos *residuais* e *emergentes* de uma cultura constitui a dinâmica epistêmica dos sujeitos. Segundo, porque os sujeitos, mediante suas experiências, reinventam suas identidades por razões subjetivas complexas em relação com suas posições sociais – ou seja, raça, etnicidade,

---

<sup>2</sup> Transcultural e não multicultural porque o ‘trans’ do encontro de elementos culturais coloca o estado da multiculturalidade em constante movimento, processo; ou seja, difere um estado multicultural fixo.

idade, gênero, sexualidade, classe, trabalho, etc. Identidades, portanto, se recriam continuamente num complexo e entrelaçado processo de “*being*” e “*becoming*”, ou seja, de “ser” e “estar” (HALL, 2000, p. 23).<sup>3</sup>

Isto significa que identidades tanto condicionam como são condicionadas pelos indivíduos. Ademais, a identidade é constituída de diferença no sentido de que sua significação depende da sua relação com, isto é, sua diferença de outras identidades. Aquele que designamos ao dizer “eu” não é o próprio locutor. O olhar e a declaração do eu, sendo refratados nos olhos, na imaginação e fala dos outros, mina as fronteiras (e ordens) fixas que separam o eu dos outros. Neste processo, as fronteiras (e ordens) são abertas para seus espaços fronteiriços adjacentes onde o *self* se cruza com outros contra e mediante aquilo que o constitui. Isto significa que o *self* está intimamente ligado e cedendo aos seus outros e vice-versa. Portanto, a identidade se origina e é carregada de suas múltiplas alteridades. A diferença cultural, portanto, não é estruturada por oposições binárias (o “um” e o “outro”, o mesmo e o diferente, etc.), mas por relações heterogêneas; ela constitui um espaço migratório de posições e posicionamentos dinâmicos, conflituosos e complementares, caracterizados por deslocamento. Nem o “um”, nem o “outro”; nem o “aqui”, nem o “lá”, mas movendo-se entre os dois, a identidade-em-processo oscila entre rotas e raízes. Este conceito de diferença cultural implica na pertença não sem identidade, mas entre, dentro e através de múltiplas identificações – um processo de negociação híbrida que atravessa as diferenças para uma compreensão parcial e temporária. Ter uma identidade, portanto, significa estar situado num lugar aberto e dinâmico, respeitando e compartilhando a *diversidade* das nossas *diferenças*. Identidades, portanto, são tanto imaginadas como vividas, ou seja, moldadas por estruturas, forças e práticas sócio-econômicas, sócio-políticas, discursivas e teóricas. Isto significa, em última análise, que o que temos que transcender não é a diferença *per se*, mas a noção da diferença enquanto separação e exclusão insuperável.

A noção da diferença cultural enquanto *processo* transcultural de compartilhamento implica na confluência de diferenças sem a sublimação dos seus diversos elementos num todo coerente: um reconhecimento da sobreposição e/ou justaposição dos diversos outros constituindo o *self*. Para Julia Kristeva (1988, p. 25, 9), a experiência da “*estranheza*” cultural é equivalente à experiência da “*alteridade*” psíquica produzida pelo inconsciente. A figura do outro, do estrangeiro, torna-se a cifra para a possível subversão do individualismo: “*vivre avec l'autre, avec l'étranger, nous confronte à la possibilité ou non d'être un autre [...] ma propre*

---

<sup>3</sup> Neste sentido, pode-se concordar com Ian Chambers (2002, p.29) que “Identities [...] become points of departure, openings onto the continual elaboration of becoming. [...] identities are not only formed but also performed”.

*altérité-étrangeté*”. Compreender o outro (e por intermédio dele, o outro dentro de si) e sua situação significa reconhecer as incoerências, os *splits* do ego: “*étrangement, l'étranger nous habite: il est la face cachée de notre identité*”. Para Kristeva, portanto, o outro é a representação externalizada de uma diferença interna e assim mina radicalmente qualquer noção de um eu estável e fixo. A mesma suplementação do eu pelo outro é enfatizada por Emmanuel Lévinas (1990). Para Lévinas, a experiência do outro é a *conditio sine qua non* da existência humana. Receber e aceitar as diferenças é um ato de liberdade porque implica a possibilidade de maneiras alternativas de vida e pensamento. O que liga Kristeva e Levinas na sua diferença é que lêem a diferença desde o hífen das polaridades. Os dois críticos problematizam o reconhecimento da diferença *incomensurável* que liga e separa o *self* e o outro. Eles pensam o *self* e o outro nos seus deslocamentos e realocações heterogêneas e enfatizam a ambivalência perante a outridade: as complexas economias de desejo e rejeição que caracterizam as construções identitárias. Por ser uma figura de antagonismo e possibilidade, simultaneamente, o outro externalizado constitui uma parte do *self* que o *self* deseja, busca e teme. Neste sentido, a identidade e a cultura envolvem diferenças mutuamente refratadas. Gostaria de afirmar que isto é a base a partir da qual se deve pensar a alteridade cultural num contexto global.

Seguindo os pensamentos de Antonio Gramsci (1971) e de Raymond Williams (1977), que definiram a hegemonia como um processo dinâmico de negociação entre diferentes grupos e discursos hegemônicos e contra-hegemônicos, entendo a cultura como negociação entre discursos oficiais e dissidentes. A tensão que liga esses discursos é a fonte do desenvolvimento criativo da cultura. Negligenciar, negar e/ou suprimir esta agitação cultural e pensar que exista uma homogeneidade completa entre cultura, identidade, idioma e território significa desconhecer os elementos vitais e fecundos que os constituem, desconstroem e reconstroem num contínuo processo de apropriação e reapropriação.

Como é que figura a identidade do sujeito e sua cidadania nessa encruzilhada transcultural de (re)apropriações? Em sociedades multiétnicas, a questão da identidade traduz a forma como diversos fatores socialmente determinados e atribuídos interagem para definir a episteme cultural (*ethos* e cosmovisão) de um povo, ou seja, a ordem do saber enquanto base de como uma comunidade vê a si mesma e o mundo. Isto inclui a posição do sujeito dentro da sociedade num dado tempo e lugar. Portanto, destacam-se as seguintes identificações identitárias significativas: raça, etnicidade, gênero, idade, classe e sexualidade. Em nossos tempos de mobilidade diaspórica, estas identificações constituem uma

identidade em processo, caracterizada por um pertencimento transnacional e transcultural. O que significa isto em termos de cidadania?

Segundo Gibbins, Youngman e Stewart-Toth (1996, p. 271) “a cidadania [...] [é] o status do indivíduo em relação com seu país, o Estado e os outros cidadãos. Ela refletiu a emergência do individualismo liberal e uma crescente ênfase democrática sobre a liberdade e igualdade. Enquanto construção legal e formal ela significa que os cidadãos desfrutam de direitos e têm obrigações dentro dos limites territoriais dos seus Estados-nação”. A construção formal de cidadania desenvolveu-se – e pode ser conferida hoje em dia – com base no lugar de nascimento ou tempo de residência do sujeito. O reconhecimento formal, porém, não garante a aceitação social ao cidadão na comunidade. A discrepância entre cidadania formal e cidadania informal tem implicações significativas para a construção de identidade e a aceitação pela comunidade. Ou seja, nas palavras de Hall e Held (1989, p. 175), a política da cidadania começa com a questão pelo “quem pertence e quem não pertence”. Então, cabe perguntar: como e em que circunstâncias se estabelece a cidadania numa era em que migrações locais criam identidades hífenizadas e/ou diaspóricas ancoradas entre comunidades, lugares, regiões, nações, continentes e culturas? O que significa, de fato, uma cidadania transnacional/transcultural/diaspórica em sociedades ditas democráticas nas quais alguns grupos são hífenizados e outros não, e onde a distância entre a democracia real e a democracia formal está crescendo enquanto a liberdade política do indivíduo está diminuindo?<sup>4</sup> Se fronteiras enquanto lugares de passagem e transformação são necessárias para se relacionar (GLISSANT, 2006), então resta saber: como podemos tornar fácil e justa a passagem pelas fronteiras e pelos limites? Como conciliar diversas formas e dimensões de pertencer e ser-estar entre lugares e mares, rotas e raízes, partidas e chegadas? O que significa identidade e cidadania num mundo onde os crescentes fluxos locais se embatem contra muros cada vez mais altos – mundo este caracterizado por diásporas interligadas e zonas rurais e urbanas marginalizadas onde reinam muralhas de medo e violência? Estas perguntas, a meu ver, enfatizam a importância e necessidade de metodologias comparativas e interdisciplinares para qualquer análise no campo dos estudos interculturais.

Se para muitos a ideologia é a argamassa da hegemonia, gostaria de alegar que a memória é a argamassa da cultura. A memória – compreendida como complexo processo de memorização e esquecimento que envolve tanto o corpo quanto o espírito e caracteriza a relação entre as experiências pessoais e as histórias compartilhadas de

---

<sup>4</sup> Para este assunto, ver Isin and Wood (1999), Kymlicka (1995), Laguerre (1998), Ong (1999, 2006) e Joseph (1999).

comunidades e seus modos de transmissão – é a transportadora da identidade individual e coletiva num lugar ou entre lugares. Assim, alego, poderíamos definir cultura como efeito mnemônico produzido por relações hierárquicas e estabelecido nos ou entre lugares e espaços e as comunidades que dão significado a estes. Por meio deste habitar no lugar – uma vivência caracterizada por confrontações e interdependências sociais numa cultura e entre culturas – um senso de identidade e alteridade é produzido: uma *episteme* (*ethos/cosmovisão*) étnico-cultural entrelaçada com a diferença, sendo os “outros” produzidos como diferentes por meio de discurso, ideologia e/ou práticas de domínio e subalternização. A identidade, portanto, deve ser conceituada como uma relação específica e sempre em transformação com múltiplas, móveis comunidades imaginadas que, não obstante o fato de serem imaginadas, são localizadas em lugares específicos e em momentos e geografias particulares.

“A cultura” como “forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo”, argumenta Milton Santos (2007, p.81-82), “é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido por intermédio do próprio processo de viver”. Em cada cultura, a geografia (paisagem/ lugar/espaço/ natureza/ terra) tem um papel fundamental na constituição do imaginário cultural de um povo: ela é tanto natural quanto cultural; uma entidade material e uma idéia/visão mítica que participa na definição identitária. Édouard Glissant (1992, p.105), entre outros, argumenta que na escritura pan-americana, a geografia não é somente um elemento “decorativo com uma função de apoio”, mas “emerge como plena personagem”. Ela surge enquanto espaço mnemônico de sensações e visões enraizadas em histórias individuais e coletivas, espaço este que situa o indivíduo dentro de uma comunidade num processo histórico. Nas Américas, segundo Glissant (1992, p.61-62), este processo histórico não tem sido linear desde os tempos da colonização. A história dos afro-descendentes caribenhos, por exemplo, é uma “não história” esquizofrênica caracterizada por

rupturas [...] que começaram com um deslocamento brutal, a escravatura. A nossa consciência de história não podia ser depositada contínua e gradualmente como sedimento [...], mas se formou no contexto de choque, contradição, negação dolorosa e forças explosivas. Este deslocamento do continuum e a incapacidade da consciência coletiva de absorver tudo isso caracteriza o que chamo uma não história.

Ao falar da perspectiva afrodescendente, Glissant conota o cerne do problema identitário que diz respeito também a outros grupos étnicos pan-americanos: a relação com

a origem num espaço onde diversos efeitos da colonialidade continuam a ter um efeito sobre as relações intersubjetivas. Ter uma identidade significa ter uma história inscrita numa terra. Ter uma história imposta contra a vontade, sem poder inscrevê-la na terra enquanto seu dono, como no caso dos afro-descendentes pan-americanos, significa ter uma não-identidade. Ter uma história enraizada na terra roubada durante um processo colonial, como no caso das primeiras nações indígenas pan-americanas, significa ter uma não-identidade. Ter uma história enraizada na terra roubada durante um processo colonial, como no caso dos colonizadores e seus descendentes, significa ter uma não-identidade nutrida pelo remorso recalcado. Refletida nestas não-identidades – identidades fragmentadas e/ou alienadas por condições de violência – está a importância da geografia e da memória enquanto elementos para se colocar como sujeito. Sem lugar, a consciência e subjetividade do ser humano são inconcebíveis. Este lugar pode ser de natureza geográfica e/ou linguística, religiosa, cultural – um lugar epistêmico. Para povos colonizados e grupos marginalizados o processo de descolonização e desmarginalização significa que o lugar *unheimlich* – o lugar (e a correspondente episteme cultural) da subalternização – tem que ser transformado num lugar *heimlich*; um lugar-lar onde a equação mundo/imagem do *self* (rompida e distorcida pelo processo colonizador) é reestruturada com base no próprio *ethos* e cosmovisão. O lugar-lar e sua construção na língua, portanto, é um dos meios pós-coloniais cruciais para lembrar (e assim juntar) os fragmentos de uma cultura/história/identidade estilhaçada e parcialmente perdida nos traços nômades entre mares e (não-)lugares, bem como entre os muitos ditos e não-ditos de diversos discursos. Assim, a identidade não pode ser pensada fora da língua e do lugar/espaço no qual se desenvolve. Deveríamos focalizar o que Edward Soja (1989, p.7) chama a “geografia afetiva”, ou seja, “a concretização das relações sociais embutidas na espacialidade” com o objetivo de problematizar o que o mesmo estudioso descreveu com o termo “geografias injustas” (2009): como a natureza e a cultura em suas relações complexamente entrelaçadas são embutidas em desenvolvimentos geograficamente desiguais. A geografia (paisagem, natureza, lugar, espaço, terra), portanto, tem que ser reconceitualizada como socialmente produzida mediante relações de dependência e domínio (relações de poder); relações estabelecidas de maneira social e hierárquica entre o aqui e o lá, o local e o global.

Como podemos analisar a ligação entre a identidade (individual/coletiva/diaspórica) e a geografia (paisagem/natureza/lugar/espaço/terra) dentro do sistema representativo de textos literários pós-coloniais? A teoria pós-colonial, enquanto um dos ramos da teoria culturalista, revela e problematiza: a) a durabilidade do poder colonial desde o passado ao presente; b) como surgem neste processo novas formas e práticas de domínio e

subalternização. Com o enfoque nas relações de poder, nas posições do sujeito (agenciamento), nas diásporas e nos deslocamentos criados por meio do colonialismo/imperialismo/ globalização a teoria pós-colonial negligenciou questões com respeito à interface cultura/ natureza. É preciso aprofundar o diálogo entre os estudos pós-coloniais e ecológicos já que a separação entre a história do império e o pensamento ecológico contribui para a constituição de um discurso de orientalismo verde que ofusca um dos pilares básicos do colonialismo, a saber: a exploração da natureza. Gostaria de delinear brevemente quatro áreas de contato entre os estudos pós-coloniais e ecológicos: a) Uma moldura ecológica é de suma importância para compreender como a geografia (paisagem, natureza, lugar, espaço, terra) foi e continua sendo alterada de maneira radical pelo neocolonialismo do capitalismo tardio, processo este que inclui o uso das matérias primas, exploração de mão de obra e soberania, entre outros - questões cruciais para os movimentos de independência e suas línguas/literaturas constitutivas. Ao examinar epistemologias de espaço/natureza (pré-)coloniais, os estudos pós-coloniais devem explorar como estas sobreviveram, foram transformadas e traduzidas no presente por meio de formas e práticas narrativas; b) Os dualismos iluministas de cultura/natureza, branco/negro e masculino/feminino, entre outros, foram constituídos mediante processos coloniais. Críticos pós-coloniais e ecofeministas têm se ocupado há muito tempo com o desvencilhamento das relações de poder hierárquicas que se escondem atrás e agem por meio destes binarismos; c) A interrogação ecocrítica do antropocentrismo e o enfoque sociocultural do pós-colonialismo são interdependentes já que estes assuntos afetam as diversas espécies e esferas da biota; d) Questões de agenciamento e representação do sujeito subalterno, além de revelar formas e práticas de domínio e resistência, implicam diversos aspectos da episteme cultural – a maneira como o indivíduo vê/articula a sua posição de sujeito numa dada sociedade (*ethos*) e como, a partir desta posição, ele/ela vê/articula o mundo (cosmovisão) –, e seu efeito no processo da produção da subjetividade e identidade individual e coletiva. Neste processo, uma análise pós-colonial ecologista eleva ao primeiro plano os modos como a narrativa no seu nível discursivo e temático traduz (e assim produz) identidade, alteridade e diferença cultural.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> O cerne deste enfoque é a questão da ideologia: a organização de práticas significantes materiais que constituem subjetividades – entendidas como posições de inteligibilidade, ou seja, os modos de saber necessários para a reprodução de disposições/ordens sociais existentes (como, por exemplo, a divisão patriarcal do real em termos de gênero; os modos de produção/consumo em termos de capitalismo; a necessidade/justificação de processos colonizadores) – e produzem as relações vividas mediante as quais os indivíduos são ligados – de maneira hegemônica ou contra-hegemônica – às relações de produção e distribuição de poder dominantes (e às relações de exploração daí resultantes) numa formação social específica num dado momento histórico. Sobre questões de ideologia, ver Mannheim (1936), Althusser (1971), Geertz (1973), Žižek (1989, 1996), Larrain (1994), Levine (1994), Ricoeur (1997), e Decker (2004), entre outros.



Nas Américas, a brutalização das pessoas é ligada à brutalização do espaço e estas brutalizações são enraizadas no passado: o genocídio de tribos indígenas, a escravidão e o sistema de plantação e as várias formas de exploração da natureza, entre outros, caracterizaram as diferentes fases e processos de colonização e ainda continuam a ter um impacto sobre o pensamento e o agir das pessoas não somente em termos de como as pessoas se relacionam e tratam os diversos outros (penso, por exemplo, no racismo e no sexismo em suas formas tanto ideológicas quanto intuitivas), mas de como as imagens destes eventos traumáticos perseguem estes pensamentos e agenciamentos. A representação do espaço<sup>6</sup> é simbolizada por uma natureza nutrida pelos corpos violados da história colonial, um engajamento literal com o que o poeta caribenho Wilson Harris (1981, p.90) chama “o fóssil vivo de culturas enterradas”. Alego que esta dupla brutalização dos seres humanos e da geografia (terra, paisagem, natureza, espaço, lugar) é interligada e constitui de diversas maneiras o inconsciente sociocultural e ecológico da experiência pan-americana – o fantasma deste holocausto recalcado que volta em resposta à *Verleugnung* (negação) fazendo sentir sua presença tanto no nível da enunciação quanto no da experiência vivida.

Fredric Jameson (1992, p.64), com base no argumento de Northrop Frye, que a literatura é uma forma mais fraca do mito ou estágio posterior do ritual, escreveu que “toda literatura deve ser permeada por aquilo a que chamamos de inconsciente político, que toda literatura tem que ser lida como uma meditação simbólica sobre o destino da comunidade”. Neste sentido, junto com este inconsciente político cuja base é radicada nas relações humanas caracterizadas por domínio, subalternização e resistência, alego que existe um inconsciente ecológico que imbuí a relação entre seres humanos e seu ambiente. Se para Jameson o inconsciente político é a ausente (e ao mesmo tempo presente porque desejada) revolução cultural que transformaria a hegemonia injusta do sistema político em democracia justa, defino o inconsciente ecológico como ausente (e ao mesmo tempo presente porque desejada) revolução ecológica que constituiria uma mudança de visão em relação à biota. Uma mudança de visão e das nossas atitudes em relação ao mundo vegetal e animal – uma ética biótica – é necessariamente baseada numa mudança de imaginação cultural, especialmente dos sistemas internalizados, conjuntos de disposições que geram práticas específicas, o que Pierre Bourdieu (1977), no processo de analisar o *habitus*, chamou de “inconsciente cultural”. Dado o fato de que um dos problemas principais a ser resolvido no século XXI é a coexistência de culturas radicalmente diferentes e de que a literatura revela

<sup>6</sup> Espaço nacional que, segundo o crítico Antonio Cornejo Polar (2000, p.147), é caracterizado por “heterogeneidade conflituosa” como resultado da colonização imperialista. Para ele, as nações latino-americanas são “traumaticamente desmembradas e cindidas”.

e problematiza os paradoxos e aporias da vida mediante as suas representações, argumento que a essência ética da teoria literária é de constituir, junto com o seu objeto de estudo, a literatura, uma ciência da/para a vida. Ademais, se estamos vivendo numa época digital caracterizada pelo desaparecimento do passado como continuidade de experiência mediante a dissolução das coordenadas espaço-territoriais, então deveríamos analisar as identidades pós-coloniais com base no eixo analítico composto pelo inconsciente político, cultural e ecológico enunciado, narrado e vivido. A palavra-chave da análise deste tipo de saber é 'negociação': a negociação de fragmentos culturais, discursivos, identitários e ideológicos dentro da rede dinâmica de múltiplas relações de poder. Para poder examinar estes processos de negociação que constituem a diversidade cultural e o encontro de seus elementos, devem-se mapear os espaços, lugares e esferas de sua existência: entre-lugares, passagens, fronteiras geográficas, psicológicas, corporais, sexuais e de gênero e seus espaços fronteiriços, movimentos transregionais, transnacionais e diaspóricos. É mediante o exame da dinâmica transcultural/transnacional nas encruzilhadas diaspóricas de troca, lugares caracterizados por um espaço-tempo heterotópico e múltiplos processos de continuidade e ruptura, síntese e simbiose, coerência e fragmentação, utopia e distopia, consenso e incomensurabilidade, que podemos começar a entender, mapear e avaliar a ambiguidade inerente à tradução da diferença e diversidade cultural como formas, forças e práticas totalizantes repressivas, bem como libertadoras expressivas. A abordagem teórica deveria enfocar os diversos tipos de negociação no fluxo aleatório dos fragmentos culturais de diferentes contextos culturais que constituem o mapa intercultural das Américas. Assim, ao examinar a dinâmica das formas culturais moldadas de maneira fractal, ou seja, sua natureza transcultural, pode-se problematizar a diferença cultural como processos de dominação e libertação nas zonas intersticiais, o processo histórico da fusão e ruptura cultural enquanto entrelaçamento heterotópico.

Concluindo, gostaria de problematizar as minhas idéias acima esboçadas por meio de um estudo recente do neurocientista norte-americano David Eagleman intitulado *Incognito: The Secret Lives of the Brain* (2012). Para Eagleman, o eu é um “conto de fadas”; ou melhor, uma estória muito mal contada. A nossa percepção de nós mesmos e do espaço/mundo é gerada por partes do cérebro às quais não temos acesso; este princípio do aparato não acessível e do múltiplo engano se aplica não somente à nossa faculdade de visão, mas também ao sentimento, pensamento, audição e crença. Como a consciência não tem acesso à maior parte desta “fábrica que trabalha no oculto e fornece idéias prontas num ato de poderosa magia”, o cérebro nos conduz de maneira incógnita. Já que no labirinto da rede dos nossos neurônios se desenrolam programas autônomos – programas estes constituídos

por sistemas e subsistemas em concorrência que travam batalhas sem fim e fazem do nosso cérebro um constante campo de conflitos, de “guerra civil” – o nosso cérebro busca padrões e consistência neste caos. “Os nossos cérebros são excelente contadores e das contradições gritantes sabem tecer uma estória que faz sentido. Com a ajuda de estórias, informações confusas fazem sentido. Constantemente nos contamos estórias para explicar os processos alheios que acontecem no cérebro. O eu é uma destas estórias, uma ficção pragmática inventada pelo cérebro”. E desta forma, continuamos a tecer estórias e estórias sobre identidade e identidades na tentativa de fazer sentido de nós e das nossas “andanças esquizofrênicas”, como diziam Deleuze e Guattari (1972, 1980). Desejo a todos boas caminhadas: que a luz ilumine as trevas e livrai-nos das nossas confusões!

## Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Lenin and philosophy**. New York: Monthly Review Press, 1971.
- APPADURAI, Arjun. **Modernity at large**: cultural dimensions of globalization. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **Outline of a theory of practice**. Cambridge: Cambridge UP, 1977.
- BRAH, Avtar. **Cartographies of diaspora**: contesting identities. London/New York: Routledge, 1996.
- CHAMBERS, Ian. Citizenship, language, and modernity. **PMLA**, 117.1 (January 2002): 24-31.
- CLIFFORD, James. **Routes**: travel and translation in the late twentieth century. Cambridge: Harvard UP, 1997.
- CORNEJO-POLAR, Antonio. **O condor voa**: literatura e cultura latino-americanas. (Org. Mario J. Valdés). Belo Horizonte: EdUFMG, 2000.
- DECKER, James M. **Ideology**. New York: Palgrave, 2004.
- DELEUZE, Gilles e Felix Guattari. **L’anti-œdipe**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1972.
- DELEUZE, Gilles e Felix Guattari. **Mille plateaux**: capitalismo e schizofrênie. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.
- EAGLEMAN, David. **Incognito**: the secret lives of the brain. New York: Vintage, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **The archaeology of knowledge and the discourse on language**. London: Tavistock, 1972.
- GEERTZ, Clifford. Ideology as a cultural system. In: **The interpretation of cultures**. New York : Basic Books, 1973, p.193-233.
- GIBBINS, Roger; YOUNGMAN, Loleen; STEWART-TOTH, Jennifer. Ideologies, identity, and citizenship. In: GIBBINS, Roger; YOUNGMAN, Loleen. (Org.). **Mindscapes**: Political ideologies toward the twenty-first century. Toronto: McGraw-Hill Ryerson, 1996, p. 266-92.
- GLISSANT, Édouard. **Caribbean discourse**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1992.

GLISSANT, Édouard. Il n'est frontière qu'on n'outrepasse. **Le Monde Diplomatique**, octobre 2006, p. 16-17.

GRAMSCI, Antonio. **Selections from the prison notebooks of Antonio Gramsci**. New York: International Publishers, 1971.

HALL, Stuart. Cultural identity and diaspora. In: MIRZOEFF, Nicholas. (Org.). **Diaspora and visual culture**. London/New York: Routledge, 2000, p. 21-33.

HALL, Stuart; HELD, David. Citizens and citizenship. In: HALL, Stuart; JACQUES, M. (Org.). **New times: changing face of politics in the 1990s**. London/New York: Lawrence & Wishart, 1989, p. 173-90.

HARRIS, Wilson. **Explorations: a selection of talks and articles 1966-1981**. Mundelstrap: Dangeroo Press, 1981.

ISIN, Engin; WOOD, Patricia. **Citizenship and identity**. London: Sage, 1999.

JAMESON, Fredric. **O inconsciente político. A narrativa como ato socialmente simbólico**. Trad. Valter L. Siqueira. São Paulo: Ática, 1992.

JOSEPH, May. **Nomadic identities: the performance of citizenship**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

KRISTEVA, Julia. **Etrangers à nous-mêmes**. Paris: Fayard, 1988.

KYMLICKA, Will. **Multicultural citizenship: A liberal theory of minority rights**. Oxford: Oxford UP, 1995.

LAGUERRE, Michel S. **Diasporic citizenship: Haitian Americans in transnational America**. New York: St. Martin's Press, 1998.

LEVINAS, Emmanuel. **Autrement qu'être ou au-delà de l'essence**. Paris: Librairie Générale Française, 1990.

LARRAIN, Jorge. **Ideology and cultural identity: modernity and the third world presence**. Cambridge: Polity, 1994.

LEVINE, George (Org.). **Aesthetics and ideology**. New Brunswick, NJ: Rutgers UP, 1994.

MANNHEIM, Karl. **Ideology and utopia**. Trad. Louis Wirth e Edward Shils. New York: Harcourt, Brace, and World, 1936.

ONG, Aihwa. **Flexible citizenship: the cultural logic of transnationality**. Durham: Duke UP, 1999.

ONG, Aihwa. **Neoliberalism as exception: mutations in citizenship and sovereignty**. Durham: Duke UP, 2006.

RICOEUR, Paul. **Ideologie et l'utopie**. Paris: Seuil, 1997.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.

SOJA, Edward. **Postmodern geographies: the reassertion of space in critical social theory**. London: Verso, 1989.

SOJA, Edward. **Conferência de abertura** na Postcolonial Translocations ASNEL/GNEL Conference, Münster, Alemanha, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **Marxism and literature**. New York: Oxford UP, 1977.

ŽIŽEK, Slavoj. **The sublime object of ideology**. New York: Verso, 1989.

ŽIŽEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Solange Mittmann  
ENTRE CERCAS E LAÇOS,  
UMA IDENTIDADE PLURAL  
DE RESISTÊNCIA



## ENTRE CERCAS E LAÇOS, UMA IDENTIDADE PLURAL DE RESISTÊNCIA

### A título de introdução: a identidade plural

Trago à discussão neste texto alguns apontamentos sobre uma identidade plural, sustentada por alicerces de resistência, que se situa na parte meridional do continente americano. Importa lembrar que neste espaço territorial as fronteiras não foram dadas a priori, e sim resultaram sempre de enfrentamentos, desde o período pré-colonial. Mas as marcas coloniais é que sustentam as fronteiras atuais, sobretudo as marcas da divisão do espólio por Espanha e Portugal<sup>2</sup>.

Pensar identidade a partir de um recorte territorial, nessas condições, implica considerar a mobilidade das fronteiras e dos sujeitos como constitutiva. Implica, ainda, ter em conta que o imaginário de unidade de “um” se sustenta sobre uma relação também imaginária com o de “outro”. Trata-se de um jogo de estranheza familiar, em que se resiste à interferência deste outro ao mesmo tempo em que se é constituído por ele. Afinal, as cercas que delimitam fronteiras em relação ao outro são as mesmas que enlaçam um e outro.

O aspecto que quero abordar aqui não é o do recorte fronteiriço sob a forma da fixidez, e sim algo mais complexo, que envolve contradições internas que se entrelaçam às do outro lado da fronteira territorial. Nesse sentido, recorro a Bhabha na tentativa de definir o que estou tentando abordar:

Esta localidad está más centrada en la temporalidad que en la historicidad: una forma de vivir que es más compleja que la “comunidad”, más simbólica que la “sociedad”, más connotativa que el “país”, menos patriótica que la *patrie*, más retórica que la razón de Estado, más mitológica que la ideología, menos homogénea que la hegemonía; menos centralizada que el ciudadano, más colectiva que “el sujeto”; más psíquica que la civilidad, más híbrida en la articulación de las diferencias y las identificaciones culturales – género, raza o clase – de lo que puede representarse en cualquier estructuración jerárquica o binaria del antagonismo social. (BHABHA, 2010[1990], p.386)

<sup>1</sup> Profa. do Instituto de Letras e do PPG-Letras da UFRGS. Membro do Grupo de Pesquisa GEPAD-RS.

<sup>2</sup> Sem esquecer o quinhão que coube à França, nem as imposições da Inglaterra a partir de seu lugar de potência internacional.

Parece-me que um aspecto fundamental (e fundacional) dessa forma identitária aqui abordada, a partir de aspectos de resistência, no âmbito da parte Sul da América, é o aspecto de movência, mas que ao mesmo tempo apresenta-se sob um pré-construído de estabilidade: do é *como* é, do é *porque* é. Quer dizer, há toda uma construção histórica de um discurso de tradição sobre a região que leva a esse efeito de naturalidade, e esse discurso funciona como pré-construído para outros discursos contemporâneos de divisões e enfrentamentos. Esse funcionamento parece sustentar um imaginário de tempo e espaço marcados pela fixidez, ao mesmo tempo em que a própria contradição histórica – com os discursos de resistência que também ajudam a construir tal história – vem reivindicar a não fixidez.

### **A outridade necessária**

A história de divisões da parte mais meridional do continente americano, sobretudo entre portugueses e espanhóis, criou feridas profundas. Ao Sul do Rio Grande do Sul, casas geminadas, formando paredões – “para que não invadam os castelhanos”, dizem os moradores mais antigos – trazem a marca de um tempo de resistência a esse outro a quem é atribuído o sentido de inimigo perigoso, de um vizinho sempre à espreita pronto a atacar. Não chega a ser pessimista afirmar que a convivência entre vizinhos tem a animosidade como ferida da alteridade: sou o que o outro não é e, mais do que isso, sou pela intervenção do outro, o que leva à inevitabilidade: a imagem do que sou depende desse outro também imaginário. Também na fronteira Oeste do Brasil, conflitos e dívidas históricas com os vizinhos ainda ressoam, sustentando o imaginário de que formamos um país continental imperialista. Nesta perspectiva, podemos dizer com Bauman (2005[2004], p. 44) que “a identificação é também um fator poderoso na estratificação, uma de suas dimensões mais divisivas e fortemente diferenciadoras”.

Além dessa marca de conflitos pelo território, por muitos anos o Brasil é acusado por seus vizinhos de por-se de costas à cultura hispano-americana, voltando-se principalmente para o Norte alhures. Essa identificação brasileira com o Norte tem posto seus vizinhos do Sul na condição de estranho apesar das condições coloniais tão familiares. Talvez em função dos muitos enfrentamentos por territórios, talvez pela forte aceitação, por parte das elites brasileiras, da língua do imperialismo (primeiro inglês, depois norte-americano) como única língua a se aprender nas escolas e a se ouvir nas rádios e nos cinemas, talvez mesmo pela resistência dos artistas do outro lado da fronteira em aceitar a língua e a cultura do país com

o maior território na América do Sul (numa espécie de anti-suposto-imperialismo), o fato é que continuamos, de ambos os lados, a nos ver como o exótico, o estranho.

Por outro lado, é interessante lembrar que as grandes decisões econômicas internas aos países têm funcionado sob a forma da repetição sob determinações que vêm do Norte. Por exemplo, o sequestro das reservas econômicas da população de classe média nos cofres dos bancos se deu praticamente da mesma forma no Brasil, na Argentina e no Equador. Os golpes de estado, com apoio da CIA, ocorreram numa extensão de tempo não muito longa, da mesma forma que o relativamente aproximado período das aberturas à democracia, umas mais lentas que outras. Até mesmo as eleições de presidentes progressistas na Bolívia, Equador, Venezuela, Argentina, Uruguai, Brasil e Paraguai só foram possíveis em dado momento da história do Continente. Quer dizer, tomamos o outro como o exótico, o diferente, mas passamos pelos mesmos processos, como pares, como similares<sup>3</sup>. Como exemplo dessa ausência de fronteiras, trago um texto do cartunista gaúcho Santiago:



Figura 1: De Neltair Rebbes, o Santiago

O mesmo problema econômico e ambiental contemporâneo ultrapassa fronteiras territoriais: a invasão das empresas transnacionais de eucalipto e celulose se dá tanto na

<sup>3</sup> Haveria um ponto central para que se pudesse falar em semelhança ao invés de similitude? Seria este ponto a regência de forças entre a ordem econômica mundial e as resistências políticas progressistas?



Pampa como no Pampa. E o cartum de Santiago retrata, pelo traço e pela língua, essa unidade: diferentes povos, dois idiomas – o quero-quero que protesta “não quero, não quero” e os demais moradores da/do Pampa que cantam “adiós pampa mía” – diante da mesma contingência, do inimigo comum, o grande capital, que mais uma vez se impõe e redesenha o território à sua vontade, já que para o grande capital não há pátria, nação ou Estado, há elementos de exploração.

Como afirma Bauman (2005[2004], p.35), “os direitos econômicos agora estão fora das mãos do Estado, os direitos políticos que ele pode oferecer são estritamente limitados e circunscritos àquilo que Pierre Bourdieu batizou de *pensée unique* do livre mercado neoliberal desregulado”. O cartum de Santiago denuncia essa atuação do mercado neoliberal e, ao fazê-lo, apresenta-se como uma prática de resistência. Afinal, como bem descreve Pêcheux (2011[1966], p.35), “o instrumento de transformação da prática política é o *discurso*, como sistema articulado que remete à prática social complexa”.

E entre as práticas de transformação, podemos observar, sobretudo nas últimas duas décadas, uma série de ações políticas e iniciativas sociais que têm trilhado o caminho da descoberta e do reconhecimento da vizinhança na condição de aliada. Iniciam-se propostas governamentais progressistas de articulação política, econômica<sup>4</sup> e cultural, sobretudo a partir de uma identidade plural de esquerda. Mesmo nos litígios de fronteira, quando medidas protecionistas são denunciadas, as questões têm, em geral, se resolvido entre os próprios países envolvidos, sem recorrência a tribunais assentados na Europa.

Iniciativas da área musical e teatral são postas em ação em cenários diversos. Com isso, música contemporânea argentina ou uruguaia, por exemplo, vêm conquistando, no Brasil, espaços midiáticos e novos públicos<sup>5</sup>. Já não encontramos entre os interessados apenas o público de resistência política das décadas de sessenta e setenta, mas as massas de jovens sedentos em vivenciar, por exemplo, o rock argentino que toca nas rádios e nas redes sociais. A literatura hispano-americana passa a vencer as fronteiras a partir dos espaços das editoras dedicados à tradução e também do ensino de espanhol<sup>6</sup>. Movimentos sociais também se articulam em suas manifestações culturais ignorando fronteiras territoriais e linguísticas, a fim de enfrentar trincheiras de outra ordem, sobretudo na resistência ao neoliberalismo.

---

<sup>4</sup> A rejeição à ALCA teve um papel fundamental nesse processo, assim como os novos rumos do MERCOSUL.

<sup>5</sup> É claro que, enquanto isso, as empresas de mídia tradicional seguem impondo um imaginário – raso e limitado – de identidade cultural. Veja-se o enunciado de capa da *Revista Época* de dezembro de 2011: “Com o sucesso ‘Ai, se eu te pego’, o cantor paranaense Michel Teló traduz os valores da cultura popular para os brasileiros de todas as classes.”

<sup>6</sup> Ensino esse pensado inicialmente em função do mercado, muito mais do que da política ou da cultura, diga-se de passagem.

Esses movimentos por sobre as fronteiras territoriais ou internacionais – de exploração ou de resistência a ela – têm dado visibilidade a outros movimentos internos. Percebe-se com maior força – ao menos do lado do Brasil – uma articulação de interesses, por um lado, e de força de resistência ao neo-liberalismo, por outro, que não apontam para fora dos territórios, mas para dentro. Isso significa que “o outro” agora é um outro comum: o inimigo não é outro povo, mas outra classe. Veja-se o Forum Social Mundial e o Forum Econômico Mundial, em que não são as diferenças de idiomas que impedem o diálogo, mas as divergências ideológicas. Afinal, como bem afirma Pêcheux (1995[1975], p.161), “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhe são correspondentes”. Assim é que se dá o jogo entre o histórico e o linguístico no e pelo discurso, um jogo que envolve a contradição (da história) e o equívoco (da língua) não como acidentes, mas como o próprio, o constitutivo.

Neste momento histórico, estamos passando de um discurso de tradição a um discurso de enfrentamento de questões contemporâneas e imediatas. Se os discursos de rememoração do passado apontam para uma história mítica definidora da territorialidade a partir de um imaginário da diferença e da hostilidade entre nações, os discursos que se baseiam no desvelamento das contradições históricas, desfazendo o imaginário de unidade, apontam para a diferença e a resistência imediata ao poder de mercado, estabelecendo certa coesão entre diferentes a partir da localização comum à margem das grandes decisões econômicas mundiais. Ou seja, as diferenças internas aos territórios passam a significar maior unidade que as diferenças de fronteira. De qualquer forma, cabe salientar que é o movimento rápido e imediato da história que atua sobre a construção de novos imaginários. Como diz Bauman, na descrição de aspectos da modernidade líquida por oposição a aspectos da sólida:

Os fluidos, por assim, dizer, não fixam o espaço nem prendem o tempo. Enquanto os sólidos têm dimensões espaciais claras, mas neutralizam o impacto e, portanto, diminuem a significação do tempo (resistem efetivamente a seu fluxo ou o tornam irrelevante), os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la; assim para eles, o que conta é o tempo, mais do que o espaço que lhes toca ocupar; espaço que, afinal, preenchem apenas “por um momento”. Em certo sentido, os sólidos suprimem o tempo; para os líquidos, ao contrário, o tempo é o que importa. (BAUMAN, 2001[2000], p.8)

É nesse sentido que percebo uma força maior no movimento do que na fixidez nas relações sul-americanas. As fronteiras territoriais estão, sim, demarcadas a partir de uma tradição e uma rememoração do passado, mas são cada vez menos importantes – até o ponto de certas burocracias de demarcação de nacionalidade se renderem à mobilidade inevitável. É a emergência (aspecto temporal) das questões sociais que se impõem e provocam movimentos e readaptações sobre o imaginário dos espaços.

Pensando num outro aspecto dessa falta de fronteiras, a interferência econômica mundial sobre a identidade, trago agora um cartum do uruguaio Checho:



Figura 2: De Walter “Checho” Cortiñas

Chapéu, lenço, camisa, bombacha e alpargatas fazem parte da indumentária da/do Pampa. O gaucho (ou gaúcho para os Brasileiros) tem sido assim retratado pelo discurso da tradição, como algo sempre-já-lá, sob o esquecimento da origem desses elementos. Afinal, como afirma Pêcheux (1995 [1975], p.155), “a evidência da identidade oculta que esta resulta de uma identificação-interpelação do sujeito”, e essa identificação-interpelação se dá pelas condições econômicas de existência, pois, ainda, conforme Pêcheux (2011[1966],

p.25), “a prática social de uma sociedade determinada admite como fator dominante seu modo de produção, quer dizer, a organização complexa das forças de produção (instrumentos de produção e forças produtivas) e das relações de produção (formas de relações sociais entre os produtores).”

Só para citar um exemplo, a bombacha entra na indumentária gaucha/gaúcha a partir de um carregamento de calças do Oriente Médio enviadas pelo então império britânico ao Sul da América. E o cartum de Checho atualiza as atuais condições de produção da indumentária e de outros elementos: as alpargatas de origem europeia aparecem no cartum via fabricação chilena, os apetrechos do mate/chimarrão consistem em porongo argentino, bomba paraguaia e erva brasileira. Em um novo movimento econômico na história, entram novos atores da terceirização internacional: a exploração da mão de obra barata na fabricação de objetos de consumo está também representada no cartum com a camisa chinesa, o lenço indiano, a cadeira de taiwan e a garrafa térmica coreana. Ocorre aqui uma atualidade e uma permanência: são novas contingências, novos atores, a fim de manter o mesmo poder do capital transnacional, sob a forma da exploração, da imposição de valores e da construção de uma memória particular.

Final, como bem diz Bauman (2001 [2000], p.44), “num dos pólos da hierarquia global emergente estão aqueles que constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos à própria vontade”, enquanto que no outro se encontram aqueles que “se veem oprimidos por identidades aplicadas e impostas por outros – identidades de que eles próprios se ressentem, mas não têm permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar”. Assim podemos interpretar os detalhes do cartum de Checho como denúncia de uma aceitação pelos sujeitos de elementos que compõem a identidade gaucha/gaúcha, num movimento da tradição à renovação e desta novamente àquela, sempre sob as determinações econômicas.

### **A identidade espelhada: da alteridade à contradição**

Seguindo com a discussão sobre esses aspectos identitários, recorro, a partir de agora à literatura de Eduardo Galeano, quem considero que discute com força e beleza a identidade latino-americana, mostrando proximidades entre as nações, sobretudo a partir das relações de colonização e exploração pelo grande capital.

Logo na abertura de seu livro *Especjos*<sup>7</sup>, Galeano nos brinda com um texto sobre o que podemos chamar aqui de alteridade constitutiva:

**De deseo somos**

La vida, sin nombre, sin memoria, estaba sola. Tenía manos, pero no tenía a quién tocar. Tenía boca, pero no tenía con quién hablar. La vida era una, y siendo una era ninguna.

Entonces el deseo disparó su arco. Y la flecha del deseo partió la vida al medio, y la vida fue dos.

Los dos se encontraron y se rieron. Les daba risa verse, y tocarse también.

(GALEANO, 2008, p. 1)

A fronteira (seja ela territorial, linguística, cultural ou econômica), ao mesmo tempo em que separa, marca uma interface, um ponto de entremeio que faz com que o outro constitua o um. Esta interface pode ser observada, pelo menos, sob duas maneiras: por uma relação de aliança, com a identificação de pontos de convergência, ou por uma relação de enfrentamento, numa forma de divergência que impede a identificação. Mas, mesmo quando há divergência e bloqueio à identificação, isso não significa que o outro não faça parte da constituição do um. Trata-se aí da contradição histórica, que é própria de toda formação social, dividida em formações ideológicas. Em outras palavras, uma formação ideológica com a qual se identificam sujeitos de resistência ao poder do grande capital, não está imune aos saberes da formação ideológica a que se opõe. Como diz Pêcheux (2009[1981], p.26), as ideologias dominadas não são independentes da ideologia dominante: “elas nascem no lugar mesmo da dominação ideológica na forma dessas múltiplas falhas e resistências”. Não da mesma forma, é claro, também a ideologia dominante não existiria sem as ideologias dominadas.

Assim como no cartum de Checho, citado anteriormente, no texto “Prendas típicas”, também do livro *Especjos*, Galeano denuncia a imposição, pelo capital, de uma identidade cultural aos povos.

**Prendas típicas**

América del Sur era el mercado que siempre decía que sí.

Aquí se daba la bienvenida a todo lo que de Inglaterra venía.

---

<sup>7</sup> Embora já se encontre publicada pela L&PM Editores a tradução de Eric Nepomuceno, *Especjos*, em virtude do caráter do artigo, opto por citar o texto originalmente escrito em língua espanhola.

Brasil compraba patines para hielo. Bolivia, sombreros de copa y sombreros hongos que ahora son prendas típicas de sus mujeres indígenas.

Y la prenda típica de los jinetes pastores de Argentina y de Uruguay, infaltable en las Fiestas de Tradición, había sido fabricada por la industria textil británica para el ejército turco. Cuando la guerra de Crimea concluyó, los mercaderes ingleses derivaron al río de la Plata sus miles y miles de bombachudos sobrantes, que se convirtieron en la bombacha gaucha.

Una década después, Inglaterra vistió con esos uniformes turcos a las tropas brasileñas, argentinas y uruguayas que le hicieron el mandado de exterminar a Paraguay.

(GALEANO, 2008, p.202)

Como Checho mostra a origem dos elementos que compõem vestimenta e demais apetrechos, questionando que façam parte de uma identidade nacional e denunciando a força do mercado sobre os usos e costumes, aqui Galeano denuncia a construção do que se passou a tomar como tradição cultural, uma construção também com base em forças de mercado, neste caso, o mercado inglês, mas que hoje pode ser tomada como o mercado global, já que a dominação contemporânea não vem de um só país e também não respeita territórios dos países ricos.

### **A título de conclusão: a identidade em movimento**

Em entrevista a Gustavo Adolfo Carbonell, publicada no site *eduardogaleano.org*, Galeano apresenta sua visão a relação estabelecida pelos povos latino-americanos com as imposições do mercado:

G.A.C.: Uma pergunta de conjuntura: Na América Latina continuaremos sendo tão dependentes?

E.G.: Tanto assim eu diria que não. Esta é uma região do mundo com imensas reservas de dignidade e nós apostamos nessa dignidade, mas reconheçamos que o panorama se tornou bastante complicado. Há uma imposição de um sistema de valores que corresponde a um modelo social que não me agrada, mas que neste momento se aceita como o único possível. A “Macdonaldização” do mundo.

Para mim o Mc Donalds é um exemplo perfeito, pois te dá para comer lixo ou seja impõe a comida de plástico como modelo universal de boa comida, o que é um atentado cultural terrível, um ato criminoso contra a diversidade cultural do mundo. (...) A

imposição de um modelo de comida é um atentado contra a saúde e sobretudo contra a cultura. Mas por que é um símbolo perfeito? Porque o Mc Donalds proíbe que seus trabalhadores se sindicalizem. São dois séculos de lutas trabalhistas jogadas pela janela. Este símbolo da democracia ocidental proíbe os sindicatos. Então este é o modelo que se impõe, e não me agrada nem um pouco.

A resposta de Galeano anuncia a contradição em que vivemos na América Latina. De um lado, a aceitação do padrão imposto pelo mercado, de outro, a resistência. Nesse sentido, cabe destacar que é a contradição que constitui a história dos povos. Não se trata apenas da oposição entre classes, mas da contradição interna a cada classe. Entre os dominados encontramos tanto a plena identificação com a formação ideológica dominante como a contra-identificação (PÊCHEUX, 1995[1975], p.215), a resistência. E é isso que torna possível – para além da reprodução das condições de produção – a transformação (PÊCHEUX, 1995[1975], p.144). A esse respeito, sobre a possibilidade de transformação, ainda na mesma entrevista, Galeano afirma:

G.A.C.: Como se compreende hoje a identidade cultural?

E.G.: Creio que se universalizou nos últimos anos principalmente uma concepção de identidade que me parece muito limitada. Diria que quase se reduz a identidade a um assunto de museu. Mas acho que “somos o que fazemos para mudar o que somos”, ou seja creio em uma identidade em movimento, em uma identidade viva e acredito muito mais nas identidades escolhidas do que nas identidades herdadas.

Esse aspecto é fundamental para se pensar a identidade – e latino-americana em especial. Se, por um lado, temos a imposição de uma tradição que prima pelo esquecimento das condições de produção para que as condições de existência permaneçam e resistam às transformações, por outro, a resistência tem sido a ferramenta dos povos para a construção de sua identidade. Como comentei no início deste texto, trata-se de uma resistência não aos povos vizinhos, mas às imposições das classes dominantes (as colonizadoras de uma época mais afastada e as de mercado presentes no passado e no presente).

Diante das cercas – impostas por terceiros – que tanto serviram para separar os povos da região mais meridional da América, hoje podemos vislumbrar sua transformação em laços de união buscando por mudanças que venham dos próprios povos e não mais de

terceiros. Afinal, são as relações de forças que possibilitam a mobilidade das bordas das formações discursivas.

## Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. (Original de 2000)

\_\_\_\_\_. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. (Original de 2004)

BHABHA, Homi K. DisemiNación. Tiempo, narrativa y los márgenes de la nación moderna. In: \_\_\_\_\_. (Comp.) **Nación y narración**: entre la ilusión de una identidad y las diferencias culturales. Trad. de María Gabriela Ubaldini. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010. p.385-423. (Original de 1990)

GALEANO, Eduardo. **Espelhos**: Una historia casi universal. Montevideo: Imprenta Rosgal, 2008.

\_\_\_\_\_. Entrevista a Gustavo Adolfo Carbonell. Encontrada em: <http://eduardogaleano.org/2011/12/08/identidad-latinoamericana/> Acesso em 02/5/2012.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. E.P.Orlandi [et al.] 2.ed. Campinas: Unicamp, 1995. (Original de 1975)

\_\_\_\_\_. (sob o pseudônimo de Thomas Herbert) Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: \_\_\_\_\_. **Análise de discurso**. Textos escolhidos por Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2011. p.21-54. (Original de 1966)

\_\_\_\_\_. O estranho espelho da Análise do Discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009. p.21-26. (Original de 1981)



Fabiele Stockmans De Nardi  
Carne Regina Schons

O ESPAÇO QUE HABITO:  
PENSANDO A SOCIEDADE  
E A CULTURA



**O ESPAÇO QUE HABITO: PENSANDO A SOCIEDADE E A CULTURA**

*À medida que se dá a apropriação dos conhecimentos, sua configuração se transforma, de modo que enunciados que funcionavam como definições, enunciados imputados como falsos, ou são substituídos ou se universalizam...*  
(Pêcheux, 1975)

*Se o ciberespaço for considerado um lugar, então há pessoas que já estão nele, e pessoas que não estão. E parece haver um consenso geral de que tal segregação entre “cibernéticos” e “não cibernéticos” é nociva e poderia causar uma divisão. O buraco no muro é como uma porta que se abre para a mudança nesse espaço.*  
(Sugata Mitra)

A necessidade de se possibilitar o acesso às tecnologias digitais de forma ampla e irrestrita é uma questão que tem se destacado no âmbito do desenvolvimento social e econômico de países e de instituições de ensino e de pesquisa. Inserir-se no *ciberespaço* é, hoje, condição de pertencimento ao universo contemporâneo, que parece se definir pela vida em rede/na rede. Estar na rede, no entanto, implica para o sujeito o domínio da máquina: poder ter acesso a ela e saber comandar essa caixa que tem aparecido, muitas vezes, como uma promessa de mudança social. É preciso, no entanto, estarmos atentos para o fato de que a discussão sobre a necessidade de inclusão digital coloca à mostra um enorme contingente de excluídos, para os quais a rede, a participação nessa *cultura digital*, não é, senão promessa, e essa caixa que chamamos computador, onde ficam guardadas todas as “esperanças” do mundo, um objeto de desejo, é, por vezes, tão distante quanto distante é o alcance de condições mínimas de vida e dignidade.

A emergência das discussões sobre a inclusão digital cria brechas importantes para se pensar a relação entre sociedade e cultura no espaço da contemporaneidade. Isso pode ser

---

<sup>1</sup> Doutora em Teorias do Texto e do Discurso pela UFRGS. Professora do Departamento de Letras do do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco. É membro do Núcleo de Estudos em Linguagem e Espaço Virtual (Neplev) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso (Gepad-RS).

<sup>2</sup> Doutora em Teorias do Texto e do Discurso pela UFRGS. Professora Titular da Universidade de Passo Fundo, atuando como docente e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Letras. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso (Gepad-RS).

feito sob diferentes pontos de vista, dentre os quais está aquele da formação dos sujeitos pelas conexões entre língua e escrita. Ao retomarmos a relação da sociedade com a escrita, veremos que, de certo modo, o acesso à *letra* também esteve (e ainda está) no seio das discussões que dividem o mundo entre os letrados e os que não o são, criando fronteiras bem definidas para a localização desses sujeitos no espaço social. Quando pensamos em inclusão digital, e com ela em *letramento digital*, voltamos de certa forma a essa ferida que implica a negação a alguns de circular entre os diferentes espaços sociais, pela privação do domínio daquilo que se consideram como ferramentas essenciais para o pertencimento a esses espaços: em nosso caso, a escrita e a rede. Não basta, portanto, ser apresentado à rede, uma vez nela, o sujeito precisa ter condições de se apropriar dos seus mecanismos, já que também a rede é marcada pela criação de instrumentos de silenciamento e exclusão. Para se dizer sujeito, na rede, portanto, é preciso dominar a máquina; é preciso dominar a letra e é preciso, não raro, dominar também a língua do outro.

Pensar nos efeitos dessa cultura digital sobre a tensão inclusão e exclusão na formação das identidades contemporâneas é nosso desejo nesse trabalho, o que faremos a partir do retrato de uma experiência que nos traz o vídeo “O buraco no muro”. Procuraremos pontuar as leituras do vídeo, que colocam em questão os mecanismos de inclusão que a experiência revela. A inserção em uma sociedade letrada não garante formas iguais de participação, pois o acesso às novas tecnologias e ao conhecimento não está à disposição de todos.

### **Do outro lado do muro: identidade e cultura digital**

O vídeo “O Buraco no Muro”, que tem circulado nos últimos anos na rede, relata a experiência desenvolvida por Sugata Mitra, professor da Universidade de Newcastle, no Reino Unido. Mitra era, então, chefe de Pesquisa e Desenvolvimento da companhia NIIT, que produz alta tecnologia em um território onde a sua opulência contrasta com a extrema pobreza de uma favela de Nova Déli, localizada no *outro* lado do muro dessa empresa. *Buraco no muro* foi o nome dado por Mitra ao seu projeto, de 1999: instalar computadores conectados à internet em buracos feitos nesse muro, deixando-os disponíveis para que as crianças pudessem utilizar as máquinas.

O muro, nesse espaço, separa efetivamente dois mundos: aquele do desenvolvimento, da alta tecnologia, dos empregos sonhados e prometidos, mundo que o muro protege e isola do outro, de um universo de esquecidos que vive a realidade da miséria e do

abandono. Mitra abre buracos no muro, mas esse espaço que poderia ser a promessa de vislumbrar o que lá dentro se esconde, logo desaparece com os computadores que tapam os buracos. A máquina passa a ser então o lugar de acesso a um outro lugar e poder “tocar a máquina” passa a ser um modo de acessar a via autorizada para o saber. De um lado, extrema pobreza; de outro, a sede de algumas firmas de alta tecnologia mais avançadas do mundo mostram o contraste existente na Índia e esse contraste revela também o descompasso das pesquisas em relação à existência humana. Se ultrapassar fronteiras representa acesso, por que as crianças deveriam observar as regras de tocar o que estivesse apenas de seu lado do muro? Se há uma perspectiva positiva ao acesso à cultura digital, e essa possibilita “aproximar dois ou três mil anos de história em alguns segundos”, por que tantos professores resistem a ela? Os novos desafios trazidos pela tecnologia, junto com as vantagens, tocam o saber de classe e de grupo - dominado por um instrumento de dominação -, o computador a serviço da segregação que, consubstancialmente, acentua uma presença-ausente. A relação de contiguidade - computador no muro no lugar de pessoas - aponta para uma ausência, aludindo os excluídos.

Os excluídos são atualizados na enunciação mediante a materialidade da fala do professor quando ele afirma que a “segregação entre ‘cibernéticos’ e ‘não cibernéticos’ é nociva e poderia causar uma divisão. O buraco no muro é como uma porta que se abre para a mudança nesse espaço”, diz ele, fazendo funcionar um retorno incessante do dizer na manutenção de um conjunto de saberes que conforme o discurso dominante, ou seja, para incluir basta abrir um “buraco no muro”, cuja brecha continuará fechada agora pelos computadores. Tal estratégia agencia um trabalho de leitura que evoca uma memória discursiva, (re)produtora de um imaginário de quem seja o pesquisador e o que gere o gesto de leitura a partir das relações tecidas entre a convocação desse imaginário e outras Sequências Discursivas. Reparar essa “subserviência” permite-nos perceber um gesto de leitura que nos dirige para a produção de um fetiche em relação a essa posição-sujeito pesquisador/executivo, colocado no lugar daquele que está “contribuindo” para as mudanças sociais por ter crianças se interessando pelos estudos e aprendendo. Silencia-se o fato de o enquadramento do sujeito à frente do computador, que fecha o buraco no muro, reforçar a divisão entre duas Índias, muito bem separadas pelo muro que entre elas se ergue.

A reportagem de O'Connor inicia com referências a uma Índia que ele buscou como cenário para um documentário sobre a pobreza global. Enquanto aparecem imagens em que se misturam o pó das ruas sem pavimentação, as vacas que perambulam entre as

peças e o corre-corre de crianças de pés descalços, o jornalista comenta que essa Índia, que conta então com uma população de cerca de um bilhão de pessoas, é um lugar onde “apenas um quarto da população têm acesso à água limpa” e “metade é analfabeta”. Esse é o cenário que introduz a narrativa de sua descoberta: o fascínio infantil provocado por uma série de computadores instalados no muro de uma empresa multinacional (NIIT) em uma das favelas mais pobres de Nova Delhi. Nesse momento se enuncia a contradição, bem marcada por um *embora* que mostra a Índia dividida, com a qual o olhar da lente se depara: sofrer de extrema pobreza e abrigar algumas das empresas de alta tecnologia mais avançadas no mundo. O idealizador da proposta é apresentado como o chefe de pesquisa e desenvolvimento da NIIT, que tem como paixão educar crianças pobres, e que se impôs como tarefa o desejo de transpor o que chama de “fronteira digital”. No documentário, acompanhamos o fascínio que a máquina exerce sobre as crianças que, então, no meio da rua, cercadas pela confusão, se amontoam e se empurram tentando encontrar um espaço para poder tocar a tela e apertar os botões e receber, então, a informação que essa caixa mágica pode lhe trazer. Colecionam, então, imagens das guerras pelo mundo, dos personagens da Disney, de outras paisagens, mas não podem ver do outro lado do muro, porque o computador fechou os buracos abertos entre esse mundo e o seu.

O documentário “O buraco no muro” leva à reflexão acerca da identidade do sujeito, porque coloca no ciberespaço pessoas que habitam a fronteira entre dois mundos: os que pertencem à contemporaneidade e os que, ainda que estejam nela, vivem fora dele, são os chamados “sem parcela”. Recorremos, aqui, ao dissenso, nos termos de Rancière (1996, p. 13), agindo na divisão sensível entre dois mundos. Esse dissenso não diz respeito apenas às palavras, mas também à posição daquele que fala, à sua situação – quem fala o que, a partir de onde. A região fronteira instalada no muro revela bem o campo de pertencimento. Mas o que é o consenso para este autor? Rancière diz que o consenso é “senão a pressuposição de inclusão de todas as partes e de seus problemas, que proíbe a subjetivação política de uma parcela dos sem-parcela, de uma contagem dos incontados” (idem, p. 117).

Essa divisão sensível entre dois mundos é que entendemos que o documentário põe à mostra, ainda que nossa visão fique parcialmente embotada pela alegria fugaz das crianças que se amontoam para tocar esse objeto novo e a esperança contida na ilusão de que a máquina (ou melhor, o acesso a ela) possa promover a superação de séculos de desigualdade. Somos postos, diante desse quadro que se constrói no documentário, frente a universos socioculturais distintos, que separam os que são sujeitos do ciberespaço e, portanto, pertencem à cultura digital, e aqueles que dela foram alijados. Essa exclusão, - que

revela apenas a ponta de um longo processo de negação de direitos que ronda esses universos divididos pelo muro- permite que pensemos, ainda, acerca do estranhamento que significa, para os sujeitos, olhar para dentro ou para fora do muro, uma vez que o pertencimento a um determinado universo sociocultural definirá a perspectiva a partir da qual construímos nossas representações sociais, produzindo relações de estranhamento pelo encontro com o olhar do outro.

Enquanto discurso sobre a inclusão digital, “Buraco no muro” deve ser analisado a partir da rede de memória e do trajeto social em que tem origem, considerando-se a possibilidade de *(des)estruturação- (re)estruturação* dessa rede e desse trajeto. O vídeo reclama por leituras sobre ele mesmo, mas também sobre a noção de inclusão digital que o atravessa. Vale lembrar, nesse sentido, que a leitura constitui-se como momento crítico de uma relação entre autor/texto/ leitor. E se a interpretação é possível porque há o *outro* nas sociedades e na história, é com esse *outro* que se estabelece uma relação de ligação, de identificação ou de transferência que possibilita a interpretação (PÊCHEUX, 1982, p. 54).

Quando acessamos o vídeo no *youtube*<sup>3</sup>, uma série de comentários o acompanha, revelando trajetórias de leitura desse objeto e colocando à mostra a contradição que o permeia. Vejamos alguns dos comentários encontrados (os grifos são nossos):

**SD1 Basta acreditar** no potencial do ser humano. Este vídeo nos mostra claramente que **basta oferecer** o material necessário para aguçar a curiosidade da criança que ela descobre meios de se comunicar e de se desenvolver. A **internet nos proporciona este meio**, por isso sou 100% a favor da net, **desde que** a usamos de forma criativa, de pesquisas, de diversão sadia e sem abusos. Parabéns pela iniciativa!

**SD2** bela iniciativa.....inclusão digital na Índia, dando oportunidades a essas crianças acreditando no seu potencial como seres humanos. Se a miséria, a pobreza existem **sabemos de quem é a culpa**. Parabéns pela criatividade e que continuem com esse belo projeto pela Índia e outros lugares levando conhecimento e crescimento a essas crianças..

**SD3** Bravo bravissimo. Isso sim é se importar em reunir pessoas e *torna las melhores*.

Parabéns a essa empresa e especialmente ao seu responsável pelo "buraco no muro".

---

<sup>3</sup> <http://www.youtube.com/watch?v=Xx8vCy9eloE>

As três primeiras sequências discursivas representam a quase totalidade dos discursos que atravessam os comentários do vídeo: a louvação à ideia, à iniciativa, que aparece como uma promessa de inserção no universo digital, entendido como um lugar a partir do qual podem ser resolvidos todos os problemas que determinaram, até então, a exclusão desses sujeitos. Se estão conectados, estão no mundo, já que as condições para o desenvolvimento e a comunicação são oferecidas pela internet, como se reforça em SD1 – “*A internet nos proporciona este meio...*” .

Reduz-se assim à inserção no mundo digital os problemas que separam os que estão dentro e os que estão fora do muro, lançando para o indivíduo a responsabilidade de se libertar das amarras que determinam a sua condição de marginalizado. A insistência no “basta” que se repete em SD1 é a voz em coro que apaga as condições de produção dessa exclusão: *basta acreditar no potencial; basta oferecer o material*, aqueles que são “capazes”, saberão superar as condições adversas desse cenário.

A cada criança, com seu *potencial humano*, cabe então a responsabilidade de agarrar essa oportunidade mágica e vencer a barreira que o muro representa, e é pelo auxílio generoso da empresa que construiu o muro e dos homens que nela trabalham que a oportunidade mágica se cria. Importa, no entanto, observar que ao tapar os buracos no muro não se permite que as crianças olhem do buraco para dentro, para ver o que está dentro do muro, protegido resguardado.

E de quem é mesmo a culpa, anunciada em SD2 - **sabemos de quem é a culpa?** Parece que ela não é do sistema a que pertence a empresa, ou desse mundo globalizado que oferece as oportunidades. Silenciar sobre os culpados, aqui, remetendo a um conhecimento coletivo que se expressa no *sabemos*, evidencia o apagamento dos mecanismos de construção da exclusão que são construídos pela lógica do sistema global. Se é ao Estado que se imputa essa culpa, o que se silencia é o fato de que o modo como se organiza o estado responde às práticas de regulação, fixação de normas determinadas pelo mercado. Os que forem capazes pularão para dentro do muro, mas é preciso que muitos fiquem do lado de fora para que as engrenagens não se rompam...

Nesses comentários que analisamos, tomados aqui como exemplares de uma regularidade que se produz nesse espaço de discussão sobre o vídeo, percebe-se uma adesão total ao discurso da inclusão e a essa lógica que procuramos descrever. Ao não problematizar a exclusão, esses dizeres não tocam em suas condições de produção, que poderiam ser questionadas a partir da própria existência do muro, fotografia da cisão entre

os mundos que vivem na Índia, ou nas Índias, tão diferentes entre si: aquela da fábrica e a das crianças que se amontoam diante dos buracos. Esse “bravo” que vemos em SD3 como saudação à empresa, que faz um buraco no seu muro e com isso torna as pessoas do outro lado “melhores”, parece não considerar que o muro existe, revela o canto da sereia a que parecem responder a maioria dos comentários, pois o buraco no muro, embora venha simbolizar a presença no/do ciberespaço, aponta para a ausência. Mesmo que seja possível ver e tocar a máquina, metonimicamente, o sonho de estar (habitar) o espaço vai muito além do que um simples buraco no muro.

Estamos diante da apropriação subjetiva do conhecimento e do político, conforme Pêcheux, em *Semântica e discurso* (1975, p. 230), que nos possibilita pensar no sujeito contemporâneo identificado à formação discursiva capitalista, que determina o sujeito como responsável e livre, uma vez que cabe ao sujeito lutar “no interior dos aparelhos ideológicos de Estado” para ingressar no mundo digital. Caso não o faça, é porque não soube aproveitar a oportunidade oferecida. Essa organização social de “política de tipo novo não pode ser uma relação de identificação, uma vez que essa relação tende a abolir o vínculo de representação, dividindo representantes e representados”. (p.230) Logo, o que se busca com esse mundo novo proporcionado pela inclusão digital? O que será preciso além do “buraco no muro”, além de poder “tocar o que está no meu lado” para se chegar à transformação?

Quando, em um comentário ao vídeo, o sujeito resume sua impressão ao dizer que O “buraco no muro” é a “porta da esperança”, mantendo as aspas muito bem marcadas em sua intervenção, é impossível não pensar nos trabalhos que a memória da televisão brasileira produz nesse comentário. Em “A porta da esperança”, programa exibido por mais de uma década pelo SBT, telespectadores eram chamados a escrever ao programa falando de suas necessidades e/ou desejos: da reforma da casa ao encontro com um parente distante, tudo era possível pelas mãos de Silvio Santos e seus colaboradores, empresários bem intencionados, homens de sucesso com seus generosos corações, apadrinhavam os ‘pedintes’, cujas vidas eram expostas ao grande público, que esperava ansioso pela abertura das “portas da esperança”. O modelo, que se repete em muitos outros programas de televisão pelo mundo, parece reproduzir um jogo cruel que as falas de adesão ao vídeo em análise encobrem: o universo de sujeitos marginalizados cuja realização das necessidades/desejos depende de uma mão benfeitora que lhe deve ser estendida, sem que não se coloque nunca a pergunta sobre como se alimenta a fortuna daquele que agora estende a mão.



As poucas vozes dissonantes que não foram apagadas da lista de comentários (*Todos os comentários que tem outra visão sobre o "projeto" estão sendo removidos?*) questionam justamente o sentido dessa inclusão: o que ela apaga sobre o muro que divide esses sujeitos, como ela se faz e, portanto, até onde pode levar aqueles que são seu objeto.

**SD4** a pior forma de gerar inclusão digital, alias **não gera inclusão nenhuma... os computadores para essas crianças vão ser sempre um brinquedo magico que não podem nem tocar, menos ainda se apropriarem.** eles não vão jamais compreendê-lo nem usa-lo realmente. as maquinas vão ser sempre objetos **estranhos** a eles. a intenção pode ser boa mas a **implementação é totalmente insúvel ao entorno social onde se desenvolve.**

**SD 5** Amigos,

É, na realidade é uma boa ideia a de "abrir um buraco no muro", **mas...** para se mudar a sociedade, é melhor deitar abaixo os muros por ela criados...

Ninguém dá nada a ninguém, essas crianças (amanhã Engenheiros) vão alimentar a mão de obra barata que as grandes empresas sempre necessitam para obter mais lucros nos seus projectos (**e fazer mais muros**).

Tá, **mesmo assim** acho que deve continuar na India, África e no... Brasil...

**SD6** A iniciativa da empresa foi ótima. **Mas** é deprimente a forma de como as crianças pobres são tratadas com desdém **como ratos no buraco do muro. Mesmo assim fico feliz** porque a Índia vai mudando seu conceito aos poucos em relação desse gente tão sofrida e com grande potencial.

Em SD4, o questionamento inicia pela própria noção de inclusão ou, melhor dizendo, pela ilusão de incluir apenas mediante a oferta do instrumento – se são capazes e competentes para tanto, eles se apoderarão da ferramenta e poderão atravessar – *sozinhos* - o muro. A fantasia de que a ferramenta e o seu domínio incluem mascara o que em SD4 se materializa, quando se coloca à mostra a questão do lugar que o computador segue ocupando na vida dessas crianças ao estar preso num buraco no muro: *os computadores para essas crianças vão ser sempre um brinquedo magico que não podem nem tocar, menos ainda se apropriarem.* O sujeito desse discurso se contrapõe justamente aos sentidos que se constroem no vídeo pela repetição desse dizer sobre a “facilidade” que as crianças encontram em utilizar a ferramenta: por um lado, o de que se apoderam dela ao tocar essa

tela incrustada no muro; por outro, o de que podem “mudar a história” ao aprender os rudimentos dessa linguagem.

“Em questão de minutos as crianças vão aprender a apontar e clicar...”, se diz no vídeo. Trata-se do domínio dos rudimentos da linguagem computacional, que eles rapidamente aprendem, amontoando-se em frente a uma tela pequena que ainda está muito longe dos seus lares ou suas escolas: “Ao dar oportunidade de acesso, as crianças rapidamente aprenderam **sozinhas** os **rudimentos** da linguagem computacional.” Aprender isso parece ser suficiente para que elas passem a fazer parte da cultura digital de que estavam, até então, tão distantes. Mas voltemos a pensar na escola e com ela naquele desejo de dominar a letra, que separava cultos e incultos. Será que o domínio da grafia, o reconhecimento das normas, das regras de argumentação, etc, são suficientes para mudar a vida do sujeito para sempre? Como se constrói o futuro prometido nas carteiras escolares e/ou nos muros tecnológicos? A que mundo pertencem os sujeitos que aprendem “sozinhos”?

O indivíduo livre e responsável do mundo capitalista precisa aprender sozinho, porque poucos são os convidados a atravessar o muro. Talvez daí o fascínio pelo relato dessa aprendizagem independente e solitária: “**Eu aprendi sozinho**, algumas crianças estavam brincando com ele, daí **eu olhei e aprendi também**”. Talvez daí a crença de que – sozinho – o indivíduo pode vencer a história:

**SD7** Ele não sabia o que era um computador. Foi o primeiro cara a saltar através de acho que podemos descrever como talvez dois ou três mil anos de história em alguns minutos.

O que não se pergunta Mitra é se esse menino que reconheceu o atraso milenar em que vivia, distante de todos os “recursos” que a humanidade inventou para “viver melhor”, poderá ser sujeito da história, dessa história coletiva que o afastou da tela mágica e suas promessas, de sua própria história. Porque antes de tocar a tela, tão generosamente ofertada a eles, os meninos esperaram que alguém lhes dissesse que podiam, que podiam tocar o muro, mas apenas o que do muro estava ao alcance do seu olhar:

**SD8** Ele está do seu lado do **muro**, e as **regras** dizem que o que estiver no **seu lado do muro** pode ser tocado.

Nesse modelo do “buraco”, permanece o muro, se mantêm as regras e com elas as fronteiras, que não são apenas digitais, entre o **seu** lado e o **meu**. Justa é, portanto, a voz que reclama pela *insensibilidade* dessa iniciativa ao seu entorno, ou seja, pela incompreensão sobre como fazer um buraco no muro, em lugar de promover a ruptura, parece não tocar em nada nos mecanismos de produção dos sistemas de exclusão. Há, portanto, uma contradição que atravessa esse discurso sobre os “buracos no muro” como forma de inclusão, porque longe de incluir a massa de excluídos que o documentário coloca a mostra, ao remeter ao universo de analfabetos, por exemplo, que vivem nas margens da enorme empresa, os buracos reproduzem a peneira fina dessa sociedade que separa os indivíduos competentes daqueles que não o são. Além disso, a liberdade para tocar não significa a possibilidade de intervenção nesse espaço; se nos voltarmos apenas para o tipo de interação que as máquinas instaladas no muro permitem, perceberemos que se trata efetivamente de apontar e clicar apenas, ou seja, de ver o que a máquina lhes traz, mas não de fazer-se ver por quem está do outro lado da máquina.

Mas ainda há quem pergunte pela possibilidade de derrubar o muro - *mas... para se mudar a sociedade, é melhor deitar abaixo os muros por ela criados* – ou desconfie dessa *generosidade* que capacita alguns para erguer muros ainda mais altos - *essas crianças (amanhã Engenheiros) vão alimentar a mão de obra barata que as grandes empresas sempre necessitam para obter mais lucros nos seus projectos (e fazer mais muros)*. Porque, então, fazer buracos nos muros se poderíamos derrubá-los? Talvez porque os buracos sejam uma forma de preservar o sistema e a sua lógica, evitando que a massa de excluídos possa questionar a existência do muro. Faço os buracos para que o muro não venha abaixo e trago alguns sujeitos para dentro dele para que os outros sigam se alimentando das migalhas na promessa de que um dia também poderão pular essa barreira. Parece que não nos livramos do velho discurso sobre o “país do futuro”, a “a educação do futuro”....

Mas se, em SD5 e SD6, as vozes questionam o muro, elas se rendem à “importância” dessa iniciativa - “Tá, **mesmo assim** acho que deve continuar na Índia, África e no... Brasil...”; **Mesmo assim fico feliz** porque ... Há um mesmo assim que atravessa esse discurso de oposição à crença na inclusão por meio dos buracos no muro, que parece se render ao discurso da necessidade de superação da fronteira digital que antes questionava. Esse sujeito, embora enxergue a ferida aberta do discurso sobre a inclusão cuja forma se coloca a questionar, rende-se às engrenagens do sistema, ao reconhecimento de que modificá-lo implica dominar suas ferramentas. A resistência, portanto, não se dá na oposição

ao discurso da inclusão digital, mas de dentro dela, como forma de marcar as suas lacunas, suas ausências e subjetividades.

Observemos que a disposição em aprender em uma máquina inserida no muro do *outro* seria uma forma de reagir contra a ação do outro. Recusa de submissão à vontade de outrem, uma vez que e, apesar do muro, ambos (os que dominam e têm acesso à tecnologia e os que não dominam e não a acessam) podem ver, ler e aprender. Por outro lado, a inserção de uma máquina no muro força o indivíduo a se voltar para si mesmo de um modo coercitivo. Mesmo que não saiba, precisa do acesso para estar/partilhar o mesmo espaço. A resistência “não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea [...] Para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele” (FOUCAULT, 1979, p. 241).

Assim, o fato de não haver “ritual sem falha, desmaio ou rachadura” (PÊCHEUX, 1982, p. 17) é porque há pontos de resistência e de revolta que se incubam sob a dominação ideológica. Pertencer e não pertencer; aprender quando se acredita não poder (dever) aprender. Pelo discurso sobre a inclusão digital que ora analisamos colocam-se à mostra as contradições de uma sociedade na qual uma empresa de alta tecnologia, protegida por muros, pode estar situada no centro da miséria, como não se deixa de mencionar no vídeo: “**Embora** a Índia sofra de extrema pobreza, ela também é sede de algumas empresas de alta tecnologia mais avançadas do mundo.” O que esse discurso encobre, no entanto, é que para a lógica dos buracos no muro não há contradição.

A aproximação de pessoas que habitam o outro lado do muro da empresa de informática destaca, então, as diferenças entre o mundo civilizado e não civilizado, confrontando as condições de privação do conhecimento. Diante dessa postura, à medida que o indiano toma consciência de sua condição de excluído, por estar do outro lado do muro e fora do ciberespaço, principia uma espécie de colagem à identidade do outro que habita o outro lado do muro. Aproximar-se do outro significa estar “em seu mundo” – no ciberespaço –, o que não significa “pertencer à cultura” do outro, nem resistir à dissolução de sua cultura e de sua identidade. Por outro lado, essa consciência da diferença pode resultar no sentido da exclusão e, portanto, desencadear uma compreensão bastante distinta acerca do papel das diferenças no contexto de formação dos sujeitos.

## Identidade e cultura digital: trajetórias de leitura

O que procuramos pontuar até esse momento foram as contradições que atravessam esse discurso sobre a inclusão digital a partir da proposta designada “buraco no muro”. Seu intuito: retirar do isolamento aqueles que vivem distantes dessa cultura digital. É possível, no entanto, fazê-lo sem que nos ocupemos de olhar para a matéria com a qual se fazem os muros que separam incluídos e excluídos?

O desejo de inclusão que permeia a proposta reconhece a impossibilidade de negarmos a existência do ciberespaço, um espaço outro cujo pertencimento já se configura como condição de existência do sujeito contemporâneo. Mas podemos pensar que a inclusão se limita ao acesso à tela, à possibilidade de tocá-la, de fazer o mouse correr? Estão incluídos esses meninos se não podem efetivamente interferir nesse espaço? Serão capazes, com o que lhes ofertamos, de se fazer ver pelo mundo, ou é somente fazendo o mundo chegar aos seus olhos que os incluímos? Será que podemos incluir pelos buracos?

Entendemos que as práticas de inclusão digital e os discursos que sobre elas circulam implicam pensar no necessário atravessamento da subjetividade nessa relação entre os sujeitos e o universo digital, reflexão que desemboca nas discussões sobre a identidade na cultura digital. Em um de seus trabalhos, Woodward (2000, p. 55) fala sobre a necessidade de distinguirmos identidade e subjetividade, afirmando que *vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual adotamos uma identidade*. E é para falar sobre a questão da subjetividade que Orlandi (2006), em seu artigo *À for da pele*, retoma a reflexão psicanalítica em torno da noção de “esprit de corps”. A expressão remete à necessidade do indivíduo de pertencer a um grupo para adquirir sua identidade: mas somente o sentimento de pertencimento não basta, é necessário o seu reconhecimento. Ao analisar a palavra grupo, chega à impossibilidade de separar o significado de corpo e de grupo: “quando procuramos à raiz da palavra grupo, chegamos à palavra corpo”. (Idem, p.24), levando-nos a pensar que o corpo representa o grupo tanto física quanto psiquicamente e vice-versa, ou seja, a sociedade se marca na pele.

O que Orlandi denomina de “pele social”, a qual funciona como um envelope individual, um signo que distingue o indivíduo no grupo e fora dele, é a marca de um pertencimento e ao mesmo tempo de sua singularidade. Entendemos que a inclusão digital pode representar tal marca, jogando nessa tensão entre pertencimento e singularidade.

Quanto à identidade, Hall (2001, p.109) afirma ser preciso compreender as identidades “como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas”. Considerando que, para a Análise do Discurso, o sujeito é um lugar do discurso, constitutivamente disperso, fragmentado, dividido, não há identidade sem sujeito e sem discurso. A constituição de um lugar para si se institui na relação com o outro e é produto das relações sociais.

Para Zizek (1996), todas as relações do sujeito com o simbólico são permeadas pela ideologia, que está implicada diretamente na constituição do sujeito. Ao falar sobre o caráter material da ideologia, aproxima-se de Pêcheux, que analisa o processo de interpelação ideológica - por meio do qual os indivíduos são interpelados em sujeitos -, para pensar no modo como os sujeitos são levados a exercer o seu lugar social sob a ilusão de que o fazem por uma escolha livre e independente de qualquer força que não a do seu próprio desejo. Como um processo marcado pela falha, a interpelação implicará em movimentos de reconhecimento e desconhecimento dos sujeitos com relação às FDs com que se identificam. No sujeito contemporâneo é a forma capitalista que o determina como responsável e livre. Esse sujeito, que pode ser resistente ou submisso a uma coletividade, é também aquele da inclusão digital, chamado a aderir a essa nova ordem das relações e das identidades.

### **Por fim...**

Pertencer à cultura digital, portanto, não implica apenas reconhecer sua existência, não se pertence ao ciberespaço apenas pelo reconhecimento da existência do computador e por aprender a utilizá-lo; é preciso compreender a dinâmica das relações sociais que se produzem nesse “novo” espaço, no ciberespaço, é preciso conhecer os seus mecanismos, é preciso poder (inter)ferir nesse corpo.

Por isso embora reconhecer a ferramenta seja essencial, seu reconhecimento não é suficiente para pertencer ao ciberespaço: a existência nele também está vinculada à possibilidade de o indivíduo se dizer sujeito na rede, se marcar pela escrita na rede, e nela ser reconhecido como sujeito dessa cultura digital. Desse ponto de vista, a busca dos elos entre língua, escrita e cultura se voltam para momentos históricos dos modos de socialização, de distribuição da divisão do trabalho de leitura.

As práticas de leitura e de escrita em diferentes grupos sociais, os processos históricos de acumulação, difusão e distribuição do material escrito, o surgimento dos computadores e seus efeitos nos levaram a redescobrir novas características da leitura e da escrita e especificidades de processos interativos e cognitivos em sociedades e culturas mais avançadas, modernas, domesticadas. Possibilitar o acesso hoje é entendido como elemento fundamental para que cada cidadão faça parte dos processos decisórios do mundo contemporâneo e tenha acesso a bens culturais que potencializam seu desenvolvimento enquanto ser humano integral. Será?

O ciberespaço é compreendido nesse estudo como lugar potencializador, onde cada link é um convite, cujo indivíduo tanto influencia como é influenciado. Através do uso de espaços como Blogs, Facebook, Twitter entre outros, percebe-se as relações estabelecidas onde emergem ações que desfazem distância, pois há intensas trocas e compartilhamento de informações. Tais ações provocam novas leituras, bem como formas de comunicação e interação que, por conseguinte, geram novos conteúdos.

Não podemos esquecer que vivemos num hiato de informações no ciberespaço e fora dele. Entre o que o nosso corpo nos diz e o que devemos saber a fim de funcionar, há um vácuo que nós mesmos devemos preencher com a informação (ou a desinformação) fornecida pela nossa cultura, que nem sempre vai estar na telinha do computador. A fronteira entre o que é controlado de forma inata e o que é controlado culturalmente no comportamento humano não vai se resolver no mundo cibernético.

## Referências

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 21. ed. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1979.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 5 ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

O'CONNOR, Rory. **O buraco no muro**. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Xx8vCy9eloE>

ORLANDI, Eni P. À flor da pele: indivíduo e sociedade. In: MARIANI, Bethania (Org.). **A escrita e os escritos**: reflexões em análise do discurso e em psicanálise. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 21 – 30.

PÊCHEUX, Michel (1982). Delimitações, inversões, deslocamentos. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**. n. 19, Campinas, jul/dez, 1990, p. 7 a 24.

\_\_\_\_\_. (1975) **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi [et al.]. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo, Editora 34, 1996.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. SILVA. T. T. da. (org.) **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-73.

ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. \_\_\_\_\_. (org.) **Um mapa da ideologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 39-50.



Daniel Conte

O BRASIL QUE ME (DES)SILENCIA



**DA PERMEABILIDADE DA PALAVRA: BRASIL E ANGOLA**

*A Joan,  
plantador de morangos!*

**O caminho**

Ao pensarmos o itinerário constitutivo da edificação das Nações da África lusófona, faz-se necessário levar em consideração sua produção literária e os diálogos latentes às obras. A necessidade de redizer a oficialidade da História que se lhes foi imposta encontra nas Artes e na Literatura um campo profícuo de ação e de possibilidade de assunção do sujeito social, antes relegado a uma violenta condição silenciante. Essas literaturas sobre as quais lançamos, muitas vezes, nosso olhar desconfiado, pela distância aparente, estão muito próximas de nós, de nossa cultura, de nossa religiosidade e de nossa produção literária – principalmente do nosso Regionalismo, a partir dos anos 40. É um caminho pensado em nível simbólico e prático. Uma edificação referencial de Nações emergentes que se erguem depois de séculos de um sistema colonialista devastador.

A literatura da África colonizada, portanto, é uma escritura que exerceu uma tarefa fundamental para a organização de uma sociedade que se sonhou mais justa, solidária e fraterna e que, sob a égide da igualdade, conquistou sua liberdade – alheia, em tempos, à rede simbólica que lhe foi imposta durante os anos de gesta colonial. A literatura, aí, teve o papel de organizar os anseios dos cidadãos dos novos Estados de Direito, de repensar a tradição e de apontar o caminho experimental do socialismo com valores, agora, permeados pela sensação do pós-colonialismo.

Já nas primeiras décadas do século XX, estendendo-se aos anos que seguem, a produção literária africana vai elevar o negro a um patamar de audibilidade dentro do fazimento produtivo de uma literatura de cunho marxista. Essa literatura é já influenciada pelo neo-realismo português e pelo romance social do Brasil e erguerá a voz contra as injustiças da máquina social. A fase de resistência se desenha nos anos 60 com o início das Guerras de Libertação, e o período pós-independências é o momento em que a literatura

---

<sup>1</sup> Doutor em Literatura Brasileira, Portuguesa e Luso-africana pela UFRGS. Professor do Curso de Letras e do Mestrado em Processos e Manifestações Culturais na Universidade Feevale. [danielconte@feevale.br](mailto:danielconte@feevale.br).

sofre violentas mudanças, como violentas são as modificações da ossatura social. Rita Chaves (2010, 14) vai observar que surge, então, “a elevação de uma nova mitologia, capaz de fazer frente aos deuses eleitos pela gesta colonial, [indicando] a necessidade de uma apropriação da história”.

Apropriar-se de sua História é, para o sujeito, empoderar-se dos elementos que o estruturaram como indivíduo e, a partir de então, lançar-se à tarefa de ressignificação dos signos ideológicos que o compõem, numa espécie de decantação dos estratos simbólicos que, de fato, significam. Esse movimento é relevante quando pensamos no enleio cultural que vem à tona. E é nessa complexidade, nesse novelo ideológico, que analisamos a representação de uma rede imaginária lusófona que envolve Brasil, Portugal e Angola no período em que inicia a guerra de resistência à colonização portuguesa no país africano e, com ela, uma profícua produção literária, indo até o pós-independência.

Emerge desse contexto das representações culturais uma funcionalidade imagética que comportará o mosaico lusófono trazido desde uma tradição político-cultural e de seus movimentos de sentido até uma sedimentação efetiva do constructo de suas influências. É a partir da análise das obras de Arthur Maurício Pestana dos Santos, Pepetela, uma das vozes mais expressivas da África contemporânea, que notamos a relação dialógica da rede simbólica e a construção de uma organização imagética significante. Em suas malhas narrativas, o Brasil é norteador de reações e de movimentos de sentidos, uma vez que, no processo de constituição das identidades nacionais emergentes da África lusitana, dialogicamente, Portugal e Brasil aparecem como vetores de verticalização das imagens de nação, trazendo possibilidades constituintes do sentido sócio-organizacional.

Em tal relação, contrapondo-se à imagem colonizadora de Portugal, o Brasil habitará a História de Angola numa ação desnudante e rompedora do silenciamento patrocinado pela oficialidade histórica, fazendo com que emergja uma possibilidade outra de diálogo entre os dois discursos: o ficcional e o histórico. A análise das tessituras literárias, através de uma aproximação comparativa das formações discursivas, faz com que se possam sistematizar as influências culturais, a gesta de imagens comuns às nações lusófonas componentes deste imaginário e suas repercussões efetivas dentro das práticas culturais portuguesas, brasileiras e africanas, evidenciando em Angola o surgimento e a solidificação de um conceito de nação com acentuado hibridismo cultural, consoante a Stuart Hall (1999), e com fronteiras imagéticas tênues e permeáveis, quando trazemos à discussão Homi Bhabha (2007). Ou, ainda, como afirma Maria Manuela Tavares Ribeiro (2002, p. 387), dito “por outras palavras, europeus de primeira hora, os portugueses eram intercontinentais já que a nossa língua e a

nossa cultura criaram raízes na África, no Brasil, no oriente”. Nessa relação de dizeres - Brasil, Portugal e Angola - aproximados pela história de suas políticas e de suas literaturas, servem de exemplo para o que aponta Benjamin Abdala Júnior, ao afirmar que quando

comparamos literaturas de um mesmo sistema linguístico, modelos semelhantes de articulação literária tendem a ser utilizados com maior frequência pelas similaridades dos discursos ideológicos e de outras séries culturais. Ao mesmo tempo, a atualização específica de cada país pode facilmente passar para outro, como criações intercambiáveis, se não implicar dependência cultural. Pela proximidade da situação comunicativa, conforme temos desenvolvido, a tendência é africanos lusófonos, brasileiros e portugueses trabalharem literariamente modelos geradores equivalentes, com “estratégias” discursivas igualmente confluentes (ABDALA JUNIOR, 2007, p. 65).

O que evidencia o Abdala é uma constante dentro da organização sistêmica das literaturas de língua portuguesa: as similaridades de discursos, gestados a partir de compêndios imagéticos idiossincráticos, criam um novo ideológico complexo e gestor de configurações significantes, e com maior latência a partir da segunda metade do século XX. É justamente nesse momento importante de contestação do processo colonial que “a imagem do Brasil, em matizes multiplicados iria pesar positivamente na construção de uma identidade cultural comprometida com a libertação” (CHAVES, 2006, p. 34). Esse mosaico de significações mostrará que o *eu* e o *outro*, formadores do imaginário lusófono, vão encontrar-se em imagens comuns de uma funcionalidade que iniciou com a colonização portuguesa no Brasil e na África.

Tais aproximações imagéticas se traduzem na matéria prima da literatura dos países lusófonos que comportam em seus imaginários relações de acercamentos produtores de sentido, embora sejam sentidos, por vezes, que denotem oposições ideológicas. Dentre os escritores que têm uma orientação dialógica, o angolano Pepetela é aquele que evidencia em sua literatura o diálogo mais acentuado entre sua terra natal, Portugal e Brasil. E para que se entenda a cartografia imagética e o esforço de Pepetela em “descobrir” a terra e (re)fundar literariamente seu país, é imprescindível ter em vista as “revoluções” que, a partir da década de 50, pairam sobre Angola. Há um sentimento nacionalista de maior intensidade do que qualquer anterior manifestação. Sentimento que foi resultado da observação e da análise da trajetória histórica de mais de cinco séculos de colonialismo português e da reação das outras nações colonizadas, em função da prática colonialista que havia se esgotado historicamente.

Foi numa região fronteiriça do velho reino de Benguela que Pepetela nasceu, justamente no limite, onde terminava a cidade branca e iniciava um emaranhado de necessidades criadas pela desorganização colonialista, que denominavam os africanos de Musseque (originalmente terra vermelha, mais tarde os bairros periféricos e pobres de Luanda, as favelas). O autor é constructo, como é a própria cultura angolana, de uma hibridização da base africana civilizacional e da influência euro-ocidental, a portuguesa. É a partir de tal posição que propõe, através de sua obra, um posicionamento crítico referente à História angolana, podendo-se afirmar que o autor procura uma releitura efetiva de sua condição de sujeito dizente; com uma visão não apenas do ponto de vista da colonização, da oficialidade, mas do espaço íntimo do angolano, ou seja, dando a escutar a voz daquelas populações que viveram a História de fato, longe de uma verticalização nacionalista.

Introduz, dessa forma, o autor, ao aspecto historiográfico africano uma questão importante: a “da ampliação da audiência do historiador profissional, de permitir um acesso mais amplo à história de um padrão profissional do que aquele normalmente permitido pelos nobres acadêmicos profissionais e seus alunos” (SHARPE, 1992, p. 55), trazendo as possibilidades ressignificadoras. Sharpe (1992, p. 54) observa que isso cumpre duas importantes tarefas:

A primeira é servir como um corretivo à história da elite [...] A Segunda é que, oferecendo esta abordagem alternativa, a história vista de baixo, abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais da história. Inversamente, poderia ser argumentado que a temática da história vista de baixo, os problemas de sua documentação e, possivelmente, a orientação política de muitos de seus profissionais criam um tipo distinto de história.

A partir das palavras do historiador é possível apropriarmo-nos desse estudo e ressignificá-lo inserido nas condições de produção das literaturas lusófonas, dando às imagens gestadas por sua discursividade não uma simples transposição semântica de tais imagens, mas sim uma consistente funcionalidade aos símbolos que as compõem em seus aspectos formais e de conteúdo, suportados pela História que lhes é comum. Tal análise se torna verossímil, uma vez que a relação do homem com a História se constrói em seus embates diários ao largo dos anos e sempre haverá uma voz homogeneizante a ser contestada e um discurso totalizador a ser redito por aqueles que o “sofreram”.

## O entre laços

As diversas produções literárias dessa rede lusófona são entrelaçadas por suas “atualizações nacionais” eliminando o caráter de dívida entre as literaturas, dando às articulações uma autonomia ideológica, sem perder de vista, obviamente, o caráter interimagético, valorizando as releituras do macrossistema literário, pois “o imaginário recria e reordena a realidade, encontra-se no campo da interpretação e da representação, do real” (LAPLANTINE & TRINDADE, 1997, p. 79). A contraponto da razão canônica colonialista, a literatura de Pepetela traz os mitos e suas nuances como um elemento vivo para o africano e seu pragmatismo aparece como uma espécie de justificativa ideológica, evidenciando o estado condicionante do imaginário e condicionado do Homem. No pensamento do historiador Joseph Ki-Zerbo (1972), a procura da identidade para os africanos faz-se pela reunião dos elementos dispersos na memória coletiva e pelo silêncio primevo que põe homens e mulheres em contato com o espaço sacro, possibilitando a constituição de um espaço para o devaneio.

Os elementos que fazem parte do campo de representações não se mostram como mera transposição imagética, e sim como uma conceituação histórico-literária. Os elementos culturais produtores de sentido da identidade primeira africana, os mitos, influenciam e são influenciados pela diaspórica relação dos signos angolanos, brasileiros e portugueses e de suas significações convergentes. Manuel Alegre (1995, p. 3-4) registra a importância de um escritor como Pepetela, diz que o autor “não é só o maior romancista da África que se exprime literariamente em português. Ele é o escritor da língua portuguesa que mais intensamente e melhor do que nenhum outro, fixou nos seus livros o itinerário e o perfil de uma geração”, seus personagens são ícones de uma ossatura social em evidência. São microssistemas que representam o espaço e a História de Angola e, em menor grau representativo, do Brasil e de Portugal. Transitam estes personagens desde a organização do Império Lunda, em *Lueji, o nascimento dum império* (1989), negando o colonizador e evidenciando o intento de buscar no Brasil as referências necessárias para um nacionalismo de consciência mestiça e, também em caminho de volta, quando o Brasil, necessitado de ajuda recorre à ajuda da espiritualidade angolana. A senda vai até o desencanto do pós-revolução, em *A Geração da Utopia* (1992) com as matizes portuguesas geradoras do desprestígio da prática colonialista, uma vez que o “processo de aculturação do colonialismo português visava à desculturação dos outros povos. Se Portugal impôs seus padrões, também foi marcado, por sua vez, pelo sistema que estabeleceu ao voltar-se obsessivamente para o sonho do “ultramar” (ABDALA JUNIOR, 2007, p. 37).

Estes arquétipos estabelecem uma organização e funcionalidade da resistência que produzem uma guerra civil silenciosa com a corrupção e que transgridem as tradições e que condenam e geram a desolação e o deslocamento. Pepetela é um escritor que relê processual e continuamente sua condição de sujeito social, elevando o regional, aquilo que alimenta a aridez das gargantas secas de grito e sede, a um patamar da universalidade condizente a sua existência. É muito pouco provável que se encontre em outro escritor de África um panorama tão amplo, tão pleno e tão falável da História de uma nação e das imagens que o compõem em relação com o *outro* que comporta os movimentos das influências.

Desde essas condições de produção, surge a feitura de uma narrativa sedimentada em um alicerce intercultural, referencializando-se, gestando um leitor já permeado de anseios plenos. Faz, ainda, o que Barthes (1985) ensina n'*O discurso da História*: eleva sua literatura a uma possibilidade de leitura a mais, como fonte documental para os historiadores. Nesta perspectiva, as obras *Lueji, o nascimeno dum império* e *A geração da utopia* têm uma significância condizente, porque ao largo da malha narrativa seus personagens se referem ao Brasil como uma orientação segura para a organização e rearranjo simbólicos de sua identidade Nacional que, em crise devido às sucessivas guerras de libertação, está reordenando-se; importante que se diga, ressignificando-se, refazendo-se em mosaico múltiplo.

É relevante, ainda, dizer que, de acordo com a professora Rita Chaves (2006, p. 33), desde

o século XIX, mas, sobretudo, a partir dos anos 1940, os escritores africanos nos territórios ocupados por Portugal alimentam com a literatura brasileira um vivo processo de interlocução, que ganha vitalidade quando se reforçam os projetos de construção de identidade nacional, fenômeno que se estende pelo período das lutas que antecederam a libertação de países como Angola, Cabo Verde e Moçambique. Antônio Jacinto, Mário Antônio, Luandino Vieira, José Craveirinha, Gabriel Mariano, [Pepetela], entre outros autores empenhados na formulação de novos modelos culturais que servissem de base para o debate sobre a libertação, vão encontrar na obra de Jorge Amado, Graciliano Ramos, Rachel de Queirós, José Lins do Rego, por exemplo, uma fonte de inspiração para as propostas que pretendiam desenvolver. [...]

Assim, contrapondo-se aos modelos impostos por Portugal que tentava, ainda, perpetuar-se culturalmente nas colônias, impondo uma política-cultural em exaustão

semântica. Chaves ainda observa que era nos textos brasileiros que iam buscar elementos capazes de refletir novas formas de ver o mundo. Desta relação surgem personagens leitores na tessitura textual que, ao lerem, leem o Brasil e leem Portugal, porque invocam uma rede imagética compositora dos países e de suas literaturas.

N'A *geração da utopia*, o ponto de contato se dá pela literatura, pelo reconhecer-se na linguagem daquele que sofreu um processo semelhante de colonização; o Outro distante geograficamente, em verdade, é um alheio-próximo que se acerca pela via cultural mais importante: a língua e sua configuração sónica.

- Vê o livro do Viriato da Cruz. Ele marca a ruptura definitiva com a literatura portuguesa. Utilização da voz do povo. Na língua que o povo de Luanda usa. Já não tem nada a ver com tudo o anterior. Em particular com os portugueses. A literatura à frente, a expressar o sentimento popular, de diferença. Os brasileiros fizeram isso há trinta anos (PEPETELA, 1992, p.65).

O angolano, que marca a ruptura com os padrões estéticos metropolitanos e valoriza a manifestação do popular, está amparado pela literatura brasileira; segundo o personagem, é o Brasil que legitima o processo de ruptura. É pertinente registrar que foram africanos os primeiros países a reconhecer a independência do Brasil no século XIX. Foi no dia 4 de dezembro de 1824, que passou pelo Rio de Janeiro, a fim de comunicar a Dom Pedro I, o reconhecimento da independência do Brasil, o imperador do Benin e rei de Ajan, vassalo do Obá do Benin. Essa ação diplomática não se dá à revelia, porque “Missões dos Reis de Abomé, de Onim e de Porto Novo tinham sido frequentes durante o período colonial, pois era por meio da Bahia que o governo português mantinha o grosso de suas relações não apenas com os estados africanos, mas também com Angola”, como nos explica Alberto da Costa e Silva (2003, p. 8). Naquela nação, as

relações diretas com o Brasil eram tradicionalmente mais intensas do que as com a metrópole portuguesa, a notícia do 7 de setembro de 1822 teve forte impacto e consequências imediatas. Surgiu, desde logo, em Benguela, uma corrente política favorável à união daquele território ao Brasil. E, dos três deputados angolanos eleitos para as cortes gerais portuguesas, dois, na viagem para Lisboa, aderiram à causa da independência brasileira e ficaram no Brasil: Euzébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara e Fernando Martins do Amaral Gurgel e Silva. O terceiro só seguiu para Portugal depois de muito hesitar.

A atitude dos deputados foi de repercussão tal que gerou uma divisão entre os partidos políticos e a opinião pública. Portugal, receoso de que houvesse uma junção entre



os territórios brasileiros e angolanos, o que abalaria econômica e socialmente a metrópole e a tornaria insustentável, tranquilizou-se somente à assinatura do Tratado de Reconhecimento da Independência do Brasil, com a mediação da Inglaterra no dia 29 de agosto de 1825. Essa relação se estenderá no imaginário africano e pautará muito da produção literária desde os anos 1940, como afirmamos antes. E Pepetela deixa isso evidente em sua literatura: n’*A Geração da Utopia*, num exercício crítico aos portugueses [e ao intento da imposição de parâmetros literários], Horácio, o mesmo personagem que atribui à produção literária brasileira o movimento de “voltar-se” para o popular, valorizando a linguagem do povo, em tom conceitual, fala aos amigos:

Qual Camões, qual Pessoa, Drummond é que era, tudo estava nele, até a situação de Angola se podia inferir na sua poesia. Por isso vos digo, os portugueses passam a vida a querer-nos impingir a sua poesia, temos de a estudar na escola e escondem-nos os brasileiros, nossos irmãos, poetas e prosadores sublimes, relatando os nossos problemas e numa linguagem bem mais próxima da que falamos nas cidades. Quem não leu Drummond é um analfabeto (PEPETELA, 1992, p. 31).

É bastante significativa no excerto, a referência ao poeta brasileiro como o norte de leitura da poesia do sujeito angolano e da negação de Camões e Pessoa, do distanciamento de sua linguagem, da abissal diferença imagética - frustrado intento de colonialismo estético.

Como ensina Bachelard (1998, p. 4) “pede-se ao leitor de poemas que não encare a imagem como um objeto, muito menos como um substituto ao objeto, mas que capte sua realidade específica. Para isso é necessário associar sistematicamente o ato da consciência criadora ao produto mais fugaz da consciência: a imagem poética”. Assim o faz Horácio, aproxima realidades complementares de signos entrelaçados e as decanta a um processo imagético associativo/dissociativo, levando em consideração não só a consciência criadora, mas a imagem gestada por ela. A reação do dizente angolano é o alicerce daquilo que se desenha naturalmente na História: a sedimentação do oceano como via de acesso depois do proferimento da palavra e a filiação às imagens que se coadunam historicamente no campo das representações sociais. O oceano virou ponte depois que a leitura da poesia – imagem significativa do outro em sua representação íntima – se ergueu funcionalmente no emaranhado dos processos históricos, obtendo a estranha “arquipotência sagrada ao ser proferida”, como aponta Cassirer (1975).

Em meio ao intento de segurar-se na condição de último grande império, Portugal, nessa rede significativa, evidencia outro código – submerso à cristalização homogeneizante do discurso histórico – o da rede de influências, o da crioulização, pois sabe-se que

esse país sempre se voltou para o mar, para as ex-colônias. Mais para atividades fora do continente europeu do que para relações internas com os demais países da Europa, onde aparecia em situação de inferioridade. Dentro dessa perspectiva, Portugal explorava as colônias e, ao impor seus valores, trazia de volta elementos culturais dos povos dominados, em face das condições em que se processou esse empreendimento (ABDALA JUNIOR, 2007, p. 68).

O conflito das influências é inevitável, uma vez que as relações político-culturais entre Brasil, Portugal e África construíram boa parte da História mundial, pois o comércio de escravos foi desastroso para o desenvolvimento da África, de Angola, especificamente, ao passo que foi a base civilizacional do Brasil e a sustentação econômica de Portugal. Se assim não fosse, a presença portuguesa teria sido abreviada. Bosi diz que o

tráfico, mais ativo do que nunca, trouxe aos engenhos e às fazendas cerca de 700 mil africanos entre 1830 e 1850. As autoridades, apesar de eventuais declarações em contrário, faziam vista grossa à pirataria que facultava o transporte de carne humana, formalmente ilegal desde o acordo com a Inglaterra em 1826 e a lei real de 7 de novembro de 1831. A última qualificava como livres os africanos aqui aportados dessa data em diante (BOSI, 1992, p. 196).

Diante da constatação histórica, pode-se pensar que a escravidão e o processo de assimilação, mesmo que ilegal, desta mão de obra, levou à manutenção do território em constante situação de mobilidade política e militar, subordinando Angola ao Brasil, numa relação fornecedor/fornecido, porque a “África tornou-se a única fonte capaz de oferecer ao Brasil a gente que necessitava para ocupar seu vasto território, assegurar sua unidade e transformar-se numa grande nação. E o africano apesar de oprimido, humilhado e reduzido em sua humanidade pela escravidão, cumpriu esse papel e deixou sua marca profunda em todos os setores da vida brasileira” (SILVA, 2003, p. 23).

A rede imaginária que se forma a partir dessas relações históricas entre a metrópole e os colonizados está muito bem representada nas literaturas que vêm com as independências dos países africanos que foram colônias lusitanas e com o reflexo político que se estende a Portugal, após a Revolução dos Cravos: o Brasil oferece uma imagem positiva à África, que se vai opor à representação de Portugal. A imagem que os africanos, mais ainda os

angolanos, fazem dos brasileiros é a de um espaço fluido em aproximações culturais, ignorando a cautela de Dom João VI, varrendo oceano e distribuindo cargos emergenciais sob a ameaça de Napoleão, os africanos (des)significam as causas que levaram o Brasil a ganhar a independência décadas antes da sua, o que se fixa é a plasticidade da bem-aventurança e é, pois, pela “imagem que a alma humana representa com maior exatidão ainda as virtudes” (DURAND, 1999, p. 19). A imagem é a do Brasil que tem uma base civilizacional muito próxima e uma formação política oriunda da mesma fonte: a portuguesa. Portugal permanece latente nas organizações sociais brasileiras e os brasileiros estão perpetuados na África, como a África está, no Brasil, solidificada de muitas formas.

É importante evidenciar que as relações Brasil/África/Europa ou mais especificamente Brasil/Angola/Portugal, na política ou na literatura ou na tessitura de suas Histórias, são uma relação de percepções e enleios culturais, antes de qualquer outra impressão, fazendo com que haja um constante diálogo do campo das representações da vida cotidiana que está interpermeado de influências. O que se sedimenta é o diálogo e a confluência de vozes, são as matizes africanas e europeias que os sujeitos lusófonos trazem em si como constituintes de sua referência nacional. O que se evidencia é a poética da mescla das referências, um fazer regional que em sua plenitude multifacética constitui uma realidade universal.

As imagens do Brasil, Portugal e Angola despontam como o instrumento que gera uma força de continuidade. Isso é uma espécie de espaço coerente e produtor de significado dentro da História, pois a imagem “é a representação de uma realidade cultural estrangeira através da qual o indivíduo ou o grupo que a elabora (ou que a partilha ou que a propaga) revela e traduz o espaço ideológico no qual se situa” (PAGEAUX & MACHADO, 1981, p. 43). Então, o Eu, o Outro e o Outro-eu-meu que se vai compor, a partir das relações estabelecidas e que se fixa como o ponto de colmatação, estão relacionados de forma tão ampla e tão intrínseca que passam a existir quase que completamente devido à existência dessa acentuada relação de alteridade.

Isso é manifesto dentro das organizações dos Estados Modernos – e assim caracterizamos por conta e risco aquelas Nações que se configuraram Estados Nacionais a partir do fato de terem sido colonizadas – em que as identidades surgem já problemáticas desde o ponto de vista das confluências de discursos culturais que irão representá-las, principalmente no período pós-colonização. Peter Burke (2003) discute essa hibridização das relações sociais e das formações dessas organizações antropológicas, a partir do instante do primeiro contato, sistematizando essa existência para que a leitura das inter-relações não seja feita de forma aleatória, ensina o autor que não se pode abordar o hibridismo

“indiscriminadamente”. Isso está também em Antonio Candido (1985) quando afirma categoricamente que estudar Literatura Brasileira é estudar Literatura Comparada e que não há a possibilidade de produzirmos um arranjo simbólico sem que se produza uma síntese dos estratos simbólicos.

Sendo esse entrelaçamento cultural perceptível, logicamente, pensa-se que isso é possível devido a uma série de necessidades e impressões que vão-e-vêm inseridas em determinada rede imaginária, ou dentro de outra urdidura de significação que se cerze. Consideramos as colocações de Burke nesta discussão porque desejamos chegar às imagens híbridas às quais se refere. Diz ele que na perspectiva da interpretação do mundo isso se mostra, o hibridismo dos estereótipos “está claro na questão das convergências e/ou afinidades entre imagens, ou seja, aquelas que exercem uma função semelhante, embora tenham imagens diferentes” (BURKE, 2003, p. 26), o que significa que o embate cultural dá início a um processo de releitura conceitual e faz emergir demandas outras que não existiriam se não fosse a relação de poder estabelecida.

Pensemos no sincretismo religioso no Brasil com a escravidão e a colonização portuguesa e suas manifestações culturais. Imagens diferentes, funções semelhantes, ou em todas as relações político-culturais que a História registra entre Portugal, Brasil e África. Pensemos no papel fundante das culturas lusitana e negra para nossa identidade nacional, constituindo uma universalidade regional. De tal forma, a questão do sincretismo acentuado se faz plenamente compreensível, no Brasil, porque o escravo africano deslocado e desespecializado vai constituir um estado outro de representações, já que uma “nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade” (HALL, 1999, p. 49), derivando à gestação de um espaço habitável em meio à hostilidade proporcionada pelas esferas da sociedade escravocrata brasileira.

É relevante, ainda, registrar que as administrações brasileiras, historicamente, se posicionaram ao lado dos governos africanos, embora o governo JK, por exemplo, lançasse um olhar indiferente e acovardado para o continente negro, preservando incontestemente o alinhamento político e as relações entre Brasil e Portugal, ademais o momento histórico não exigia nenhum tipo de efetiva prática nas relações internacionais com as colônias portuguesas na África, de acordo com Martins (1999). Nas políticas de relações exteriores, quando se fez necessário defender interesses comuns, como em questões de reconhecimento das práticas políticas internas, o Brasil, aproximado da África por sua base civilizacional ou pelo passado comum ou retribuindo a gentileza histórica do reconhecimento da independência em 1822, ergueu-se em favor da África negra.

Dois episódios, dessas relações, foram importantes: o primeiro foi o fundamental apoio dado pelo Brasil às Nações africanas em desenvolvimento, quando elas exigiam a entrada de seus produtos tropicais no mercado comum da Europa, o que, por obviedade, os seis grandes países europeus não aceitavam e pela interferência brasileira cederam a liberação de quotas de exportação para os africanos. O outro foi quando, em 31 de janeiro de 1961, em comunicado proferido ao povo brasileiro, no contexto da PEI (política externa independente), através da Voz do Brasil, Jânio Quadros, discursa:

Atravessamos horas das mais conturbadas que a humanidade já conheceu. O colonialismo agoniza, envergonhado de si mesmo, incapaz de salvar os dramas e as contradições que engendrou [...]. Abrimos nossos braços a todos os países do continente. Somos uma comunhão sem prevenções político-filosóficas. Os nossos portos agasalharão todos os que conosco queiram comerciar. Somos uma comunhão sem rancores ou temores. Temos plena consciência da nossa pujança para que no arreceemos de tratar com quem quer que seja” (QUADROS apud RODRIGUES, 1964, p. 374).

Generalizando a afirmação, como aí está, e guardadas as devidas particularidades, a História do colonialismo europeu é a História da construção do indivíduo brasileiro e do indivíduo africano. Assim como a História da formação das nações mestiças é a História da Europa, pois “que país europeu foi só e exclusivamente europeu? Alguma vez a Europa foi só Europa?” (RIBEIRO, 2002, p. 387). E, então, dentro de uma conjuntura social tensionada historicamente, o Brasil desponta como um elemento catalisador, uma cultura que, por se haver construído a partir de uma base luso-africana, tem a função de harmonizar relações entre colonizador/colonizado. Para a diplomacia, tanto a brasileira como a portuguesa, o Brasil tinha a missão de ser o mediador entre a Europa e os países tropicais, tendo um papel a cumprir no Atlântico: o de ajudar a reforçar a língua e a cultura portuguesas na África. Daí a ideia, levantada outrora, de criação de uma comunidade atlântica compreendendo o Brasil, o Portugal metropolitano e as nações africanas (SARAIVA, 1996).

O que se nota é a existência de uma referência imagético-cultural, a nação que contém em sua construção a essência das possibilidades de diálogo entre os países que ensaiam um reconhecimento não mais como colonizador/colonizado, opressor/oprimido, ou qualquer outra oposição que o valha, mas que vislumbram possibilidades de um (re)arranjo dialógico é o Brasil. O mesmo país que permeia, juntamente com Portugal, constantemente a ficção africana, trazendo a possibilidade de representação de uma identidade nacional mestiça, habita também sua História numa ação constituidora de sentido e rompedora do

silenciamento beligerante. Isso significa que circunspecto às relações de poder ainda existentes, pois não se pode apagar as feições de Clio tão facilmente, tem-se emergindo uma outra relação: a do reconhecimento das influências, o que servirá para a elaboração de um outro discurso. O que servirá para a edificação de uma identidade em que o Eu-africano se erguerá da formação discursivo-identitária lusitana e mostrará o que de europeu nele há. Em que o Eu-africano se erguerá da identificação do discurso de reconhecimento do outro-em-si e mostrará o que de brasileiro nele há e o que de africano no brasileiro está evidente, em uma constituição de imagens que oferecem a possibilidade de uma comunicação “trans-histórica” como ensina Eliade (1996, p. 174).

A vazão das influências da África para a Europa e da Europa para o Brasil, notadamente, dá-se na mesma cadência. Desta forma, parece relevante registrar, ainda, que a ossatura das relações do Brasil com a África e com Portugal, está contida na imagem gestada pela palavra. A mesma palavra que atravessava o oceano para trazer o reconhecimento da soberania brasileira pelos africanos, que atravessava o oceano na proa dos navios para comunicar os anseios dos escravos de aqui para suas famílias de lá e que servem, agora, para que se comece uma releitura de nós mesmos, hibridizados que nos construímos, dando conjunções ao nosso imaginário e sonhando um espaço de desejo catalisador de uma imensidão íntima que, por vezes, esteve imersa em desejos e sonhos coletivos.

## Referências

- ABDALA JUNIOR, B. **Literatura, história e política**. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.
- ALEGRE, M. **Muana Puó: ou talvez o nosso rosto**. *Jornal de Letras, Artes e Idéias*: Lisboa, p.3-4, 29 março/11 abril 1995.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BARTHES, R. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.
- BURKE, P. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.
- CANDIDO, A. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1985.
- CASSIRER, E. **Linguagem e mito**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- CHAVES, R. et alli (Org). **Brasil/África: como se o mar fosse mentira**. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

\_\_\_\_\_. **Angola e Moçambique:** experiência colonial e territórios literários. Cotia: Ateliê Editorial, 2010.

DURAND, G. **O imaginário:** ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Rio de Janeiro: Difel, 1999.

ELIADE, M. **Mito do eterno retorno.** São Paulo: Mercuryo, 1992.

\_\_\_\_\_. **Mito e realidade.** São Paulo: Perspectiva, 1996.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

KI-ZERBO, J. **História da África Negra.** Lisboa: Publicações Europa-América, 1972.

LAPLATINE, F. & TRINDADE, L. **O que é imaginário.** São Paulo: Brasiliense, 1997.

MARTINS, R. P. **A diplomacia da prosperidade:** a política externa do governo Costa e Silva. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999. 160f.

PAGEAUX, D.H & MACHADO, A.M. **Da literatura contemporânea à teoria da Literatura.** Lisboa: Edições 70, 1981.

PEPETELA. **Lueji:** o nascimento dum império. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

\_\_\_\_\_. **A geração da utopia.** Lisboa: Dom Quixote, 1992.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. **A ideia de Europa.** Lisboa: Almedina, 2002.

RODRIGUES, J.H. **Brasil e África:** outro horizonte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SARAIVA, J. F. S. **O lugar da África.** Brasília: UNB, 1996.

SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. (Org.) **A escrita da história.** Novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992. p.39-62.

SILVA, A. da C. e. **Um rio chamado Atlântico:** a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

Darío de Js. Gómez Sánchez  
LITERATURA E PRECONCEITO  
HOMOSSEXUAL





## LITERATURA E PRECONCEITO HOMOSSEXUAL

A identidade, na sua acepção ontológica, é fundamentalmente uma construção discursiva realizada com as estruturas da linguagem denotativa ou científica que, geralmente, é subsidiária das estruturas do poder. Nesse sentido, a identidade pessoal e grupal é configurada como um predicado nominal afirmativo - “eu sou”, “nós somos” - e sua função não é tanto a igualação dos semelhantes quanto a separação dos diferentes, a hierarquização e a exclusão apresentadas como realidades objetivas num sistema de valores histórico, econômico e sociopolítico.

Poder-se-ia inferir, então, que a linguagem conotativa é o mecanismo apropriado para constituir uma identidade que vincule o ser e o não ser ao mesmo tempo, ou seja, uma desidentificação ou desconstrução permanente da identidade. Por outras palavras, que a literatura seria o espaço privilegiado para configurar uma identidade problemática ou plural, além dos mecanismos de controle.

No entanto, não poucas vezes, a literatura tem contribuído para reforçar os (pré)conceitos de identidade unívoca e, com eles, as formas de exclusão. Particularmente o romance – gênero surgido paralelamente à ascensão da burguesia - parece ter funcionado como um veículo privilegiado para a reprodução ideológica dos discursos identitários. Uma interessante demonstração disso é realizada no estudo intitulado *Desire And Domestic Fiction: A Political History Of The Novel*, no qual Nancy Armstrong desenvolve a tese de que a caracterização do sujeito feminino (antecedente do sujeito moderno) surgiu do tema da intimidade doméstica dos romances do século XIX. Mas é fato que, por fora dos trabalhos de sociologia da literatura, muitos deles inspirados nas ideias de Georg Lukács, poucas vezes tem sido estudado o papel que a instituição da grande literatura desempenha na construção e reprodução de identidades. Eis um campo de estudo bem interessante para a área da análise do discurso, geralmente ocupada no trabalho com as *mass media*.

Exemplo paradigmático da relação complementar entre identidade e literatura – especificamente no romance - é a definição do homossexual, a qual, segundo demonstra Foucault, foi configurada como um conceito (pseudo)científico que transformou uma prática sexual numa identidade objeto de controle. Lembremos o famoso parágrafo do antropólogo francês:

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto de literaturas de língua espanhola na UFPE, Doutor em Literatura Comparada pela UFRJ e Máster em Linguística Hispânica pelo Instituto Caro y Cuervo.

A sodomia – a dos antigos direitos civil ou canônico – era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito jurídico. O homossexual do século XIX torna-se *uma personagem*: um passado, uma história, uma infância, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. [...] É necessário não esquecer que a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constitui-se no dia em que foi caracterizada – o famoso artigo de Westphal em 1870, sobre as “sensações sexuais contrárias” pode servir de data natalícia – menos como um tipo de relações sexuais do que como uma certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de interverter, em si mesmo, o masculino e o feminino. A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androginia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie. (1988, p.50)

A referência foucaultiana a “uma personagem” é de grande aplicabilidade quando se tenta demonstrar que muitas personagens literárias identificadas como homossexuais aparecem caracterizadas pelo seu desejo e não pelas suas relações sexuais, e que esse desejo aparece explicado pelo seu passado, sua fisiologia e/ou sua forma de vida.

A personagem homossexual, tal como é conhecido na atualidade, surge em correspondência histórica com a invenção do homossexualismo num conjunto de obras que reforçam as características atribuídas pelo discurso científico ao sujeito homossexual. A propósito do assunto Jurandir Freire Costa considera que a literatura de finais do século XIX “ajudou a definir o perfil ou a ‘essência’ do homossexualismo masculino” (1992, p.44), e aponta os exemplos de Balzac com seu Valtrin como *outsider* social, de Gide, com sua ideia do homossexual como ser de conflito, e de Proust, com sua visão de um ser de refinada sensibilidade. Segundo essa hipótese, a literatura não só contribui para a reprodução das concepções sócio-sexuais de uma época, como também para sua produção; e no caso específico da construção conceitual denominada homossexualismo, ela acrescenta as características de sensibilidade, marginalidade e conflito.

No entanto, também é possível pensar que, pelo menos em um primeiro momento, essa re-produção não é tão evidente, na medida em que alguns autores oitocentistas tentam pôr em questão o recém inaugurado paradigma identitário. O exemplo mais problemático seria, precisamente, a obra de Marcel Proust. Em *Sodoma e Gomorra*, no famoso monólogo inicial da “raça das bichas” (*La race des tantes*), são parafraseados todos os argumentos da época que caracterizam o “vício da inversão” como uma manifestação da

decadência aristocrática e como uma doença ou um acaso evolutivo, reproduzindo assim a visão negativa do homossexualismo. No entanto, a questão é mais complexa, pois no desenvolvimento da obra o conceito de invertido adquire significações diversas. No sentido sexual, faz referência a um corpo de homem com alma de mulher, e mais exatamente, a uma “mulher” que deseja um homem, o qual leva Leo Bersani a afirmar que, na teoria proustiana da inversão, o desejo é anedoticamente homossexual e ontologicamente heterossexual (1998, p.162). Esse caráter paradoxal do sexual é reforçado com o fato de que, ao mesmo tempo em que esse invertido aparece como um sujeito cujas características bioéticas evidenciam sua natureza anormal, aproximando-o da ideia de perversão ou anomalia, ele também aparece como um ser especial, superior até, ainda que difícil de identificar, porque em muitos aspectos se assemelha com os demais membros da sociedade (e, nesse sentido, suspeito que a “refinada sensibilidade” mencionada por Freire, poderia melhor ser considerada como um traço de época e não como um atributo particular).

Essas imprecisões ou paradoxos podem ser entendidos se se considera que a inversão em Proust é uma categoria que abarca não só os “homossexuais”, mas também os “heterossexuais”, pois se trata de uma qualidade que vai além da sexualidade, procurando pôr em questão as noções de identidade e substituindo-a pela ideia da ambiguidade. Essa ambiguidade da inversão como traço além do sexual se faz ainda mais evidente na posição ambígua do narrador, pois ao tempo que este expressa sua rejeição por essa “raça maldita”, evidencia uma constante fascinação por ela e sua forma de atuar. Na demonstração da tese de Eve Kosofsky, segundo a qual a definição moderna da homossexualidade/heterossexualidade se baseia em contradições diversas, a obra de Proust ocupa um lugar fundamental, pois nela todas as categorias analíticas que se aplicam à homossexualidade são posteriormente subvertidas (1990, p.299). E é também essa contradição permanente que permite a Gregory Woods afirmar que “*Em busca do tempo perdido* ocupa uma posição preeminente na até agora não escrita história da literatura da ambiguidade e na história da cultura homossexual.” (2001, p.210)

Outro exemplo problemático da aparição literária do sujeito homossexual (desta vez fora do cânone francês com o qual Freire Costa exemplifica sua hipótese reprodutiva) é a obra de Oscar Wilde, pois em seu *Retrato de Dorian Gray*, ainda que seja possível afirmar que o tema central do romance está relacionado com a atração homoerótica que desperta o personagem principal, também é verdade que não aparece nenhuma referência explícita a uma identidade homossexual. *O retrato...* é um romance homossexual só de maneira indireta, pois mais que da sexualidade, do que se trata é da indefinição e do segredo como

formas de transgressão; e talvez seja isso que leva Woods a afirmar que “a versão wildeana da literatura homossexual depende por completo da existência de um leitor heterossexual” (2001, p.185). Mas, apesar de sua tendência homoerótica (ou seja, não identitária), o personagem de Dorian também apresenta um traço definitivamente homossexual, pois, como afirma J.C. Hidalgo: “Dorian toma consciência da sua sexualidade como pecado e como corrupção, mostrando-se como vítima de seu próprio desejo e do desejo que pode provocar nos demais” (2003, p.74). E é, talvez, por essa consciência do pecado como geradora de uma vida dupla e pela insistência de Dorian no presente, na juventude e na beleza corporal, que a figura de Wilde virou um ícone na sub-cultura gay da modernidade.

Pelos exemplos e citações referidos se poderia concluir que, na Europa, a elaboração narrativa das relações sexo-afetivas entre homens, na transição do século XIX-XX, oscila entre a reprodução e difusão do paradigma médico-moral identificado sob a denominação de homossexualidade e a proposição e interpretação de diversas possibilidades do homoerotismo. Alguns personagens e situações dos romances de Wilde e Proust apresentam características bastante singulares que os afastam de qualquer concepção cientificista –heterossexista- da sexualidade, mas ao mesmo tempo coincidem com vários dos traços do que está sendo definido no momento como “sujeito homossexual”. - No caso da obra de Balzac predominaria uma visão mais próxima do homoerotismo, enquanto que no caso de André Gide, sua concepção das relações sexuais inter-masculinas poderia considerar-se mais próxima da definição do homossexualismo -.

Essa oscilação na caracterização da sexualidade inter-masculina tem, a meu ver, uma importância fundamental na história do que se denominaria literatura homossexual, considerando que se trata das últimas elaborações narrativas nas quais o estético ou literário está acima do tópico sexual, pois a partir de então o que vai predominar é o tratamento psicossocial da temática homossexual, em correspondência com o processo de medicalização da sexualidade. Tal mudança se faz evidente, por exemplo, no abandono da ambiguidade, da ironia e da alusão como estratégias narrativas e, ainda, na implantação de uma linguagem direta para referir-se às práticas sexo-afetivas intermasculinas, com o que se opera uma redução da sexualidade à genitalidade e do personagem a sua identidade (homo)sexual.

O abandono do homoerotismo pela implantação da homossexualidade e a conseqüente subordinação do estético ao psicossocial, vai fazer com que, durante os começos do século XX, a ênfase narrativa seja colocada na confirmação da doença ou

anormalidade, o que implica, entre outras coisas, uma visão trágica do personagem homossexual, que aparece com uma vítima de seu próprio destino. É isso que Gregory Woods denomina “o sentimento trágico da vida” e cujo exemplo pioneiro seria a vida de Oscar Wilde:

Da mesma maneira que sua queda influenciou nas posteriores ideais acerca da sexualidade afeminada durante todo um século, seu sentido da tragédia foi também admitido –tanto por homófilos quanto por homófobos- como se fosse um efeito colateral inevitável e natural da mesma homossexualidade. Wilde é o modelo do homossexual trágico do século XX. Ao utilizar aqui a palavra “trágico” não quero dizer só desgraçado, triste ou condenado à morte. Refiro-me a uma qualidade especificamente literária na qual o destino faz do homossexual uma versão nada gloriosa do herói trágico. A característica mencionada e os personagens que a encarnam aparecem de modo regular nos romances publicados entre os processos de Wilde, em 1895, e o desenvolvimento dos movimentos sociais libertadores de finais dos anos sessenta e de começos dos anos setenta do século XX. (2001, p.230)

Talvez a confirmação mais notável, mas também a exceção mais singular dessa tendência trágica, esteja na obra de Jean Genet, na qual a violência e a transgressão estão aliadas à prática da sexualidade além das fronteiras de uma identidade, recuperando assim o caráter paradoxal ou contraditório da melhor literatura homoerótica. O importante é destacar que esse “sentimento trágico” vai ser uma característica fundamental no tratamento da temática homossexual até depois de meados do século XX, quando, em correspondência histórica com a aparição dos movimentos de libertação *gay* e por oposição ao modelo da doença homossexual, surge uma narrativa encarregada de promover uma suposta liberdade que, pelo menos em aparência, caracteriza a hoje denominada idade dourada da homossexualidade. Mas, como anota o mesmo Woods, essa narrativa *gay* vai se caracterizar pelo tratamento demasiado explícito da sexualidade e, na maioria das vezes, pela ausência de uma elaboração formal, carência que só vai ser superada a partir dos anos de 1980 com a configuração literária da relação entre morte e sexo surgida com a aparição da AIDS. (2001, p. 348)

No entanto, não é meu interesse, por enquanto, me deter nas abundantes elaborações dessa narrativa *gay* euro-anglo-saxã dos finais do século XX, mas fazer referência a alguns romances latino-americanos do último século que tratam do assunto do sexo entre homens de maneira a reforçar o conceito de identidade homossexual. É como se muitas dessas obras tivessem sido escritas para ratificar ou exemplificar as diversas

elaboraões ao redor do conceito de homossexualidade; ou, em outros termos, para fazer visível uma série de anomalias atribuídas a quem tem sido classificado na modernidade como sujeito homossexual.

Dois exemplos iniciais são *Bom Crioulo* (1895) de Adolfo Caminha (Brasil) e *Hombres sin mujer* (1935) de Carlos Montenegro (Cuba). Tanto Caminha quanto Montenegro colocam a ênfase na singularidade de um protagonista másculo; além disso, o fato de Amaro e Pascasio serem negros reforça não só a marginalização sexual, mas também a discriminação racial que sofrem em alguns momentos; e tanto pelo seu passado (escravidão no caso de Amaro, delinquência no caso de Pascasio) quanto pelos espaços onde habitam (barcos e cárcere), esses personagens reúnem as condições e/ou características requeridas para o desenvolvimento de um comportamento social e sexual anormal, seja ele de origem psíquica ou contextual. Em *Bom-Crioulo*, a justificação desse comportamento oscila entre a visão pré-moderna e a definição moderna do homossexual, entre o vício e a enfermidade, entre a prática da sodomia e a degenerescência física e moral individual, enquanto em *Hombres sin mujer* predomina a noção moderna de degenerescência e enfermidade, mas como sendo produto da influência ambiental: da prisão como “fábrica de degenerados” e do “regime nefasto” que promove a desigualdade social.

Em ambos os casos, os personagens masculinos que têm sexo com homens acabam sendo identificados como pervertidos, perversão física e moral que se faz mais evidente e progressiva diante da presença de um invertido, que, coincidentemente, nos dois romances, aparece descrito como um lindo adolescente efeminado, loiro e branco. De fato, a (homo)sexualidade de Andrés e Aleixo aparece caracterizada pelo conceito de inversão, amplamente desenvolvido pela medicina legal, o higienismo e a psiquiatria de finais do século XIX, e segundo o qual o homossexual é identificável pelos seus traços morfológicos e características comportamentais femininas.

Assim sendo, é possível afirmar que esses dois romances, escritos antes dos anos de 1940, acabam reforçando o paradigma médico-moral da época segundo o qual a homossexualidade é uma perversão do instinto relacionada com a delinquência e originada, entre outras opções, por uma socialização defeituosa (como seria o caso de Amaro) ou pela influência ambiental (como acontece com Pascasio), ou, nos casos mais evidentes, tratar-se-ia de uma inversão biológica (como sucede com Andrés e Aleixo), e até poderia falar-se num terceiro sexo... uma mulher cativa no corpo de um homem, como seguramente gostariam de ser considerados os protagonistas dos romances *Arturo la estrella más brillante* (1971) de Reinaldo Arenas (Cuba), *El beso de la mujer araña* de Manuel Puig (1974), *Stella*

*Manhattan* (1985) de Silvino Santiago (Brasil) e *Tengo miedo torero* (2001) de Pedro Lemebel. Só que para esses autores, e em correspondência com sua época, a feminilidade num homem não é mais considerada como uma inversão (pseudo)biológica, mas como um trauma ou desvio, a partir de uma perspectiva psicológica.

Não deixa de ser chamativo o fato de que as características da oposição ativo/passivo sejam aplicáveis na descrição desses quatro romances publicados a partir da década dos anos setenta, os quais são protagonizados por um homossexual adulto efeminado, de baixo nível econômico e cultural (excetuando-se a “Stella” neste caso) e que gosta de assumir uma posição de submissão e inferioridade perante um homem heterossexual nos seus relacionamentos não só sexuais. Isso ocorre precisamente na época em que o movimento *gay* começa a desenvolver-se nos países industrializados e, em consequência, a questão da identidade homossexual deixa de ser um assunto médico para converter-se em tema político e matéria acadêmica, motivo pelo qual alguns teóricos dos *gay studies* começam a procurar manifestações alternativas da sexualidade inter-masculina em contextos diferentes do euro-americano, dedicando especial atenção ao travesti dos países latino-americanos. O problema surge quando, com base na relação sexual (geralmente de prostituição) entre homem e travesti, aqueles teóricos definem a oposição ativo/passivo e pretendem abarcar com ela a diversidade das relações sexuais inter-masculinas nesses contextos, operando uma redução que, pelo que parece, acaba sendo re-produzida pelos romances protagonizados pelo personagem coloquialmente identificado como a “bicha” ou “louca”, geralmente acompanhado de um “bofe” ou macho.

A *bicha* ou louca não é um travesti (pois não sofre nenhuma transformação física ou corporal), ainda que se identifica com o feminino através da imagem da ‘louca como mulher’. Trata-se de personagens muito teatrais pela ênfase que põem na afeminação de sua fala e seus gestos, os quais poderiam ser caracterizados como linguagem neobarroca e/ou estética *camp*, e relacionados com uma suposta função transgressora no sentido de que procuram pôr em questão as noções tradicionais do gênero e os papéis sócio-sexuais. Em palavras de Francisco Soto: “O humor *camp* e o excesso hiperbólico desafiam os paradigmas patriarcais tradicionais” (INGESCHAY, 2006, p.246).

Mais relacionado com o personagem do travesti, o assunto da estética *camp* ou neobarroca reclamaria um tratamento independente, em função dos processos de disfarce e paródia que, ainda que presentes, não são centrais ou determinantes nos romances de Arenas, Puig, Santiago e Lemebel (neste último caso um pouco mais recorrentes). O que neste momento me interessa analisar é como a oposição ativo/passivo, tal e como é

configurada nesses romances, contribui para reproduzir ou questionar os discursos sobre a identidade homossexual. Nessa perspectiva, acho que o excesso e a teatralidade que por momentos caracterizam o personagem da bicha-louca não correspondem a uma função transgressora, mas, muito pelo contrário, acabam contribuindo para re-produzir uma visão (e confirmar uma versão) estereotipada do homossexual, originada na sua assimilação equívoca com o travesti e segundo a qual se trata de uma imitação imperfeita da mulher, ou se se preferir, da “ausência da presença do macho”, segundo a expressão de Daniel Herbert.

Fato importante é que na maior parte de romances de temática homossexual as relações propriamente sexuais estão quase ausentes, o que se faz ainda mais evidente no caso dos romances protagonizados por “passivos”, em que seu papel sexual apenas aparece relatado ou sugerido em algum breve momento. Eis a razão principal pela qual “La loca” ou bicha do romance latino-americano acaba sendo um clichê do sujeito homossexual; trata-se de uma nova versão do invertido, configurado, primordialmente, como uma caricatura do feminino e despojado, quase totalmente, de sua sexualidade, daquilo que precisamente o faz subversivo porque diferente ou “anormal”. Nesse sentido, a passividade do homossexual fica reduzida a sua forma feminina de agir e falar, ou seja, a um estereótipo cultural.

Por outro lado, caracterizados pelo distanciamento emocional e pela seriedade e compromisso com seu trabalho, os “homens” de *Tengo miedo torero* e *El beso de la mujer araña* são dois revolucionários dispostos a qualquer coisa pela sua causa, até a relacionar-se sexo-afetivamente com outro “homem” se for necessário. O protagonista ativo de Puig, ao se dar conta de que Molina vai sair livre, o satisfaz sexualmente para depois poder pedi-lhe que leve uma mensagem aos seus companheiros de luta; e Carlos, o personagem de Lemebel, desde o começo se aproxima da Loca para utilizar seu apartamento como depósito de armas. Também o Ricky de Stella Manhattan “pede, ao se despedir, vinte dólares pro taxi”. Talvez seja o soldado de Arturo o único que tem um interesse exclusivo na prática homo-sexual, mas aguilhoado pelo isolamento a que está submetido no campo de concentração.

Insistindo no assunto da intencionalidade, poder-se-ia inferir que é precisamente por evidenciar uma situação de desigualdade, abuso e exploração baseada na orientação sexual que esses romances cumprem com uma função de denúncia ou crítica do esquema heterossexista reproduzido na oposição ativo-passivo. No entanto, neles nunca são denunciados ou criticados os fundamentos equívocos e redutores que sustentam essa oposição. Assim, por exemplo, os bofes são inquestionavelmente masculinos e não sofrem



preconceito, e as bichas são passivas, submissas, dispostas ao sacrifício e, especialmente, muito previsíveis em seus comportamentos. Esse reduzido esquema não aparece questionado em momento nenhum, nem pelos personagens (é como se a bicha desfrutasse da submissão), nem pelo narrador, e, em consequência, muito menos pelo leitor que termina assumindo que essas são coisas que acontecem em virtude da prática homossexual.

A questão, então, não é se os romances denunciam a exploração de uma minoria sexual; o problema consiste em que, com sua visão estereotipada, baseada na oposição ativo/passivo, acabam reproduzindo e legitimando os mecanismos que perpetuam essa exploração. Essa visão dicotômica da prática homossexual se faz ainda mais acrítica e redutora no momento de oferecer uma explicação da feminilidade do passivo, não a partir da concepção pseudo-biológica que predominara na caracterização do invertido nos finais do século XIX, mas a partir de uma fundamentação pseudo-psicológica que concebe a homossexualidade como um desvio ou acidente na evolução psicosssexual. De fato, nos romances de Arenas, Puig e Lemebel, os dados da infância têm a intenção de promover uma maior compreensão e aceitação do personagem homossexual, caracterizado geralmente como um limitado emocional.

No romance de Silviano Santiago, além da ‘bicha’ Stella e do ‘machão’ gay Vianna, há um personagem bastante particular: o Marcelo, professor universitário, esquerdista, divorciado, exilado em Nova Iorque, e que gosta de ter experiências sexuais com outros homens sem assumir-se como gay ou considerar-se homossexual. Esse personagem tem várias coisas em comum com o jornalista divorciado que mora em São Paulo e que teve alguns encontros sexuais com outro homem, protagonista do romance *Onde andaré Dulce Veiga* (1990) de Caio F. Abreu (Brasil). O interessante é que esses personagens evidenciam um tipo de tratamento da homossexualidade fora dos paradigmas identitários tradicionais, pois não se trata dos “viados” degenerados ou das “bichas loucas” que parecem protagonizar a maior parte dos romances estudados. São “raros”, o que na classificação sexual poderia ser denominado de bissexual, ou simplesmente “homens que têm sexo com homens”, segundo um novo paradigma que põe em questão as noções de identidade.

É partindo da crítica à estandardização sexual e cultural, estimulada também pelo movimento gay, que alguns grupos na atualidade questionam as visões da sexualidade como identidade fixa, sob a tese de que as práticas sexuais entre homens não determinam nem uma personalidade, nem uma orientação sexual nem comportamental estável e definida. Essa nova concepção descarta os pressupostos de doença psicofísica ou de orientação sexual e se aproxima mais da definição de homoerotismo proposta por Jurandir Freire

Costa, entendido como “a possibilidade que têm certos sujeitos de sentir diversos tipos de atração erótica ou de se relacionar fisicamente de diversas maneiras com outros do mesmo sexo biológico” (1992, p.22). Aqui a (homo)sexualidade é entendida como opção circunstancial e não como essência ou fator definidor da personalidade.

Dentro do campo dos Estudos *Queer* em particular, é evidente o desprestígio do conceito de “homossexual”, e em seu lugar é frequente ouvir expressões perifrásticas como “homossexualidade ocasional”, “homicidade”, “homens que têm sexo com homens”, “*same sex oriented*” ou simplesmente “*queer*”. Essas novas denominações (que evidenciam uma nova concepção) começam a surgir em finais dos anos de 1980, quando muitas das supostas conquistas do movimento *gay* começam a mostrar suas fissuras e depois de passado o impacto inicial gerado pela aparição da Aids, doença que permitiu, entre outras coisas, reconhecer que a “bissexualidade” era uma prática muito mais freqüente do que se acreditava e que, em muitos casos, a homossexualidade exclusiva era uma identidade ideal, assim como poderia ser a exclusiva heterossexualidade.

Mas curiosamente, e de maneira bem particular, essa relatividade da identidade sexual aparece presente no romance de Tulio Carella, escrito em 1962 e publicado em 1968. O protagonista de *Orgia* é um homem casado que num novo contexto geográfico decide ter encontros homossexuais com homens que também praticam alternadamente a “homossexualidade” e a “heterossexualidade”. Ainda que seja possível reconhecer alguns elementos da concepção médico-moral como a culpa e a degenerescência, do paradigma *gay* como a renúncia às explicações etiológicas e à promiscuidade, e até alguns comportamentos do modelo “ativo-passivo” de que falam alguns autores como característico da América Latina, também é verdade que o “Professor Ginarte” nunca assume a homossexualidade como um assunto definitivo nem essencial, mas como uma eventualidade. Em nenhum momento o protagonista de *Orgia* se pergunta pela origem psicobiológica das suas práticas nem se assume como pederasta ou homossexual, mas só como um homem que se excita pela beleza física masculina e dos homens negros em particular. Além disso, a facilidade com que os homens têm encontros sexuais entre si sem maior controle social e o contínuo contraste entre a cultura euro-latina e a afro-brasileira podem ser pensados como uma crítica da esquemática divisão sexual proposta pela moderna cultura ocidental. De fato, em alguns momentos, o narrador-personagem faz a crítica de uma sociedade que persegue os desvios sexuais, mas aceita as guerras e a ambição desmedida.

Concretamente, em *Orgia*, a identidade sexual deixa de ser o problema central; por isso são quase inexistentes as reflexões do personagem sobre suas práticas homossexuais. No romance de Carella, assim como parcialmente em Santiago e Abreu, as relações sexuais entre homens estão determinadas por circunstâncias muito diferentes da carência física, econômica ou emocional, da promiscuidade *gay* ou da fantasia romântica de um homossexual efeminado; o que é privilegiado é o encontro corporal e não a identidade sexual. Daí que esses três romances pareçam estar em sintonia com afirmações como “a homossexualidade não é nada” ou “a desapareção da homossexualidade” (PERLONGHER, 1991, p.25), características do paradigma atual.

Esse questionamento e/ou relativismo da identidade é a base das denominadas teorias nominalistas sobre a sexualidade, identificadas por John Boswell como teorias tipo A e segundo as quais “todos os seres humanos são sexualmente polimorfos, ou seja, capazes de interação erótica e sexual com indivíduos de um ou outro sexo indistintamente” (STEINER E BOYER, 1985, p. 49). Mais próprias da modernidade são as teorias realistas ou tipo B, que “postulam a existência de duas ou mais categorias sexuais cuja diferenciação é baseada, geralmente, ainda que nem sempre, na eleição do objeto sexual” (Ibidem, p.49); teorias essas que podem ser relacionadas com o paradigma *gay* e sua luta pela igualdade de direitos territoriais, mediáticos e políticos para a minoria homossexual perante uma maioria assumida como heterossexual. Trata-se de um paradigma, aliás, escassamente representado nos romances latino-americanos de temática homossexual. Mas também nessas teorias tipo B poderia ser incluída a oposição passivo/ativo, recorrente nesses romances e baseada na diferenciação do papel mais que no objeto sexual. Só que a diferenciação ativo/passivo (assim como a definição de sujeito homossexual) está sustentada numa hierarquização ou desigualdade, considerada por Boswell como a terceira possibilidade na categorização da sexualidade:

As teorias tipo C consideram normal (ou ‘natural’, ‘moral’, ou as três coisas) uma forma de resposta sexual, e anormais (‘antinaturais’, ‘imorais’) as demais. [...Elas] são antes normativas que epistemológicas, mas fazem seus os postulados das duas posturas principais sobre o problema dos universais, ao supor, em geral, que as pessoas pertencem por nascimento à categoria normal, mas se convertem em integrantes de um grupo desviado por um ato voluntário, embora alguns de seus partidários considerem os ‘desviados’ como membros não culpáveis de uma categoria ‘anormal’, devido a uma doença ou deficiência física ou psíquica.(STEINER e BOYER, 1985, p.50)

A grande maioria dos protagonistas dos romances referidos relaciona-se com as teorias tipo C, pois neles se evidenciam as características de uma (homo)sexualidade entendida como perversão, desvio e/ou anormalidade. E isso parece aplicar-se não só aos romances mais antigos, inscritos dentro do paradigma médico-moral próprio do conceito de “homossexualismo”, como também àqueles que espelham a oposição ativo/passivo e até, de algum modo, aos que, dentro das visões *gay* e *queer*, apresentam alternativas menos preconceituosas no que concerne à sexualidade entre homens. Talvez seja possível achar diferenças ou propostas que estejam à margem dessa visão identitária no tratamento dos personagens secundários nestes ou em outros romances; mas com relação aos personagens principais, parece predominar a ideia da homossexualidade como condição de anormalidade e inferioridade. São as teorias normativas ou moralizantes as que parecem predominar na caracterização dos protagonistas dos romances latino-americanos de temática homossexual, pois, excetuando-se aqueles nos quais é relativizada a noção de identidade (Carella, Abreu), eles põem ênfase numa concepção da homossexualidade entendida como degeneração psico-biológica (Caminha e Montenegro), submissão sexual (Puig, e Lemebel) ou degradação pessoal (Arenas, Santiago).

Nessa perspectiva, então, os romances em causa não só verbalizam uma realidade sobre as práticas homossexuais e reproduzem uma série de discursos sobre a identidade, mas, ao reproduzir esses discursos, cumprem uma função sócio-cultural que se poderia denominar ideológica, no sentido de que está mais direcionada para a promoção de um conjunto de valores e crenças relacionados com um tipo de identidade sexo-afetiva particular. Em outras palavras, ao se pretender testemunhar as características das práticas sexuais entre homens num contexto histórico determinado, o que finalmente se registra são os discursos que refletem sobre essas práticas e a ideologia que as considera inferiores ou anormais; isso porque ao se reproduzir as diversas concepções sobre a homossexualidade, também são reproduzidas as formas de exclusão de uma minoria denominada homossexual dentro de uma sociedade que se identifica como predominantemente heterossexual.

Talvez o problema fundamental do romance latino-americano de temática homossexual esteja relacionado com sua função testemunhal, sua ênfase excessiva em elementos confessionais e circunstanciais, e a consequente ausência de uma visão mais imaginativa da sexualidade e da linguagem que supere os estereótipos identitários para ir em busca de uma expressividade mais ambígua e paradigmática, como a que faz parte da configuração literária do homoerotismo, na qual a “inversão”, não só sexual, se manifeste em todos os níveis do ser, do agir e do falar. A questão talvez pudesse ser desenvolvida em

termos da diferença entre o tratamento realista-testemunhal da homossexualidade e a elaboração estético-literária da sexualidade.

Nessa minha apreciação, menos que uma ideia da literatura comprometida, o que está em jogo é uma ideia da literatura imaginativa, pois acho que a arte e a literatura teriam que ir além da reprodução discursiva das identidades e propor novas formas de pensar e olhar, novas possibilidades de identidade que, precisamente, não encontro nos romances referidos. Só na medida em que os romancistas de temática homossexual consigam ir além do registro testemunhal dos discursos sobre a identidade sexual, eles conseguirão interromper a re-produção da ideologia heterossexista e transcender o padrão androcentrista das relações sexuais e afetivas com uma visão mais imaginativa e menos identitária das práticas homossexuais.

## Referências

- ABREU, Caio Fernando. **Onde andaré Dulce Veiga?** Rio de Janeiro: Agir, 2007 [1990].
- ARENAS, Reinaldo. **Arturo, la estrella más brillante.** Barcelona: Montesinos, 1984 [1971].
- ARMSTRONG, Nancy. **Deseo y ficción doméstica.** Una historia política de la novela. Trad. María Coy, Madrid, Cátedra, 1996.
- BERSANI, Leo. **Homos.** Trad. Horacio Pons. Buenos Aires: Manantial, 1998.
- CAMINHA, Adolfo. **Bom-Crioulo.** São Paulo: Martin Claret, 2003 [1895].
- CARELLA, Tulio. **Orgia.** Diário primeiro. Rio de Janeiro: José Alvaro Ed. 1968.
- COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício:** estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro : Relume-Dumaré, 1992.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I.** A vontade de saber. Trad. Maria T. da Costa e J. A. Guilhon. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988 [1976].
- HIDALGO, Juan Carlos. “La centralidad de los márgenes: la figura homosexual en la literatura inglesa”. In: Maldonado, M. & Palma, M. (eds.). **Márgenes y minorías en la literatura inglesa.** Madrid: Ediciones del Huerto, 2003, p. 65-77.
- HERBERT, Daniel e MICOLIS, Leila. **Jacarés e lobisomens.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- INGENSCHAY, Dieter (org.). **Desde aceras opuestas.** Literatura/cultura gay y lesbiana en Latinoamérica. Madrid: Iberoamericana, 2006.
- KOSOFSKY Sedgwick. **Eve:** Epistemología del armario. Trad. Teresa Bladé Costa. Barcelona: La Tempestad, 1998 [1990].

LEMABEL, Pedro. **Tengo miedo torero**. Santiago: Seix Barral, 2002 [2001]

MONTENEGRO, Carlos. **Hombres sin mujer**. México: Massas, 1938.

PERLONGHER, Nestor. "La desaparición de la homosexualidad". In: El Porteño n° 119. Noviembre de 1991, ps. 25-30.

PROUST, Marcel. **Sodoma y Gomorra**. Trad. Pedro Salinas. Buenos Aires: Santiago Rueda, 1995.

PUIG, Manuel. **El beso de la mujer araña**. Buenos Aires: Booket, 2007 [1976].

SANTIAGO, Silviano. **Stella Manhattan**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991 [1985].

STEINER, George & BOYER, R. (Orgs.) **Homosexualidad, literatura y política**. Madrid: Alianza Editorial, 1985

WILDE, Oscar. **O retrato de Dorian Gray**. Trad. Januario Leite. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti: 1955.

WOODS, Gregory. **Historia de la literatura gay. La tradición masculina**. Trad. Julio Rodríguez Puertolas. Madrid: Akal, 2001

Andrea Czarnobay Perrot  
LIMA BARRETO E A  
FICÇÃO DOS EXCLUÍDOS



## LIMA BARRETO E A FICÇÃO DOS EXCLUÍDOS

O período referente ao final do século XIX e início do século XX insere-se num contexto fundamental do ponto de vista da mudança histórica mundial em direção à modernidade e sua consolidação. No Brasil, fatos político-históricos como a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889), relacionados aos ocorridos em nível mundial<sup>2</sup>, estabelecem a "atmosfera" preponderante. Somado a isso, posteriormente, o domínio do cientificismo, representado, sobretudo, pela doutrina positivista de Auguste Comte, determina os conceitos e normas vigentes no campo intelectual no Brasil e no mundo.

Vivendo nesse período, marcado por importantes transformações econômicas, políticas, sociais e culturais no Brasil, Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922), descendente de avós escravos e filho de um tipógrafo e de uma professora primária, ambos negros, viveu as consequências de ser um *outsider* no contexto de um país elitista, injusto e racista (BARBOSA, 2002), características que persistem ainda hoje em certos setores de nossa sociedade. Diante dessa condição, sua obra torna-se representativa porque, pela via literária, o escritor/homem de seu tempo demonstra que:

- apesar da república recém-instalada, continua a vigorar a mesma estrutura de domínio oligárquico do tempo imperial, sendo às classes não abastadas e aos indivíduos não brancos negados o direito à participação na política e o acesso à cultura;
- a abolição da escravatura, embora tenha libertado os negros, marginalizou-os, à medida que sua mão-de-obra foi quase totalmente substituída pela do imigrante europeu, numa tentativa das elites de "embranquecer" a população do Brasil (em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909) e *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919) Lima Barreto assume o caráter militante e autobiográfico de sua literatura ao explorar a tese de que, no Brasil, os mestiços de talento estão fadados ao fracasso justamente por serem mestiços).

---

<sup>1</sup> Prof.ª Adjunta II de Literaturas de Língua Portuguesa na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Mestre e Doutora em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

<sup>2</sup> Como, por exemplo, a Guerra Civil Americana (1861-1865), conflito entre o norte – industrial – e o sul dos EUA – agrícola e escravocrata (após quatro anos, o norte venceu e foi abolida a escravatura no país); e a Comuna de Paris (1871), a qual instalou um governo revolucionário na França, pregando o fim da escravidão do salário, segundo a tese de que tanto escravos quanto assalariados eram excluídos do acesso aos bens de produção e trabalhavam para benefício de outrem; além das unificações da Alemanha e da Itália e do imperialismo que ainda vigia na África, América, Ásia e Oceania.



Maria Cristina Machado, em *Lima Barreto: um pensador social na Primeira República* (2002), cumpre a tarefa de resgatar a dimensão social e política do trabalho de um autor marginalizado em seu tempo e no decurso da história. Segundo a autora, Lima Barreto teria desenvolvido grande sensibilidade sociológica por estar estreitamente vinculado às condições de emergência e configuração da modernidade e do capitalismo no contexto da sociedade brasileira. O lugar das margens, em termos existenciais e sociais, daria ao autor, ainda, uma possibilidade privilegiada de observação, descrição e crítica de seu tempo, fazendo de seu trabalho uma representação alegórica da modernidade brasileira.

Logo, o projeto estético da obra de Lima Barreto alia engenho artístico e atuação social, uma vez que, em seu universo ficcional, interagem elementos que nos permitem compreender as formas de dominação impostas por uma sociedade autoritária. A produção intelectual de Lima Barreto é o que podemos chamar de "literatura militante". Manifestando-se contra o *establishment* sociocultural, o autor acredita numa literatura capaz de promover a transformação da sociedade. Para ele, a literatura deveria ser constituída por textos que despertassem o interesse do leitor e que, simultaneamente, fossem providos de um significado maior, devendo estar, no entanto, vinculados aos seus autores, e de modo aparente. Por esta razão o discurso autobiográfico possui relevância em sua obra, pois Lima Barreto condenava a literatura alheia à experiência (é notória a mescla de sua experiência pessoal com a ficção em diversas de suas obras, como as já citadas *Recordações* e *Vida e Obra*, além de seus *Diário Íntimo* (1953 – póstumo) e *Diário do Hospício* (1919-1920)). Nessa seara, localizar as fronteiras entre o pessoal e o social, entre o documental e o literário e entre o real e o ficcional tem sido uma constante entre os pesquisadores da vida do homem e da obra do escritor.

De fato, a literatura de Lima Barreto pode ser analisada como representação crítica das características do sistema sociopolítico e cultural do Brasil da Primeira República sob os aspectos coletivo e também individual. A escrita barretiana enfrentou e expôs na própria forma literária os conflitos que, no momento histórico pelo qual o Brasil e o mundo passavam, assolavam o posicionamento dos intelectuais brasileiros. Lima Barreto configurou, em sua prosa, o dilema do artista brasileiro finissecular, tal como coloca Roberto Schwarz, em seu artigo "As idéias fora do lugar" (SCHWARZ, 200, p. 9-31): ideias progressistas vindas da Europa em conflito com uma sociedade oligárquica que buscava não só o branqueamento da população, como também a importação geral do modelo

civilizatório europeu e de suas instituições, sem mediações e/ou adaptações à nossa peculiar realidade<sup>3</sup>.

Lima Barreto firma um compromisso de sua literatura com a investigação dos contextos humanos que estão na base da formação da desigual sociedade brasileira do início do século XX. Sua “missão” é não apenas dar voz aos marginalizados, mas, também, narrar como o processo de marginalização é vivenciado por estes. Isso não significa que todos seus personagens e/ou protagonistas são excluídos, marginalizados ou vítimas de preconceitos, mas que haja, via de regra, um processo de exclusão, uma situação que marginaliza sendo narrada.

### **O Rio de Janeiro *fin-de-siècle***

Escritores e jornalistas frequentam cafés, salões literários e as modernas avenidas da metrópole-modelo, que na gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906) imitam a Paris pós-reforma urbana realizada por Hausmann: grandes *boulevards*, sofisticados passeios públicos, boutiques de produtos importados da Europa. Os “homens de letras” dirigem seu olhar e dedicam sua escrita ao centro da urbe, atentos aos grandes fatos, às angústias, aos problemas e à realidade dos cidadãos. Na contramão dessa literatura “oficial” aceita nas altas rodas sociais, que ressalta e retrata as transformações da cidade e as histórias de seus ilustres e abastados habitantes europeizados<sup>4</sup>, Afonso Henriques de Lima Barreto desvela, ao narrá-la, a vida do subúrbio e dos suburbanos, aliados dessa modernização de matriz parisiense.

Em várias de suas narrativas, a paisagem do Rio de Janeiro, capital da corte e da posterior República, não é a dos *boulevards* e dos cafés, mas a do morro, a da incipiente favela – que cresce na geografia carioca justamente nesse período, pois era preciso realocar a população pobre que habitava o espaço a ser ocupado por prédios luxuosos e largas vias de acesso. Muitos morros, casebres e cortiços foram derrubados com o intuito de camuflar o aspecto ainda colonial da cidade, para, com isso, atrair investimentos estrangeiros e alcançar prestígio internacional. É desse período a alcunha de Cidade Maravilhosa até hoje ostentada pela cidade.

---

<sup>3</sup> Exemplo disso ocorreu durante a gestão do engenheiro Pereira Passos na Prefeitura do Rio de Janeiro (1902-1906), na qual se iniciou um processo de modernização da cidade *à la Paris* (cujo prefeito era, à época, o Barão Haussmann), provocando descontentamento nas classes menos favorecidas, que foram transferidas para os subúrbios da cidade, fazendo surgir as primeiras favelas. O início desse processo deu-se em função de o modelo urbano parisiense ter sido copiado, sem qualquer mediação, de um contexto europeu divergente não apenas na estruturação das cidades, como também no ambiente intelectual formado por seus habitantes.

<sup>4</sup> Vide a literatura cronística de João do Rio.

Para Barreto importava, sobretudo, a vida por trás dessa fachada europeia, as implicações nefastas dessa “limpeza”<sup>5</sup> promovida por Pereira Passos. Em *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, certo personagem comenta a “lei dos sapatos obrigatórios”, metáfora das mudanças apenas estéticas trazidas pela República: *Causa má impressão ver essa gente descalça... Isso só nos países atrasados! Eu nunca vi isso na Europa!* (BARRETO: 2010b, p. 222)

Tendo vivido no subúrbio, Lima Barreto conviveu com gente de todas as cores, de todos os credos, de todas as origens, todos possuindo, como ponto nivelador, a pobreza. Devemos entender, porém, que relacionar sua vida suburbana à temática suburbana presente em sua obra não deve ser encarado como crítica biografista superficial, aquela que coloca a relação vida-obra de forma ingênua, como sendo obrigatoriamente uma relação de causa-consequência.

Para Lima, como podemos perceber ao ler sua conferência (embora nunca proferida) “O destino da literatura” (*Marginália* – 1953, póstuma), a literatura tem como objetivo a solidariedade dos homens. O autor, trazendo sua experiência à sua escrita, deve promover a identidade entre os seres humanos, que são todos frutos da mesma origem e que devem caminhar todos na mesma direção.

Semelhante visão nos apresenta Antonio Candido em *Literatura e sociedade* (2006, p. 147):

A literatura [...] é coletiva, na medida em que requer uma certa comunhão de meios expressivos (a palavra, a imagem), e mobiliza afinidades profundas que congregam os homens de um lugar e de um momento, para chegar a uma ‘comunicação’.

## O subúrbio e os suburbanos na obra de Lima Barreto

Em *Clara dos Anjos* – romance publicado em 1923 e escrito entre 1921-22 (existem três ‘Claras’: o romance inacabado de 1904, o conto de 1919 e o romance completo de 1923) –, Lima descreve o subúrbio, em suas palavras, “refúgio dos infelizes”:

Mais ou menos é assim o subúrbio, na sua pobreza e no abandono em que os poderes públicos o deixam. Pelas primeiras horas da manhã, de todas aquelas bibocas, alforjas, trilhos, morros, travessas,

---

<sup>5</sup> Seria uma espécie de eugenia? Fica aqui uma sugestão de pesquisa.

grotas, ruas, sai gente, que se encaminha para a estação mais próxima, alguns, morando mais longe em Inhaúma, em Caxambi, em Jacarepaguá, perdem amor a alguns níqueis e tomam bondes que chegam cheios às estações. Esse movimento dura até as dez horas da manhã e há toda uma população da cidade, de certo ponto, no número dos que nele tomam parte. São operários, pequenos empregados, militares de todas as patentes, inferiores de milícias prestantes, funcionários públicos e gente que, apesar de honesta, vive de pequenas transações, de dia a dia, em que ganham pensosamente alguns mil-réis. O subúrbio é o refúgio dos infelizes. Os que perderam o emprego, as fortunas; os que faliram nos negócios, enfim, todos os que perderam a sua situação normal vão se aninhar lá; e todos os dias, bem cedo, lá descem à procura de amigos fiéis que os amparem, que lhes dêem alguma coisa, para o sustento seu e dos filhos. (BARRETO, 2012, p. 187-188)

A descrição do espaço geográfico é realizada por meio da descrição dos que nele habitam. Por longo trecho do romance, o subúrbio e o suburbano (pobre, em geral, não importando a cor) são personagens centrais do romance, sustentando a militância da literatura barretiana.

Interessante perceber o alcance do subúrbio nesta obra: o “infeliz” suburbano é Meneses, espécie de dentista clandestino branco, e não Clara, a heroína negra do romance (mulata que engravida do amante branco cafajeste). Percebe-se, assim, que não apenas a discriminação racial aparece com força na literatura militante de Lima, mas toda e qualquer marginalização e exclusão, mor das vezes mergulhadas na pobreza.

No conto *O Moleque* (1920), Lima também retrata o subúrbio e seus habitantes, o cotidiano dos seus “infelizes”: os animais criados soltos pelos quintais, a rotina dos pequenos negociantes... Aborda também a supressão de nomes indígenas de ruas e bairros do Rio, substituídos por nomes de “figurões banais”, numa alusão ao apagamento da história dos locais onde moram os excluídos (aqui excluídos da própria história do local que habitam).

Essa questão é também abordada em *Diário do Hospício* (1919-1920), junto ao ‘culto’ ao bacharelismo, aos ‘doutores’ na sociedade:

Canoas ainda! Herança dos índios! O remo também vem deles! Quantas coisas, dos seus usos e costumes, eles nos legaram? Muitas! A farinha da mandioca, do milho, certas tuberosas, nomes de rios e lugares, muitos, adequados e expressivos. Hoje, a vaidade nacional batiza os lugares com os mais feios nomes que se podem esperar. Enseada Almirante Batista das Neves! Só falta um doutor, também. Esta nossa sociedade é absolutamente idiota. Nunca se viu tanta falta de gosto. Nunca se viu tanta atonia, tanta falta de iniciativa e autonomia intelectual! ... Quem quiser lutar aqui e tiver de fato um

ideal qualquer superior, há de por força cair. ... Nos grandes países de grandes invenções, de grandes descobertas, de teorias ousadas, não se vê nosso fetichismo pelo título universitário que aqui se transformou em título nobiliárquico. É o *don* espanhol. (BARRETO, 2010a, p. 93-94)

Em *O filho da Gabriela* (1915), outro conto do autor, a humilhação e a impossibilidade de uma vida digna são denunciadas como marcos das dificuldades de inserção social do negro no Brasil pós-escravidão. Gabriela, criada da casa do Conselheiro e de Dona Laura, morre e deixa seu filho como apadrinhado da família. Note-se que o menino, apesar de possuir nome próprio - Horácio -, é sempre referido como “o filho da Gabriela”, alcunha que corrobora e garante sua marginalização no ambiente familiar e social da casa do Conselheiro.

Ainda em *O filho da Gabriela*, o incidente que causa constrangimento nas relações entre Horácio e o Conselheiro bem demonstra a situação marginal vivenciada pelo jovem apadrinhado:

Certa manhã, ao entrar na sala de jantar, deu com o padrinho a ler os jornais, segundo o seu hábito querido.

— Horácio, você passe na casa do Guedes e traga-me a roupa que mandei consertar.

— Mande outra pessoa buscar.

— O que?

— Não trago.

— Ingrato! Era de esperar...

(In: SCHWARCZ, 2000, p. 106-107)

Como resultado dessa ‘insubordinação’, Horácio adoece, revelando o quão entranhado em sua condição subalterna o rapaz se encontra.

Já em *Triste fim Policarpo Quaresma* (1911), o marginalizado da vez é o interiorano, como podemos perceber na seguinte passagem:

Pelos seus olhos passaram num instante aquelas faces amareladas e chupadas que se encostavam nos portais das vendas preguiçosamente; viu também aquelas crianças maltrapilhas e sujas, d’olhos baixos a esmolar disfarçadamente pelas estradas; viu aquelas terras abandonadas, improdutivas, entregues às ervas e insetos daninhos; viu ainda o desespero de Felizardo, homem bom, ativo e trabalhador, sem ânimo de plantar um grão de milho em casa e bebendo todo o dinheiro que lhe passava pelas mãos.

Aqui a militância da literatura barretiana se revela na descrição das péssimas condições do homem rural, habitante do interior do Brasil, que apesar de ser 'bom, ativo e trabalhador', frente às circunstâncias e ao abandono do governo, acaba sem ânimo para trabalhar e entregando-se ao vício da bebida.

## Considerações finais

Conforme R.J. Oakley,

Lima Barreto afirmava que a beleza estética depende da 'substância da obra', que é o pensamento que o artista investe nela. Tal noção há de se vincular ao problema do destino humano neste mundo; ou seja, a importância da literatura reside não na forma, mas no conteúdo. (OAKLEY, 2011, p. 4)

Em *O destino da literatura*, Lima Barreto afirma que o fundamental se encontra na "exteriorização de um certo e determinado pensamento de interesse humano, que fale do problema angustiante de nosso destino em face do Infinito e do Mistério que nos cerca, e aluda às questões de nossa conduta na vida".

Essa é a *verve* da literatura barretiana. Como vimos nos exemplos explorados neste texto, o subúrbio e seus moradores são temas centrais na obra do escritor. Assim ele procede no intuito de "promover a identidade entre os seres humanos, que são todos frutos da mesma origem e que devem caminhar todos na mesma direção".

## Referências

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. **Diário do Hospício e O Cemitério dos Vivos**. São Paulo: Cosac Naify, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010b.

\_\_\_\_\_. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

MACHADO, Maria Cristina. **Lima Barreto: um pensador social na Primeira República**. Goiânia: Ed. UFG; São Paulo: Edusp, 2002.

OAKLEY, R.J. **Lima Barreto e o destino da literatura**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **Contos completos de Lima Barreto**. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas cidades; Editora 34, 2000.

Inara Ribeiro Gomes

FUNDAMENTOS HISTÓRICO-POÉTICOS  
DA INTERIORIDADE NA TEORIA  
DO ROMANCE DE BAKHTIN





## FUNDAMENTOS HISTÓRICO-POÉTICOS DA INTERIORIDADE NA TEORIA DO ROMANCE DE BAKHTIN

### Introdução

A teoria do romance de Bakhtin postula para o gênero uma formação histórica desvinculada das formas literárias canônicas. Sua tese invulgar, e extravagante para alguns, sustenta que essa formação segue uma linha própria e independente, em conexão estreita com a literatura popular e cômica, antiga e medieval.

Entre os diversos aspectos composicionais e temáticos que são determinados por essa linhagem, destaca-se a questão da evolução da “imagem do homem” no romance. As transformações na representação do indivíduo são acompanhadas por Bakhtin desde as protoformas romanescas da Antiguidade até o romance moderno, no qual a personagem interiorizada e autoconsciente faz sua aparição.

Para o escopo deste trabalho, pretendemos destacar aqueles pontos de inflexão na história do gênero que Bakhtin considera mais relevantes para que se opere a “revelação da vida interior”, a qual, embora só se torne plena no “novo romance” do século XVIII, aparece como embrião em formas literárias antigas.

Em *Questões de literatura e de estética*, essa questão aparece nos textos que tratam dessa evolução, como é o caso de “Formas de tempo e de cronótopo no romance”, “Epos e romance” e parte de “O discurso no romance” (o capítulo “Duas linhas estilísticas do romance europeu”). Consideraremos também o ensaio “Da pré-história do discurso romanesco”, que, em conjunto com “Epos e romance”, explica a relação que Bakhtin estabelece entre a cultura do riso e o plurilinguismo, dois fatores considerados decisivos para a constituição do romance. Um terceiro fator seria a incorporação do tempo histórico no conteúdo e na composição da narrativa. Ele é examinado por meio da categoria do cronótopo, a qual permite a demonstração do modo como a narrativa assimila contextos “reais”, construindo um mundo mais ou menos plausível em termos de espaço e de tempo.

---

<sup>1</sup> Prof<sup>ª</sup> Adjunta do Departamento de Letras da UFPE e pesquisadora no Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV). É mestre e doutora em Teoria da Literatura, respectivamente pela PUC-RS e pela UFPE. Atualmente, desenvolve pesquisa sobre teoria do romance e romance contemporâneo, com foco na questão da subjetividade.

Na primeira parte deste texto seguiremos a análise bakhtiniana da correlação entre fatores histórico-culturais e personagens literárias, e das “imagens da pessoa” que a prosa romanesca vai registrando ao longo do tempo. Na segunda parte, o foco recai sobre algumas mudanças importantes na “posição do autor” e no ponto de vista narrativo, que vão condicionar o surgimento da personagem dotada de interioridade.

## **A imagem da pessoa e de sua interioridade**

No ensaio “Epos e romance” (2010, p. 397-428)<sup>2</sup>, Bakhtin posiciona-se, implicitamente, contra a ideia de que o romance seria um sucedâneo burguês da epopeia. O gênero não só resultaria de um processo genético peculiar e afastado dos cânones literários, como também, tendo-se consolidado na era moderna, seria uma forma literária aberta e em evolução permanente, tão inacabada quanto a realidade e os seres que apresenta. O que o distingue e particulariza é sua relação com o tempo. Enquanto a epopeia apresenta um mundo fechado em sua completude e um tempo desconectado do presente de sua audiência (um “passado absoluto” e distanciado), o romance está orientado para o presente aberto e inconcluso da atualidade: “cria-se uma zona de estruturação de representações radicalmente nova no romance, uma zona de contato máximo do objeto de representação com o presente na sua imperfeição e, por conseguinte, também com o futuro” (p. 420). O romance encontra sua essência realista quando entra em contato contemporâneo e familiar com seus objetos de representação – as personagens, seus mundos, os discursos da vida corrente. Essa superação da distância épica, com a assimilação da história em devir – da “atualidade viva” e prosaica –, teve como consequência “profunda e essencial” a “reestruturação da representação do homem na literatura” (p. 422).

A contemporaneidade do gênero com sua matéria não é um fato inédito na história da literatura; ela tem raízes nos gêneros sério-cômicos da Antiguidade e da Idade Média. Eles teriam tido um papel fundamental na gênese do romance, por funcionarem como fonte do tratamento realista que é dado à sua matéria humana e social. Em suas formas mais ou menos sutis, da ironia ao escárnio, o riso seria inerente à prosa ficcional que modela a subjetividade moderna, tal como ela se manifesta na obra de Cervantes, Sterne ou Fielding, autores de fundamental importância para o romance do século XIX, quando o gênero atingiu sua plenitude.

---

<sup>2</sup> Como todos os ensaios que iremos comentar encontram-se reunidos em um único volume, nas citações subseqüentes faremos referência apenas ao número da página.

O riso opera numa zona de contato familiar, irreverente e indiferente às relações hierárquicas, em contraposição com o distanciamento épico, respeitoso e sacralizador. A derrisão é fator de destruição das distâncias, pois só podemos rir do que está próximo. Ela rebaixa o que foi alçado a uma posição elevada, devolvendo ao homem sua medida humana, que fora sublimada nos “gêneros oficiais”. Nas sátiras e paródias antigas, o riso desmascarador revela uma discrepância entre ser e aparência, o fato de que não há uma “coincidência” do sujeito consigo mesmo.

Na epopeia, em contraste, o indivíduo é acabado, coincidente consigo mesmo, não há nenhuma distância entre o que ele é e o que aparenta ser. O herói épico é unificado e exteriorizado, não há fraturas entre ele e a comunidade, entre o que ele é e seu significado para o mito nacional. Essa percepção literária do humano caracteriza os gêneros nobres, cuja função é de conservação da matéria lendária no seu aspecto de monumento da nacionalidade. Mesmo quando a atualidade móvel e fluida penetra na poesia, ela é sublimada e conectada ao passado heroico.

Nesse plano distanciado, não há interioridade a ser revelada, pois o interior do eu está totalmente do lado de fora, o que ele sabe sobre si mesmo coincide com o que os outros sabem sobre ele. O homem épico (assim como o trágico) é desprovido de iniciativa linguística e ideológica (p. 423).

No romance, é característico o desencontro entre a personagem e sua realidade sócio-histórica. A realização de sua humanidade está sempre aquém ou além das condições do meio, seu destino se cumpre em desacordo com ele. Por conseguinte, o real é subjetivado, o foco é colocado na experiência pessoal e a personagem torna-se um ideólogo. Interioridade e exterioridade não mais se correspondem, não são mais dadas num único plano. Essa desintegração da unidade do herói épico tem significado cômico, no sentido de que os acontecimentos, os fenômenos e a experiência são rebaixados a uma dimensão familiar e prosaica (p. 426).

Dentre as antigas formas cômicas, Bakhtin dá especial relevo à paródia, que apresentava uma rica variedade, dirigindo-se a todo tipo de discurso sério. Em “Da pré-história do discurso romanesco” (p. 363-396), ele assinala que, na Antiguidade, praticamente não havia gênero ou discurso, seja literário, retórico, filosófico ou religioso, que não possuísse a sua contrapartida paródica, e que em muitos casos – como nos dramas satíricos e nas epopeias cômicas – essas formas eram consideradas legítimas e canônicas (p. 373). Os romanos ampliaram a tradição cômico-paródica recebida dos gregos, que se fez

presente nas mais variadas formas verbais e ritualísticas, nas versões cômicas da literatura elevada, nas artes plásticas e cênicas, nos espetáculos populares.

As formas do campo cômico e do sério-cômico (como o diálogo socrático, a sátira menipeia, dentre outros gêneros) possuíam, assim, enorme vitalidade e relevância cultural na Antiguidade. Mas então, perguntamos-nos, por que elas não influenciaram a percepção do humano nas representações artísticas canônicas? Por que existe um lapso de mais de mil e quinhentos anos até o surgimento do romance realista, com seu sujeito reflexivo e interiorizado?

No tocante à primeira questão, a alteração de tal percepção depende de uma compreensão da vida privada, da esfera individual e do sentimento subjetivo que era estranha à cultura ocidental antiga e parte da medieval (tema tratado por Bakhtin em outro ensaio, como veremos a seguir). No tocante à segunda, devem-se levar em conta as condições de transmissão do legado da cultura cômica. Do seu imenso repertório – dos dramas satíricos gregos, passando por diversas formas paródicas, não só do discurso poético, como as paródias homéricas, mas também do religioso, do jurídico, do retórico, às farsas latinas e outras inúmeras manifestações de “travestimento paródico” produzidos na Roma antiga –, muito pouco foi transmitido pela cultura escrita, que privilegiou os gêneros sérios em detrimento dos cômicos, considerados grosseiros e profanadores (p. 377).

Para Bakhtin, o romance estava virtualmente formado no mundo antigo. Sua unidade seria composta pela pluralidade de vozes, estilos e linguagens, manifesta, sobretudo, na cultura do riso, com a sua função crítica de corrigir a rigidez do discurso “direto”, sério e autoritário, e de, assim, revelar outra realidade não captada por este. Por isso, o romance grego, embora apresente uma estrutura fabular e espaço-temporal romanesca, ainda não atualiza essa virtualidade em termos de linguagem, constatação que produz a paradoxal afirmação de que o “romanesco” pode ser encontrado de modo mais intenso em outros gêneros: “algumas variantes da sátira helenística e romana são incomparavelmente mais ‘romanescas’ do que o romance grego” (p. 383).

Ao riso associa-se o plurilinguismo (ou heteroglossia, conforme a tradução) como outro importante fator para a posterior definição do discurso do romance e de sua cosmovisão. O romance não seria possível sem uma consciência criadora ativamente plurilíngue, sem que a língua do outro penetre na língua do criador, sem que haja uma distância crítica entre o criador e sua própria linguagem e entre esta linguagem e o mundo referencial.

A língua da epopeia é a língua do mito e da nacionalidade, é fechada e unificada, não admite uma fenda entre a palavra e a coisa e por isso não admite a língua do outro, nem tampouco o outro – a diferença – dentro de sua própria língua. No entanto, o grego do período clássico não era uma língua tão homogênea assim, pois sempre há a pressão do estrangeiro e estratificações linguísticas na sociedade. Por isso, foi possível o florescimento dos gêneros cômicos no seio de uma linguagem (relativamente) homogênea e unilinguística (p. 383).

Mais tarde, durante o Helenismo, o contato do grego com as línguas orientais e com as bárbaras da Europa teria corroído a homogeneidade linguística que sustentava os gêneros clássicos. Tal “iluminação recíproca” entre línguas e culturas – com o novo universo linguístico “galileano”, aberto e relativo, resultante dessa interinfluência – acarreta a desintegração do mito nacional e do unilinguismo a ele associado (p. 382). Nesse sentido, o discurso cômico-paródico, ao relativizar, pelo riso, um determinado discurso-objeto – “direto”, unilateral, elevado, sem fendas –, manifesta um modo lúcido e crítico de revelar que a realidade “é sempre mais rica, mais substancial, e principalmente, *mais contraditória e multilíngue* do que pode conter o gênero direto elevado” (p. 375, grifos do autor).

Mas esses dois fatores, como se observou, estão ausentes em narrativas antigas, medievais e renascentistas que foram essenciais para o desenvolvimento do romance e que são caracterizadas pelo discurso patético e monológico. A primeira forma romanesca ocidental, o chamado romance grego ou sofista, estabeleceu, em embrião, a ossatura do romance, mas não apresenta nenhum traço do *discurso* que o caracteriza nos tempos modernos. Em “Duas linhas estilísticas do romance europeu” (p. 164-210), Bakhtin argumenta que foi dentro da primeira linha, a saber, a monológica, que a narrativa literária se desenvolveu no Ocidente (na sequência formada por romance grego, romance de cavalaria, romance idílico, romance sentimental) enquanto que a segunda linha – bivocal e plurilíngue – não produziu formas romanescas propriamente ditas até o Renascimento, com o romance picaresco.

Aqui entra o terceiro fator de formação do romance moderno, mais estreitamente vinculado ao tempo e ao cronótopo. Em “Épos e romance”, Bakhtin alega que um dos aspectos estruturais definidores do romance é a criação de um campo de representação específico, com o estabelecimento de coordenadas espaço-temporais que são orientadas para o presente inacabado e familiar. No conjunto de ensaios anteriores aos acima comentados, denominado “Formas de tempo e de cronotopo no romance” (p. 211-362), ele havia discutido como a “série histórica” vai sendo incorporada progressivamente pelo

discurso literário, ou seja, como se dá a assimilação, pela literatura, da historicidade de pessoas “reais” (verossímeis) e de seus mundos concretos.

Nesses “ensaios de poética histórica”, Bakhtin começa por reconhecer três tipos preliminares de “unidade de romance” na Antiguidade, unidade essa realizada na “fusão de indícios espaciais e temporais num todo compreensivo e concreto” (p. 211). O cronótopo constitui um modo particular de organizar tempo e espaço na narrativa e de dar inteligibilidade à experiência humana dentro de um contexto determinado. Ele corresponde à materialização do tempo no espaço, resultando da “condensação e concretização espacial dos índices do tempo” (p. 355). A análise dos três tipos antigos de cronótopo nos interessa, aqui, porque eles, em seqüência, evidenciam um movimento em direção à representação da vida privada e interiorizada.

O primeiro tipo organiza-se pelo *tempo da aventura* e é exemplificado no *romance grego*. Seus diversos elementos temáticos, já presentes nos gêneros clássicos (o amor, a guerra, o reconhecimento da verdadeira identidade do herói, etc.), são arranjados num cronótopo novo, base do posterior desenvolvimento do romance de aventuras. Embora exista um significado biográfico, as peripécias vividas por heróis e heroínas dão-se como que à margem do tempo biográfico, uma vez que elas não lhes alteram em nada a visão de mundo ou o perfil psicológico. O tempo da aventura, organizado em torno das relações amorosas e seus obstáculos, é isolado do curso regular da vida. Desenvolve-se como que num “hiato extratemporal” e não deixa marcas na existência dos protagonistas.

Nessas histórias regidas pelo acaso, por encontros e desencontros fortuitos, nem as personagens evoluem com a experiência, nem existe interferência recíproca entre suas ações e realidades cotidianas, sociopolíticas e geográficas específicas, as quais não chegam a ser determinadas. A relação da personagem com seu contexto é estática e abstrata. A imagem de indivíduo constrói-se pelo princípio da “identidade consigo mesmo” (p. 229), que o herói deve confirmar nas provações a que é submetido. Bakhtin salienta, nesse ponto, tanto a raiz folclórica quanto a forte presença da ideia de *provação da identidade humana* na narrativa de todos os tempos.

O herói do romance grego, ao mesmo tempo em que se caracteriza como indivíduo “particular e privado” (p. 231), porque totalmente desligado de uma pátria, cidade ou grupo social, apresenta-se como o enunciatador de um discurso público-retórico, de que se vale para relatar detalhes da experiência individual, de tal modo que seus pronunciamentos não têm natureza confessional, mas “jurídico-legal” (p. 232). Há uma inadequação entre esses

dois aspectos, uma vez que se usa um discurso público (apologia que confirma a identidade e a integridade dos heróis) para um conteúdo totalmente privado, que não tem significado político e social. A conclusão de Bakhtin é de que não se encontrou, na Antiguidade, uma linguagem artística adequada à expressão da vida privada e isolada da coletividade.

No segundo tipo de romance antigo, ao tempo da aventura é agregada a representação dos *costumes* da vida corrente privada. O exemplo principal é *O asno de ouro*, de Apuleio, no qual a ideia de *identidade* é combinada com a de *transformação* (a metamorfose do personagem Lúcio em asno), motivo enraizado no conto mitológico e complexamente ramificado na filosofia grega. Como no romance grego, o tempo da aventura é uma série de acontecimentos extraordinários, mas, ao contrário do que ocorre naquele, esses acontecimentos deixam marcas indeléveis na biografia do herói.

A narrativa se organiza em torno de momentos de crise e de ruptura, que marcam a transformação de um indivíduo em outro (os três momentos da trajetória de Lúcio: desde o período anterior à sua metamorfose, passando por suas aventuras como asno, até a recuperação de sua forma humana). Também como no romance grego, o acaso é elemento estruturante do enredo, mas o herói não é totalmente destituído de iniciativa, mero joguete das forças irracionais do destino. Sua trajetória tem como causa inicial suas atitudes e seu caráter (a leviandade e a imprudência de Lúcio) e chega a bom termo em virtude de seus esforços de ascese e de purificação. Por isso, a “série de aventuras vividas pelo herói conduz não à simples confirmação de sua identidade, mas à construção de uma nova imagem do herói purificado e regenerado” (p. 239-240).

Esse cronótopo ultrapassa, assim, a abstração temporal do romance grego. O tempo adquire densidade e concretude efetivas, não sendo mais simples sucessão de momentos: “a série temporal, aqui, é um *todo* essencial e *irreversível!*” (p. 241, grifos do autor). No entanto, esse tipo tem uma limitação importante, na opinião de Bakhtin: a aventura do herói não tem aspecto criativo, não interfere no mundo à sua volta, fica isolada num âmbito puramente pessoal e privado, o que indica que a série da aventura e a série temporal histórica permanecem estranhas uma à outra.

O espaço é saturado de elementos do cotidiano, da vida ordinária e familiar. Bakhtin identifica aí o importante *cronótopo da estrada*, com a particularidade de que o deslocamento do herói, neste caso, passa por lugares conhecidos e familiares, sem nada de exótico ou estrangeiro (o cronótopo da grande estrada do mundo familiar aparecerá, mais tarde, no romance picaresco e no *Dom Quixote*). A peregrinação de Lúcio realiza a

“metáfora do caminho da vida” (p. 242). No entanto, ocorre uma dissociação entre a vida cotidiana e os acontecimentos essenciais para o destino da personagem, que se desenrolam no eixo “culpa-castigo-redenção-beatitude” e, portanto, fora da esfera do cotidiano. Este aparece como o lugar da queda do herói, o inferno que ele tem de percorrer no seu estado de asno, uma existência grosseira e inferior da qual ele se liberta ao final. Neste plano, há uma revelação da *multiformidade social*, embora esta apareça de modo estático e sem contradições, sem movimento em direção a um porvir histórico – o tempo, assim, não se realiza em sua plenitude (p. 249).

Outro importante elemento de *O asno de ouro* é a posição de Lúcio-asno como espião da vida privada, o acesso que ele tem aos aspectos mais recônditos da vida dos outros, que ele não teria na sua forma humana. Ninguém se importa em revelar segredos diante de um asno e, além disso, suas grandes orelhas são instrumentos apurados de escuta. Esse recurso é inédito para uma época em que a literatura tinha caráter totalmente público. Voltaremos a esse ponto na segunda seção deste texto, quando serão discutidas as transformações na posição do autor.

O terceiro tipo de “romance” antigo identificado por Bakhtin não é propriamente um gênero literário, mas sua inclusão na categoria de “unidade romanesca” é justificada por sua influência na evolução de cronótopos especificamente literários, decisiva tanto para o romance biográfico propriamente dito quanto para o romance em geral. Trata-se da biografia e da autobiografia que foram desenvolvidas no período clássico grego, no helenístico e no romano. Elas são analisadas não somente como um gênero desenvolvido na forma da história completa de uma vida, mas também como “comentário” biográfico (apologias, panegíricos ou elogios fúnebres) ou discursos de autoglorificação, dentre outros.

No período clássico, essas obras têm caráter totalmente público e seu cronótopo é o da *ágora*: “foi ali que, pela primeira vez, surgiu e tomou forma a consciência biográfica e autobiográfica do homem e de sua vida” (p. 251). Essa vida pessoal nunca está desconectada dos acontecimentos políticos e sociais e sua exposição tem o sentido de recapitulação do percurso cívico de um cidadão. Na imagem da pessoa e no seu tempo biográfico não há qualquer lugar para a introversão e para a privacidade, pois “o homem interior, ‘o homem para si’ (eu para mim) e a abordagem particular de si mesmo ainda não existiam” (p. 252). Bakhtin ressalta a importância desse aspecto para a percepção da figura humana também na arte e na literatura clássicas, como o faz igualmente em “Epos e romance” para o caso específico da epopeia. Para o grego da era clássica não há interior *mudo*, ou seja, um interior



não verbalizável de modo sonoro e audível; para ele, não faria sentido algum distinguir o interior do exterior como duas esferas distintas do ser.

Na época heleno-romana, começa a ser concebido um plano da existência interiorizado, mudo e invisível, decorrente de um processo de privatização da vida, embora esse não chegue a ser um traço cultural dominante. O cronótopo muda da praça pública para a esfera da família, com a ressalva importante de que a família romana não tem nada do caráter nuclear e íntimo da família burguesa; ao contrário, ela está diretamente ligada ao Estado e à vida cívica. A autobiografia, nesse contexto, tem por objetivo transmitir as tradições familiares ligadas ao destino nacional e expressa a “*tomada de consciência pública do homem*” (p. 258, grifos do autor). As biografias têm, igualmente, um caráter essencialmente público. O personagem biografado não revela um modo particular de crescimento, pois na sua caracterização não existe a ideia de um porvir, de uma formação, mas a de uma essência imutável ou identidade fixa, uma potência original que se atualiza nos acidentes da vida, revela-se neste ou naquele episódio.

No entanto, já se manifestam algumas alterações significativas nesse modelo, embora ainda não seja perceptível a expressão de uma autoconsciência solitária. Seja nos autorretratos irônicos (Horácio, Ovídio) ou nas cartas (Cícero, Sêneca), percebe-se uma tensão entre o aspecto particular da vida do indivíduo e sua unidade com a coletividade humana orgânica, o que prenuncia a solidão do homem moderno:

Inúmeros detalhes da vida privada, que fazem com que o homem se sinta em casa e que começam a servir de apoio a uma consciência de si mesmo, passam a ter significado. A imagem do homem começa a se mover por espaços fechados, privados, quase íntimos, onde ele perde sua plasticidade monumental e sua extroversão totalmente pública. (p. 261).

Na Idade Média, o cronótopo do romance de cavalaria assemelha-se em muitos aspectos ao do romance grego, quanto ao tempo da aventura e quanto ao aspecto abstrato e convencional no estabelecimento de coordenadas espaciais e temporais. A diferença é que ele se insere no espaço do maravilhoso, enquanto o romance grego apresenta certa plausibilidade. Seus heróis são individualizados e convencionalmente marcados, o que permite a geração de ciclos narrativos. Assim como ocorrera no período clássico, a contribuição mais significativa para a ulterior definição de uma identidade moderna da personagem vem dos gêneros menores da cultura cômica, das formas folclóricas e semifolclóricas que constituem a literatura das baixas camadas sociais (p. 275).

Nestes, têm proeminência as figuras do trapaceiro, do bufão e do bobo, que viriam a ter uma grande importância para a exploração da vida subjetiva no romance realista. No entanto, essas personagens, ligadas ao palco teatral e à praça pública, têm uma existência toda exteriorizada. Quando penetram na arte literária, elas atuam duplamente: no plano do autor, interferindo em seu estatuto e em seu ponto de vista, e no plano da personagem.

A imagem da pessoa associada a essas figuras é indireta e alegórica, pois o bufão e o bobo não têm existência concreta e não podem ser tomados em sentido literal; são máscaras que o autor utiliza para modelar um determinado modo de estar no mundo e de observá-lo: as zombarias do bufão (que é uma espécie de trapaceiro que se faz de bobo) e a ingenuidade simplória do bobo apontam para tudo o que é falso e convencional, desmascaram a hipocrisia que contamina as relações humanas, denunciam toda impostura. São personagens “estrangeiros”, não compreendem o mundo e fazem do estranhamento e da incompreensão seu modo de observar a vida. Daí a designação de “cronótopo intermediário”, porque o palco teatral, com seu estoque de máscaras, medeia entre a narração e a apresentação de um mundo.

A função dessas figuras no romance moderno atua, por um lado, no sentido de resgate da ligação da literatura com a praça pública, pois elas estão vinculadas à manifestação externa de esferas interditas e menosprezadas da vida privada, especialmente as relativas à vida sexual, vital, fisiológica. O exemplo, neste caso, é *Gargântua e Pantagruel*, de Rabelais, cujo herói não apresenta vida interior, introspectiva, mas, pelo contrário, só se manifesta “do lado de fora”, através da ação e do diálogo (p. 345).

Por outro lado, seria “característico que o *homem interior* – subjetividade pura e ‘natural’ – só tenha podido ser revelado com a ajuda do bufão e do bobo, pois não foi possível encontrar para ele uma forma de existência adequada, direta (não alegórica do ponto de vista da vida corrente)” (p. 279, grifos do autor). A figura do excêntrico, que exerceu papel capital na história do romance, é um avatar do bufão e do bobo. O *Tristram Shandy*, de Sterne, inaugura uma linhagem de personagens “originais” dotadas de “subjetividade livre e independente”.

Assim, enquanto o *shandysmo* é uma forma de manifestação do herói interiorizado, o *pantagruelismo*, correlatamente, revela o “homem plenamente exterior” (*idem*). De modo que, segundo Bakhtin, o universo interno da personagem faz sua aparição, no século XVIII, como subjetividade metafórica ou alegórica, no sentido de que o indivíduo e sua visão de mundo estão perpassados pela atitude bufa (p. 280).

## A posição do autor: o terceiro na vida privada

Nos ensaios que estamos examinando, Bakhtin faz várias referências à importância do surgimento de novas possibilidades de perspectiva narrativa em função de mudanças na posição do autor e do aparecimento de sua imagem na cena romanesca. A revelação da vida interior depende, segundo ele, desse posicionamento autoral que só se consolidará na modernidade, mas cuja preparação pode ser rastreada na pré-história do romance.

A autoria no romance está relacionada, antes de tudo, ao hibridismo discursivo – inerente a toda prosa romanesca autêntica – e à orientação temporal centrada no presente, que se apresenta como atualidade aberta ao futuro:

O romance está ligado aos elementos do presente inacabado que não o deixam enrijecer. O romancista gravita em torno de tudo aquilo que não está ainda acabado. Ele pode aparecer no campo da representação em qualquer atitude, pode representar os momentos reais de sua vida ou fazer uma alusão, pode se intrometer na conversa dos personagens, pode polemizar abertamente com seus inimigos literários, etc. Não se trata somente da aparição da imagem do autor no campo da representação, trata-se também do fato que o autor autêntico, formal e primeiro (o autor da imagem do autor) redonda em novas relações com o mundo representado: elas se encontram agora naquelas mesmas medidas axiológicas e temporais, que representam num único plano o discurso do autor com o discurso do personagem representado e que pode atuar junto com ele (mais exatamente: não pode deixar de atuar) nas mútuas relações dialógicas e nas combinações híbridas. (p. 417).

O caráter eminentemente plurilíngue do discurso romanesco acarreta a não coincidência do sujeito consigo mesmo. A palavra do romance é predominantemente a palavra do outro, em relação à qual o autor/narrador distancia-se mais ou menos, numa grande variedade de possibilidades acentuais e dialógicas. O romance moderno com frequência torna indistinta a fronteira entre os sujeitos do discurso, apagando as aspas de entonação, misturando a palavra direta do autor e a palavra indireta, desviada, refratada. Para Bakhtin, o verdadeiro objeto do romance é a linguagem, ou seja, o romance cria “imagens” (representações) da linguagem.

A imagem criada pela linguagem de outrem é, ao mesmo tempo, representada e representante, tal como ocorre, exemplarmente, no *Dom Quixote*. Por isso Bakhtin afirma que o romance já nasce como um gênero autocrítico, cômico de que “do mesmo modo que uma pessoa não coincide totalmente com a sua situação real, também o mundo não

coincide totalmente com o discurso sobre ele” (p. 367)<sup>3</sup>. A autoconsciência da personagem, que Bakhtin considera a dominante no romance de Dostoiévski, é também um atributo do gênero.

Na análise contrastiva do epos e do romance, Bakhtin destaca, dentre as formas precursoras deste, o diálogo socrático e a sátira menipeia, que seriam um primeiro esboço ou primeira etapa na sua formação. Nesses gêneros, se processa o primeiro e fundamental deslocamento do autor para o campo axiológico e temporal contemporâneo a seus ouvintes e a seus objetos de representação. Eles estão permeados de elementos autobiográficos e memorialistas, de caráter familiar e circunstancial. Assim, o autor começa a mover-se livremente num mundo “onde não existe a palavra primordial (a origem perfeita), e onde a última ainda não foi dita” (p. 419), tal como a personagem Sócrates se move ambivalentemente entre a ignorância e a sabedoria.

Com a quebra da unidade cósmica e temporal do epos, que o situava numa esfera distanciada da vida ordinária, o autor passa a explorar os pontos obscuros de uma perspectiva fincada nas incertezas do presente. Instaura-se um princípio de relatividade do ponto de vista, decorrente do fato de que ele e sua personagem estão envolvidos por um mesmo ambiente social e histórico<sup>4</sup>. De um mundo antes plano e objetificado em sua ordem imutável passa-se à exploração das “categorias da ignorância” (p. 421).

Saindo-se do mundo já dado e acabado do épico, o mundo configurado por acontecimentos conhecidos pela coletividade, surge o problema de se encontrar métodos e técnicas que justifiquem o excedente de visão do autor. Antes esse problema não se colocava, já que “na representação a distância, todo evento é dado e é impossível o interesse pelo sujeito (que não se conhece)” (p. 421). O sujeito-autor, agora implicado na narração dos fatos que lhes são, em alguma medida, contemporâneos, vê-se às voltas com um problema inédito, porque nos “grandes gêneros distanciados” não havia mundo privado e íntimo a explorar; por conseguinte, não estava disponível uma posição do autor a partir da qual ele pudesse revelar um mundo invisível, inaudível e não exteriorizado. Como

---

<sup>3</sup> Nessa passagem Bakhtin não comenta o exemplo, mas o argumento aponta para a invencível ambiguidade do romance de Cervantes. A pergunta sobre qual seria o posicionamento do autor em relação a seu personagem nunca pôde ser satisfatoriamente respondida em virtude da interação intensa, ao ponto da indiscernibilidade, entre palavra representada (a do herói) e palavra representante (a do autor).

<sup>4</sup> Naturalmente, nem sempre o presente é a matéria do romance e o romance histórico é uma variedade que surge já no momento de consolidação do gênero. Bakhtin observa que não há, no caso em que a ação do romance não ocorre na contemporaneidade do autor e de seu leitor, um distanciamento em relação ao passado, pois o presente está implicado na visão do passado. Os dois tempos estão ligados por meio de múltiplas transições, ao contrário do que ocorre na epopeia, em que o passado é um tempo absoluto, fechado em si mesmo.

representar aquilo que o herói não sabe e não vê? Como finalizar – e avaliar e interpretar – o destino dos heróis?

A inadequação, apontada por Bakhtin no ensaio sobre o cronótopo do romance sofista, entre a representação de indivíduos particulares e privados e a narração permeada por um discurso retórico-jurídico, decorre do caráter público da literatura antiga, com sua visão externa e formal da experiência humana. A vida privada, por sua vez, “não dá lugar ao observador, ao terceiro, que estaria no direito de continuamente observá-la, julgá-la, avaliá-la” (p. 244).

Determinado pelas categorias retóricas do discurso, o tratamento da personalidade fundamentava-se, na literatura clássica antiga, numa concepção normativa e cristalizada da pessoa e de seus atos. O herói era acusado ou glorificado, era julgado por seus méritos ou por seus crimes, mas não mudava substancialmente; sua identidade era fixada externamente. Esse tratamento do caráter do herói marca a primeira linha estilística do romance europeu e domina seu discurso até o romance de cavalaria. Embora uma outra abordagem da subjetividade tenha surgido com Santo Agostinho – a confissão e o autoexame criando um esquema propício ao tratamento da interioridade – sua influência literária só se fez sentir na Idade Moderna (p. 199).

Já o artifício encontrado por Apuleio em *O asno de ouro*, inserindo um terceiro na vida privada por meio do personagem humano metamorfoseado em animal, teria sido um expediente precursor do moderno ponto de vista do autor. A intrusão de um terceiro se manifestaria mais tarde, particularmente no romance picaresco, através de personagens espíões, tais como o criado, a cortesã, o aventureiro, o trapaceiro, entre outros, os quais, por sua própria condição social e por estratégia de sobrevivência, são observadores furtivos da vida dos outros.

A importância das figuras do trapaceiro, do bobo e do bufão para o ponto de vista do autor está também relacionada à sua prerrogativa, especialmente no caso do bufão, de bisbilhotar a intimidade do outro e de revelá-la na praça pública. Mas, acima de tudo, elas disponibilizam para o autor, de forma direta ou transformada, pontos de vista excêntricos ou “estrangeiros”, uma posição discursiva de incompreensão e de estranhamento frente aos discursos dominantes, monológicos, despersonalizados e universalizantes. O prosador orquestra níveis de incompreensão distintos, relativos à sua própria palavra, à do narrador e à da personagem.

O pressuposto dos gêneros cômicos e bufos medievais é de que “toda significação e expressão diretas são mentirosas, sobretudo quando patéticas” (p. 193). Este tipo de linguagem direta não pode existir de forma pura no romance, pois este é, por natureza, um cruzamento de planos discursivos, a representação dos discursos de outrem em contraponto e interação. A palavra do romancista não pode ser unilateral, já que a autoconsciência crítica lhe é intrínseca e sua fonte é o mundo prosaico das linguagens: “representando a estupidez, o romance apreende a inteligência da prosa, a sabedoria da prosa” (p. 195).

A desagregação da “unidade retórica da personalidade, do ato e do acontecimento” começa com as tolices e os “embustes alegres” do herói picaresco, avesso a toda seriedade oficial. Sua fraca compreensão denuncia a impostura das explicações totalizantes. Suas pequenas mentiras evidenciam a grande mentira sustentada pelas instituições. Ele não está sujeito a nenhuma norma ou imperativo: “não é uno nem firme do ponto de vista das unidades retóricas conhecidas da personalidade” (p. 198). Embora esse tipo de personagem não apresente uma dimensão confessional, ela prepara o terreno para uma obra como *Dom Quixote*.

O grande diferencial desta obra inauguradora do romance moderno reside na profunda dialogização entre a palavra do autor e as linguagens do plurilinguismo, e na decorrente fusão entre seu ponto de vista e o do herói, o que impede qualquer conclusão. Uma conversa inacabada fica ressoando. E o herói se impõe como subjetividade problemática não finalizável pelo romancista.

### **Considerações finais**

O privilégio que Bakhtin confere à prosa romanesca como discurso dialógico por excelência leva-o a postular o surgimento do gênero muitos séculos antes do que se admite geralmente. E não se trata de levar em conta suas formas precursoras que, como o romance grego, e, depois, a novela de cavalaria, foram consideradas por ele pouco romanescas. Assim, por um lado, ele expurga do domínio da “autêntica prosa romanesca” grande parte da produção literária ficcional reconhecida pela tradição como romance; por outro, amplia desmesuradamente sua abrangência. O que se deriva dessa tese é que o verdadeiro romance, aquilo que ele deveria vir a ser, teria permanecido em estado de latência por aproximadamente dois mil anos.

A linguagem do romance estava, por assim dizer, “pronta”, mas não pôde ser assimilada pelos gêneros nobres, dominados pelo discurso patético e pelas categorias retóricas, pelo discurso direto do autor – não alusivo, coincidente consigo mesmo, que não supõe nenhuma brecha entre a palavra e o referente. De modo que a palavra bivocal, plurilíngue e internamente dialógica, que já era corrente nos gêneros menores da época greco-romana e medieval, teve que aguardar, para fundar o romance, as condições históricas e culturais da modernidade, que viriam a lançar o autor na emergência da atualidade de uma posição sem garantias de estabilidade enunciativa.

A linguagem romanesca em latência teve que aguardar também o aparecimento do indivíduo isolado e introvertido da modernidade. O romance, então, torna-se o grande revelador da subjetividade, ultrapassando os discursos tradicionais sobre o humano em direção à sondagem do eu. A palavra dialógica do romance transborda de si mesma em direção à palavra do outro e a acolhe em si, refratando-a e multiplicando suas perspectivas. A consciência autoral da inadequação e da insuficiência da linguagem aparece como condição para que ocorra a representação da psique moderna como interioridade em desacordo com o mundo.

## Referência

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. 6. ed. Trad. Aurora F. Bernardini et al. São Paulo: Hucitec, 2010.

Ricardo Postal

VERSAR O OUTRO, CONVERTENDO-ME:  
NOVE DECISIVAS NOITES





**VERSAR O OUTRO, CONVERTENDO-ME: NOVE DECISIVAS NOITES**

*O que lhe conto é uma combinação do que ele me contou e do que imaginei. Assim também, deixo-o imaginar o que nunca poderei lhe contar ou escrever.*  
(CARVALHO, 2002, p. 134)

Narrar é dizer-se, identificar-se, criar sujeitos e moldá-los à sua aparência. Ainda que de um modo disfarçado, vasa-se o narrador para dentro da matéria diegética, especialmente o narrador modernista e seus posteriores, tão implicado que está em mostrar o de dentro de seus pensamentos e de sua psicologia. Esse caminho para o interior da mente da personagem vai deixando na trajetória resquícios do narrador mesmo, até o ponto em que ambos pareçam ser indissociáveis.

Confundem-se as circunstâncias do que é narrado com a realidade do narrador:

Whitman diz que os Estados Unidos são “o maior de todos os poemas”, mas, se esse for o caso, ele pode representar um perigo mimético para o escritor, que vê seu poema acumular-se com esse poema rival, os Estados Unidos. Auden apresenta bem o problema geral no poema “The Novelist” [O romancista]: o poeta pode arremeter como um hussardo, mas o romancista precisa ir mais devagar, precisa aprender a ser “comum e desajeitado” e tem de “se tornar a plenitude do tédio”. *Em outras palavras, a tarefa do romancista é encarnar, tornar-se aquilo que ele descreve, mesmo quando o assunto em si é baixo, vulgar, tedioso.* (WOOD, 2011, p. 41. Grifos nossos)

Deste modo, o narrar é se inscrever na fluência histórica através de um mecanismo de ancoragem no real para que o narrador situe-se, promova-se, identifique-se.

Assim, existe uma tensão fundamental nos contos e romances: podemos reconciliar as percepções e a linguagem do autor com as percepções e a linguagem do personagem? Quando o autor e o personagem estão integralmente fundidos [...] temos, por assim dizer, “a plenitude do tédio” – a linguagem corrompida do autor apenas mimetiza uma linguagem corrompida que existe na realidade, que todos nós conhecemos até demais e da qual

<sup>1</sup> Professor Adjunto de Literatura Brasileira (UFPE). Doutor em Literatura Brasileira pela UFRGS.

queremos desesperadamente fugir. Mas, se o autor e o personagem ficam muito distantes [...] sentimos o hálito frio de um afastamento atravessar o texto, e começamos a nos incomodar com os esforços "super literários" do estilista. (WOOD, 2011. p. 41-42)

A linguagem do mundo e o mundo percebido pelo autor são recolocados dentro da narrativa através das escolhas de linguagem:

O romancista, portanto, está sempre trabalhando pelo menos com três linguagens. Há a linguagem, o estilo, os instrumentos de percepção etc. do autor; há a suposta linguagem, o suposto estilo, os supostos instrumentos de percepção etc. do personagem; e há o que chamaríamos de linguagem do mundo – a linguagem que a ficção herda antes de convertê-la em estilo literário, a linguagem da fala cotidiana [...]. Nesse sentido, o romancista é um triplo escritor, e o romancista contemporâneo sente ainda mais a pressão dessa triplicidade, devido à presença onívora do terceiro cavalo dessa troica, a linguagem do mundo, que invadiu nossa subjetividade, nossa intimidade. (WOOD, 2011. p. 42)

A tendência do romance moderno é a de narradores em primeira pessoa que contam ao mundo suas existências (com suas percepções, instrumentos e linguagem), num esforço duplo: de compreensão do mundo e de seus insondáveis mistérios, atravessado pelo complexo procedimento de compreensão de si mesmo, apresentando-se ao leitor, paralelamente à viagem do protagonista, os descaminhos do mesmo entre o saber-se e o perder-se. Porém não estamos falando aqui do romance de formação, em que se acompanham anos da vida da personagem e sua completa transformação num indivíduo integral e pronto para a vida.

Nas narrativas contemporâneas, o sujeito que encontramos no final de sua jornada é tão incompleto e difuso quanto o era no princípio. Isso nos leva a pensar que, então, seja sintomático da busca da identidade nessas narrativas não o fato do não encontrar-se, mas sim o de o resultado ser uma perspectiva de identidade vária e inconstante, quase imperceptível de tão fugidia, tão inalcançável pela sua imaterialidade, quanto apresentável na sua tenuidade.

A identidade alcançada seria impalpável e na velocidade de sua transformação estaria uma das características das narrativas identitárias contemporâneas. Atestar tal fato passa

pela compreensão das relações das personagens, que se transformam bruscamente, entre si mesmas e nos choques e diálogos que se produzem com o meio em que elas propagam a manifestação de suas subjetividades.

Escolhemos, para tanto, a obra do romancista Bernardo Carvalho, cujas personagens constantemente possuem, em sua essência, uma falta, e lançam-se tresloucadamente nas missões que assumem para suprir esse vazio que, se não as aflige, por contraste com sua sede imensa de resolução, as tumultua.

Tanto a personagem d'*As iniciais* (1999), buscando entender o recado que recebeu, quanto o narrador de *Teatro* (1998), imbricado em conspirações e questionamentos sobre a/o mutável Ana C., bem como o escritor em *O sol se põe em São Paulo* (2007), que precisa acertar as contas com sua ascendência japonesa e decifrar uma história que não sabe mais se vivida ou provinda da literatura, assim como o homem que busca o desaparecido em *Mongólia* (2003), todos eles são viajantes (ou deslocados) que se transformam partindo de um estado inicial para uma busca em disparada (quase podemos dizer em fuga), a qual os leve, nesse tanto caminhar, a encontrar um motivo (a solução da questão) para estarem existindo.

Em *Nove noites* (2002), o que seguimos é uma carta, escrita (depois saberemos) por Manuel Perna, endereçada a alguém que ele não tem certeza de quem seja, mas que sabe que virá para buscar a verdade sobre o antropólogo americano Buell Quain. Esse engenheiro se tornou amigo do antropólogo e ficou com seu legado quando os índios que acompanhavam o jovem pesquisador na floresta chegaram aterrorizados pelas circunstâncias de seu suicídio. Guardião do espólio, ele se permite ocultar uma carta que nunca envia, para manter a memória do amigo a salvo de aproveitadores ou de quem pudesse desviar a carta de seu real destinatário.

Em paralelo acompanhamos a saga de um jornalista que toma para si a missão de contar a história do jovem e promissor antropólogo que depois de um período de campo na mata, mutilou-se e se suicidou, para horror dos índios e incompreensão dos colegas acadêmicos e da família, bem como do amigo local. Tendo a impressão de ter ouvido o nome do antropólogo no hospital quando cuidava de seu pai, o jornalista vai tentando ligar o homem solitário que o tomara por Buell à vida do antropólogo antes e durante sua estada no Brasil. Cada vez mais intrigado, realiza entrevistas com pessoas ligadas ao caso e vai até os índios esperando tirar deles respostas para o acontecido.

Assim como é gratuita a necessidade do jornalista de resolver, para si, o mistério da morte de Buell Quain, ou melhor, entender os motivos do suicídio, também não é uma obrigação de Manuel Perna zelar pela memória do amigo. Ele poderia ter enviado as cartas todas segundo a vontade do antropólogo e deixar que o destino permitisse a correta chegada de cada uma aos seus. Porém ele desvia a roda do fado e resolve intrrometer-se numa história que não era a sua, ainda que a tangenciasse.

Perna abandona sua pacata posição para passar, no restante de seus dias (e ele só altera essa condição com o que considera ser a chegada do fim de seus dias) a esperar uma visita que nunca chegará. Da mesma maneira o fotógrafo, amigo de Buell, também está, no hospital, findando-se esperando o retorno de quem nunca encontrará.

O jornalista abandona tudo o mais que existiria em sua vida para, deslocando-se constantemente, tentar, ao percorrer os descaminhos do antropólogo, ver o que ele viu (o que é impossível, posto que tudo está mudado pelo trânsito irrefreável da história), e ouvir o que ele ouviu, a partir da memória dos que com o americano travaram contato – no caso, os índios.

Em última e desesperada instância, o jornalista tenta ser o antropólogo, buscando alcançar a perspectiva deste, qual seja, deslocar-se de seu meio, de suas certezas, de sua identidade em prol da imersão na cultura, no fazer e no ser do outro.

Para compreender o abandonar-se de Buell Quain e como os liames com sua vida pré-brasilica o transtornaram a ponto de levá-lo ao absoluto desespero (“Ao que parece, tinha razões de sobra para evitar os laços de parentesco. A julgar por algumas e suas últimas cartas, eles foram a razão de sua morte” (CARVALHO, 2002, p. 110)), ele também, já solto de si, abandona-se ao caminho que cria para si, abraçando o vazio de um mistério que traz para si. Projeta-se como alguém diverso de antes que o nome lhe fosse sussurrado no hospital, assume-se como aquele que o fotógrafo doente o considerou e absorve esse outro que ele não se sabia.

Buell Quain e sua intriga passam a ser ele, jornalista, uma vez que nada mais cabe na sua vida que não a solução do impasse desse seu irmão em dúvida, desse seu colega de perquirição, desse seu duplo de dismantelo.

A jornada do jornalista passa então por uma associação à narrativa, que pretende construir, para dar identidade ao antropólogo, bem como por uma dissociação de si mesmo, para fornecer-nos a narrativa da busca de sua própria identidade, que perpassa o romance.

Isso nos faz pensar num modelo de representação da identidade, que na pós-modernidade

torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. [...] O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.” (HALL, 2006, p.12-13)

O processo de formação de identidade que aqui estamos propondo, baseado na interação do EU e do OUTRO, se realiza no deslizar dos aspectos verbais de VERSAR e VERTER.

Os sentidos vernaculares de VERSAR envolvem: “1- pegar (em algo), manuseando-o. 2- passar de um vaso para outro. 3- fazer observação ou estudo minucioso de; estudar; examinar. 5- tratar de (um assunto, um tema); estender-se sobre. 6- ter trato ou convivência com” (HOUAISS, 2009).

Portanto se está no âmbito do trato, do manuseio, do paciente “estudo minucioso” que temos da outra pessoa, da qual temos uma percepção e versamos o que ela é do seu continente para um outro vaso disforme, um lugar no qual enformamos esse tema do qual tratamos no diálogo social.

Assim produzimos uma versão do outro, o que é: “1- tradução de um texto de uma língua para outra. 2- esclarecimento, interpretação, explicação” (HOUAISS, 2009). Essa explicação do outro, nosso esclarecimento a seu respeito torna-se a nossa tradução do que cremos ele ser.

Para além dessa construção de outrem, existe o VERTER, que em origem é: “1- fazer correr ou transbordar (líquido). 2- jorrar. 3- desaguar, despejar-se. 4- traduzir” (HOUAISS, 2009). Então, da matéria fluida do ser, o eu transborda-se para além de si, traduzindo-se para o mundo que constantemente o lê.

Tomados os dois processos em conjunto, temos a CONVERSÃO, procedimento de “transformar ou transformar-se (alguém, algo, um estado, uma forma, um objetivo, uma função, etc.) em; trocar, comutar” (HOUAISS, 2009). Portanto, nessa proposta, existe uma

apresentação do eu feita para o mundo, e uma face que o outro constrói desse eu. Ambas são transformações que ao se trocarem e comutarem-se, produzem a identidade.

Primeiramente ocorre uma leitura e uma apreensão do outro em que se constrói uma VERSÃO do OUTRO. Assume-se o que está sendo apresentado como a constituição identitária aparente. Então procede-se ao VERTER-SE do EU, em que se mostra a construção identitária inicial pretendida.

Porém, tal procedimento é espelhado, uma vez que, junto do VERTER-SE do EU, existe a VERSÃO do EU construída pelo OUTRO, ao mesmo passo em que unida à VERSÃO do OUTRO existe o VERTER-SE do OUTRO.

Outro = O]	+	[o		e]	+	[E = Eu
		Vertido + Versado		Versado + Vertido		
CONVERSÃO		[O+o]		[e+ E]		
IDENTIDADE		[Oo] ↔ CE	↔	œ ↔ [eE]		

Essas duas instâncias duplas, o modo como me verto e o modo como sou versado pelo outro, junto com o modo como verso o outro e o modo como ele se verte, entram em contato e partir daí se dá a fricção que produz a CONVERSÃO. No exercício de adaptar o que propomos, negociado com o que o outro vê em nós, está a formação da identidade.

No trâmite que essa identidade pretendida tem com outrem ocorre a afirmação da identidade CONVERTIDA, moldada no diálogo com o meio identitário social em que se está inserido.

A CONVERSÃO é o campo imantado de atração provocado pelo VERTER-SE e VERSAR e de repulsão provocado pelo ruído necessário do CONVERTER-SE mútuo.

Não somos então somente o que nos propomos a ser, mas também a negociação complexa com o que os outros veem em nós e nossa consequente transformação (em que cedemos em alguns aspectos, e somos irreduzíveis em outros), nosso moldamento polido (não de bem-educado, mas de friccionado até as arestas serem retiradas) em que se produz a fusão dos dois aspectos.

A máscara que apresentávamos une-se à estátua construída pelo outro e na fornalha do baile social, soldam-se levemente modificadas e modificadoras.

No romance em questão, Manuel Perna, o engenheiro, VERTE-SE de homem simples em tradutor da cultura local e gradualmente, ao notar as precisões de Buell Quain, a VERSÃO que o outro tem dele, CONVERTE-SE em amigo escutante e posteriormente em guardião não da verdade, mas do mistério.

Já Buell Quain, em contrapartida, VERTE-SE sabedor de seus caminhos e no conforto das noites em que VERSA Manuel Perna na alma confidente e confiável no deserto, CONVERTE-SE em homem perdido, procurando-se e perdendo-se, mutando para o mistério insondável do desaparecer-se.

Porém o processo de subjetivação que vemos atravessar a maior parte da narrativa é o do narrador. Não identificado, sem nome, o jornalista VERTE-SE como um investigador compulsivo, aquele que toma para si uma missão complexa e que o obseda completamente: “Àquela altura, eu já estava completamente obcecado, não conseguia pensar em outra coisa” (CARVALHO, 2002, p.75).

Note-se que o buscar a transparência das coisas é um atributo profissional, porém a sanha com que esse sujeito se lança na experiência é destoante do normal. Ele parece imbuir-se de uma VERSÃO que os outros teriam dele, ou mais misteriosamente ainda, que alguém que o escolheu para tal tarefa tem dele, na qual ele é o único capaz de entender o enigma.

Assumindo esse papel que julga ser o seu, CONVERTE-SE, como um místico, um mártir, o soldado escolhido, em alguém que nunca mais deixará o caminho a não ser que tenha obtido a resposta. Ninguém efetivamente lhe pediu, mas ele sente que ao escutar o nome no hospital, e ao lê-lo no jornal, uma ligação inexplicável se forma, colocando-o no centro de uma rede de cujas tramas passa ele também a ser tecido e tecelão:

Ninguém nunca me perguntou, e por isso também não precisei responder. Todo mundo quer saber o que sabem os suicidas. No início, deixei-me levar pela suposição fácil de que aquela só podia ter sido uma morte passional e concentrei a minha busca nesses vestígios. Devia haver outra pessoa envolvida. Ninguém pode estar totalmente só no mundo. (CARVALHO, 2002, p.27)

E gradualmente vamos notando que, em sua viagem, a memória que vai operando e na qual vão se puxando os fios para o entendimento de seu presente, existe uma figura

modelar que tinha contato com a imensidão da floresta, que também tinha bravura para aventuras insondáveis e que, de certa maneira, indiretamente o conduziu para a narrativa que ele persegue: seu pai.

Ninguém nunca me perguntou, e por isso nunca precisei responder que a representação do inferno, tal como a imagino, também fica, ou ficava, no Xingu da minha infância. É uma casa pré-fabricada, de madeira pintada de verde-vômito, suspensa sobre palafitas para a proteção dos moradores contra os eventuais animais e ataques noturnos de que seriam presa fácil no rés-do-chão. [...] Tudo o que não é verde é cinzento. Ou então é terra e lama. [...] A casa era a sede de uma fazenda [...] próxima da que o meu pai tinha decidido fundar, em 1970, no Xingu. [...] A sede [...] suspensa no meio do nada e da floresta, era parada obrigatória quando o meu pai resolvia avaliar o estado das obras da estrada que pretendia abrir no meio da selva. (CARVALHO, 2002, p. 60-62)

O pai aparece como herói desbravador, empreendedor que ia estender as fronteiras e levar a civilização, colocando o filho em situações perigosas e engraçadas, das quais ele guarda um terno terror. Nota-se, porém, que a empresa do pai é meticulosa, objetiva, com estabelecimentos e ordenamentos, enquanto que a jornada do filho é obtusa, cheia de pistas que desviam e que não mostram realização nenhuma. São dois tipos de identidades diversas, são duas gerações diferentes no seu lidar com a afirmação da subjetividade.

Nota-se a falta de rumo, de perspectiva do jornalista espelhada na apática diáspora dos indígenas:

O Xingu, em todo caso, ficou guardado na minha memória como a imagem do inferno. Não entendia o que dera na cabeça dos índios para se instalarem lá, o que me parecia de uma burrice incrível, senão um masoquismo e mesmo uma espécie de suicídio. Não pensei mais no assunto até o antropólogo que por fim me levou aos Krahô, em agosto de 2001, me esclarecer: “Veja o Xingu. Por que os índios estão lá? Porque foram sendo empurrados, encurralados, foram fugindo até se estabelecerem no lugar mais incógnito e inacessível, o mais terrível para a sua sobrevivência, e ao mesmo tempo a sua única e última condição. O Xingu foi o que lhes restou”. (CARVALHO, 2002, p. 72-73)

Notamos então que o jornalista, que de certo modo “pode estar só no mundo”, traça sua companhia no antropólogo suicida, perfazendo o caminho desesperado de se perder no inferno da mata para tentar sair do inferno do nada ser. Ele se identifica com os índios desde a infância, se identifica com o antropólogo e vai CONVERTER-SE na identidade buscante que pouco encontra para si. “Empurrados, encurralados, foram fugindo” tanto os índios, o



antropólogo americano e o jornalista, todos em busca de “sua única e última condição”. Os índios encontraram sua reserva e sua liberdade limitada, Buell Quain exasperou no desespero e feriu-se até se dissolver na floresta, o jornalista, no avião voltando de Nova York onde foi buscar o definitivo pedaço da história (“No estado de curiosidade mórbida em que eu tinha me enfiado, acreditava que a figura do filho do fotógrafo podia por fim me desencantar” (CARVALHO, 2002, p.158)), encontra sua capacidade de narrar, perdida entre tudo o que não se pode dizer:

Nessa hora, me lembrei sem mais nem menos de ter visto uma vez, num desses programas de televisão sobre as antigas civilizações, que os Nazca do deserto do Peru cortavam as línguas dos mortos e as amarravam num saquinho para que nunca mais atormentassem os vivos. Virei para o outro lado e, contrariando a minha natureza, tentei dormir, nem que fosse só para calar os mortos. (CARVALHO, 2002, p.167-168)

Descobrimos um tanto antes disso que ele nunca teve acesso à carta de Manuel Perna que nós vamos acompanhando:

Ninguém nunca me perguntou. Manuel Perna, o engenheiro de Carolina e ex-encarregado do posto indígena Manuel da Nóbrega, morreu em 1946, afogado no rio Tocantins, durante uma tempestade, quando tentava salvar a neta pequena. [...] Quem conta a história são os dois filhos mais velhos, que me garantiram que ele não deixou nenhum papel ou testamento, nenhuma palavra sobre Buell Quain. (CARVALHO, 2002, p.134)

Então sabemos mais sobre Manuel Perna e sobre Buell Quain do que o próprio jornalista. O que aqueles dois compartilharam durante nove definitivas noites de intensas conversas, que os fizeram abrir suas personalidades e CONVERTEREM-SE em amigos eternos é um embate que transforma e redime. Só que não salva nem retira o peso de tudo o mais, das histórias e das memórias que se tanto podem ajudar na formação de novas máscaras identitárias, também podem bloquear e impedir que novos disfarces se formem.

O jornalista se torna narrador, já que seu texto não é jornalístico, é literário, beirando o etnográfico, já que traça a vida de seu objeto observado em campo, Buell Quain, ainda que este esteja ausente, ou seja, o campo a ser investigado. VERSANDO seu assunto, o jornalista que SE VERTIA tão certo de encontrar respostas CONVERTE-SE na assunção da resposta definitiva: certos mistérios são impossíveis de serem alcançados.

Esses dois homens se constituem na escrita, um deles tentando salvar uma memória, o outro tentando salvar uma história.

O que essas personagens têm em comum é a inadequação que os faz partirem para o mundo de outrem na busca por encontrar algo que as contenha, abrace e defina. A compreensão de que não se faz parte do grupo original é o primeiro passo para a identidade. Nas sociedades tradicionais, a manutenção do indivíduo no grupo era realizada pelo rito de passagem, assim, estágios eram vencidos e o neófito era acolhido como sendo outro (como se tivesse saído da comunidade para outro grupo) ainda que espacialmente continuasse no mesmo lugar.

A série típica dos ritos de passagem (separação, margem e agregação) fornece a estrutura do sacrifício e foi sistematizada neste sentido até às minúcias nos rituais hindus e judeus antigos, e às vezes também na peregrinação e na devotio. Para as peregrinações católicas sabe-se que existe um certo número de regras de santificação prévia, que fazem o peregrino, antes da partida, sair do mundo profano e o agregam ao mundo sagrado, o que se exterioriza pelo uso de sinais especiais [...] e no comportamento do peregrino por tabus alimentares [...] Entre os muçulmanos o peregrino que fez voto de ir a Meca encontra-se em um estado especial, chamado *ihram*, desde que atravessa os limites do território sagrado (Meca e Medina). Mas o antigo costume era o peregrino revestir-se do sagrado, do *ihram* desde que saía de seu domicílio. Desta maneira, todo peregrino está fora da vida comum, em um período de margem, da partida ao regresso. (VAN GENNEP, 2011. p.156)

A margem, o espaço sagrado de trânsito entre duas condições profanas, era crucial na antiguidade para que se fizessem trocas entre os grupos limítrofes, cuja demarcação acontecia em zonas francas:

Eram o lugar do mercado, ou o lugar do combate. [...] Essas zonas formam geralmente um deserto, um pântano e, sobretudo, a floresta virgem, onde qualquer pessoa pode viajar e caçar de pleno direito. Admitindo-se a rotatividade da noção de sagrado, os dois territórios apropriados são sagrados para quem se encontra na zona, mas a zona é sagrada para os habitantes dos dois territórios. Qualquer pessoa que passe de um para outro acha-se assim, material e mágico-religiosamente, durante um tempo mais ou menos longo em uma situação especial, uma vez que flutua entre dois mundos. É essa situação que designo pelo nome margem [...].(VAN GENNEP, 2011. p.35)

É nessa mesma margem, espaço virtual de conflitos e negociações que se opera a identidade, no interstício entre o eu conhecido e o outro desconhecido, partindo desse embate para criar o eu desconhecido, o que atravessa o portal e passa pelos ritos se transformando em alguém que não criamos ser capaz de tamanhas tarefas; bem como criando o outro assimilado, investigado, pesquisado, pensado e na fricção das diferenças, aceite quando isso traz benefícios para a identidade em processo de subjetivação.

Para além do par principal de articuladores de histórias, memórias e identidades que são Manuel Perna e o jornalista que nos apresenta o resultado de sua investigação, essas nove noites puxam um novelo de experiências que se deixa escorrer entre eles. O fio principal é a vida inexplicável do antropólogo, e sua ainda mais inexpugnável morte.

Compreende esse liame a espera sem fim do fotógrafo:

Ao contrário dos dias anteriores, porém, lá pelas tantas, o velho voltou a se agitar e a dizer coisas incompreensíveis, obrigando o rapaz a interromper o que estava lendo e a se aproximar do leito para acalmá-lo. O americano se debatia, queria se levantar. Do pouco que pude entender, dizia que estava esperando uma visita, uma pessoa que podia chegar a qualquer instante, sem avisar, alguém que ele havia esperado por muitos anos. Queria por força ir até a porta. O rapaz tentava mantê-lo deitado. Perguntei se precisava de ajuda. Pediu que eu chamasse a enfermeira. Ela veio e aplicou uma nova dose de morfina ao velho, que logo serenou. Perguntei ao rapaz o que o velho queria, mas ele não me deu muita conversa. Repetiu o que eu já tinha compreendido: “Sempre diz a mesma coisa. Está esperando alguém que pode chegar, inadvertidamente, de uma hora para outra. Eu mesmo acabo ficando aflito com essa expectativa, começo a olhar toda hora para a porta, achando que alguém vai entrar a qualquer instante, e não consigo mais ler”. (CARVALHO, 2002, p.144-145)

O velho fotógrafo aguarda aquele que veio buscar no Brasil, aquele que é o catalisador de todos os eventos que lemos:

Quando abri as cortinas, o velho olhou para mim com olhos vidrados e se calou. Perguntei se estava tudo bem. Ele continuou me olhando em silêncio.[...] Ele não se mexia, mas chegou a balbuciar algum som, como se quisesse dizer que estava bem, ou pelo menos foi assim que entendi ou quis entender no início: “Well...”. Quando fechei a cortina, no entanto, ouvi um nome às minhas costas. Ele me chamou por outro nome. Abri as cortinas e perguntei de novo se precisava de alguma coisa. E ele repetiu o nome. Me chamava de “Bill”, ou pelo menos foi isso que entendi. Tentava estender o braço na minha direção. Segurei a mão dele. Ele apertou a minha com a força que lhe restava e começou a falar em inglês, com esforço, mas

ao mesmo tempo num tom de voz de quem está feliz e admirado de rever um amigo: “Quem diria? Bill Cohen! Até que enfim! Rapaz, você não sabe há quanto tempo estou esperando”. De repente começou a respirar de uma maneira estranha. [...] Ele apertava a minha mão e repetia: “Bill Cohen! Que peça você me pregou!”. E ia ficando cada vez mais ofegante. “Eu sabia que você não estava morto!” Foi a última coisa que consegui dizer antes de revirar os olhos e entrar em convulsão. [...] Eu nunca tinha visto um homem morrer. (CARVALHO, 2002, p.145-146)

Assim o jornalista é chamado ao mistério que o descentrará, uma vez que foi tomado por outra pessoa, foi tomado por Buell Quain. Ele foi confundido com o antropólogo e a partir de então tenta fundir-se à história do outro para nisso tentar refundir a sua própria identidade.

Existem os resíduos sem sentido dos arquivos do filho do fotógrafo, que se encontra com o pai nos mistérios que não se explicam:

“Veja só que incrível. Dizia que não era meu pai, mas para infelicidade dele a genética não deixa dúvidas.” A pasta estava cheia de fotos de homens nus, brancos e negros, ao ar livre, numa praia ou em estúdio. Havia umas poucas no Brasil, mas a maioria tinha sido tirada nos Estados Unidos. E entre essas não estavam os dois retratos amarelados de Buell Quain, de frente e de perfil, que eu tinha visto nos arquivos de Heloísa Alberto Torres. Não havia nada que provasse uma ligação entre Quain e o fotógrafo. “Tal pai, tal filho”, ele disse, e riu. “No fundo, ele gostava mesmo era de fazer fotos de homens pelados. Na carta que me mandou quando fiz dezessete anos, ele falava do Brasil como uma ‘terra desgraçada’. Se era tão desgraçada, por que tinha ido parar lá? Por que ficou? Nunca mais ouvi falar dele. Não sabia como encontrá-lo. Não tinha nenhum endereço. Não podia pedir aos meus avós. Eu era um rapaz orgulhoso e revoltado. Preferi esquecê-lo. Só o vi quando já estava morto.” (CARVALHO, 2002, p.166)

Não tendo esclarecido nada, o jornalista volta ao Brasil e percebe que ciclos de busca se renovam, na promessa de novos descaminhos do jovem etnógrafo que encontra no voo:

O avião decolou às dez em ponto. Voamos mais de seis horas sem nos dirigirmos a palavra. Eu não conseguia dormir. O rapaz ao meu lado também não. Lia um livro. Era dele a única luz acesa entre as de todos os passageiros. Estavam todos dormindo. Eu não conseguia ler nada. Liguei o vídeo no encosto da poltrona à minha frente. Por coincidência, sobrevoávamos a região onde Quain havia se matado. Foi quando o rapaz, pela primeira vez, fez uma pausa e me perguntou se estava me incomodando com a luz de leitura. Respondi que não, de qualquer jeito não conseguia dormir em aviões. Ele sorriu e disse que com ele era a mesma coisa. Estava

muito excitado com a viagem para poder dormir. Era a sua primeira vez na América do Sul. Perguntei se vinha a turismo. Ele sorriu de novo e respondeu orgulhoso e entusiasmado: “Vou estudar os índios do Brasil”. Não consegui dizer mais nada. (CARVALHO, 2002, p.167)

Pai explorador, jornalista investigador, antropólogo inquiridor, engenheiro mantenedor, fotógrafo apaixonado, todos eles estão em trânsito e na busca por algo que lhes é maior e inescrutável. Não necessariamente encontram soluções para seus enigmas, mas se tornam diversos do que eram no ponto de partida, convertem-se a partir do entrelaçamento com os outros no caminho e criam para si estradas novas.

“A realidade é o que se compartilha” (CARVALHO, 2002, p.167)

## Referências

CARVALHO, Bernardo. **Teatro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **As iniciais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. **Nove noites**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **Mongólia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **O sol se põe em São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 2011.

WOOD, James. **Como funciona a ficção**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.





Coleção *L* Letras  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

PPGL  
UFPE  
Programa de  
Pós-Graduação  
em Letras

Editora  
Universitária  UFPE

